Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Educação

José Renato Bez de Gregório

A produção de ciência e tecnologia nas IFES e o trabalho do "professor empreendedor" na Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro
2017

José Renato Bez de Gregório

A produção de ciência e tecnologia nas IFES e o trabalho do "professor empreendedor" na Universidade Federal Fluminense

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Profª. Drª. Deise Mancebo

Rio de Janeiro

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

G821 Gregório, José Renato Bez de.
A produção de ciência e tecnologia nas IFES e o trabalho do "professor empreendedor" na Universidade Federal Fluminense / José Renato Bez de Gregório. – 2017.
280 f.

Orientadora: Deise Mancebo.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação.

1. Educação – Teses. 2. Universidade Federal Fluminense – Teses. 3. Professores – Teses. 4. Empreendedorismo – Teses. I. Mancebo, Deise. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

es CDU 378(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

José Renato Bez de Gregório

A produção de ciência e tecnologia nas IFES e o trabalho do "professor empreendedor" na Universidade Federal Fluminense.

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 11/08/2017

Banca Examinadora:

_____
Profª. Drª. Deise Mancebo (Orientadora)
Instituto de Psicologia da UERJ

_____
Profª. Drª. Andréa Araújo do Vale
Escola de Serviço Social da UFF

_____
Profª. Drª. Catharina Marinho Meirelles
Inst. de Ciências Humanas e Sociais da UFF de Volta Redonda

_____
Prof. Dr. Floriano José Godinho de Oliveira
Departamento de Geografia da FFP/UERJ

_____
Prof. Dr. João Ferreira de Oliveira
Faculdade de Educação da UFG

Rio de Janeiro

2017

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos Beatriz e Felipe, fontes de minha inspiração e motivação diária para minha luta por um mundo mais justo. A energia de vocês me alimenta!

À minha esposa Ana Paula pela paciência e companheirismo.

À minha doce mãe Wilma, lutadora e carinhosa.

À memória de meu querido pai, Antonio Carlos, amigo e trabalhador ferrenho, meu impulso constante.

AGRADECIMENTOS

Aos meus filhos Felipe e Beatriz. Minha vida!!!

À minha esposa Ana Paula, sempre presente, com carinho, amor e muita paciência. Te amo pra sempre!!!

À minha mãe Wilma, que transparece seu carinho, mesmo com suas enormes limitações.

À memória do meu pai Antonio Carlos, que onde quer que esteja, vibrará com minha vitória. Vitória que também lhe cabe, por sua luta incessante em meu processo educacional. Agora sim sou Doutor, pai!!!

À querida e incrível Profª. Deise Mancebo, genial, carinhosa, acolhedora, exigente!!! Você é o máximo!

Aos professores Andréa Vale, Catharina Meirelles, João Ferreira de Oliveira e Floriano Godinho, por aceitarem participar desta banca, emprestando-me um pouco de vossas sabedorias.

Aos professores Gaudêncio Frigotto, Theotônio dos Santos, Marise Ramos, Roberto Leher, Virgínia Fontes, Katia Lima, Eblin Farage, Emir Sader, que contribuíram bastante com seus cursos na trajetória do Doutorado.

Aos demais professores do PPFH/UERJ, sempre presentes na luta por uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

Aos professores da Rede Universitas/Br, João dos Reis, Valdemar Sguissardi, Eduardo Pinto e Silva, Denise Bessa, Carla Vaz, Tania Barbosa, entre outros.

À prima mais que irmã Fernanda, amiga de todas as horas.

Ao primo mais que irmão Beto, peça fundamental nas horas que precisei de apoio. Você é parte importante da minha vida!!!

À minha sogra Elenir pelo incentivo, dedicação e carinho.

À toda minha família. Aos Bezz e aos De Gregório!!! Orgulhoso de conviver com vocês.

Aos colegas de Doutorado Carlos Eduardo, Katia, Luana, Daise, entre tantos outros. Nossos encontros para discussão foram decisivos na construção deste trabalho.

Aos meus amigos de trabalho. Valeu Rosalva, Mexas, Carla, Priscila, Alice, Renata e Elaine. Sem a colaboração de vocês teria sido muito mais difícil.

Aos amigos da vida, que apesar de distantes no dia a dia, levantam meu astral. Valeu Luiz, Fabio, Glauco, Tunico, Bruno, Angelo, Gerson, Carlos André, Alexandre, Jorge

É preciso fazer qualquer coisa de extraordinário. [...] É preciso fazer qualquer coisa contra a submissão e a resignação, contra o afunilamento das ideias, contra a morte da vontade coletiva. [...] É preciso vencer o medo que habilmente foi disseminado e, de uma vez por todas, perceber que já quase nada temos a perder e que o dia chegará de já tudo termos perdido porque nos calamos e, sós, desistimos. [...] É necessário construir alternativas, passo a passo, que partam da mobilização das populações destes países e que cidadãs e cidadãos gregos, espanhóis, italianos, irlandeses, portugueses, [brasileiros] e todas as pessoas se juntem, concertando ações, lutando pelas suas vidas e unindo as suas vozes

Camargo, citado por Ruy Braga, 2014

Que se Lixe a Troika!

RESUMO

GREGÓRIO, J. R. B. *A produção de ciência e tecnologia nas IFES e o trabalho do professor empreendedor na Universidade Federal Fluminense*. 2017. 280 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

A presente tese aborda como se produz ciência e tecnologia, hoje, no Brasil e como essa nova maneira de produção do conhecimento afeta o trabalho dos professores/pesquisadores no conjunto das pequenas e médias universidades federais brasileiras, entre os anos de 1995 e 2016, em especial na Universidade Federal Fluminense (UFF). Concentra-se no estudo do trabalho dos chamados "professores empreendedores", categoria que surge a partir da hierarquização interna criada na disputa por modelos de universidade antagônicos, donde emergem as "universidades empreendedoras". Apresenta o novo papel atribuído pela reforma do Estado e assumido pelas instituições federais de ensino superior (IFES), no processo necessário ao capital a fim de aumentar sua produtividade e baratear o valor da força de trabalho. Destaca a importância do empreendedorismo nesse processo de precarização e intensificação do trabalho e a importância que os APH's (aparelhos privados de hegemonia) da burguesia assumem diretamente na formulação das políticas públicas de educação superior, de emprego e de produção de ciência e tecnologia. A disseminação da cultura do empreendedorismo impregna a universidade pública, alterando suas bases, abrindo espaço para que o caráter público das instituições seja solapado por uma privatização interna defendida pelos pares, aliada a participação de grupos empresariais com objetivos econômicos e predominantemente ideológicos. Analisa as relações entre os aparelhos privados de hegemonia da burguesia, os organismos internacionais, os órgãos formuladores das políticas, o papel das agências de fomento e avaliação, dos intelectuais acadêmicos e dos gestores acadêmicos na propagação dessa cultura empresarial nas IFES. Desvela as ações da fundação privada de apoio à UFF e da Agência de Inovação no direcionamento dos recursos captados externamente, analisando cada uma das unidades acadêmicas que se apresentam como parceiras desse modelo de universidade na UFF. Apresenta como resultado a surpreendente constatação de que a maior parte dos recursos financeiros auferidos, bastante acanhados, diga-se de passagem, são captados junto a agências governamentais ou empresas públicas ou de economia mista, e que tais valores em grande medida são direcionados ao mercado privado de cursos de pós-graduação *lato sensu* para pagamento de bolsas aos próprios professores da instituição. Conclui que a cultura institucional do empreendedorismo na UFF, capitaneada pelos "professores empreendedores", apresenta caráter majoritariamente ideológico no que tange a seus objetivos gerais e econômicos frente aos objetivos individuais.

Palavras-chave: Trabalho Docente. Empreendedorismo. Produção do Conhecimento.

ABSTRACT

GREGÓRIO, J. R. B. *The production of science and technology in the IFES and the work of the entrepreneurial teacher at the Universidade Federal Fluminense*. 2017. 280 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

The present thesis approaches how the production of science and technology is currently taking place in Brazil and how this new way of knowledge production affects the work of professors/researchers in the small and medium Brazilian Federal Universities, between the years 1995 and 2016, especially at Universidade Federal Fluminense (UFF). This paper will focus on the study about the work of the so-called "entrepreneurs teachers", a category that arises from the internal hierarchy created in the search for antagonistic university models, from which "entrepreneurial universities" emerge. It presents the new role attributed by the reform of the State and assumed by the IFES (Federal Institutes of High Education) in the process necessary for capital in order to increase its productivity and cheapen the value of the workforce. It highlights the importance of entrepreneurship in this process of precarization and intensification of work and the importance that the APH's of the bourgeoisie aknowledge directly in the formulation of public policies of higher education, employment and production of science and technology. The dissemination of the entrepreneurial culture permeates the public university, altering its bases, opening space for the public character of the institutions to be undermined by an internal privatization defended by the peers, allied with the participation of business groups with economic and predominantly ideological objectives. It analyzes the relationships between the APH's of the bourgeoisie, international organizations, policy-making bodies, the role of development and evaluation agencies, academic intellectuals and academic managers in spreading this entrepreneurial culture in the IFES. It unveils the actions of private foundations in supporting UFF and the Innovation Agency in directing the resources obtained externally, analyzing each of the academic units that present themselves as partners of this university model at UFF. As a result, the surprising finding is that most of the financial resources received, which are fairly small, are taken from government agencies or public or mixed-economy enterprises, and that these amounts are largely directed to the private *Lato Sensu* post-graduation courses for the payment of scholarships to the institution own professors. It concludes that the institutional culture of entrepreneurship in the UFF, captained by the "entrepreneurs teachers", presents mainly ideological character regarding its general and economic objectives in front of the individual objectives.

Keywords: Teaching Work. Entrepreneurship. Knowledge Production.

RESUMEN

GREGÓRIO, J. R. B. *La producción de ciencia y tecnología en las IFES y el trabajo del profesor emprendedor en la Universidade Federal Fluminense*. 2017. 280 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

La presente tesis aborda como se produce ciencia y tecnología, hoy, no Brasil y cómo esa nueva manera de producción del conocimiento afecta el trabajo de los profesores/investigadores en el conjunto de las pequeñas y medianas universidades federales brasileñas, entre los años 1995 y 2016, sobretodo en la Universidad Federal Fluminense. Se centra en el estudio del trabajo de los llamados "profesores emprendedores", categoría que surge a partir de la jerarquización interna creada en la disputa por modelos de universidad antagónicos, desde donde emergen las "universidades emprendedoras". Presenta el nuevo papel atribuido por la reforma del Estado y asumido por las IFES en el proceso necesario al capital para aumentar su productividad y abaratar el valor de la fuerza de trabajo. Destaca la importancia del emprendedorismo en este proceso de precarización e intensificación del trabajo y la importancia que los APH de la burguesía asumen directamente en la formulación de las políticas públicas de educación superior, de empleo y de producción de ciencia y tecnología. La diseminación de la cultura del emprendedorismo impregna a la universidad pública, alterando sus bases, abriendo espacio para que el carácter público de las instituciones sea solapado por una privatización interna defendida por los pares, aliada a la participación de grupos empresariales con objetivos económicos y mayoritariamente ideológicos. Se analizan las relaciones entre los APH's de la burguesía, los organismos internacionales, los órganos formuladores de las políticas, el papel de las agencias de fomento y evaluación, de los intelectuales académicos y de los gestores académicos en la propagación de esa cultura empresarial en las IFES. Desvela las acciones de la fundación privada de apoyo a la UFF y de la Agencia de Innovación en la dirección de los recursos captados externamente, analizando cada una de las unidades académicas que se presentan como socias de ese modelo de universidad en la UFF. Se presenta como resultado de la sorprendente constatación que la mayor parte de los recursos financieros percibidos, bastante acentuados por aso decir, son captados junto a agencias gubernamentales o empresas públicas o de economía mixta, y que tales valores en gran medida se dirigen al mercado privado de mercado Cursos de postgrado lato sensu para el pago de becas a los propios profesores de la institución. Concluye que la cultura institucional del emprendedorismo en la UFF, capitaneada por los "profesores emprendedores", presenta carácter mayoritariamente ideológico en lo que se refiere a sus objetivos generales y económicos frente a los objetivos individuales.

Palabras clave: Trabajo Docente. Emprendedor. Producción del Conocimiento.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABACE	Associação Brasileira dos Centros de Apoio às Pequenas e Médias Empresas
ABAG	Associação Brasileira do Agronegócio
ABDE	Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento
ABDI	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
ABEPRO	Associação Brasileira de Engenharia de Produção
ABIFINA	Associação Brasileira de Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas especialidades
ABIMAQ	Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
ABINEE	Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica
ABIPTI	Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica
ABIT	Associação Brasileira da Indústria Têxtil e Confecções
ABONG	Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais
ABRAMAN	Associação Brasileira de Manutenção e Gestão de Ativos
ABRASEL	Associação Brasileira de Bares e Restaurantes
ABIH	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
ABSCM	Associação Brasileira das Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte
ABVCAP	Associação Brasileira de *Private Equity* e *Venture Capital*
ACRJ	Associação Comercial do Rio de Janeiro
ADUFF	Associação dos Docentes da UFF
AGIR	Agência de Inovação da UFF
AIT	*Academia-Industry Training*
ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
ANAC	Agência Nacional da Aviação Civil
ANAMACO	Associação Nacional de Comerciantes de Materiais de Construção
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento
ANDES/SN	Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior – Seção Nacional
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANFAVEA	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
ANITEC	Associação Nacional de Inovação, Trabalho e Educação Corporativa
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ANPEI	Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Industriais
ANPROTEC	Associação Nacional das Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas
ANS	Agência Nacional de Saúde Suplementar
APEXBrasil	Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimento
APH's	Aparelhos Privados de Hegemonia
API-PME	Apoio às Pequenas e Médias Empresas Inovadoras Francesas
APL	Arranjos Produtivos Locais
ASPIL	Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais
ATH	Argumento da Hélice Tripla
BACEN	Banco Central do Brasil
BADESP	Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo
Badesul	Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul
BB	Banco do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CACB	Confederação das Associações Comerciais do Brasil
CAF	Banco de Desenvolvimento da América Latina
CAMEX	Câmara de Comércio Exterior
CAPDA	Comitê de Apoio a Projetos de P&D na Amazônia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCVP	Custo do Ciclo de Vida do Produto
CDES	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CDT/UnB	Centro de Desenvolvimento de Tecnologia da Universidade de Brasília
CEBRAE	Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa

CEDERJ	Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro
CEG	Caixa Econômica Federal
CEO	*Chief Executive Officer*
CEP	Conselho de Ensino e Pesquisa da UFF
CEPEL	Centro de Pesquisas de Energia Elétrica
CERNE	Centro de Referência para Apoio à Novos Empreendimentos
CES/CNE	Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação
CESAR	Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife
CETEM	Centro de Tecnologia Mineral
CF	Constituição Federal
CGEE	Centro de Gestão em Estudos Estratégicos
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CNDI	Conselho Nacional para o Desenvolvimento Industrial
CNDL	Confederação Nacional dos Diretores Lojistas
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
CNT	Confederação Nacional dos Transportes
CNTur	Confederação Nacional do Turismo
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
COMCITEC	Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Niterói
COMICRO	Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
COMPERJ	Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONAJE	Confederação Nacional dos Jovens Empresários
CONAMPE	Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais
CONFAP	Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa
CONSECTI	Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação

COPPE/UFRJ	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da UFRJ
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz
CSF	Programa Ciência Sem Fronteira
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CTC	Centro Tecnológico da UFF
CUFA	Central Única das Favelas
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CUV	Conselho Universitário da UFF
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DE	Dedicação Exclusiva
DEM	Democratas
EAD	Educação à Distância
EBN	*European Business and Innovation Centre Network*
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EC	Emenda Constitucional
ECHSVR	Escola de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda
ECT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
EEIMVR	Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda
EJ	Empresas Juniores
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias
EMBRAPII	Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial
ENADE	Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudantes
ENAI	Encontro Nacional da Indústria
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EST	Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da UFF
ETCO	Escritório de Transferência de Conhecimento da UFF
EUA	Estados Unidos da América
EVTE	Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica
FAP's	Fundações de Amparo à Pesquisa
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FAPERGS	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

FAPERJ	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FAPESC	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Santa Catarina
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FAS	Fundação Amazonas Sustentável
FASFIL	Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos
FASUBRA	Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Técnico-Administrativos das Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBKF	Formação Bruta de Capital Fixo
FCU	*Florida Christian University*
FEA-USP	Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo
FEBRAFARMA	Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica
FEC	Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à UFF
FENASEG	Federação Nacional das Empresas de Seguros Privadas e Capitalização
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FIEPE	Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco
FIES	Programa de Financiamento Estudantil
FIESC	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FIPEME	Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FLUTEC	Sistema Fluminense de Parques Tecnológicos
FMI	Fundo Monetário Internacional
FP	Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
FUMIN	Fundo Multilateral de Investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento
FUNTEC	Fundo Tecnológico
GATT	Acordo Geral de Comércio e Serviços
GEAC	Grupo Educacional Augusto Cury

GEAMPE	Grupo Executivo de Assistência à Média e Pequena Empresa
GEPES	Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Superior
GIFE	Grupo do Instituto de Fundações Empresariais
GIGCI	Grupo Interativo de Gestão do Conhecimento e Inovação
GT11	Grupo de Trabalho 11
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
HU's	Hospitais Universitários
HUAP	Hospital Universitário Antonio Pedro
IAOIP	*International Association of Innovation Professionals*
IAPMEI	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Inovadoras de Portugal
IASP	Associação Internacional de Parques Tecnológicos e áreas de Inovação
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBQN	Instituto Brasileiro de Qualidade Nuclear
ICEX	Instituto Espanhol para o Comércio Exeterior
ICHS	Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFF de Volta Redonda
ICT	Institutos de Ciência e Tecnologia
IEBT/UFF	Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da UFF
IED	Investimentos Estrangeiros Diretos
IEDI	Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
IEPE	Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas
IES	Instituição de Ensino Superior
IETS	Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade
IFC	*International Finance Corporation*
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFSP	Instituto Federal de São Paulo
IIC	*International Industry Conference*
IITH	*International Institute of Triple Helix*
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial

INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IPUB/UFRJ	Instituto de Psiquiatria/Universidade Federal do Rio de Janeiro
ITA	Instituto Tecnológico da Aeronáutica
IVB	Instituto Vital Brazil
LAMAG	Laboratório de Multi-Aplicações em Gestão
LATEC	Laboratório de Tecnologia, Gestão de Negócios e Meio Ambiente
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDF	Laboratório de Desenvolvimento Farmacotécnico da UFF
LNLS	Laboratório Nacional de Luz Síncroton
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MARE	Ministério da Administração e Reforma do Estado
MBA	Mestrado em Administração de Negócios
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MCTIC	Ministério da Ciência Tecnologia, Inovação e Comunicações
MDIC	Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio
MEC	Ministério da Educação
MEI	Micro Empreendedor Individual
MEI/CNI	Mobilização Empresarial pela Inovação/Confederação Nacional da Indústria
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
METALSUL	Sindicato das Indústrias Metalmecânicas do Sul Fluminense
MinC	Ministério da Cultura
MIT	Instituto de Tecnologia de Massachusetts
MP	Medida Provisória
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NAI´s	Núcleos de Assistência Industrial
NEICT	Núcleo e Estudos em Inovação, Ciência e Tecnologia
NELTUR	Empresa de Lazer e Turismo de Niterói
NEPPI	Núcleo de Estudos em Políticas Públicas para a Inovação
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil

OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OS	Organizações Sociais
PABT	Programa de Atratividade de Empresas de Base Tecnológica
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PAPT	Programa de Apoio a Parques de Tecnologia
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDS	Partido Democrático Social
PDV	Plano de Desligamento Voluntário
PEA	Práticas Educacionais Abertas
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PFL	Partido da Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto
PIBINOVA	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Inovação
PIBITI	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento
PIS	Programa de Integração Social
PL	Projeto de Lei
PL	Partido Liberal
PLS	Projeto de Lei do Senado
PMN	Prefeitura Municipal de Niterói
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNE	Plano Nacional de Educação
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
PNPC	Programa Nacional de Plataformas de Conhecimento
PNPG	Programa Nacional de Pós-Graduação
PPGA	Programa de Pós-Graduação em Administração
PPGE/UFF	Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF

PPP	Parceria Público-Privada
PREVI	Fundo de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão da UFF
PROFIAP	Programa de Pós-Graduação em Administração Pública
PROGER	Programa de Geração de Emprego e Renda
PROLEM	Programa de Línguas Estrangeiras Modernas
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento da UFF
PROPPI	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da UFF
PROTEC	Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
REA	Recursos Educacionais Abertos
RECAT	Laboratório de Reatores, Cinética e Catálise
REDETEC	Rede de Tecnologia e Inovação do Rio de Janeiro
REINC	Rede de Incubadoras do Rio de Janeiro
REUNI	Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RIOSULTEC	Parque Tecnológico Sul Fluminense
RIS	*Regional Innovation System*
RMVP-RJ	Região do Médio Vale do Paraíba Fluminense/Rio de Janeiro
RNI	Rede de Núcleos de Inovação
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SBF	Sociedade Brasileira de Física
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SCM	Sociedades de Crédito ao Microempreendedor
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SESI	Serviço Social da Indústria

SESu/MEC	Secretaria de Ensino Superior do MEC
SICOOB	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
Sinditextil	Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem
SINTUFF	Sindicato dos Trabalhadores da UFF
SMPE	Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
SNCTI	Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
SNI	Sistemas Nacionais e Locais de Inovação
SOBRAPO	Sociedade Brasileira de Pesquisa Operacional
STE	Departamento de Empreendedorismo e Gestão da UFF
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUS	Sistema Único de Saúde
TAC	Taxa de Abertura de Crédito
TCE	Escola de Engenharia da UFF
TEP	Departamento de Engenharia de Produção da UFF
TEQ	Departamento de Engenharia Química e Petróleo da UFF
THA	*Triple Helix Association*
THERG-Brazil	*Triple Helix Research Group*
TIC's	Tecnologias da Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UCAM	Universidade Cândido Mendes
UCP	Universidade Católica de Petrópolis
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos

UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNAFISCO	Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal
UnB	Fundação Universidade de Brasília
UNESA	Universidade Estácio de Sá
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho
ÚNICA	União das Indústrias de Cana de Açúcar
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIDO	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
UniFOA	Centro Universitário de Volta Redonda
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USAID	Agência para o Desenvolvimento Internacional do Departamento de Estado Norte-Americano
USP	Universidade de São Paulo
USPTO	*Unites States Patents and Trademark Office*
ZEN	Zona Especial de Negócios de Barra Mansa

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Captação de recursos externos pela FEC em 2015 por esfera 209
Tabela 2 – Captação de recursos externos pela FEC em 2015 por instituição 209
Tabela 3 – Recursos repassados pela FEC à UFF em 2015 por unidade..... 209
Tabela 4 – Valores orçados e executados na amostra de 335 projetos da FEC entre 2001 e 2016..... 211
Tabela 5 – Comparativo entre projetos de pesquisa/extensão e de cursos pagos (MBA's e Especializações)..... 212
Tabela 6 – Comparativo entre os valores recebidos pelo LATEC e pela UFF, relativos a cursos pagos 240
Tabela 7 – Comparativo entre os valores recebidos pela EST e pela UFF, relativos à cursos pagos 243

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Triângulo de Sábato 173
Figura 2 – Argumento da Tríplice Hélice 174
Figura 3 – Argumento TH em espiral 174
Quadro 1 – Detalhamento das Ações de Pesquisa e Extensão com Projetos Financiados pela FEC entre 2001-2016 213
Quadro 2 – Compilação de Ações Empreendedoras no âmbito da UFF por Unidades 251

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	25
1	**ALTERAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO, NA CLASSE TRABALHADORA E NO TRABALHO DOCENTE NA PRIMEIRA DÉCADA DO NOVO SÉCULO: PRECARIZAÇÃO, INTENSIFICAÇÃO E EMPREENDEDORISMO**	37
1.1	**Capitalismo de Predominância Financeira e a Reforma do Estado Brasileiro**	37
1.2	**A nova morfologia da classe trabalhadora**	57
1.2.1	Precarização e intensificação	67
1.3	**Empreendedorismo posto como "solução"**	73
1.3.1	Os Aparelhos privados de hegemonia (APH) do empreendedorismo: SEBRAE	83
1.3.2	Empreendedorismo no âmbito do Estado Restrito	88
1.4	**Trabalho Docente Diferenciado e Hierarquizado: o professor empreendedor**	105
2	**A UNIVERSIDADE E A PRODUÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA: ASPECTOS HISTÓRICOS, CONJUNTURAIS E A RELAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA NA REFORMA NEOLIBERAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**	118
2.1	**Padrão dependente de escola superior**	118
2.2	**Produção de inovações tecnológicas: o público e o privado na produção do conhecimento e o papel do Banco Mundial e da CNI**	126
2.2.1	A inserção subalterna brasileira no capital imperialismo	129
2.2.2	A produção de ciência e tecnologia no Brasil e o papel do Banco Mundial e da CNI	138
2.3	**Produção de ciência e tecnologia e a alteração do papel das universidades**	144
2.4	**A relação universidade-empresa na reforma da educação superior**	149
2.4.1	As agências de fomento e a reforma da educação superior	160
2.4.2	A Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII) e a produção de ciência e tecnologia no Brasil	162
2.4.3	Emenda Constitucional nº 85 e o Novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação: aprofundamento da privatização interna das IFES	166
2.4.4	Empresas Juniores: universidades imersas na cultura empreendedora	169
2.5	**A lógica da Hélice Tríplice: ultrapassada ou reconfigurada?**	171

2.5.1 A Triple Helix Association (THA) 181
2.5.1.1 As Conferências THA 187
2.6 **Constatações e perspectivas sobre a interação universidade-empresa** 197
3 **TRABALHO DOCENTE NA DISSEMINAÇÃO DA CULTURA EMPREENDEDORA: O PAPEL DOS PROFESSORES EMPREENDEDORES E DAS UNIDADES DIFUSORAS DO EMPREENDEDORISMO NA UFF** 203
3.1 **Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à UFF (FEC)** 203
3.2 **Triple Helix Research Group - Brazil** 219
3.3 **Agência de Inovação da UFF (AGIR)** 223
3.4 **Núcleo de Estudos em Inovação, Conhecimento e Trabalho (NEICT)** 235
3.5 **Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda (EEIMVR)** . 236
3.6 **Escola de Engenharia/LATEC – Laboratório de Tecnologia, Gestão de Negócios e Meio Ambiente** 237
3.7 **Faculdade de Administração e Ciências Contábeis** 241
3.8 **Empresas Juniores: o caso da META Consultoria** 246
3.9 **As Ações Empreendedoras na UFF em Síntese** 250
CONCLUSÃO 255
REFERÊNCIAS 260

INTRODUÇÃO

A presente tese tem como objetivo analisar o trabalho docente do "professor empreendedor" e a produção de ciência e tecnologia nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) nos marcos da reforma da educação superior, impulsionados nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), especialmente no âmbito da Universidade Federal Fluminense (UFF). A questão central que originou este trabalho foi a seguinte: como, para que e a quem servem as inovações tecnológicas produzidas nas instituições de ensino superior públicas brasileiras?

Partiremos de questões significativas que se colocam no horizonte e que temos como capitais no desenvolvimento da presente tese: por que houve, por que foi da forma que foi, qual a racionalidade, quais as consequências da reforma do Estado nesse processo?

Quase a totalidade do discurso oficial, e até mesmo de boa parte da academia, acenam para a possibilidade de incrementar-se a produção científica a fim de se canalizar o conhecimento produzido na universidade para as empresas, e que essa canalização remeteria ao desenvolvimento econômico e social para o país. A pergunta que surge é: será que o empresariado brasileiro deseja essa parceria com a universidade pública? E se a resposta for sim, esse empresariado e a academia estariam preparados? E se for não, por que não? Será que o empresariado brasileiro apostaria em investir em competitividade, em possuir a técnica mais avançada, ou preferiria aliar-se ao grande capital internacional, explorando o baixo preço da força de trabalho e garantindo a sua parte na super extração da mais valia?

Partirei da hipótese de que a produção de inovações tecnológicas de ponta, que despertam o interesse dos grandes grupos empresariais internacionais são prerrogativas de um seleto e pequeno grupo de instituições de pesquisas brasileiras, diferenciadas e de excelência. Entendo que diante de um universo de 57 universidades federais e de dezenas de estaduais, sobressaem-se somente três ou quatro instituições com essas características como a USP, Unicamp, UFRJ e UFMG. Os exemplos citados na literatura são sempre os mesmos: Laboratório Nacional de Luz Sincroton[1] (LNLS), EMBRAPA, ESALQ/USP (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz), Coppe/UFRJ, e coincidentemente ou não (ainda não

[1] O Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS) é responsável pela operação da única fonte de luz síncrotron da América Latina. A fonte de luz síncrotron de segunda geração, chamada UVX, foi projetada e construída por brasileiros e com tecnologia nacional, durante as décadas de 1980 e 1990, e inaugurada em 1997. O síncrotron UVX possui hoje 17 estações experimentais, chamadas linhas de luz, que permitem a execução de experimentos em diversas técnicas de análise microscópica da matéria usando radiação infravermelha, ultravioleta e raios X. disponível em <http://lnls.cnpem.br/o-lnls/sobre/>. Acesso em 10/06/2017.

conheço pesquisas sobre o tema), sempre envolvendo setores nos quais o Brasil percebe algum tipo de vantagem comparativa em sua inserção subalterna na divisão internacional do trabalho, como o agronegócio, a produção de petróleo e gás e o extrativismo mineral. Agrega-se a essa hipótese a participação de algumas universidades na adaptação de tecnologias produzidas fora do país e a inserção de pesquisas que lidem com "tecnologias sujas", as quais os países do capitalismo central expulsam de seu território.

Partimos do pressuposto de que a maioria das pequenas e médias universidades públicas brasileiras acabam por aderir a essa lógica empresarial de maneira diferente da propalada pelo discurso oficial e até mesmo defendida (ou criticada) por colegas pesquisadores acadêmicos, ou seja, servindo à produção de inovações que atendem apenas às franjas do capitalismo, ou seja, inovações "por performance"[2] ou "por sustentação"[3]. Essas universidades pequenas e médias acabam for forjar um professor/pesquisador empreendedor isolado da pesquisa de base e envolto numa lógica empresarial desvinculada de todo o sentido social e constitucional das IFES.

Para tanto, realizaremos uma análise do conjunto de políticas governamentais implementadas no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que sustentaram as reformas neoliberais do Estado brasileiro desencadeadas pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) e que foram aprofundadas nos governos de Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014), servindo como base para a aplicação da reforma neoliberal da educação superior e da produção de ciência e tecnologia. Tais políticas públicas, por sua vez, encontram-se inscritas em um projeto ainda maior, sustentado pela burguesia dos países do capitalismo central e disseminadas pelos organismos internacionais, visando à obtenção de consenso da classe trabalhadora ao projeto burguês de sociabilidade. Essas mesmas políticas, entretanto, são formulada pelos aparelhos privados de hegemonia do capital que, como veremos no decorrer do trabalho, estão entranhados na ossatura material[4] do Estado brasileiro.

Mostrarei que a necessidade de expansão do capital em um contexto de predominância financeira traz para a universidade novas tarefas na produção de inovações tecnológicas e no

[2] Entende-se por "inovações por performance", aquelas que tem como objetivo diminuir os custos do processo de produção da empresa, sem criar um novo mercado.

[3] Entende-se por "inovações por sustentação", aquelas que substituem antigos produtos num mercado já existente e dominado pela própria empresa.

[4] Embora considere o Estado como resultante de uma correlação de forças, ou seja, a capacidade de uma ou mais classes conquistar seus interesses específicos, Poulantzas mostra que esta correlação se condensa em materialidade específica, que chama de "ossatura material do Estado". Define esta como a forma específica de organização em aparelhos que garante, sempre de forma precária, o exercício da dominação.

barateamento da força de trabalho, e um outro sentido de universidade, principalmente na difusão de ideologias como o empreendedorismo.

A reforma do Estado precisa ser compreendida como instrumento para abrir espaço para reprodução do capital com predominância financeira, baseando-se nas privatizações, rebaixamento salarial, paralisação do investimento público direto em serviços sociais. A nova relação entre capital e trabalho imposta pela financeirização, mercantiliza a educação superior e faz com que a universidade mude a sua identidade, de uma maneira cheia de contradições, que predomina atualmente na forma de uma hegemonia, reproduzida pelos próprios professores/pesquisadores, ou seja, os intelectuais acadêmicos. Destacarei o papel desses professores nas instâncias internas da UFF na produção das inovações tecnológicas e na difusão de um projeto de universidade empreendedora, lastreada em bases empresariais.

A necessidade de aceleração dos ciclos de reprodução do capital, que exige que o Estado seja reformado, é a mesma que imputará sobre a universidade, por meio do pagamento de bolsas e do investimento em *start ups* e incubadoras de empresas, o aumento da produtividade e o barateamento da mercadoria força de trabalho, conforme poderemos constatar mais adiante.

Justificativa

Ao caminhar pela Escola de Engenharia da UFF me deparo com uma estrutura diferenciada do restante da instituição, repleta de laboratórios, salas bem cuidadas, principalmente se comparada com a infraestrutura dos *campi* do Gragoatá e do Valonguinho, desta mesma universidade, que abrigam, em sua maioria, cursos vinculados às ciências humanas e sociais e cursos de licenciatura. Professores de terno e “maletas 007”, típicos dos executivos de empresas privadas, circulam pelos corredores, em parte cumprindo carga horária de 20 horas semanais, pois acumulam o exercício da docência com cargos em grandes empresas públicas ou privadas.

Outra imagem que me chamou atenção foi a grande quantidade de *banners*, faixas e cartazes oferecendo MBA´s nas grades do Campus do Valonguinho, em sua maioria vinculados à Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, lembrando um “grande classificado” a céu aberto.

E, por último, uma visita à Fundação Euclides da Cunha (FEC), na qual presenciei uma estrutura de fazer inveja a muitas empresas privadas, demonstrando o que se representa a frase que ouvimos amiúde nos corredores da UFF: FEC é a Universidade (UFF) que deu "certo"!

Todos esses estímulos foram significativamente importantes para a escolha do tema desta tese, instigando-me a investigar o porquê desta "universidade partida", parafraseando Zuenir Ventura[5]. Desta forma, a escolha do tema "a produção de ciência e tecnologia nas IFES e o trabalho do 'professor empreendedor' na UFF", no período compreendido entre 1995 e 2016, foi motivada:

i) Pela minha vivência institucional na UFF, local em que desenvolvo minhas atividades profissionais (Assistente em Administração ligado diretamente à gestão de docentes) desde 1994, que me levou ao seguinte questionamento: por que determinado grupo de docentes adere ao projeto de sociabilidade do capital no interior das universidades públicas, transformando a essência do seu trabalho, de suas condições de existência e das funções sociais e constitucionais da instituição?

ii) Pelo desenvolvimento de minha pesquisa de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF (PPGE/UFF) intitulada "Política de Pessoal Docente do Governo Lula: uma análise do REUNI na UFF e seus desdobramentos", que foi determinante na escolha do tema, pois nela me concentrei no estudo das reformulações no trabalho docente na UFF, elaborando uma análise quantitativa do quadro de pessoal docente da Universidade no período de 1995 a 2010 e suas implicações para o trabalho docente. Além disso, as recomendações da banca examinadora para publicação dos estudos e a continuidade destes reforçaram meu interesse em ingressar no curso de doutorado.

iii) Pelo fato de ter participado de dois grupos de pesquisa que possuíam como objeto principal de estudo as alterações realizadas pela reforma da educação superior presentes nas IFES. O primeiro é o GEPES (Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Superior), vinculado à Escola de Serviço Social da UFF e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Serviço Social/UFF, coordenado pela professora Katia Lima, e que tinha como foco a análise das reconfigurações político-pedagógicas das IFES sediadas no Rio de Janeiro no período de 1995 a 2010. O segundo é o Eixo 4 da Rede Integrada Universitas/Br, vinculado ao GT11 da ANPEd, constituído por pesquisadores e alunos de

[5] O termo "cidade partida" vem sendo usado pela sociologia urbana para designar um movimento de divisão na infraestrutura urbana da cidade do Rio de Janeiro, que separa a cidade de acordo com as classes sociais, bairros e grupos culturais. Originou-se do livro homônimo de Zuenir Ventura, publicado em 1994, no que o autor relata histórias paralelas de moradores da favela de Vigário Geral e da Zona Sul do Rio de Janeiro.

graduação e pós-graduação da UFF, UERJ, UFSCAR, UFMG,UFMA e UFPA, que tem como objeto o "Trabalho Docente na Expansão da Educação Superior" investigando, dentre outros temas, a reconfiguração do trabalho docente nas IFES de todo o país.

O problema que se apresenta para a pesquisa passa pela maneira com que a reforma da educação superior no Brasil está relacionada à produção de ciência e tecnologia num contexto "empreendedor" das universidades públicas, e às transformações e hierarquizações sofridas pelo trabalho docente neste contexto.

Partirei do pressuposto apresentado por Lima (2011) e Sguissardi e Silva Junior (2009) de que a reforma da educação superior produziu uma diferenciação entre pares, na qual professores da carreira do magistério superior federal assumem papéis distintos dentro das IFES. A existência da divisão entre professores "auleiros" (e/ou "professores REUNI"), professores pesquisadores e professores empreendedores das mais variadas matizes, nos parece cada vez mais clara ao nos debruçarmos sobre o tema. Como professor empreendedor, entendemos o docente que age direcionado pela lógica empresarial e difundindo esta, por meio da captação externa de recursos, da busca de financiamento de pesquisas alinhadas ao mercado, atuação em cursos pagos para fins de complementação salarial, isoladamente ou amparados por entidades externas às universidades e um papel ideológico fundamental ao projeto de sociabilidade burguesa.

Focarei minha pesquisa na análise da diferenciação do trabalho docente em certos setores da universidade que se apresentam ligados à produção de inovações tecnológicas nos moldes mercadológicos e que, mais claramente, abrem espaço para a ação do professor empreendedor.

Levarei em consideração aspectos políticos, ideológicos e geográficos para entender tais configurações e salientar, caso se confirme a hipótese, quais os múltiplos impactos dessa diferenciação no trabalho docente sobre a subjetividade destes e sobre a produção de conhecimento.

Considero que o tema escolhido seja relevante, visto que se trata de uma análise atual da reconfiguração do trabalho docente no contexto da reforma da educação dos Governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Lula da Silva (2002-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014) nas IFES, particularmente na UFF. Outro aspecto a ser ressaltado refere-se à originalidade do tema em tela, visto que, apesar do grande número de dissertações e teses desenvolvidas com o objetivo de analisar o trabalho docente e o empreendedorismo, não há registro algum de teses que tratem do trabalho docente do professor empreendedor na UFF, salientando as "hierarquizações" estabelecidas no interior da universidade.

A relevância da temática articula-se também com a contribuição para as diversas áreas do conhecimento como Educação, Sociologia, Ciência Política, Políticas Públicas, Serviço Social, Ciências Econômicas entre outras, bem como, colaborará para as lutas políticas dos movimentos sociais, sindicais e estudantis, em defesa da educação superior pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada.

Os estudos que realizamos no mestrado (GREGÓRIO, 2011) indicam que a reforma da educação superior, coroada com o Decreto que estabelece o REUNI (Decreto nº 6.096/97), ataca a qualidade do trabalho docente, assumindo novos contornos, por meio de um discurso mais sofisticado, que foca a expansão e a democratização do acesso à universidade, e encobre as facetas mais perversas desse projeto que passam pela opressão dos trabalhadores docentes, chegando a um aumento excessivo da carga de trabalho, tanto de forma absoluta, do aumento da carga horária real, quanto de forma relativa, com a intensificação das atividades e com o aumento do número de alunos por sala de aula, conforme fica claro no Art. 1º do Decreto do REUNI. Por outro lado, nesta tese, vislumbraremos a "privatização interna" da universidade pública, da mercantilização da produção do conhecimento, com a participação efetiva de professores e das mais altas instâncias diretivas da instituição, amparados por um conjunto de leis, normas e artifícios jurídicos, que culminam com a Lei nº 13.243/2016, denominada Marco Legal de Ciência e Tecnologia.

Estrutura

A presente tese se desenvolverá em três capítulos divididos da seguinte forma: o primeiro capítulo, intitulado "Reforma do Estado, alterações no mundo do trabalho, na classe trabalhadora e no trabalho docente na primeira década do novo século: precarização, intensificação e empreendedorismo", apresenta, de forma sucinta, alguns aspectos da reforma do Estado brasileiro que julgo indispensáveis à compreensão do objeto de pesquisa. Aborda os conceitos de globalização e mundialização financeira, fundamentais para entender a reestruturação produtiva e os novos contornos que apresenta o capitalismo contemporâneo, embasado em François Chesnais, David Harvey, entre outros. Pontua alguns aspectos das transformações que o Estado brasileiro vem sofrendo desde os anos 1990, passando pelos governos FHC, Lula e Dilma, e seus impactos na política econômica e sobre os espaços de produção do conhecimento e C&T, e na educação superior. Analisa as alterações no mundo

do trabalho e da classe trabalhadora na nova configuração do capitalismo contemporâneo; apresentando uma revisão de bibliografia que trata destas alterações e aprofunda a análise das particularidades destas alterações no Brasil, tendo como eixos os trabalhos desenvolvidos por Ricardo Antunes, Giovanni Alves, Sadi Dal Rosso, Marcelo Badaró de Mattos, Ruy Braga e Chistophe Dejours, referências na análise da reconfiguração do mundo trabalho, da subjetividade do trabalhador e da classe trabalhadora.

Aborda a relação ciência e trabalho e as novas conotações que assume o trabalho imaterial. Suscita aspectos referentes à precarização e à intensificação do mundo do trabalho. Analisa os aspectos subjetivos dessas alterações e como tais alterações afetam o trabalhador como ser integral, ou seja, para além do local de trabalho. Detalha a lógica e a retórica do empreendedorismo como arrefecedor da luta de classes e como uma estratégia utilizada por parte da burguesia e a preponderância do papel dos aparelhos privados de hegemonia na disputa do Estado brasileiro a fim de garantir políticas públicas interessantes ao capital. Explicita o papel do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas) na produção e difusão do empreendedorismo como "fator eliminante de desigualdades sociais" e o caráter de classe dessa lógica. Desnuda as disputas no âmbito do Estado restrito a fim de legitimar essa ideologia. Destaco as alterações sofridas pelo trabalho do professor/pesquisador neste novo contexto do mundo do trabalho, que influenciam na hierarquização das IFES entre si e na diferenciação entre professores "de uma mesma carreira", produzindo uma tríade de funções distintas no magistério superior federal. Aborda os resultados dessa hierarquização entre pares docentes, observando professores que se dedicam exclusivamente às aulas na graduação (Auleiros); outros que se desdobram em aulas na graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão e estão diretamente subordinados à lógica produtivista das agências de regulação e fomento, ainda que consideremos os espaços de resistência e engajamento na luta por uma universidade socialmente referenciada, como os sindicatos; um terceiro tipo, que utiliza a universidade pública como "propaganda" para suas atividades externas; um quarto tipo que mesmo em regime de dedicação exclusiva, presta consultorias externas sistematicamente; e ainda um quinto tipo, ainda pouco estudado, que é o professor empreendedor, que, se dedica a projetos privados no interior da universidade pública. Para tal, baliza-se em autores como Deise Mancebo, Katia Lima, João dos Reis Silva Junior, Roberto Leher, entre outros, assim como em documentos institucionais.

O segundo capítulo, denominado "A universidade e a produção de ciência e tecnologia: aspectos históricos, conjunturais e a relação universidade-empresa na reforma neoliberal da educação superior", destaca a importância das universidades públicas brasileiras

na produção de ciência e tecnologia. Inscreve aspectos constitutivos e estruturais das universidades brasileiras, que as tornam principal polo irradiador de inovações tecnológicas no Brasil, utilizando autores como Florestan Fernandes e Roberto Leher. Enfoca a produção de inovações tecnológicas e as parcerias entre Estado e iniciativa privada. Demonstra o papel de organismos internacionais e de associações burguesas na difusão dessa prática e na indução de pesquisas nas universidades públicas.

Discute, ainda, a origem das tendências que fomentam a produção de inovações tecnológicas na universidade, incentivando o empreendedorismo e o mercado. A Escola de Stanford, a teoria da Hélice Tripla, de Henry Etzkowitz e Loet Leydesdorff, suas novas tendências e ligações com entidades burguesas brasileiras. No caso brasileiro, apoia-se em textos produzidos por Renato Dagnino. Analisa artigos da *Triple Helix Issue*, revista publicada pela Associação *Triple Helix* e seu número dedicado exclusivamente ao Brasil, além de esmiuçar os eixos temáticos da reunião anual da *Triple Helix Association*.

Discute a maneira como pontos da reforma da educação superior em curso como a Lei de Inovações Tecnológicas, as Fundações de apoio privadas, as Agências de Inovações, as Empresas Juniores, os Cursos Pagos, os Editais de fomento (CAPES, CNPq, FAP´s) e o recente Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação.

O terceiro e último capítulo, intitulado "Trabalho docente na disseminação da cultura empreendedora: o papel dos professores empreendedores e das unidades difusoras do empreendedorismo na UFF", aborda a materialização dessas teorias na UFF, na estrutura organizacional da UFF, por meio da ação de professores empreendedores junto á órgãos como a AGIR (Agência de Inovações), a FEC (Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à UFF), as empresas juniores da UFF, o Departamento de Empreendedorismo e Gestão (STE) da Faculdade de Administração, Núcleos de Estudos em Inovação, Conhecimento e Trabalho da UFF (NEICT), a *Triple Helix* na UFF e parcerias com empresas privadas. Para tal, recorre-se à análise de documentos e páginas da internet desses órgãos, assim como ao mapeamento da participação de docentes da UFF nessa rede de difusão da ideologia empresarial.

Esta tese, portanto, não esgota a riqueza e a complexidade do tema apresentado, mas visa colaborar com o debate tão em voga na universidade pública brasileira, mostrando as reais condições de trabalho em que estão inseridos os docentes das IFES no contexto da reforma da educação superior e pretende desnudar a contradição entre precarização e indução à produção de ciência e tecnologia em alguns setores das IFES (de forma diferenciada e hierárquica). A lógica do empreendedorismo é a chave para a compreensão dessa tese, mesmo que sua materialização ocorra sob um novo prisma.

Metodologia

A base térico-metodológica é o marxismo, com base no materialismo histórico dialético, deixando de maneira clara um posicionamento contrário ao ideário burguês, conforme explica Lowy:

> [...] Marx não escondeu jamais a perspectiva de classe que orienta seu pensamento. Ele não somente "revelou" o caráter burguês da obra de seus adversários (economia política clássica e vulgar) mas afirmou também, em alto e bom som, o caráter proletário de seu próprio ponto de vista.(LOWY, 1978, p.18)

Segundo Lowy (1978), em toda sua obra, Marx faz questão absoluta de explicitar sua concepção das relações sociais, fazendo críticas profundas ao ideário positivista da classe burguesa. Para Lowy, o simples fato da escolha de determinado objeto de pesquisa, já é uma tomada de posição. Portanto, não existe um ponto de vista que seja neutro em relação ao pesquisador. Lowy (1978, p.15) critica o positivismo, apontando os erros de tal método, salientando que este não considera o caráter histórico dos fenômenos sociais, a identidade parcial entre o sujeito e o objeto do conhecimento, as concepções antagônicas entre as classes sociais e a implicação que os conhecimentos gerados podem ter sobre a luta de classes. Para ele, "as visões do mundo das classes sociais condicionam, pois, não somente a última etapa da pesquisa científica social, interpretação dos fatos, a formulação das teorias, mas a escolha mesma do objeto de estudo [...] a problemática da pesquisa". Lowy ainda lembra que não é possível manter uma neutralidade na pesquisa científica, como defendia Max Weber (LOWY, 2013, p. 45).

Entretanto, Lowy (1978, p.29) alerta para que "não se caia num relativismo onde acabemos por negar a possibilidade de um conhecimento objetivo." Tal cuidado deve-se tomar quando assumimos que "toda ciência social é, conscientemente ou não, diretamente ou não, engajada, orientada, tendenciosa, partidária, ligada à visão de mundo, ao ponto de vista de uma classe social". Para completar, Lowy (1978, p. 30) destaca que "o ponto de vista da classe revolucionária é, em cada período histórico, superior ao das classes conservadoras, porque é o único capaz de reconhecer e de proclamar o processo de mudança social."

Marx nos apresenta uma nova maneira de apreender a essência dos fatos, nos mostra a metodologia que não se aplica apenas como método de pesquisa sobre os fatos, mas sim como a própria forma de investigar, interpretar e transformar a realidade. Pois segundo Marx:

> Parece correto começar pelo real e o concreto, pelo que se supõe efetivo; por exemplo, na economia, partir da população, que constitui a base e o sujeito do ato social da produção no seu conjunto. Contudo, a um exame mais atento, tal revela-se falso. A população é uma abstração quando, por exemplo, deixamos de lado as classes de que se compõe. Por sua vez, estas classes serão uma palavra oca se ignorarmos os elementos em que se baseiam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes últimos supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc. O capital, por exemplo, não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem os preços, etc.(MARX; ENGELS, 1977, p. 116)

A concepção marxista de análise da realidade fica mais clara à medida que utilizamos a obra de Kosik (1976), através do que o autor denomina pseudoconcreticidade. Kosik afirma que os fatos se apresentam num todo caótico, ou seja, numa situação na qual o homem não pode determinar a verdade dos acontecimentos a partir de sua aparência, e para conseguir chegar a esta verdade é necessário fazer a separação do que é fenômeno e do que é essência:

> O conhecimento se realiza como separação de fenômeno e essência, do que é secundário e do que é essencial, já que só através dessa separação se pode mostrar a sua coerência interna, e com isso, o caráter específico da coisa. Neste processo, o secundário não é deixado de lado como irreal ou menos real, mas revela seu caráter fenomênico ou secundário mediante a demonstração de sua verdade na essência da coisa. Esta decomposição do todo, que é elemento constitutivo do conhecimento filosófico – com efeito, sem decomposição não há conhecimento – demonstra uma estrutura análoga à do agir humano: também a ação se baseia na decomposição do todo. (KOSIK, 1976, p. 14)

Para Kosik, a práxis utilitária do cotidiano faz com que essa tarefa de separar o fenômeno da essência não seja uma tarefa simples para o homem, que precisa pensar de maneira prática, para que sua análise seja ferramenta de intervenção e transformação da realidade. Os acontecimentos e fatos são obras dos homens que personificam classes sociais ao interagirem com a natureza e entre si. Essas relações sociais que são construídas ao longo do tempo expressam fins e interesses antagônicos constitutivos de uma sociedade de classes. É neste cenário em que há divisão do trabalho, luta de classes, que o homem tende a perceber na imediaticidade, o "fenômeno" como sendo a realidade e a totalidade dos fatos e acontecimentos. Para Fontes (2002, p. 121), a dificuldade que encontramos hoje advém de uma "leitura fragmentada e muitas vezes pontual", além de "descontínua e regionalizada (quando não setorizada), num período que se impõem processos de homogeneização e de *Standards* de comportamento mundializados".

Para chegar à estrutura da "coisa" é necessário, portanto, decompor o todo, afastar-se do objeto para ampliar a visão sobre o mesmo, daí então organizar as partes de maneira orgânica destruindo a aparente independência entre elas.

> A distinção entre representação e conceito, entre o mundo da aparência e o mundo da realidade, entre a práxis utilitária cotidiana dos homens e a práxis revolucionaria da humanidade ou, numa palavra, a cisão do único é o modo pelo qual o pensamento capta a coisa em si. (KOSIK, 1976, p. 20)

Entretanto, Kosik (1976) alerta que, apesar de necessário o recorte de determinado objeto de análise, em momento algum podemos esquecer, que este objeto é parte integrante desse mesmo todo, e que sua análise isolada simplesmente nos levaria a uma análise vazia e fragmentada do real. Não se pode esquecer que as Ciências Sociais são atravessadas pela política, e portanto pela ordem do poder. Fontes (2002, p. 117), esclarece ainda que numa "sociedade, ainda que calcada de um cunho científico, tende a associar estreitamente conhecimento e poder, descaracterizando o primeiro e absolutizando o segundo". Se esta permanente tensão se resolve em favor do poder, o conhecimento se vê limitado em sua capacidade inovadora e de tensionar o poder.

Kosik (1976) ainda considera que, o mundo em sua forma fetichizada, reificada ao se apresentar cotidianamente através dos diversos fenômenos, ainda que nos revelem sobre determinados ângulos, esconde a essência. Portanto, a aparência não é falsa, mas não corresponde a essência. Trata-se do mundo das aparências ou da pseudoconcreticidade da falta de clareza da representação da "coisa".

"O homem sempre vê mais do que aquilo que percebe imediatamente" (Kosik, 1976, p. 30). O que não quer dizer que ele compreende o que está vendo, ou seja, o homem apesar de dotado de capacidade de abstrair, estabelecer relações, atuar em sociedade, encontra-se quase sempre alienado pelo desenvolvimento das forças produtivas e pela divisão social do trabalho sobre a hegemonia do capitalismo.

> Cada coisa sobre a qual o homem concentra o seu olhar, a sua atenção, a sua ação ou a sua avaliação, emerge de um determinado todo que a circunda, todo que o homem percebe como um pano de fundo indeterminado, ou como uma conexão imaginária, obscuramente intuída. Como o homem percebe os objetos isolados? Como únicos e absolutamente isolados? Ele os percebe sempre no horizonte de um determinado todo, na maioria das vezes não expresso e não percebido explicitamente. Cada objeto percebido, observado ou elaborado pelo homem é parte de um todo e precisamente este todo não percebido explicitamente é a luz que ilumina e revela o objeto singular, observado em sua singularidade e no seu significado. (KOSIK, 1976, p. 25)

Enfim, o materialismo histórico é o método capaz de apreender a essência do real, concebido conforme Kosik (1976), a partir da seguinte afirmação:

> A totalidade concreta como concepção dialético-materialista do conhecimento do real (cuja dependência face à problemática ontológica da realidade já ressaltamos

> repetida vezes) significa, portanto, um processo indivisível, cujos momentos são: a destruição da pseudoconcreticidade, isto é, da fetichista e aparente objetividade do fenômeno, e o conhecimento da sua autêntica objetividade; em segundo lugar, conhecimento do caráter histórico do fenômeno no qual se manifesta de modo característico a dialética do individual e do humano em geral; e enfim o conhecimento do conteúdo objetivo e do significado do fenômeno, da sua função objetiva e do seu lugar histórico que ele ocupa no seio do corpo social. (KOSIK, 1976, p. 61)

Lowy (1978, p. 34) completa afirmando que o método científico marxista é o único capaz de incorporar as verdades parciais produzidas pela ciência burguesa, ultrapassando-as dialeticamente, criticando e negando suas limitações de classe. Conclui enfatizando que "o ponto de vista do proletariado não é uma condição suficiente para o conhecimento da verdade objetiva, mas é o que oferece maior possibilidade de acesso a essa verdade", visto que essa é uma "arma indispensável para a revolução".

Sob o rigor do método desenvolvido por Marx e exposto acima, foram adotados alguns procedimentos metodológicos a que cabe destacar. O primeiro passo tomado foi a realização de extensa consulta bibliográfica a fim de embasar as análises conceituais e teórico-críticas, abordando temas como sociologia do trabalho, teoria do Estado, análises de conjuntura e políticas públicas de ciência e tecnologia e de educação superior. Foram consultados e densamente analisados diversos documentos elaborados por órgãos governamentais como os Ministérios da Educação, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Trabalho e Emprego e, Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, por entidades ligadas às entidades patronais como CNI e SEBRAE, além organismos internacionais como o Banco Mundial. Foi analisada vasta legislação da área de políticas públicas de ciência e tecnologia e de educação superior através de consulta à página eletrônica do Senado Federal.

Num segundo momento, foram consultadas páginas eletrônicas oficiais de diversas entidades vinculadas à indústria e a sua articulação com a academia, principalmente relacionadas à *Triple Helix Association*. Também foram bastante utilizadas os sítios eletrônicos vinculados à UFF, incluindo o portal da FEC. Deste último, foram extraídas inúmeras informações relativas aos projetos executados pela fundação e disponibilizados para consulta na área da "transparência". Recorremos também a vídeos institucionais publicados em plataformas como o *YouTube*. Foram consultadas entrevistas publicadas em jornais e *clippings* eletrônicos

1 ALTERAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO, NA CLASSE TRABALHADORA E NO TRABALHO DOCENTE NA PRIMEIRA DÉCADA DO NOVO SÉCULO: PRECARIZAÇÃO, INTENSIFICAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

Para compreendermos o trabalho dos professores/pesquisadores entusiastas do empreendedorismo e a disseminação da cultura empreendedora no interior das instituições de ensino superior, no que Slaughter e Leslie (1999) chamam de "capitalismo acadêmico", faz-se necessário analisar aspectos mais gerais do capitalismo contemporâneo, rechaçando qualquer caráter demiurgo das ações efetivamente implantadas no Brasil dos anos 1990 e que seguem dando o tom até o presente. Tanto a conhecida "Reforma Administrativa do Estado brasileiro", alavancada por Bresser Pereira nos governos FHC (1995-2002), quanto as políticas públicas direcionadas ao fomento do empreendedorismo e da lógica empresarial no ensino superior público posteriormente adotadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), são estratégias importantes para o capital em sua engrenagem movida à expropriação e exploração do trabalho humano. Os professores-empreendedores passam a ser intelectuais necessários para a difusão dessa concepção de mundo e trazem junto a si alguns importantes instrumentos de obtenção de consenso na comunidade acadêmica e inexorabilidade dessa realidade.

1.1 Capitalismo de Predominância Financeira e a Reforma do Estado Brasileiro

A história nos mostra que o capital precisa de novas áreas de exploração para desenvolver plenamente a extração de mais-valia, sempre aliada à difusão do ideário burguês de mundo que fundamente essa exploração. Marx afirma que: "A necessidade de mercados sempre crescentes para seus produtos impele a burguesia a conquistar todo o globo terrestre. Ela precisa estabelecer-se, explorar e criar vínculos em todos os lugares" (Marx, 1979, p. 14). Esta conclusão de Marx já deixava claro que, em meados do século XIX, a classe burguesa se estabelecia como hegemônica e que a burguesia sempre teve a necessidade de expandir suas fronteiras por áreas cada vez mais amplas a fim de garantir a plena reprodução do capital, e que as faces econômica, política e ideocultural estão interligadas todo o tempo a fim de afirmar essa expansão do capital.

Fernandes observa que:

> É falsa a ideia de que a história se faz, que ela se determina automaticamente. A história é feita coletivamente pelos homens e, sob o capitalismo, através de conflitos de classe de alcance local, regional, nacional e mundial. Daí dois fatos: 1º) não se pode isolar os fenômenos de estrutura dos fenômenos de conjuntura; 2º) os modos de produção, com as formações sociais e políticas correspondentes, não são eternos (como gostariam as classes dominantes e suas elites que elas fossem). (1980, p. 101).

Portanto, é importante ressaltar que, para analisarmos as condições de trabalho e de existência dos "professores empreendedores", no âmbito na Universidade Federal Fluminense nos marcos da produção de inovações tecnológicas no interior das IFES, devemos considerar que todas as ações dos Governos FHC (1995-2002), Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) estão inseridas num contexto muito maior de reconfiguração do capitalismo atual, com fundamentos que passam por uma disputa de classes entre burguesia e classe trabalhadora, entre frações burguesas, até a expansão imperialista dos países centrais frente aos países periféricos, fatores inerentes ao capitalismo.

Após anos de prosperidade econômica e massiva participação do Estado na economia (*Welfare State*), o mercado surge para retomar seu protagonismo. Os ganhos exorbitantes auferidos pelo capital financeiro exigiam maior liberdade de movimentos para sua cada vez mais necessária reprodução, apoiando-se na propagação de políticas econômicas cada vez mais desreguladoras e privatizantes, materializadas no Consenso de Washington[6]. A abertura dos mercados financeiros e do comércio internacional, a atração de investimentos estrangeiros diretos (IED), a liberalização do câmbio e a redução do tamanho do Estado foram tomadas como regras a serem seguidas a fim de minguar os gastos públicos e privatizar tudo que se conseguisse.

No início dos anos 1990, o Brasil, assim como quase a totalidade dos países do capitalismo periférico, experimentou o trator neoliberal que já avassalava os EUA e a

[6] A expressão *Consenso de Washington* surgiu da denominação dada por John Williamson, economista e pesquisador do *Institute of International Economics*, sediado em Washington, para a convergência de pensamento sobre as políticas públicas dos anos 1980, a partir dos governos de Ronald Reagan e George Bush. Referia-se às ideias das principais autoridades da economia mundial: a alta burocracia das agências econômicas do governo dos Estados Unidos, o *Federal Reserve Board*, as agências financeiras internacionais, membros do Congresso norte-americano e consultores econômicos de maior poder simbólico internacional. Williamson resumiu as teses que embasaram o Consenso de Washington em dez pontos estratégicos: 1) disciplina fiscal; 2) priorização do gasto público em saúde e educação; 3) realização de uma reforma tributária; 4) estabelecimento de taxas de juros positivas; 5) apreciação e fixação do câmbio, para torná-lo competitivo; 6) desmonte das barreiras tarifárias e paratarifárias, para estabelecer políticas comerciais liberais; 7) liberalização dos fluxos de investimento estrangeiro; 8) privatização das empresas públicas; 9) ampla desregulamentação da economia; e 10) proteção à propriedade privada. (Enciclopédia Latino Americana, disponível em <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/c/consenso-de-washington>. Acesso em 05/07/2017).

Inglaterra desde os governos Ronald Reagan (1981-1989) e Margareth Thatcher (1979-1990) há mais de uma década.

Para entendermos o neoliberalismo e a reforma do Estado brasileiro, precisamos recorrer ao Livro III d'O Capital, no qual Marx detalha os ciclos do capital e a compressão do espaço-tempo. Marx nos demonstra que o ciclo de produção real do valor não é privilégio do capitalismo, pois ocorreu em todas as etapas da produção da vida humana (D-M-D'-M'-D''-M''-D'''), onde D = dinheiro, M = mercadoria, D'>D e M'>M. Explica ainda que outro ciclo aparece (M-M'... M'-M'') e é exclusivamente capitalista, pois mostra as relações sociais de produção. O capital financeiro, que surge neste novo período de crise estrutural de ciclo longo, dá origem ao terceiro ciclo de movimentação do capital, o capital financeiro. Os dois primeiros ciclos são meramente econômicos, enquanto que o ciclo do capital financeiro é econômico, mas também jurídico, pois demanda ações do Estado, como se dinheiro fabricasse dinheiro D<D'<D'', e prescindisse do trabalho humano para se reproduzir.

Esse ciclo do capital financeiro tornou-se predominante a partir da última crise estrutural do capital que acaba com o segundo período longo de expansão do capitalismo. Ele não considera as condições de produção do capitalismo em geral e nem tão pouco o primeiro ciclo do capital. Ele altera essas condições! Não tem consideração ética ou social, mas a toma como elemento de cálculo. O importante é o cumprimento de contratos de pagamento dos financiamentos.

O segundo ciclo vai pressionar o primeiro ciclo que é quem de fato produz valor, ou seja, o trabalho humano. O grande objetivo da predominância financeira é aumentar a produtividade do capital por meio da diminuição do valor da força de trabalho. O empreendedorismo, as novas formas de gestão, as novas tecnologias da informação e as novas formas de organização do trabalho concorrem para as novas formas de precarização e intensificação, estranhamento e sofrimento do trabalho.

A outra forma de baratear o custo da força de trabalho é a retirada de direitos. Daí a importância da reforma do Estado, exigida pelo regime de predominância financeira, que reduz a participação direta estatal na previdência, saúde e educação.

A reforma do Estado passa a ser uma instância para a reprodução do capital financeiro, baseando-se nas privatizações, congelamento salarial, paralisação do investimento público. A nova relação entre capital e trabalho imposta pela financeirização, mercantiliza as políticas sociais e faz com que as instituições públicas mudem a sua própria identidade, não de uma maneira total, mas plena de contradições.

A crise do capitalismo dos anos de 1970 é uma crise de modelo diferente das crises cíclicas do capital, sejam elas de ciclos longos ou de ciclos curtos. É uma crise estrutural do sistema, que vem à tona como sendo provocada pelo esgotamento do modelo fordista.

> A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. (ANDERSON, 1995, p. 10).

O neoliberalismo é apresentado como remédio amargo para conter uma crise que já não era passível de contenção. Posteriormente, políticas econômicas neoliberais e keynesianas[7] vão sendo implantadas de maneira alternadas no decorrer dos anos em intervalos cada vez mais curtos. O Estado passa a ter papel mais decisivo na reprodução do capital financeiro. Não só como legislador, mas como parceiro direto por meio da punção do fundo público[8], expropriando direitos sociais e barateando o preço da força de trabalho, principalmente por intermédio do mecanismo da dívida pública. O Estado não se limita ao papel de facilitador da realização do ciclo do capital em D-D'. O Estado, no capitalismo de predominância financeira, conforme nos mostra Poulantzas (1980), passa a ser uma instância de realização de D em D'. Seu papel vai além de criar o arcabouço jurídico e político para que esse ciclo se realize.

Ainda no começo dos anos 1980, segundo Chesnais (1996), o termo globalização começou a ser utilizado por professores norte americanos das escolas de negócios radicados em Harvard, Columbia e Stanford, a fim de passar a mensagem de que os obstáculos à expansão do capital já não existiam mais. Todos os limites até então encontrados pelo capitalismo haviam sido levantados por intermédio da liberalização e da desregulamentação dos mercados, da telemática e dos satélites de comunicação, que abriam possibilidades jamais vistas de reorganizar e fundamentar as políticas internacionais dessas grandes empresas. Surgia a tese de que as pequenas divergências por cotas de importação deveriam ser deixadas em segundo plano, e o importante para esses grandes grupos era a cooperação. Para esses

[7] Políticas econômicas baseadas na intervenção direta do Estado nos investimentos. Derivam da obra do economista Jonh Maynard Keynes, "Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda", publicada em 1936, e que tiveram bastante influência nas políticas econômicas dos países capitalistas centrais no pós-guerra.

[8] Considera-se fundo público toda a reserva, em dinheiro, ou o patrimônio liquido, constituído de dinheiro, bens e ações afetado pelo Estado, a determinado fim.

grandes grupos, despontava um novo mundo onde não existiriam mais fronteiras nacionais e as grandes empresas não possuiriam nacionalidade.

É importante frisar que esses termos são carregados de ideologia e logo impregnaram os discursos políticos e econômicos, a fim de manipular o "imaginário social", pois se tratava de termos vagos que caberiam em qualquer discurso, conforme fosse conveniente. (CHESNAIS, 1996, p. 24).

Ao mesmo tempo, surgia o termo, de origem francesa, mundialização, que encontrou alguma resistência em se impor, primeiro devido à barreira linguística, pois o inglês é a principal língua de comunicação do capitalismo, e, em segundo lugar, porque a própria expressão em si já denota um sentido de regulamentação, pois, numa economia mundializada, fazia-se necessária a existência de instrumentos de controle em nível mundial, o que seria desastroso para o capital e seu movimento.

De todo modo, a ideia propagada era a da imperiosidade de adaptação rápida às novas circunstâncias globais, o que seria "benéfico e necessário" para as sociedades contemporâneas. Porém adaptar-se a quê? O discurso propalado era de que, para se adaptar, era necessário descartar quaisquer possibilidades de controle, orientação, dominação ou regulamentação econômica. Essa ideologia foi encampada rapidamente pelos governos neoliberais do início dos anos 1980, principalmente os de Reagan, nos Estados Unidos, e de Thatcher, no Reino Unido, e pelos organismos internacionais do capital (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, etc), pregando a liberdade total dos movimentos do capital em todos os segmentos da vida social. Logo, esse movimento se espalhou por diversas partes do globo, ganhando força inclusive nos países do capitalismo periférico, com a ascensão ao poder de governos neoliberais em países como Chile, que serviu de experiência piloto, Brasil, México, e Argentina.

A internacionalização do capital marca o início do capitalismo baseado no investimento internacional, que se torna mais importante que o comércio internacional, moldando suas estruturas de produção. Essa estrutura tem por consequência a facilitação de novas fusões e aquisições de empresas e instituições financeiras internacionais. Cabe destacar o importante papel das novas tecnologias e, consequentemente, das instituições de ensino e pesquisa neste processo de mundialização, pois aparecem como "condição permissiva e como fator de intensificação dessa globalização" (CHESNAIS, 1996, p. 26).

> [...] O que há de novo é que as empresas recorreram a novas combinações entre os investimentos internacionais, o comércio e a cooperação internacional interempresas coligadas, para assegurar sua expansão internacional e racionalizar suas operações.

> As estratégias internacionais do passado, baseadas nas exportações, ou as estratégias multidomésticas, assentadas na produção e venda no exterior, dão lugar a novas estratégias, que combinam uma série de atividades transfronteiras: exportações e suprimentos externos, investimentos estrangeiros alianças internacionais. As empresas que adotam essas estratégias podem tirar proveito de um alto grau de coordenação, da diversificação de operações e de sua implantação local. (CHESNAIS, 1996, p. 27).

A mundialização financeira é a consequência da incapacidade da economia real de gerar lucros capazes de satisfazer a necessidade do capital de obter maiores taxas de lucros e de se expandir indefinidamente.

Adicionalmente, o fenômeno da "globalização não deve ser analisado como fato econômico exclusivamente", mas sim como "uma interseção complexa de fenômenos frequentemente contraditórios, que interpelam fortemente as subjetividades e que dizem respeito não apenas à criação de sistemas em grande escala, mas também às mudanças nos contextos locais e até mesmo pessoais de experiência social" (MANCEBO, 2009, p. 76). O neoliberalismo surge tendo como pano de fundo o endeusamento do mercado e do individualismo como articuladores fundamentais das relações sociais, relegando ao segundo plano as práticas coletivas, que passam a restringir-se em coincidências casuais entres objetivos individuais.

Segundo Sevcenko (2001; p. 16), fazendo uma comparação da trajetória do capitalismo com uma montanha russa, o estágio atual das relações sociais se compara ao *loop*, "a síncope final e definitiva, o clímax da aceleração precipitada, sob cuja intensidade extrema relaxamos nosso impulso de reagir, entregando os pontos entorpecidos, aceitando resignadamente ser conduzidos até o fim pelo maquinismo titânico". A velocidade de desenvolvimento das novas tecnologias da informação e comunicação faz com que nos seja impossível prever, compreender ou resistir a tais mudanças. Para o autor, a esse loop "sufoca a reflexão e o diálogo, emudecendo a crítica e tornando a técnica surda à sociedade" e ressalta que ambas são intimamente coladas, pois a técnica depende da crítica para "descortinar novos horizontes" sob pena de "morrer por obsolescência tecnológica" (2001, p. 17-18). E sintetiza apresentando a globalização como sendo a tentativa do capital em estabelecer o conjunto do planeta como sendo uma coisa só, "algo assim como um único e gigantesco palco onde os mesmos atores desempenham os mesmos papéis na única peça em que se resume todo o show" (SEVCENKO, 2001, p. 21).

O projeto burguês de sociabilidade defende a noção de que a crise é do Estado e não do capitalismo. O neoliberalismo surge como "estratégia" para solucionar a crise do capital, e tentar conter a classe trabalhadora nos horizontes do capital.

As palavras de Harvey sintetizam bem, sem deixar escapar a complexidade, a ideologia neoliberal:

> Por todo o mundo capitalista, mas particularmente nos Estados Unidos (o poder dominante indiscutível na época), o poder da classe capitalista se enfraqueceu em relação aos movimentos de trabalhadores e outros movimentos sociais, e a acumulação do capital perdeu velocidade. Os chefes das principais corporações, juntamente com os barões da mídia e as pessoas mais ricas, muito dos quais, como os irmãos Rockfeller, eram descendentes da classe capitalista, foram para o contra-ataque. Iniciaram um movimento de reconstrução do nexo Estado-finanças (a desregulamentação nacional e internacional das operações financeiras, a liberação do financiamento da dívida, a abertura do mundo para a competição internacional intensificada e o reposicionamento do aparelho do Estado em relação à previdência social). O capital foi reempoderado em relação ao trabalho pela produção de desemprego e desindustrialização, imigração, deslocalização e toda sorte de mudanças tecnológicas e organizacionais (a subcontratação, por exemplo). Mais tarde foi ligado a um ataque ideológico e político sobre todas as formas de organização do trabalho nos anos de Reagan/Tatcher, e o efeito foi resolver a crise do declínio de rentabilidade e riqueza por meio de repressão salarial e da redução de prestações sociais pelo Estado. As concepções mentais do mundo foram reformuladas, na medida do possível, com o recurso aos princípios neoliberais da liberdade individual, necessariamente incorporados no livre mercado e no livre comércio. Isso exigiu a regressão do Estado de bem-estar social e o sucateamento progressivo do quadro regulatório que tinha sido construído no início dos anos 1970. (HARVEY, 2012, p. 110).

Segundo Boito Junior (1999) a ideologia neoliberal contemporânea é essencialmente um liberalismo econômico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa empresarial, rejeitando de modo enérgico, porém vago, a intervenção do Estado na economia. O neoliberalismo não leva em consideração o liberalismo político e tenta transplantar historicamente o liberalismo econômico da aurora do capitalismo para uma época em que predominam os monopólios, a especulação financeira e o imperialismo.

Harvey (2004, p.114) entende como acumulação por espoliação uma "diabólica aliança entre os poderes do Estado e os aspectos predatórios do capital financeiro" que, para alcançar os objetivos da classe burguesa, é capaz de aliar ações classificadas por ele como canibalescas e forçadas, com ações capazes de "promover um desenvolvimento global harmonioso", que são possíveis apenas no discurso burguês, a fim de tornar as reconfigurações do capitalismo mais palatáveis, pois trata-se de algo impossível em se tratando de uma sociedade de classes[9].

[9] Embora não seja objetivo desta tese fomentar este debate, cabe aqui registrar que Fontes (2010, p. 62-63) discorda de Harvey na utilização do termo "espoliação" ou "despossessão". A autora entende que Harvey vislumbra um ressurgimento da chamada acumulação primitiva, eliminando direitos e o controle capitalista sobre formas de propriedades coletivas como a natureza, a água e o conhecimento. Para ela, Harvey reatualizou o "roubo do pecado original", e que tal processo não se trata de espoliação, mas de expropriação, pois "além de manter-se a expropriação do trabalho no campo, espolia-se também, bens e direitos em situações plenamente urbanas e já capitalizadas".

O capitalismo contemporâneo de predominância financeira reconfigura, de maneira categórica, os processos de trabalho e o papel do Estado, estabelecendo novas demandas à educação como um todo, e também, de maneira específica, às universidades, principal polo de produção de novas tecnologias. A mercantilização do conhecimento acaba por atingir em cheio aspectos culturais das instituições de ensino superior, sobretudo públicas, estreitando os laços entre estas e a financeirização da economia. Mais à frente, abordaremos detalhadamente, como esse capitalismo de novo tipo modifica a produção de ciência e tecnologia e produz desdobramentos que resultam numa nova tipologia de docente nas IES brasileiras.

Ao analisarmos o caso brasileiro, torna-se notório o quanto o governo FHC mostrou-se alinhado com as recomendações dos organismos internacionais. O governo FHC consegue aprovar as Emendas Constitucionais 19/1998 e 20/1998, que, respectivamente, possibilitam executar o Plano Diretor da Reforma do Estado e reunir condições para levar adiante a reforma da previdência pública e privada.

Promoveu-se a reconfiguração das condições de trabalho e de carreira do funcionalismo público, o sucateamento da máquina pública e o desmantelamento do aparato estatal via privatizações, a política fiscal rígida baseada, sobretudo, no superávit primário, a abertura dos mercados às grandes empresas multinacionais, a desregulamentação do mercado de trabalho e do mercado financeiro e a ausência quase que total de políticas sociais para além da focalização. Houve a dilapidação do patrimônio público, a desvalorização dos servidores com achatamento salarial e perda de direitos, o abandono de áreas como a saúde e a educação e a ênfase em áreas gerenciais como fiscalização, diplomacia e agências reguladoras[10].

Reforça-se o conceito de público não estatal, segundo o qual as organizações podem ter caráter público, no sentido de servirem ao interesse público, porém sem serem geridas pelo Estado. Substituiu-se o conceito de direito social pelo de "serviços sociais e científicos", com o entendimento de que, os investimentos na infraestrutura e na execução desses serviços não seriam mais obrigações exclusivas do Estado.

Encontravam-se, entre esses, os "serviços sociais e científicos": escolas, universidades, centros de pesquisa científica e tecnológica, creches, ambulatórios, hospitais. Atividades que respondem aos direitos sociais, mas que passaram a ser consideradas atividades de "constituição de quase mercados".

[10] Teoricamente, as agências reguladoras foram criadas para fiscalizar a prestação de serviços públicos praticados pela iniciativa privada. Além de controlar a qualidade na prestação do serviço, deveriam estabelecer regras para o setor. No Brasil, atualmente, existem dez agências reguladoras. A regulação envolve medidas e ações do governo que envolvam a criação de normas, o controle e a fiscalização de segmentos de mercado explorados por empresas para assegurar o interesse público.

As funções do Estado seriam reestruturadas em três funções: o bloco das ‘funções típicas de Estado’, um segundo bloco em que foram agregadas as instituições das áreas de saúde, cultura, educação, ciência e tecnologia e um terceiro bloco que englobava as empresas estatais dos setores de energia, mineração, telecomunicações, recursos hídricos, saneamento, entre outras.

Como signatário do GATT (Acordo Geral de Comércio e Serviços), que versava sobre a liberalização de serviços como educação, saúde, previdência, e do Tratado sobre Propriedade Intelectual, o Brasil precisaria se adequar às normas jurídicas do país mais liberal também signatário dos acordos. A educação entra no rol de serviços competitivos. As universidades públicas só não se transformam em organizações sociais (OS) por conta de grande resistência e lutas dos movimentos sindicais e estudantis.

Por sua vez, o núcleo central da reforma do Estado nos governos do PT está baseado no conceito de “público não estatal”, focando principalmente nas parcerias público-privadas[11] (PPP´s) e nos contratos de gestão[12]. Esse processo se estabelece na medida em que o governo brasileiro se coloca à disposição dos interesses da burguesia, tanto do empresariado brasileiro quanto do capital internacional, a fim de favorecer a exploração de novos campos, fundamentalmente nas áreas estratégicas como infraestrutura, educação, ciência e tecnologia.

O eixo central desta reforma passa pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que tem suas ações determinadas por um conjunto de medidas que visam incentivar os investimentos privados e aumentar os investimentos públicos por intermédio da remoção de barreiras administrativas, burocráticas, normativas, jurídicas e legislativas, atuando em diversas áreas como infraestrutura, concessão de financiamento e crédito, melhora do ambiente de investimentos, medidas fiscais de longo prazo e aperfeiçoamento do sistema tributário.

Quando anunciado em 22 de janeiro de 2007, o PAC previa um investimento da ordem de R$ 503 bilhões até 2010, divididos em três grandes áreas: “Logística” (transportes),

[11] Segundo Marçal Justen Filho, parceria público-privada é um contrato organizacional, de longo prazo de duração, por meio do qual se atribui a um sujeito privado o dever de executar obra pública e (ou) prestar serviço público, com ou sem direito à remuneração, por meio da exploração da infra-estrutura, mas mediante uma garantia especial e reforçada prestada pelo Poder Público, utilizável para a obtenção de recursos no mercado financeiro. Ver Justen Filho, Marçal. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 549.

[12] Para Diógenes Gasparini, trata-se, o contrato de gestão, de "ajuste celebrado pelo Poder Público com órgãos e entidades da Administração direta, indireta e entidades privadas qualificadas como organizações sociais, para lhes ampliar a autonomia gerencial, orçamentária e financeira ou para lhes prestar variados auxílios e lhes fixar metas de desempenho na consecução de seus objetivos". Ver Gasparini, Diógenes. *Direito administrativo*, 7 ed, São Paulo : Saraiva, 2002, pp. 602-603.

“Energia” e “Infraestrutura Social e Urbana” (habitação e saneamento), a fim de obter taxas de crescimento econômico maiores que as alcançadas nos últimos anos. Ao analisarmos mais atentamente, podemos perceber que o PAC aprofunda a política de superávits primários e de priorização aos gastos com a dívida pública, por meio do chamado “Déficit Nominal Zero”, que consiste em aumentar o superávit primário de forma a viabilizar o pagamento de todos os juros da dívida através da realização de um ajuste fiscal de longo prazo, que corte os gastos sociais com previdência, salário mínimo e salários dos servidores públicos federais por um período de 10 anos, de forma a viabilizar o total pagamento dos encargos da dívida[13].

Ao apreciarmos, à primeira vista, valor tão vultoso (R$ 503 bilhões), parece-nos suficiente para realização de tal Programa, porém não precisamos ir longe para vermos que tal montante é insignificante se dimensionarmos os gastos do governo com o pagamento de juros e amortizações das dívidas interna e externa apenas do ano de 2006 (R$ 275 bilhões), que equivaleriam a 37% do Orçamento de 2006 (mais da metade do valor atribuído ao PAC de 2007 a 2011)[14].

Uma das medidas do PAC é o limite dos gastos com servidores, alterando a "Lei de Responsabilidade Fiscal", afirmando que o gasto com o funcionalismo público federal somente poderia aumentar pela inflação mais 1,5% de aumento real, pelos próximos 10 anos. Esta medida eliminava a possibilidade da recuperação de perdas passadas, tendo em vista que o próprio crescimento absoluto do número de servidores através de novas nomeações e contratações ou a progressão funcional dos servidores ativos, já consumiria grande parcela deste 1,5% de aumento real. Cabe ressaltar que o limite de 1,5%, se refere à folha de pagamentos como um todo, o que, na prática, permitiria aumentos diferenciados entre as diferentes categorias do funcionalismo público federal.

Devemos ainda ressaltar que o PAC atende basicamente a setores da economia voltados para a exportação, mantendo a política brasileira de superávit primário para sustentar o pagamento dos juros da dívida. A começar pelo enorme investimento no setor de energia elétrica através de empréstimos a baixo custo pelo BNDES, que visariam atender às “grandes indústrias exportadoras de matérias primas eletrointensivas” (ÁVILA, 2007, p. 5), sem riscos de um novo “apagão” e a um baixo custo. Outro exemplo é a forte concentração dos investimentos no setor de infraestrutura na área de transportes voltados para escoamento da

[13] A proposta chamada “Déficit Nominal Zero” foi apresentada pelo economista e ex-Ministro dos governos da ditadura militar Antonio Delfim Neto em 2005. Para maiores detalhes, acessar <http://www.ipea.gov.br/pub/bccj/bc_71k.pdf>.

[14] Dados extraídos de Ávila (2007; p. 1).

produção para fora do país através da construção de portos, ferrovias e estradas ligando o interior do país ao litoral a fim de favorecer a venda de produtos para o exterior, prioritariamente commodities. Além disso, em nenhum momento a reforma tributária proposta se apresenta como solução para os problemas da população como, por exemplo, isentar de impostos a cesta básica ou medicamentos, mas ao contrário disso, ela só visa à desoneração dos produtos exportáveis através de incentivos fiscais.

Parte importante deste projeto são as Parcerias Público Privadas (PPP's), que nada mais são do que a instrumentalização jurídica e legislativa da aplicação do conceito de "público não estatal" disseminado pelos documentos do Banco Mundial já no final dos anos de 1990, superando as fronteiras legais, ideológicas e de financiamento entre o público e o privado. Ao sancionar a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, o governo Lula da Silva abriu as portas para a conformação dos contratos de gestão no âmbito dos serviços públicos, mesmo apresentando como motivo "à falta de disponibilidade de recursos financeiros e aproveitamento da eficiência de gestão do setor privado" (BRASIL, 2004).

A lei das PPP´s prevê a concessão de serviços públicos ou de obras públicas das mais diversas naturezas, excluindo-se apenas as tarefas exclusivas de Estado como de polícia, regulação e jurisdição. Todos os demais setores do Estado, quer estejam ligados à produção e à comercialização de bens e serviços de natureza pública e coletiva, à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, à defesa do meio ambiente, à conservação do patrimônio histórico e cultural, quer estejam ligados à representação externa dos interesses da Nação e do Estado, estarão sujeitos à contratação de parceria público-privada, nos quais, em tese, tanto o financiamento quanto a responsabilidade pelo investimento e pela exploração cabem ao parceiro privado.

Ao delegar competência ao setor privado para gerir atribuições até então de responsabilidade exclusiva do Estado, o governo Lula da Silva ganha margem de manobra para canalizar recursos públicos para a implementação de políticas focalizadas de cunho assistencialista voltada para os "pobres" e "miseráveis", conforme determinavam os documentos do Banco Mundial[15].

É mantida a lógica do Consenso de Washington por meio do discurso da estabilidade macroeconômica como precondição para qualquer política de longo prazo. As reformas estruturais a fim de favorecer o mercado, como a liberalização comercial, financeira e produtiva de certa forma, ampliadas.

[15] Ver Gregório (2012).

É bem verdade que ocorreram mudanças no encaminhamento das políticas, em particular com maior investimento nas políticas sociais (Programa Saúde da Família[16], Bolsa Família[17], ProUni[18], Reuni[19], entre outras). Um investimento que tem se dado pela necessidade de amenizar os efeitos da política econômica neoliberal por meio de uma política focalizada no "alívio da pobreza", em acordo com as diretrizes apresentadas pelos organismos internacionais do capital, em especial do Banco Mundial, baseadas no conceito de público não estatal (Parcerias Público Privadas – PPP) e nos contratos de gestão, alicerçado na manutenção do capitalismo dependente e nos seus interesses de classe hegemônica que a orientam.

O argumento apresentado como justificativa pelo governo Lula da Silva, de que os recursos disponíveis seriam insuficientes para o Estado prover suas atribuições constitucionais, pode ser facilmente desconstruído se levarmos em consideração o modelo de acumulação rentista vigente, no qual o déficit e a dívida pública são absolutamente funcionais às necessidades do grande capital. Conforme expôs Poulantzas (1980), o Estado capitalista vai realocando suas funções em torno de suas ações econômicas.

Podemos constatar, mais uma vez, que a centralidade das ações do governo federal é o pagamento de altas taxas de juros de uma dívida pública com títulos indexados ao câmbio, sem vinculação com o crescimento econômico, tornando o Estado um parceiro do grande capital. Parte daí "a falta de recursos" alegada pelo governo brasileiro, para suas atribuições sociais e estratégicas, que serviu de motivo para a apresentação da necessidade das parcerias público-privadas. Esse movimento se identifica com o que Poulantzas (1980) apresenta como

[16] O Programa Saúde da Família (PSF) foi implantado no Brasil pelo Ministério da Saúde, ainda no governo Itamar Franco, em 1994. A partir de 2006 (Portaria GM/MS nº 648, de 28 de março de 2006), já no governo lula da Silva, ficava estabelecido que o PSF seria a estratégia prioritária do Ministério da Saúde para organizar a atenção básica e teria como um dos seus fundamentos possibilitar o acesso universal e contínuo a serviços de saúde de qualidade, reafirmando os princípios básicos do Sistema Único de Saúde (SUS): universalização, igualdade, descentralização, integralidade e participação da comunidade - mediante o cadastramento e a vinculação dos usuários. Em 2011 (Portaria GM/MS nº2.488/2011), no governo Dilma Rousseff, é aprovada a Política Nacional de Atenção Básica para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), que substituem o PSF.

[17] É um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. Em todo o Brasil, mais de 13,9 milhões de famílias são atendidas pelo Bolsa Família (Lei nº 10.836/2004).

[18] "Programa Universidade para Todos" do governo federal, vinculado ao MEC, com o objetivo de oferecer, a alunos de baixa renda, bolsas de estudo em IES privadas, concedendo a essas isenção de alguns tributos fiscais (Lei nº 11.096/2005).

[19] Programa de Apoio á Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais do governo federal (Decreto nº 6.096/2007), que, segundo o MEC, teve como objetivo ampliar e democratizar o acesso ao ensino superior público.

uma nova relação dialética entre política e economia, em que não só as funções ideológicas e políticas do Estado estão subordinadas à suas ações econômicas, mas a concepção mercantilizada de mundo passa a se constituir na ideologia hegemônica no conjunto das relações sociais.

O governo Lula da Silva teve como tarefa "com o auxílio da mídia, arregimentar espíritos, os corações e as mentes para mostrar a necessidade de permanência do regime de emergência, com ou sem necessidade que supostamente o produziu." (PAULANI, 2010, p.124) Baseado nesse "regime de emergência econômica permanente" que o governo Lula da Silva tornou regra: i) a manutenção da maior taxa de juros real do mundo; ii) o pagamento de juros da dívida pública que em oito anos ultrapassou 8% do PIB; iii) a manutenção de um superávit primário na casa dos 5% do PIB; iv) a reforma do sistema previdenciário brasileiro; v) a aprovação da lei de falências que coloca na mão do setor financeiro o gerenciamento das massas falidas das empresas; e por fim, iv) a defesa incessante da independência do Banco Central. Tais medidas, segundo o então Ministro da Fazenda Guido Mantega, serviram para conquistar definitivamente a confiança dos investidores externos e afastar definitivamente o fantasma da inflação e a ameaça de um *default*[20] externo (PAULANI, 2010, p.124-125).

O regime de emergência não tem como finalidade resolver a "emergência", para que esta volte à normalidade. O real objetivo deste é "manter a situação de emergência e não ultrapassá-la" (PAULANI, 2010, p.126).

A fim de comprovarmos nossos argumentos, recorreremos aos dados da Auditoria Cidadã, entidade formada por algumas instituições, dentre elas a UNAFISCO, a fim de realizar uma auditoria da dívida brasileira. Analisaremos os dados referentes ao ano de 2005, podemos observar o quanto os recursos públicos são remanejados das funções sociais do Estado para o pagamento das dívidas externa e interna.

> O ano de 2005 foi mais um ano de sacrifício para o povo brasileiro: recorde de arrecadação de tributos; recorde de contingenciamento de investimentos e gastos públicos, tudo para se cumprir e superar a estéril meta de superávit primário. Ao todo, os governos federal, estadual e municipal realizaram um superávit primário (reserva de recursos para o pagamento da dívida pública) de R$ 93,5 bilhões, valor esse equivalente a 4,84% do PIB (Produto Interno Bruto, que representa a soma de todas as riquezas produzidas no país durante o ano). Este valor superou a meta de 4,25% do PIB, e foi o maior desde a Era FHC. Porém, este superávit não foi suficiente para o pagamento dos juros da dívida pública, que atingiram R$ 157,1 bilhões (referentes às esferas federal, estadual e municipal), devido às altíssimas taxas de juros praticadas no país. Na esfera federal, as indecentes taxas de juros fizeram crescer a própria dívida e, apesar do superávit primário recorde e de todo o sacrifício social, a dívida interna rompeu a barreira dos R$ 1 trilhão: subiu de R$

[20] É o descumprimento de qualquer cláusula de um contrato relacionada com credor e devedor. É o que caracteriza um "calote".

> 857,47 bilhões (em dez/2004) para R$ 1,002 trilhão em dezembro de 2005. Ou seja: em apenas 1 ano, esta dívida subiu nada menos que R$ 145 bilhões, ou R$ 276 mil por minuto! Já a dívida externa estava, ao final do terceiro trimestre de 2005, em US$ 202 bilhões (de acordo com a última informação do governo). Destes US$ 202 bilhões, US$ 116 bilhões correspondiam à dívida pública e US$ 86 bilhões à dívida "privada". A dívida com o FMI era de US$ 15,6 bilhões, e foi quitada antecipadamente em dezembro do ano passado. (AUDITORIA CIDADÃ, 2006, p. 2).

Se considerarmos os dados de 2012, já no governo Dilma Rousseff, observaremos que pouco coisa mudou na composição da dívida pública brasileira. O Congresso Nacional aprovou e a Presidente Dilma sancionou o Orçamento da União para 2012 no montante de R$ 2.150.458.867.507 (2 trilhões, 150 bilhões, 458 milhões, 867 mil e 507 reais). O valor destinado à Dívida Pública corresponde a 47,19% de todo o orçamento, e equivale a R$ 1.014.737.844.451,00, ou seja, mais de 1 trilhão de reais. Até setembro de 2015, o estoque da dívida interna acumula R$ 3.802.662.718.451,44 e a externa US$ 561.145.971.605,76, tendo o pagamento de juros e amortizações consumido cerca de 49% do total de gastos do governo federal, totalizando R$ 939 bilhões, ou seja, R$3,1 bilhões ao dia (AUDITORIA CIDADÃ, 2015).

Apesar da alegada fragilidade financeira e da incapacidade de gestão do Estado, este segue mantendo a concessão de privilégios aos projetos privados da classe burguesa através de instrumentos de política monetária adotados a partir do Plano Real. Não são raros os casos em que grandes grupos internacionais recebem incentivos fiscais por meio de isenção de impostos e de financiamentos a juros irrisórios através de bancos estatais para promover a exploração econômica do país e da classe trabalhadora.

Grosso modo, o governo Lula da Silva manteve um enorme superávit primário, por intermédio do controle dos gastos públicos e do aumento da arrecadação como forma de manter satisfatória a relação da dívida pública x PIB. Na política monetária, manteve o regime de metas inflacionárias, ou seja, a administração das taxas básicas de juros foi submetida ao gerenciamento das pressões inflacionárias, não importando o impacto que pudessem ter sobre o encolhimento da atividade econômica (CARCANHOLO, 2010, p.115).

Por outro lado, a eleição de Luís Inácio Lula da Silva em 2002 apresenta uma “reviravolta transformista” nas relações entre os sindicatos brasileiros e o Estado. Mais da metade dos cargos de direção e assessoramento superior foram preenchidos por sindicalistas, que controlam aproximadamente um orçamento de 200 bilhões de reais. Além disso, vários desses dirigentes sindicais assumiram posições estratégicas nos fundos de pensões de importantes empresas estatais brasileiras, como a Petrobras, Banco do Brasil e Furnas Centrais Elétricas, além de assumirem cadeiras nos conselhos de administração do BNDES,

ao lado de importantes empresários, também conselheiros do CDES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social), como Benjamin Steinbruch, Eduardo Gouvêa Vieira e Luiz Carlos Delben Leite (BRAGA, 2012, p. 204) (GUIOT, 2015, p. 41).

A reforma sindical promovida pelo governo Lula da Silva oficializou as centrais sindicais brasileiras e aumentou consideravelmente o imposto sindical, fazendo com que a receita dessas entidades atingisse um patamar na casa dos 100 milhões de reais. Com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) alinhando-se ao governo e passando a assumir papel protagonista nas decisões de investimento capitalista no país, esses sindicatos passaram a ser porta-vozes do governo dentro de suas categorias, servindo como "amortecedor" nas negociações entre os trabalhadores e o governo. (BRAGA, 2012, 205).

Braga (2012) considera que esses setores dessa burocracia sindical, principalmente no setor bancário, foram o cimento que consolidou este pacto, levando funcionários dessas instituições sindicais diretamente ao mercado financeiro, o que contribuiu decisivamente para o esvaziamento e a despolitização de grande parte da classe trabalhadora.

Oliveira (2010b, p. 374-376) chama de "avesso do avesso" essa administração de políticas sociais através da cooptação de centrais sindicais e movimentos sociais. Para ele, a "política não é só substituída pela administração, como se transformou num espetáculo diário". Se FHC "destruiu os músculos do Estado para implementar o projeto privatista, Lula destrói os músculos da sociedade, que já não se opõe a medidas de desregulamentação". Para ele, o "Lulismo" é uma "regressão política, a vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda".

Os dois primeiros anos do governo Lula da Silva foram marcados pela "ortodoxia das reformas" (MATTOS, 2015), marcados pelo ajuste no orçamento público e por taxas de juros muito altas. Nos anos seguintes, impulsionado pela conjuntura internacional favorável, a política de investimentos privados passou a ser fortemente alavancada por financiamento estatal, através do BNDES, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, tanto diretamente às empresas (incluindo as micros e pequenas empresas), quanto através de facilidades ao crédito direto ao consumidor e empréstimo consignado. Combinados com o PAC e com a expansão da Petrobras, no rastro da descoberta do Pré-Sal, esse ciclo de crescimento seguiu firme até o início da crise internacional de 2008.

A saída encontrada foi uma combinação contraditória, porém eficaz "enquanto durou", de "ortodoxia nas taxas de juros e superávit primário" e aumento dos financiamentos e subsídios ao capital produtor de mais-valor, com garantias estatais de injeção de capitais para salvar, quando preciso, o sistema financeiro (o que não foi exclusividade do Brasil). A queda do crescimento chinês, que era o maior comprador de commodities brasileiras, e a recuperação

da economia norte-americana, fizeram com que a chegada da crise internacional à economia fosse questão de tempo.

As políticas focalizadas de alívio à pobreza como Bolsa Família, a política de recuperação do salário mínimo e o crescimento do nível de emprego formal, alimentaram o discurso de que o lulismo era o caminho para superar as desigualdades sociais, o desenvolvimento sustentável e as conquistas seguras para os trabalhadores (MATTOS, 2015). Embora essas medidas tivessem tirado milhões de pessoas da miséria absoluta, não eram suficientes para suplantar as desigualdades sociais ainda gritantes.

O governo Dilma Rousseff (2010-2014), "sem margem de manobra" para combinar política monetária ortodoxa com empréstimos e subsídios ao grande capital, e muito menos para desarmar a desigual correlação de forças, optou por uma política monetária puramente conservadora, aliando juros estratosféricos e cortes no orçamento público, a fim de atingir o superávit primário.

Com um Ministério da Agricultura ocupado por Katia Abreu, principal representante do agronegócio no cenário político brasileiro, os grandes exportadores de commodities garantiram sua parcela de ganhos de capital com a depreciação do câmbio[21], baseados num modelo agrário-industrial que usurpa terras, concentra riquezas, promove devastação ambiental e se reproduz com base na violência e na exploração do trabalho, ou seja, "um pacto agrário tecnicamente modernizante e socialmente conservador" (DELGADO *apud* ALENTEJANO, 2015, p. 03).

> [...] o avanço do agronegócio no espaço agrário brasileiro pauta-se principalmente pela expansão da produção de grãos (sobretudo para ração animal) e cana-de-açúcar (principalmente para produção de agro combustíveis – etanol), criação de animais (principalmente bovinos) e plantio industrial de árvores (para fabricação de papel e celulose ou carvão vegetal), todas visando à exportação e/ou transformação industrial, como resultado de uma inserção subordinada na divisão internacional do trabalho. (ALENTEJANO, 2015, p. 1).

O setor bancário financeiro, também representado no governo Dilma pelo ex-Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, vice-Presidente do Bradesco até bem pouco tempo, capta lucros cada vez maiores com as altas taxas de juros e com elevados *spreads* bancários[22]. Direitos trabalhistas são ameaçados e retirados pela burguesia.

---

[21] Taxa de câmbio é a referência em valor da moeda nacional com relação à moeda estrangeira. Assim, no Brasil a taxa de câmbio representa o preço, em moeda nacional, de uma unidade de moeda estrangeira, normalmente o dólar. Uma elevação da taxa de câmbio representa uma desvalorização do real com relação ao dólar. Ao contrário, uma diminuição da taxa de câmbio representa uma valorização do real com relação ao dólar.

[22] É a diferença entre o custo do dinheiro para o banco (a taxa de juros que ele paga ao tomar empréstimo) e o quanto ele cobra para o consumidor na operação de crédito.

Sem ter a pretensão de analisar a crise política que se soma à crise econômica do capitalismo, não podemos desprezá-la. A fragilidade do governo Dilma Rousseff, em seu segundo mandato, embora não ameaçasse em momento algum a "lógica do regime", abriu espaço para o ataque do grande capital que, segundo Mattos (2015, p. 2), "se despe de todas as máscaras da sustentabilidade social".

As Jornadas de Junho de 2013 deixaram claro às frações burguesas hegemônicas, que o pacto social capitaneado por Lula da Silva, ou "pacto *frankstein*", nas palavras de Antunes (2015), estava por esfacelar. Políticos arquiconservadores, legítimos representantes da burguesia brasileira, com o comando do Congresso Nacional puderam assumir forte papel "oposicionista". O candidato derrotado, Aécio Neves (também bastante envolvido em escândalos de corrupção), portador do projeto burguês, levantou-se como "bastião da moral", aparentemente não aceitando a derrota imposta nas urnas, e colocou-se como ferrenho opositor ao programa político posto em prática por Dilma e, que era, na realidade, uma versão mais leve do programa político de seu partido, o PSDB. O vencedor fazendo o programa do vencido.

> A desestabilização do heterodoxo arco de alianças que dava sustentação ao governo se aprofundou e, se tudo isso não bastasse, as revoltas populares contra as medidas de "ajuste fiscal" ampliaram ainda mais a base social do descontentamento e da rebelião. Tudo isso fez aumentar também a tensão crescente entre o PT, Lula e Dilma, não sendo difícil perceber que a decomposição política do governo avança a cada medida que se toma e não se concretiza. (ANTUNES, 2015, p. 02).

Com o aprofundamento da crise econômica e das políticas neoliberais do segundo mandato do governo Dilma Rousseff, a tentativa de implantação de um pretenso "neodesenvolvimentismo" por parte do PT, não se concretizam com as políticas de austeridade fiscal capitaneadas pelo ex-Diretor Superintendente do Bradesco, Joaquim Levy.

Aumento exacerbado das taxas de juros, da inflação e da taxa de desemprego marcam o início do segundo mandato Dilma. O ataque da direita conservadora, que conseguiu canalizar, "de modo tosco e rude", as demandas das manifestações de junho de 2013, que a partir de 2015 se apoiam na ideologia de uma "luta contra a corrupção do governo Dilma e pressionam o Parlamento (que não poucas vezes exercitou aventuras golpistas, como em 1964) para conseguir o apoio institucional necessário para o *impeachment*" (ANTUNES, 2015, p. 02), desestabilizou o governo petista.

> Na verdade, a atual crise política apenas condensa as contradições classistas que se acumularam na última década. Diante do esgotamento do modelo de desenvolvimento lulista apoiado, sobretudo, na exploração do trabalho assalariado barato, o governo Dilma Rousseff decidiu atualizar o regime de acumulação priorizando a estratégia de espoliação social. O país está vivendo uma transição na qual o velho ainda não morreu, mas o novo não tem força para nascer. Os contornos

> desta era pós-lulista ainda não estão totalmente definidos. No entanto, algo parece claro: o momento atual anuncia o fim da relativa pacificação social que marcou a última década na história brasileira. Em síntese, entramos em uma nova era de luta de classes na qual o centro da vida social deslocou-se para os extremos do espectro político. Tempos interessantes nos aguardam. (BRAGA, 2015b, p. 04).

Desde o primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva, as políticas em geral para a educação pautaram-se pela manutenção de uma visão fiscalista/reguladora notadamente em relação aos investimentos em educação. Tal visão tem provocado restrições aos investimentos, mas ao mesmo tempo, uma maior intervenção do Estado, especificamente da União, no financiamento e na expansão da educação superior, ainda que com um enfoque gerencialista[23], nos termos do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)[24], e sem dar conta das necessidades de tal expansão.

A intensa reformulação da educação superior pelo governo, conforme aponta Lima (2009), foi operacionalizada a partir, sobretudo, de ordenamentos legais, dentre eles gostaria de destacar: 1) a criação em 2003, por decreto, do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para analisar a situação da educação superior brasileira e apresentar um plano de ação para a reestruturação e expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES); 2) a PEC nº 217/2003, que versava sobre as fontes de financiamento das universidades; 3) o projeto de Lei Complementar nº. 118 sobre a Lei Orgânica da Autonomia Universitária; 4) a Lei nº 10.861/2004 que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes); 5) a Lei nº 11.096/2005 que criou o Programa Universidade para Todos (ProUni), com a proposta de oferecer a alunos de baixa renda bolsas de estudo em IES privadas, concedendo a essas isenção de alguns tributos fiscais; 6) a Lei nº 10.973/2004, de Inovação Tecnológica, que versa sobre o estabelecimento de parcerias entre universidades públicas e empresas; 7) o Projeto de Lei nº 3.627/2004 com a criação do Sistema Especial de Reserva de Vagas; 8) a

[23] Neste trabalho, gerencialismo é entendido como mecanismos de gestão privada introduzidos no setor público, com adoção de critérios, ações e controle nos moldes que o mercado busca o lucro. Tal preceito foi amplamente difundido por Bresser Pereira no governo Fernando Henrique Cardoso na Reforma do Aparelho do Estado (1995) por meio do conceito de administração gerencial para o setor público. Essa lógica não parou de se expandir até os tempos atuais.

[24] O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) é um conjunto de programas que, segundo o MEC, visam melhorar a Educação no Brasil, em todas as suas etapas, num prazo de quinze anos a contar de seu lançamento, em 2007 . Pode-se dizer que nele estão fundamentadas todas as ações do Ministério da Educação (MEC). O plano se estrutura em cinco eixos principais: Educação Básica; Educação Superior; Educação Profissional, alfabetização e diversidade. O PDE foi lançado em conjunto com o Plano Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto Lei nº 6.094, que é carro-chefe do PDE. O Plano de Metas é composto por outras 29 ações, e se apresenta como um grande "guarda-chuva" que abriga todas as ações então desenvolvidas pelo MEC. O Decreto criou também o índice de Desenvolvimento do Ensino Básico (IDEB), que tem como objetivo avaliar a qualidade do ensino básico. Ver Saviani, Demerval. *O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC*. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007.

Lei nº 11.079/2004 com o Projeto de Parceria Público-Privada (PPP) que abrange um vasto conjunto de atividades governamentais; 9) o Decreto nº 5.205/2004, que regulamenta as parcerias entre as universidades federais e as fundações de direito privado; 10) o Projeto de Lei nº 7.200/2006, que trata da Reforma da Educação Superior e se encontra no Congresso Nacional; 11) o Decreto nº 5.800/2006, que instituiu o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB); 12) o Decreto de nº 6.096/2007, que criou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); 13) a Portaria Interministerial nº 22 MEC/MP em 2007 que instituiu o "banco de professores-equivalentes" em consonância com a política do REUNI; 14) a Medida Provisória nº 435/2010, que busca legalizar as relações já existentes na universidade com as fundações de apoio; 15) o Decreto nº 7232/2010, que instituiu um mecanismo de gerenciamento do quadro dos servidores técnico-administrativos estabelecendo a possibilidade das IFES reporem as vacâncias existentes no seu quadro sob fiscalização do MEC; 16) o Decreto nº 7233/2010, que trata sobre a desobrigação de recolhimento dos recursos financeiros das IFES ao final de cada exercício pelo Tesouro Nacional; 17) o Decreto nº 7234/2010, com a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); 18) a Medida Provisória 520/2010, que autoriza a criação de uma empresa pública de direito privado[25], chamada de empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, que faculta a prestação serviços à saúde e apoio administrativo aos hospitais universitários; 19) a Emenda Constitucional nº 85/2015, que prevê que o Estado poderá firmar vínculos com a iniciativa privada para fomentar pesquisa e inovação no interior de instituições públicas; 20) a Lei nº 13.267/2016, que disciplina a criação e a organização das empresas juniores nas IES; 21) a Lei nº 13.243/2016, que estabelece o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação que regulamenta a brecha deixada pela EC 85/2015 a fim de estabelecer parcerias entre ICT´s públicos e empresas privadas; e 22) projeto de Lei do Senado (PLS) nº 772/2015, que altera a LDB de 1996, incluindo o tema empreendedorismo no currículo da educação básica e tornando-o finalidade da educação superior.

Deve-se destacar que o financiamento das instituições privadas pelo fundo público aprofunda-se, através da ampliação da renúncia fiscal (ProUni) e por financiamento direto (FIES), e, por outro lado, é incentivado o financiamento privado das atividades de ensino,

[25] Por definição, empresa pública é a pessoa jurídica de direito privado administrada exclusivamente pelo poder público, instituída por um ente estatal, com a finalidade prevista em lei e sendo de propriedade única do Estado. Embora sob administração pública, responde a um conjunto de normas jurídicas de natureza privada, especificamente toda norma jurídica que disciplina a relação entre os particulares. A finalidade pode ser de atividade econômica ou de prestação de serviços públicos.

pesquisa e extensão das instituições públicas, por intermédio de parcerias entre órgãos públicos e empresas privadas.

As PPP´s (Parcerias Público Privadas) passam a incidir diretamente sobre o serviço prestado pelas instituições educacionais. As universidades públicas são mantidas no âmbito estatal, mas transfiguradas. Movimentos como "Todos Pela Educação" e "Amigos da Escola", encobrem a participação efetiva de instituições como a Fundação Ayrton Senna, o Instituto Alfa & Beto, o Grupo Positivo, a Fundação Lehmann (AMBEV), a Fundação Bradesco, o Itaú Social, entre outras, que passam a atuar dentro das escolas e das universidades.

Recentemente (março de 2017), João Moreira Sales e sua esposa Branca, donos do grupo Unibanco (atualmente fundido ao grupo Itaú), lançaram a primeira agência de fomento à pesquisa de caráter privado, a chamada Serrapilheira[26]. O conselho científico será comandado pelo pesquisador brasileiro Edgar Dutra Zanotto[27], do Departamento de Engenharia de Materiais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em São Paulo. O objetivo do instituto será apoiar a pesquisa nos campos das Ciências da Vida, das Ciências Físicas, das Engenharias e da Matemática, identificando a excelência da pesquisa científica realizada no país e apoiá-la da forma mais livre possível, dando ao pesquisador grande flexibilidade no uso dos recursos doados, jogando por terra o que a comunidade acadêmica delibera coletivamente. Entretanto, apenas um número reduzido de projetos seriam contemplados, a fim de que sejam os melhores, atingindo um nível internacional, com potencial para serem publicados nos periódicos científicos mais importantes, como *Science* e *Nature*, considerando que a formulação do critério de excelência caberá ao capital, corrompendo a lógica da ciência[28]. A presidência caberá a Hugo Aguilaniu[29].

[26] O nome do instituto é uma alusão à camada formada pelo acúmulo de folhas e matéria orgânica que cobre o solo das florestas. A serrapilheira é a principal via de retorno de nutrientes ao solo.

[27] Zanotto foi pesquisador visitante na Universidade da Flórida Central e professor visitante na Universidade do Arizona, nos EUA. Atualmente é editor da *Journal of Non-Crystalline Solids*, publicação científica da Elsevier (empresa presente em mais de 40 países e líder mundial na comercialização de produtos digitais como *e-books*, entre outros), e diretor do Centro de Pesquisa, Educação e Inovação em Materiais Vítreos, um dos Cepids (Centros de Pesquisas, Inovação e Difusão) da Fapesp. Zanotto coordenou inúmeros projetos de pesquisa financiados por agências públicas e em parceria com empresas. As suas atividades de pesquisa compreendem o estudo da cristalização e propriedades de vidros e vitrocerâmicas. Zanotto é membro da *World Academy of Ceramics*, da Academia de Ciências do Mundo em Desenvolvimento (TWAS, na sigla em inglês), da Academia Brasileira de Ciências, da Academia de Ciências do Estado de SP, da Academia Nacional de Engenharia, além de ser fellow de várias associações científicas. Ele já recebeu cerca de 30 prêmios nacionais e internacionais por suas pesquisas.

[28] O Instituto Serrapilheira, que terá sede no Rio de Janeiro, foi criado sob a forma de uma associação civil sem fins lucrativos (Oscip). Operará com recursos oriundos de um fundo patrimonial constituído por uma doação em caráter irrevogável de Branca e João Moreira Salles, no valor de R$ 350 milhões. Para o orçamento do instituto será utilizado o ganho real – receita bruta acima da inflação menos impostos – resultante da aplicação financeira deste montante. A juros de hoje, o valor equivale a cerca de R$ 16 milhões a R$ 18 milhões por ano.

Frações burguesas bancário-financeiras que controlam o Estado passam a intervir no sistema educacional. Nas IFES, aumenta a cada dia o incentivo à participação de grandes grupos privados na articulação de ações acadêmicas, administrativas e financeiras. O que vemos hoje não é um Estado mínimo, mas um Estado ampliado encrustado de sociedade civil e o papel dos intelectuais orgânicos do capital no interior dessas instituições públicas é preponderante para o êxito de suas ações e da naturalização de uma mentalidade empreendedora e privatista.

A reconfiguração do papel do Estado e a necessidade de uma reforma do Estado brasileiro impostas pelo avanço do capitalismo de predominância financeira atingem em cheio o mundo do trabalho e a classe trabalhadora, como explicitarei a partir de agora.

1.2 **A nova morfologia da classe trabalhadora**

A partir daqui, apresentarei algumas pontuações a respeito das alterações sofridas pelo mundo trabalho e pela classe trabalhadora no final do século XX e início do século XXI, considerando a reestruturação produtiva iniciada nos anos de 1970 como resposta à crise estrutural do capital que desmantelou o sistema fordista/taylorista até então preponderante. Essa resposta calcada nos princípios neoliberais assume contornos específicos a partir de então, afetando sobremaneira a classe trabalhadora, alterando a gestão dos processos de trabalho e a própria morfologia da "classe-que-vive-do-trabalho" (ANTUNES, 1999, p. 01), incluindo os profissionais docentes das instituições federais de ensino superior, como poderemos analisar nas próximas páginas.

Tais alterações afetam diretamente a classe trabalhadora, que agora convive com o subemprego, a terceirização, o trabalho informal e o desemprego. Tal quadro, numa primeira impressão, poderia parecer uma contradição. Todavia, fica claro, se entendermos que a própria ordem constitutiva do capitalismo, para se manter em vigor, necessita da formação de um exército de reserva para atender ao capital. Todas essas constatações atingem as organizações sindicais autônomas e classistas da classe trabalhadora, contribuindo em muito

[29] O geneticista, nascido na França, tem doutorado na Universidade de Gotemburgo, na Suécia, e pós-doutorado no Instituto Salk de Estudos Biológicos, nos EUA. Pesquisador do Centro Nacional de Pesquisas Científicas da França (CNRS na sigla em francês) dirigiu o laboratório de genética molecular da Escola Normal Superior de Lyon. Trabalhou sobre as bases genéticas do envelhecimento e publicou artigos nos mais renomados periódicos científicos do mundo.

para o esvaziamento destas entidades, assim como para a descaracterização dos partidos políticos representantes dos trabalhadores que têm no horizonte a ruptura com a ordem do capital, sob o argumento de que não há alternativas ao capitalismo e que o socialismo está "morto".

O argumento burguês de que o trabalho deixa de ser contraponto ao capital ganha força e não são incomuns as considerações de que já não fazem mais sentido as análises baseadas em classes. Essas análises baseiam-se no fato de que os trabalhadores, já não são a maioria da população, ou seja, seria o fim da sociedade do trabalho. Esse argumento vem do fato de que o número de desempregados está cada vez maior e de que a jornada de trabalho está diminuindo cada vez mais.

É importante frisar que nosso objetivo não é uma crítica vazia às novas tecnologias, mas sim deixar claro que, em momento algum, o capital tem o interesse de facilitar ou melhorar a vida dos trabalhadores. Com as inovações tecnológicas, o capital objetiva garantir o aumento de produtividade, a diminuição dos custos de produção e um consequente aumento nas taxas de lucro. Isso já fora constatado por Marx (1975) numa passagem do Capítulo XIII d'O Capital, quando afirma que diversos operários, em geral crianças, eram mutilados ao varrerem embaixo das máquinas e que até então nenhum industrial havia se preocupado em inventar uma maquinaria para fazer tal serviço no lugar dos pobres empregados (nota de rodapé nº131 d'O Capital).

Para Bensaid, os argumentos do Krisis se esgotam em seu próprio determinismo tecnológico, pois:

> O trabalho abstrato não desaparece: em sua sede por lucro, o capital sempre tem necessidade do trabalho vivo, ainda que deva mobilizar uma quantidade crescente de trabalho morto para transformá-lo em valor. Depois da partida de xadrez de Kasparov contra um computador, disseram que a máquina havia vencido ao homem. Mas *Deep Blue* nunca foi nada mais do que uma massa considerável de trabalho morto acumulado e socializado. (BENSAID, 1999, p. 90).

Além disso, tais argumentos, típicos das décadas de 1980 e 1990, não se sustentam pelos próprios fatos, visto que as inovações tecnológicas, apesar de enxugarem os quadros das empresas, vieram acompanhadas de grande intensificação do ritmo do trabalho, assim como da própria jornada. Somando-se a isso, surge o fato das rotinas fordistas terem transposto os muros das fábricas e terem se espraiado por outros setores como o comércio e os serviços.

Segundo Mattos (1998), as múltiplas e precárias formas novas de trabalho mantêm intacta a desigualdade econômica fundamental entre produtores diretos e proprietários a que

se referia Marx, em suas obras. O convívio "pacífico" - pacífico para o capital – entre desemprego estrutural e ampliação do trabalho infantil em todo o mundo, para ficarmos apenas em um exemplo contrastante, atesta que a velha divisão entre exploradores e explorados está longe de ter sido superada. Pelo contrário, a nova diversidade da classe trabalhadora (com diferenças entre trabalho formal, informal, precário, terceirizado, eventual, diferenças de gênero, etc.) não pode ser compreendida senão nos marcos da luta de classes. É no interior das estratégias do capital para elevar a "produtividade" do trabalho - ou seja, elevar o grau de exploração - que podemos entender o esforço para diversificar as formas de extração do sobretrabalho, criando novas fragmentações e novas dificuldades para as organizações representativas dos trabalhadores. (MATTOS, 1998; ANTUNES, 1999; DAL ROSSO, 2013).

Embora as tendências atuais do capitalismo apontem para uma maior intelectualização do trabalho nos ramos dotados de maior intensidade tecnológica, o que vemos é, contraditoriamente, uma maior informalização da força de trabalho e da precarização dos trabalhadores, aumentando o número de trabalhadores desempregados, sobrantes e descartáveis.

Segundo Marx:

> Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazarentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista. (MARX, 2013, p. 719-720).

O padrão capitalista de acumulação flexível, tendo como esteio o toyotismo, afeta sobremaneira a estrutura das condições de trabalho. Formas de trabalho precarizado e desregulamentado somados à criação de "falsas cooperativas" de trabalhadores e ao empreendedorismo colaboram para a redução do proletariado industrial tradicional do modelo taylorista-fordista. Se, no modelo fordista, o trabalhador tinha a sua força de trabalho explorada de maneira mais "maquinal", esta esteve minimamente protegida por contratos de trabalho pontuados por direitos e regras. No modelo toyotista, este trabalho ganha ares de maior participação do trabalhador, o qual tem sua subjetividade "capturada" pelo capital,

enfatizando termos como “parceria, envolvimento, colaboração, metas, competência, direitos e regras”.

Houve um deslocamento do trabalhador estável e contratado de maneira minimamente regulamentada para o topo da pirâmide social do mundo do trabalho. Apenas os trabalhadores envolvidos nos processos de criação e concepção estão nesse estágio. A grande massa de operários e trabalhadores envolvidos diretamente na produção encontra-se ou empregada de maneira precarizada e extremamente intensificada ou desempregada.

Fica bastante claro que a precarização do trabalho, o aumento no número de mulheres no mercado de trabalho, a informalidade e o desemprego não servem para descaracterizar o trabalho como categoria central da análise da configuração atual do capitalismo. Isso pode ser definido, segundo Mattos (1998), como uma mudança no perfil da classe trabalhadora nos dois últimos séculos e que, portanto, não esvazia as categorias trabalho e luta de classes.

> Diante de tantas transformações, ocorreu, por certo, uma mudança na composição da classe trabalhadora, processo contraditório que significou, em alguns casos, um crescimento considerável das exigências de qualificação do trabalhador e, em outros, um retorno às formas mais selvagens de exploração da mão-de-obra, como o trabalho infantil, ou o análogo à escravidão. As marcas mais visíveis de um quadro geral de precarização das relações de trabalho são: o emprego de um número cada vez maior de mulheres, com salários inferiores aos pagos aos homens nas mesmas posições no mercado de trabalho; as formas de contratação temporária ou por tempo parcial (muitas vezes autorizadas por reformas neoliberais da legislação trabalhista); os processos de “terceirização”; o crescimento do trabalho “informal”; e, principalmente, a elevação generalizada das taxas de desemprego aberto. (MATTOS, 1998, p. 55-56).

A heterogeneidade da classe trabalhadora não é um fenômeno atual. Ela existiu em diversos momentos da História. A unificação e homogeneidade da classe aconteceram em determinados momentos históricos e, segundo o autor, foram momentos de exceção e não regra, visto que os trabalhadores são a classe dominada. Essas constatações de fatos históricos servem para afirmar o caráter atual da luta de classes que, de forma alguma, pode ser ignorada.

Na era da acumulação flexível, ocorre uma redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada de tipo taylorista-fordista[30]. Esse proletariado diminui com a reestruturação produtiva do capital, dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo fortemente o conjunto

[30] Segundo a ONU, em 1950, apenas 30% da população mundial habitava as cidades. Em 2014, 54% do total de habitantes do mundo vive nos centros urbanos. Segundo o Banco Mundial, Foram 2.290.000.000 os postos de trabalho ocupados em 2000 e 3.114.000.000 em 2013. Segundo a OIT, 40 milhões de novos trabalhadores chegam ao mercado de trabalho todos os anos.

de trabalhadores estáveis que se estruturavam por meio de empregos formais. Contribui com esse processo a flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo e a introdução da máquina informatizada, substituindo as formas de emprego formais por terceirizados, subcontratados, *part-time*, entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em escala global, como o crescimento do setor de serviços, lastreado principalmente no empreendedorismo. Segundo Antunes (1999, p. 102) a classe trabalhadora atualmente inclui "a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho", e que esta "não se restringe [...] ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado".

> Essa noção [de classe-que-vive-do-trabalho] incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno *part time*, o novo proletariado dos Mc Donalds, os trabalhadores hifenizados de que falou Beynon, os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas liofilizadas de que falou Juan José Castillo, os trabalhadores assalariados da chamada economia informal, que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiam o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural. (ANTUNES, 1999, p. 103-104).

É importante pontuarmos que esta ampliação do conceito de classe trabalhadora, segundo Antunes (1999, p. 104), "exclui naturalmente, os gestores do capital, seus altos funcionários, que detém o controle dos processos de trabalho, de valorização e reprodução do capital no interior das empresas". Antunes exclui ainda aqueles que vivem do capital rentista, ou seja, da especulação e dos juros, além dos pequenos empresários e da pequena burguesia rural e urbana.

Esta mudança na composição da classe trabalhadora não atinge somente os países do capitalismo central, atinge também, ainda que de diferente modo, os países subordinados de industrialização intermediária, como Brasil, México, Argentina, entre tantos outros da América Latina que, depois de uma enorme expansão de seu proletariado industrial nas décadas passadas, ainda que em condições precárias, encontram-se hoje em verdadeiros processos de redução industrial, apresentando como resultado o aumento do trabalho precarizado, parcial, temporário, terceirizado, informalizado, além de significantes níveis de desemprego[31].

[31] Outro aspecto que precisamos nos ater, trata-se do aumento significativo do trabalho feminino, "que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados, e que tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho *part-time*, precarizado e desregulamentado" (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 337). Apesar desta expansão do trabalho feminino, nota-se um movimento contrário quando se trata do aspecto salarial, no qual o nível de remuneração feminino é em média bastante inferior aos salários recebidos pelos trabalhadores do sexo masculino. A divisão sexual do trabalho aponta para uma tendência em que, geralmente, as

> Mas o nosso mundo contemporâneo oferece outra contribuição ao debate: fez explodir, com intensidade jamais vista, o universo do não-trabalho, o mundo do desemprego. Hoje, segundo dados da OIT, quase um terço da força humana mundial disponível para o ato laborativo, ou se encontra exercendo trabalhos parciais, precários, temporários, ou já vivencia as agruras do não-trabalho, do desemprego estrutural. Perambulam pelo mundo, como *prometeus* modernos, a cata de algo para sobreviver. Mais de um bilhão de homens e mulheres padecem as vicissitudes da precarização do trabalho, dos quais centenas de milhões têm seu cotidiano moldado pelo desemprego estrutural. Nos países do Norte, que um dia chamamos de Primeiro Mundo, ainda se preservam alguns resquícios da seguridade social, herança da fase (quase terminal) do *Welfare State*. Nos países do Sul, que nunca conheceram o estado de bem estar social, os homens e mulheres disponíveis para o trabalho oscilam entre a busca quase inglória do emprego ou o aceite de qualquer labor. (ANTUNES, 2005, p. 139).

Cabe destacar que a "classe-que-vive-do-trabalho" passa a englobar também os trabalhadores "improdutivos", ou seja, aqueles cujas formas de trabalho não constituem diretamente a produção de mais-valia, ou ainda, como "elemento diretamente produtivo, como elemento vivo do processo de valorização do capital". Neste caso, "o trabalho é consumido como valor de uso e não como trabalho que cria valor de troca" (ANTUNES, 1999, p. 102).

É perceptível, particularmente nas últimas décadas do século XX, uma significativa "expansão dos assalariados médios no setor de serviços". É necessário acrescentar que "as mutações organizacionais, tecnológicas e de gestão também afetaram fortemente o mundo do trabalho nos serviços, que cada vez mais se submetem à racionalidade do capital e à lógica dos mercados." (ANTUNES; ALVES, 2004; p. 338). Contribuem para isso, determinantemente, o uso das novas tecnologias da informação no sistema bancário e a consequente diminuição do trabalho humano neste setor e a enorme privatização do setor público, além do estímulo incessante ao empreendedorismo.

---

atividades de concepção (ou intensivas em capital) absorvem mão-de-obra masculina, enquanto que aquelas que exigem menor qualificação (intensivas em trabalho) são destinadas às trabalhadoras do sexo feminino (mas também a negros e imigrantes). Recai sobre as trabalhadoras mulheres, sistematicamente o trabalho repetitivo e manual, e, embora o empregador reconheça a qualidade do trabalho feminino, não as reconhece como tendo qualificações. As trabalhadoras femininas apresentam menor dificuldade em se adaptar as novas formas de trabalho flexível, muito, talvez, por questões culturais e educacionais que as levam a não apresentarem a rigidez masculina herdada do modelo de trabalhador taylorista-fordista. Ainda com relação à divisão sexual do trabalho, os próprios sindicatos afastam e excluem as mulheres de participação em suas atividades. Excluem também os terceirizados e precarizados, que muitas vezes são mulheres precarizadas e cada vez mais são parte constitutiva desta nova classe trabalhadora. Tal ação acaba por aprofundar ainda mais a crise de representação dos organismos sindicais (ANTUNES, 1999, p. 107). Antunes ainda apresenta a dupla exploração da força de trabalho da mulher. Além de realizar fora de casa, de maneira precarizada, conforme já destacamos, ela ainda exerce uma segunda função que consome boa parte de suas horas "fora da fábrica", na realização de tarefas domésticas, que segundo Antunes (1999, p. 108), "possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos [e filhos]".

Outra tendência presente no mundo do trabalho é a crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego, terminam aumentando o número de trabalhadores em regime precário e de desempregados, muitas vezes simpatizando com movimentos de extrema direita neonazistas.

Da mesma forma, vem ocorrendo também a exclusão dos trabalhadores considerados "idosos" pelo capital, com idade próxima de 40 anos e que, uma vez excluídos do trabalho, dificilmente conseguem reingresso no mercado de trabalho. O mundo do trabalho atual tem recusado os trabalhadores herdeiros da cultura fordista, fortemente especializados, que são substituídos pelo trabalhador polivalente e multifuncional da era toyotista. Amplia-se assim o exército industrial de reserva e também o número de trabalhadores informais.

> [...] ainda que passando por uma monumental reestruturação produtiva, o capital, mesmo sob enorme impacto das profundas mutações tecnológicas, não pode eliminar cabalmente o trabalho vivo do processo de mercadorias. Ele pode incrementar ao máximo o trabalho morto corporificado no maquinário tecno-científico, aumentando desse modo a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobretrabalho em tempo cada vez mais reduzido, uma vez que tempo e espaço se transformam nesta fase dos capitais globais e destrutivos. Uma nova modalidade da forma do valor aparece para mostrar os limites e equívocos daqueles que haviam decretado o fim da teoria do valor-trabalho. (ANTUNES, 2005, p. 141).

Há também um contínuo aumento do trabalho no chamado "Terceiro Setor"[32], que se verifica através de empresas com perfil comunitário, predominantemente baseadas no trabalho voluntário, de caráter assistencial e sem fins diretamente lucrativos, motivado pela reestruturação produtiva do capital, diminuindo a participação do trabalho vivo e ampliando o morto.

A desconcentração do processo produtivo permitiu a expansão do trabalho em domicílio, principalmente pelo surgimento de pequenas e médias unidades produtivas. "Por meio da telemática[33], com o aumento das formas de flexibilização e precarização do trabalho e com o avanço da horizontalização do capital produtivo, o trabalho produtivo doméstico vem presenciando formas de expansão em várias partes do mundo" (ANTUNES; ALVES, 2004; p. 340-341).

[32] Sobre Terceiro Setor, consultar Neves (2005).

[33] A telemática (ou teleinformática) nasceu da convergência entre os sistemas de telecomunicações por satélite e por cabo, juntamente com as novas tecnologias de informação e a microeletrônica, possibilitando enorme expansão e a aceleração das atividades das transnacionais. Essa modalidade de trabalho tem se ampliado em grande escala, de que são exemplos a Benetton, a Nike, entre as inúmeras empresas que vêm aumentando as atividades de trabalho produtivo realizado no espaço domiciliar ou em pequenas unidades produtivas, conectadas ou integradas às empresas. Desse modo, o trabalho produtivo em domicílio mescla-se com o trabalho reprodutivo doméstico, aumentando as formas de exploração do contingente feminino.

A “nova classe trabalhadora” incorpora tanto o núcleo central do proletariado industrial, os trabalhadores produtivos que participam diretamente do processo de criação de mais-valia e da valorização do capital, como engloba os trabalhadores improdutivos, cujo trabalho não cria diretamente mais-valia, uma vez que é utilizado como serviço, seja para uso público, como os serviços públicos, seja para uso capitalista.

Cabe destacar que, segundo Antunes; Alves (2004):

> A classe trabalhadora, hoje, também incorpora o proletariado rural, que vende a sua força de trabalho para o capital, de que são exemplos os assalariados das regiões agroindustriais, e incorpora também o proletariado precarizado, o proletariado moderno, fabril e de serviços, *part-time*, que se caracteriza pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo. (ANTUNES; ALVES, 2004; p. 342).

Antunes e Alves (2004) incluem ainda, a totalidade dos trabalhadores desempregados. Portanto, compreender o sentido de classe trabalhadora, deve implicar em entender este conjunto de seres sociais que vivem da venda da força de trabalho, que são assalariados e desprovidos dos meios de produção. Como “todo trabalho produtivo é assalariado, mas nem todo trabalhador assalariado é produtivo”, uma noção contemporânea de classe trabalhadora “deve incorporar a totalidade dos trabalhadores assalariados”.

Outra grande alteração na classe trabalhadora imposta pela nova configuração do capitalismo contemporâneo diz respeito à transnacionalização do capital e de seu sistema produtivo. O problema reside da incapacidade atual da nova classe trabalhadora de apresentar respostas internacionais às novas imposições apresentadas pelo capital. Embora a produção tenha se internacionalizado profundamente, as estruturas orgânicas da classe trabalhadora permanecem fundamentalmente em caráter nacional. Antunes (1999, p. 116) classifica a estruturação da nova classe trabalhadora como “tradicional, burocrática e bastante institucionalizada, [...] completamente incapazes de oferecer um desenho societal alternativo e claramente contrário à lógica do capital”. Considera que o capital coloca-se bem à frente dos trabalhadores nesta questão, e cita o constante conflito entre trabalhadores nacionais e imigrantes, que aparece de maneira bastante clara principalmente nos países europeus, como exemplo de questão a que o movimento sindical não tem conseguido responder.

O capitalismo sempre teve como objetivo aumentar a subsunção do trabalho ao capital, com o objetivo de extrair mais mais-valia. Atualmente há uma tendência ao aparecimento de teorias que tentam transformar a ciência em “principal força produtiva”, em substituição ao valor-trabalho. Essa teoria desconsidera “as interações entre trabalho vivo e trabalho morto”, visto que, segundo Marx, somente o trabalho vivo, ou seja, o fator força de

trabalho gera mais-valia. Portanto, este processo tenta automatizar o sistema de produção, desconsiderando o trabalho humano. Entretanto, o trabalho vivo jamais poderá se extinguir. Toda e qualquer automação só pode ser introduzida mediante a transferência de atributos intelectuais do trabalhador para a máquina informatizada.

> Estabelece-se então, um complexo processo interativo entre trabalho e ciência produtiva, que não leva a extinção do trabalho, mas a um processo de retroalimentação que gera a necessidade de encontrar uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional, que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada, ao menos nos ramos produtivos de maior incremento tecnológico. (...) acentua a transformação de trabalho vivo em trabalho morto. Mas não pode eliminá-la. (ANTUNES, 2008, p.176).

Quanto à tendência à imbricação entre o trabalho material e o imaterial[34], o que constatamos é uma metamorfose no mundo do trabalho, na medida em que ambos são capturados pelo capital como mercadoria. A nova fase capitalista transfere o saber fazer para o trabalho, apropriando-se cada vez mais da capacidade intelectual do trabalhador, ou seja, atingindo a subsunção real do trabalho, onde o trabalhador já não domina mais os processos de produção.

> E, ao apropriar-se da dimensão cognitiva do trabalho, ao apoderar-se de sua dimensão intelectual, os capitais ampliam as formas e os mecanismos da geração do valor, aumentando também os modos de controle e subordinação dos sujeitos do trabalho, uma vez que se utilizam de mecanismos ainda mais coativos, renovando as formas primitivas de violência na acumulação, uma vez que - paradoxalmente - ao mesmo tempo as empresas necessitam cada vez mais da cooperação ou 'envolvimento' subjetivo e social do trabalhador. (ANTUNES, 2005, p. 150).

Há no atual mundo do trabalho, uma crescente expansão do trabalhador dotado de uma dimensão intelectual, tanto nas atividades industriais informatizadas quanto nos setores de serviços e comunicações. As atividades relacionadas à pesquisa e desenvolvimento é exemplo do grande aumento do trabalho imaterial. Tal tendência também pode ser observada nos setores de ponta do processo produtivo, onde o trabalho morto é cada vez mais complexo e controla cada vez mais minuciosamente o processo de produção, visto que os sistemas automatizados estão progressivamente se aperfeiçoando em função da demanda e de inovações programadas. Para Antunes (1999; p. 127), "o trabalho imaterial se concentra na fusão dessa nova relação produção-consumo".

[34] Para Marx só seria considerado trabalho material aquele que gera riqueza material, ou seja, mercadoria. Nesta definição, Marx não considera os trabalhadores que não gerem riquezas materiais, e que, portanto, produzem trabalho imaterial ou improdutivo, que pode ser de dois tipos: um que resulta em bens materiais, como livros e imagens; e outro, em que o produto é inseparável do ato de produção como o trabalho de atores, padres, médicos e professores.

Na realidade, no capitalismo contemporâneo, há uma imbricação entre ciência e trabalho, onde o trabalho vivo assume duas formas distintas, mas que se relacionam: o trabalho material ainda dominante e o trabalho imaterial que surge como tendência atual. Todavia, não se pode esquecer que, o trabalho abstrato assume cada vez mais centralidade na teoria do valor e "há muito deixou de ser uma agregação individual do trabalho para se converter em trabalho social, complexo e combinado" e não para de se potencializar e se complexificar com os avanços tecnológicos informacionais digitais (ANTUNES, 1999, p. 27).

É preciso, portanto, diferenciar a necessidade imperiosa de reduzir a dimensão variável do capital e a consequente necessidade de expansão de sua parte constante, da possibilidade de eliminar o trabalho vivo da reprodução capitalista. Para Antunes (1999, p. 120):

> Não seria possível produzir capital e também não se poderia integralizar o ciclo reprodutivo por meio do consumo sem assalariados. A articulação entre trabalho vivo e trabalho morto é condição para que o sistema produtivo do capital se mantenha. A tese da eliminação do trabalho abstrato, considerado dispêndio de energia física e intelectual para a produção de mercadoria, não encontra respaldo teórico e empírico para sua sustentação nos países de capitalismo avançado.

Neste sentido, não se pode concordar que a ciência se transforma na principal força produtiva em substituição ao valor-trabalho. O trabalho vivo, em conjunção com a ciência e tecnologia, forma uma "complexa e contraditória unidade" para dar as condições de reprodução ampliada do capital. Em suma, a ciência e a tecnologia encontram-se tolhidas de desenvolverem-se plenamente, em virtude da impossibilidade de estas superarem as bases materiais das relações entre capital e trabalho. Marx já reconhecia a importância da ciência, mas via também um hiperdimensionamento da sua importância no capitalismo de sua época, afirmando ser impossível o desenvolvimento de uma sociedade que produza coisas úteis com base no tempo disponível e que bastava à tecnologia adequar-se ao tempo necessário para produzir valores de troca (ANTUNES, 1999, p. 120).

> A ciência não se sobrepõe ao valor, mas é parte intrínseca ao seu mecanismo. [...] O saber científico e o saber laboral mesclam-se mais diretamente no mundo produtivo contemporâneo sem que o primeiro faça cair por terra o segundo. (ANTUNES, 1999, p. 123).

O que acontece atualmente é a absorção pelo capital da força de trabalho produzida dentro e fora da produção, dando flexibilidade, rapidez de deslocamento e autotransformação constante ao trabalho morto. Isso ocorre para atender à crescente necessidade da produção material e de serviços em produzir inovações tecnológicas, conforme já demonstramos

anteriormente, e que, por sua vez, torna-se cada vez mais subordinada a uma produção crescente de conhecimento que se transforma em mercadorias e capital. Impera uma tendência do capitalismo contemporâneo em promover uma interação cada vez maior entre trabalho material e trabalho imaterial, e, embora no campo teórico-político, tentou-se afastar a teoria do valor trabalho, na realidade, tal exclusão jamais poderá ser efetivada.

A subjetividade do trabalhador, entretanto, aparece estranhada em relação ao que produz e para quem produz. Apesar de aparentar atualmente maior liberdade para o trabalhador nos processos de trabalho, o capitalismo contemporâneo compensa tais benefícios aparentes, atingindo sobremaneira sua subjetividade.

A intersecção entre o processo produtivo e a subjetividade do trabalhador aparece de maneira mais clara no interior da grande indústria, na qual este se vê diante de tomada de decisões e análise de situações, devendo tornar-se um "sujeito ativo da coordenação de diferentes funções da produção, em vez de simplesmente comandado" (ANTUNES, 1999, p. 128). Antunes segue citando Tertulian (1993, p. 442), afirmando que o trabalhador tem sua subjetividade tolhida e voltada para a valorização e autorreprodução do capital, apontando sempre para o envolvimento com o projeto da empresa e o seu processo de criação de valores como a qualidade e o atendimento ao consumidor.

Portanto, concordando com Antunes (2005), ao contrário do fim ou da redução de relevância da teoria do valor-trabalho, há uma qualitativa alteração e ampliação das formas e mecanismos de extração do trabalho.

1.2.1 Precarização e intensificação

São tempos de desemprego estrutural, de trabalhadores e trabalhadoras empregáveis no curto prazo, através das (novas) e precárias formas de contrato, quando subcontratação, terceirização, informalidade e demais formas de precarização, emergem com a hegemonia do capitalismo de predominância financeira.

A precarização não passa somente pelo desmonte das relações trabalhistas e salariais, mas também no sentido de desconstruir o homem como ser social. Alves traz novos enfoques sobre a questão da precarização do trabalho, partindo da hipótese de que o modelo de acumulação flexível "corrói o espaço-tempo da formação dos sujeitos humano-genéricos, aprofundando, desse modo, a autoalienação do homem-que-trabalha." Além de "promover a

corrosão salarial e promover a vigência da remuneração flexível", modifica a dimensão da sociabilidade dos homens entre si e entre o homem e si próprio que, para ele, desemboca numa "tríplice crise da subjetividade humana: a crise da vida pessoal, crise de sociabilidade e crise de autorreferência pessoal" (ALVES, 2013, p. 87).

Outro aspecto a ser apreciado nas alterações do mundo do trabalho, além da precarização e da flexibilização, é a intensificação dos processos de trabalho no modelo de acumulação flexível. Segundo Dal Rosso (2013, p. 47), acreditava-se, no século XIX, que as novas tecnologias introduzidas no processo de produção industrial intensificariam os processos de trabalho, reduzindo postos de trabalho e exigindo maior esforço dos trabalhadores. O que se observa efetivamente é que as novas tecnologias, não necessariamente, exigem mais esforço dos trabalhadores, mas apenas aumentam e muito a produtividade do trabalho. O aumento do esforço vai depender da maneira como o processo de trabalho é organizado, ou seja, de como será gerido. Para o autor, intensidade de trabalho depende também do grau de cooperação entre os trabalhadores para executar o trabalho de maneira mais eficaz e eficiente.

É ainda preciso distinguir aumento de jornada de trabalho de intensificação. A jornada também deve ser tomada como constante para se verificar intensificação do processo de trabalho. Para que se caracterize como intensificação, o trabalhador precisa ser mais exigido no mesmo intervalo de tempo anteriormente considerado.

O autor ainda enfatiza que um aumento no número de empregados também pode aumentar a produção sem que se caracterize intensificação. Resumidamente, "intensificação do processo de trabalho resulta em mais trabalho na mesma duração de jornada, com o mesmo número de empregados e o mesmo padrão tecnológico" (DAL ROSSO, 2013, p. 48).

Alguns aspectos de intensificação podem ser detectados nos processos de trabalho da atual fase do capitalismo como o aumento do ritmo das atividades desenvolvidas, o acúmulo de tarefas, o exercício simultâneo de diversas atividades paralelas, a polivalência, o aumento do esforço exercido no trabalho e a cobrança de resultados e metas por parte de gestores e controladores do processo de trabalho, muitas vezes apreciados também no cotidiano dos professores pesquisadores das IFES.

Intensidade tem a ver com a maneira como o trabalho é realizado. Para se verificar intensificação precisa-se se concentrar no trabalhador e no coletivo de trabalhadores que participam do processo produtivo e esquecer as demais componentes do processo de trabalho (DAL ROSSO, 2008, p. 20). É preciso que se examine a quantidade e a qualidade da energia

dispendida pelo trabalhador, levando em consideração seus aspectos físicos, intelectuais e psíquicos.

O autor chama a atenção para o fato de se considerar muito o aspecto físico, que é mais visível nos processos de produção industrial, e deixar-se de lado os componentes cognitivos e afetivos do trabalhador nos processos de trabalho.

É importante considerar que os trabalhadores, além de se envolverem pessoalmente nos processos de produção (incluída também a produção do conhecimento), necessitam estabelecer relações com outros indivíduos, também trabalhadores, que envolvem "transmissão de conhecimento e aprendizado mútuo" no ambiente de trabalho e vão até as relações "familiares, grupais e societais" que afetam seus dia-a-dia fora dos locais de trabalho (DAL ROSSO, 2013, p. 21).

Para analisarmos a intensificação do trabalho, devemos considerar que não é o trabalhador que decide suas condições de trabalho. Essas condições de trabalho são resultado de uma disputa intrínseca ao capitalismo, entre capital e trabalho, na qual o trabalhador vende sua força de trabalho ao empregador, e este detém o poder sobre a mercadoria (força de trabalho) comprada. Entretanto deve-se destacar que tais processos de disputa são carregados de resistências provenientes da capacidade de luta da classe trabalhadora e dos padrões tomados como referência pela classe.

O autor em seu livro Mais Trabalho! (DAL ROSSO, 2013, p. 29) explica que o trabalho imaterial também é intensificado e também provoca efeitos maléficos à saúde do trabalhador. Sadi Dal Rosso enfatiza, conforme já mencionamos anteriormente, que não há apenas dispêndio de esforço físico nas atividades laborais, mas também o esforço intelectual e psíquico (criação, concepção, análise e lógica). O esforço repercute não apenas nos seus músculos e ossos, mas também sobre seu cérebro, nervos, suas emoções e sobre suas relações sociais, como no caso dos docentes das IFES.

Em consequência do aumento de atividades relacionadas ao plano intelectual, o trabalhador utiliza mais seu aspecto intelectual e emocional em virtude da maior automação e informatização e o que se registra é um maior impacto da intensificação nos aspectos subjetivos do indivíduo.

Lembra ainda que é um erro considerar que somente atividades industriais produzem intensificação. Ressalta que, em todas as atividades que envolvem grandes vultos de capital e que não respeitam fronteiras temporais e geográficas, observaremos a intensificação do trabalho, citando como exemplo os setores financeiro-bancário, as telecomunicações, o setor educacional e de saúde, entre outros (DAL ROSSO, 2013, p. 31).

Por fugir da fórmula clássica de medição do valor trabalho, baseada no tempo médio socialmente necessário para a produção de valor, o trabalho imaterial tem suas medidas de intensificação impossibilitadas. Tal impossibilidade de ser mensurada se deve ao fato de nem sempre o trabalho imaterial se converte em mercadoria. O fato de o trabalho imaterial se tornar cada vez mais utilizado nos processos de produção capitalista, sustenta, segundo Dal Rosso (2008, p. 34), um problema. Ou caímos nas teorias do fim do valor trabalho ou consideramos que todo trabalho imaterial tem um gasto de energia tanto quanto um trabalho material. O autor enfatiza que os mesmos paradigmas utilizados para intensificar o trabalho industrial tradicional também se aplicam aos trabalhadores da área de serviços. E não se refere somente à fadiga física e corporal, mas a todo tipo de envolvimento emocional.

Esses trabalhadores ainda sofrem um processo adicional de intensificação calcado no desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação e informação que contribuem para um avanço do tempo de trabalho sobre o tempo de não-trabalho. Chama atenção, ainda, para o agravamento dos problemas de saúde e dos de âmbito pessoal e familiar dos trabalhadores decorrentes dessa ampliação do tempo de trabalho sobre o não-trabalho.

Tais avanços da jornada de trabalho começam a criar problemas numa esfera pessoal e familiar, afetando tarefas cotidianas como o cuidar da família e do domicílio, gerando aflições que afetam a inteligência e a afetividade. O autor salienta, por fim, que há bem pouco tempo atrás acreditava-se que o emocional e a inteligência humana estavam imunes ao processo de subsunção do capital, mas, ao contrário disso, o capital subsume cada vez mais o homem, mantendo sob seu controle e exploração até mesmo os elementos mais subjetivos do processo produtivo, considerando-se que as atividades improdutivas estão cada vez mais no centro do capitalismo contemporâneo.

O capital ataca a memória dos coletivos de trabalho, destruindo pouco a pouco a constituição subjetiva da classe trabalhadora, tanto no que se refere ao trabalho quanto na vida como um todo, o que tem implicado um aumento sensível das derrotas sindicais e políticas da classe nos últimos trinta anos.

Esta mesma alteração no processo produtivo, operada pelo capital a partir de meados dos anos de 1970, induz a vigência do individualismo exacerbado na vida social, esvaziando as práticas solidárias e coletivas, tendo a mídia e a publicidade como principais irradiadores dessa lógica da cultura ao corpo, aos valores individuais e ao dinheiro. Em contrapartida, enfrentamos um processo contínuo de degradação da política e dos espaços públicos, implicando mais uma vez a dissolução dos coletivos de classe.

No aspecto trabalhista, essa lógica se apresenta na "individualização das relações de trabalho e na descoletivização das relações salariais". Os novos trabalhadores, moldados por essa lógica neoliberal, tendem a disseminar esse culto ao individualismo, destruindo as memórias coletivas construídas ao longo da história da luta de classes, de modo que "a luta contra o capital [também deve ser] a luta contra o esquecimento" (ALVES, 2013, p. 97-98).

O trabalhador tem sua personalidade pessoal destruída através do sistema de "administração por medo" e reconstituída como "personalidade simulacro", imersas no "particularismo estranhado do mercado". E vai além, afirmando que o homem não tem sua subjetividade "capturada" somente no aspecto de controle e manipulação psicológica, mas promove a "corrosão/inversão/perversão do ser genérico homem como ser social" (ALVES, 2013, p. 98). Entretanto, pondera que a "captura" não acontece de fato, pois a disputa pela subjetividade do trabalhador acontece de modo permanente, com lutas e resistência. Esse processo é "extremamente contraditório e densamente complexo", que articula mecanismos de coerção, consentimento e manipulação não somente no local de trabalho através dos processos de controle, mas também em instâncias da reprodução da vida social através do psiquismo do homem-ser-genérico (ALVES, 2011, p. 114).

Com relação aos processos de controle, o toyotismo apresenta uma novidade, incrementando a figura do inspetor controlador do fordismo, pelas figuras dos próprios colegas de trabalho que fiscalizam as ações dos seus pares, e até mesmo por si próprio num papel amargo de "inspetor interior", que fiscaliza o trabalho dos colegas e de si mesmo, subjugado por metas e remuneração variável, tornando-se "patrão de si mesmo e dos outros" (ALVES, 2013, p. 115), manipulando as instâncias da subjetividade. "O carrasco dos trabalhadores é o próprio coletivo de trabalho constituído pelo capital", dispensando a presença física de um inspetor externo formado e pago especificamente para este fim (ALVES, 2013, p. 124).

O capital cada vez mais investe na produção de instrumentos que manipulam a vida interior dos indivíduos, valendo-se das escolhas pessoais por meio de "valores-fetiches" que operam a "captura" da subjetividade do "homem-que-trabalha", produzindo crises na vida pessoal (redução do sujeito à mercadoria força de trabalho), de sociabilidade (fragmentação dos espaços coletivos e deterioração dos laços sociais) e de autorreferência humano-pessoal (conformismo e quebra da autoestima), muito comuns nas práticas difusoras da ideologia empreendedora, inclusive no interior das IFES, conforme veremos mais adiante (ALVES, 2013, p. 110-113).

Ao contrário do fordismo, o toyotismo não despreza o espírito do trabalhador. Muito pelo contrário, ele o integra ao processo produtivo através de "suas iniciativas afetivo-intelectuais nos objetivos da produção de mercadorias" (ALVES, 2011, p. 112), colocando a inteligência humana a serviço do capital. O que é integração orgânica para o capital, torna-se "fragmentação sistêmica" para a classe trabalhadora, desarticulando a coincidência de classe e os regulamentos salariais e os direitos sociais (ALVES, 2013; p. 113).

O processo de mundialização capitalista que promove as desigualdades sociais e espaciais, a concentração de renda, o aumento do desemprego estrutural e a flexibilização dos direitos trabalhistas e sociais aumentam o sentimento de insegurança tanto no campo do trabalho, quanto num âmbito mais complexo da própria vida das pessoas, provocando uma deterioração nas identidades de classe, consumismo, degradação ambiental e fundamentalismos reativos de afirmação de identidade de minorias não incluídas (MANCEBO, 2009).

O culto ao individualismo e à meritocracia, a consequente despolitização e a desconstrução dos ambientes coletivos de classe levam "inevitavelmente ao recolhimento ao espaço privado". A avaliação individualizada de desempenho disseminada em seus diversos métodos é responsável pela cultura de competição permanente entre pares. E quanto mais se alcança patamares hierarquicamente mais altos, mais se opera à lógica da concorrência entre colegas. "A desconfiança substitui a confiança; o isolacionismo, o cada-um-por-si, a solidão, a desolação instalam-se". (LANCMAN; SZNELWAR, 2004, p. 20-21).

É através do sofrimento que se forma o consentimento a respeito da inexorabilidade e inevitabilidade do processo de trabalho tal qual ele se apresenta. O sistema gera um sofrimento crescente entre os que trabalham através da perda gradual da esperança de que esta situação possa melhorar um dia.

Algumas formas de sofrimento no trabalho precisam ser expostas para que façamos um levantamento (mesmo que superficial) deste mal que nos parece amplamente ignorado e insuficientemente debatido. A psicodinâmica do trabalho aponta como principais manifestações deste sofrimento, apontados por Dejours: i) o medo da incompetência; ii) a pressão para trabalhar mal; iii) a falta de reconhecimento; e iv) as formas de sofrimento e defesa, entre outros.

O medo da incompetência se origina na "gestão concreta da defasagem" entre o trabalho prescrito e o trabalho real, onde se torna impossível cumprir as tarefas objetivas no trabalho real seguindo-se as regras prescritas nos manuais. Nesta situação, o trabalhador que não alcança as metas estipuladas pelo trabalho prescrito nunca sabe se isso se deu por

incompetência própria ou devido a problemas do sistema técnico, causando angústia e incerteza (DEJOURS, 1999, p. 30-31).

Outro aspecto relacionado ao sofrimento é a pressão para trabalhar mal, que surge quando o trabalhador detém o saber-fazer laboral, mas não pode exercê-lo por pressões sociais do trabalho, quando colegas sonegam informações sobre o processo de trabalho, acirrando o individualismo e prejudicando o trabalho de cooperação entre os pares, despertando uma insatisfação por não "fazer bem feito", afetando o senso de responsabilidade e a ética profissional (DEJOURS, 1999, p. 31-32).

1.3 **Empreendedorismo posto como "solução"**

A existência de uma massa de trabalhadores expropriada de maneira "múltipla e brutal", posta em disponibilidade pelo mercado de trabalho através do desemprego ou da possibilidade concreta deste, e pela precarização, sob as mais diversas formas, da venda da força de trabalho, já analisadas anteriormente, confronta-se com um mercado colocado como uma "instância comum a todos", homogeneizando as diversas necessidades sociais (FONTES, 2010, p. 290).

O surgimento no final da década de 1980 e a expansão desenfreada das ONG´s (organizações não governamentais) e, posteriormente, das FASFIL (fundações privadas e associações sem fins lucrativos), nos anos 1990 e 2000, alicerçadas sob forte campanha publicitária e midiática que ressaltava seu caráter filantrópico, contribuíram e muito para o "sucesso do desmonte dos direitos universais, a cujo espólio, se candidataram a gerir, apresentando-se como as gestoras mais confiáveis dos recursos públicos." Mesmo que não tivessem a intenção, abarcaram o "empresariamento da solidariedade, do voluntariado e de uma nova massa de trabalhadores totalmente desprovidos de direitos, ao lado do fornecimento de uma espécie de colchão amortecedor" (FONTES, 2010, p. 268).

Seus entusiastas, como o falecido sociólogo Herbert de Souza, propalavam que as ONG´s tinham inúmeras vantagens ao substituir o "Estado corrupto, incompetente, gigante, burocrático e ineficiente", pois reuniam características extremamente positivas, em suas palavras, como honestas, competentes, pequenas, flexíveis e eficientes. Era a cristalização de maneira técnica, filantrópica e inviável da questão social, que se propunha a erradicar a pobreza sem alterar as condições sociais que a produziam (FONTES, 2010, p. 280-281).

Essas organizações nasciam sem nenhum vínculo com a classe trabalhadora, embora elas próprias se colocassem como iniciativas populares, contribuindo, de forma direta, para o caráter de ocultação da luta de classes, dissimulando a crescente participação empresarial da sua formação.

Embora no início de sua atuação no Brasil tenham contado com financiamento lastreado por doações de empresas e organismos internacionais, já no início dos anos 2000, as ONG´s[35] e as FASFIL´s[36] (nomenclatura oficial instituída pelo IBGE) já tinham como principal fonte de recursos o próprio Estado. Portanto, a ampliação da atuação dessas entidades não significou, em nenhuma hipótese, a redução do tamanho do Estado, mas apenas a usurpação do poder da classe trabalhadora no interior do Estado, e agregou a participação dessas associações, coordenadas por setores empresariais e pelo próprio governo.

O papel fundamental dessas associações representantes da sociedade civil foi apagar, através do convencimento, da formação e da educação dos quadros, os projetos contra-hegemônicos das classes subalternas, principalmente aqueles conquistados na Constituição de 1988. O capital portador de juros, como fração burguesa hegemônica, de caráter meramente expropriador, formata uma classe trabalhadora adequada à sua proposta social e cívica, firmada no empreendedorismo, apagando ideologicamente os antagonismos entre capital e trabalho, e que avança inclusive sobre os professores/pesquisadores das universidades públicas brasileiras.

---

[35] O termo ONG (organização não governamental) surgiu no âmbito da ONU (Organização das Nações Unidas) nos anos de 1940, e apesar de a primeira impressão poder parecer englobar tudo aquilo que não é governo, não tem exatamente esse significado. Caso tivesse este significado, acabaria por englobar também as empresas privadas, que também não são governamentais. A criação deste termo visou garantir a participação de entidades civis associativas, sem fins lucrativos, e portanto, não empresariais, que se apresentam como porta-vozes da sociedade civil perante os governos. É um termo carregado de ideologia e com raízes no pensamento liberal, que tem como suposição a divisão do mundo em empresas, Estado e sociedade civil. Para esse pensamento liberal, essas associações estão "fora do mercado" - o que não se concretiza numa sociedade mercantil como o capitalismo – e por estarem fora do mercado, expressariam a "boa vontade" de seus integrantes. O termo busca identificar o lócus da participação social organizada "angelical, pura e sem interesses". Por fim, tem por finalidade identificar os aparelhos privados de hegemonia, com etiqueta de cunho neoliberal para contrapor a suposta sociedade civil fora do Estado, contra o Estado e reivindicando o Estado, com significado aparentemente inócuo, mas carregado de determinações teóricas e políticas. Atualmente, essas associações tentam preservar a nomenclatura ONG como algo revestido de "causa nobre", quase filantrópica, se diferenciando internamente de outras de caráter financiador, que embora também sejam sem fins lucrativos, não encontram abrigo na categoria ONG.

[36] O termo FASFIL (Fundações Privadas e Associações Privadas Sem Fins Lucrativos) foi criado pela associação entre ABONG (Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais) e o GIFE (Grupo do Instituto de Fundações Empresariais) para dar conta dessas associações que vinham de uma origem "aparentemente mais à esquerda" como o IBASE e das que tinham origem diretamente empresariais, embora sem fins lucrativos, ainda que o termo ONG já abarcasse todas essas associações. O termo FASFIL legitima esse conjunto como sendo as entidades sem fins lucrativos e abarca outras entidades que até ali não estavam englobadas como hospitais filantrópicos, escolas religiosas filantrópicas. Assim como o termo ONG, também está carregado de ideologia neoliberal.

O empreendedorismo prega a gestão da força de trabalho pelo próprio trabalhador. Este, entretanto, deve gerir sua única propriedade sob padrões empresariais, flexíveis, moldando-se e submetendo-a ao mercado sob condições extremamente adversas.

As universidades disseminam a lógica gerencial e empreendedora com a multiplicação de cursos de pós-graduação e MBA´s de cunho "social", ligados à gestão e ao empreendedorismo, cuja função principal é

> [...] disseminar padrões de gestão altamente competitivos para educar e conter massas populares, capazes, porém, de realizar as atividades necessárias ao novo padrão de uso da força de trabalho, supostamente sob a forma da auto-exploração traduzida pelo empreendedorismo. (FONTES, 2010, p. 293).

Esta nova forma de trabalhador, congrega os mais diferentes graus de precarização, desde os efetivamente contratados até os mais informalizados e voluntários, e transforma estes em "adiantadores voluntários de sua capacidade de trabalho sob qualquer forma". Mesmo os trabalhadores completamente "desprovidos de direitos precisam fornecer previamente os projetos de sua eventual inserção no mercado de trabalho, ingresso disfarçado de militantismo, porém sem direitos" (FONTES, 2010, p. 293).

A cultura empreendedora visa ao apassivamento das massas trabalhadoras e, simultaneamente, ao aprimoramento de novas formas de extração de mais-valia.

Esses aparelhos privados de hegemonia, como ONG´s ou FASFIL´s, multiplicados nos últimos anos no caso brasileiro, é que permitem a transformação social e do Estado a fim de disseminar as visões e projetos da fração de classe hegemônica, buscando manter-se à frente de outros projetos contra-hegemônicos.

Fontes explica que neste contexto

> Forja-se uma cultura cívica (ainda que cínica), democrática (que incita à participação e à representação) para educar o consenso e disciplinar massas de trabalhadores, em boa parte desprovidos de direitos associados ao trabalho, através de categorias como "empoderamento", "responsabilidade social", "empresa cidadã" e "sustentabilidade". (2010, p. 296).

É imprescindível que a fração hegemônica de classe faça uso de parcela de seus intelectuais junto ao Estado restrito[37], a fim de institucionalizar e consolidar seu projeto de sociabilidade gestado no âmbito da sociedade civil.

Segundo Castro:

[37] Denomino Estado Restrito ao conjunto das instituições que compõem o governo, o parlamento e os tribunais, ou seja, aos poderes executivo, legislativo e judiciário.

> A expressão - empreendedor - com a conotação mais próxima à atualmente conhecida - foi utilizada pela primeira vez em 1725, como um derivativo do termo francês *entrepreneur*, pelo economista irlandês Richard Cantillon, para se referir às pessoas que realizavam a compra de matéria-prima, seu processamento e venda a terceiros, identificando, nessa dinâmica, uma oportunidade de negócios cujos riscos eram inteiramente assumidos pelo empreendedor. [...] Posteriormente, em 1814, o economista francês Jean-Baptiste Say utilizou a expressão para identificar o indivíduo que realiza a transferência de recursos econômicos de um setor de baixa produtividade para um de produtividade mais acentuada, enfatizando sua relevância para o bom funcionamento do sistema econômico como um todo. (2013, p. 61).

O sentido de empreendedorismo, tal qual nós observamos na atualidade, está baseado na obra de Schumpeter "Teoria do Desenvolvimento Econômico", apresentando o empreendedor como ator principal no desenvolvimento de novos produtos, métodos e mercados, no processo que designou como "destruição criadora".

A partir do fim da década de 1920, Joseph Schumpeter, economista não-marxista e entusiasta da junção da economia com a sociologia, incorporou os estudos de Kondratiev[38] aos seus, apontando que a destruição das antigas tecnologias abre caminho para as novas, e que estas se incorporam nos vários ramos produtivos, impactando todo o resto da economia (destruição criativa). É importante ressaltar que Schumpeter entende a situação econômica como sendo equilibrada até que uma externalidade (inovação) perturbe tal equilíbrio. Para Schumpeter, a cada período de 40 ou 60 anos, surge uma geração de empresários empreendedores, o que a literatura sobre o tema chama de cachos de inovações, pois "as inovações mais importantes arrastam consigo não só a introdução de novos produtos ou novos processos no seu próprio setor, mas elas provocam também outras inovações em outros setores com os quais têm complementaridade" (SANTOS, 2002c, p. 28).

Neste sentido, os períodos de depressão e recuperação estimulam a introdução de novas tecnologias, enquanto que os períodos de recuperação econômica se caracterizam pela difusão destas.

É fundamental, aqui, incorporar a tendência intrínseca ao desenvolvimento do capitalismo, que aponta para uma queda sistemática da taxa de lucro. Isso explica o fato dos capitalistas não introduzirem inovações tecnológicas espontaneamente, por mais que estas aumentem a mais-valia. O capitalista que obtém o pioneirismo em determinada inovação

[38] Nikolai Kondratiev,economista russo do início do século XX, mencionou em seus estudos as chamadas ondas longas, que consistem em períodos de aproximadamente 50 anos, nos quais se sucedem 25 anos de crescimento e 25 anos de crise. Kondratiev associa esses movimentos cíclicos à incorporação de novas tecnologias, que permitem novos investimentos até que se atinja um novo auge. Ele definiu essa fase de ascensão como fase "a" das ondas longas. E chamou de fase "b" o período de desaceleração ou crise, quando há o esgotamento da base tecnológica existente (SANTOS, 2002c). A retomada do crescimento e o caminho do auge só são recuperados quando as inovações tecnológicas substituem a maquinaria existente, gerando uma nova onda de investimentos.

consegue diminuir seus custos de produção e vender seus produtos por um preço de mercado mais baixo do que os capitalistas que ainda não tem acesso a tal inovação, e que, por isso, ainda produzem a custos mais elevados. Com a inevitável generalização da nova tecnologia, os preços tendem a se regular pelas leis de mercado e a taxa de lucro do capitalista inovador tende a baixar até que entre outra inovação tecnológica.

Schumpeter afirma que a sucessão dessas ondas longas dos ciclos econômicos, cada vez mais se associa aos períodos de ascensão, ou seja, de retomada do crescimento, com a incorporação massiva de novas tecnologias. Essas inovações tecnológicas são incorporadas ao processo em geral nos períodos de depressão e se difundem durante o período de recuperação econômica, a chamada fase b do ciclo.

Para Schumpeter, ao final de cada ciclo, essas inovações se introduzem na estrutura do sistema e produzem mudanças nos processos de trabalho e no sistema de produção, além de criarem novos ramos dentro da economia.

Entretanto, Castro (2013, p. 62) expõe que

> [...] Suas formulações [Schumpeter] foram desenvolvidas no contexto do capitalismo concorrencial, isto é, numa fase na qual a organização produtiva ainda era bastante caracterizada pela existência de médias e pequenas empresas, cuja atuação se dava mais no âmbito local. Daí sua ênfase na ação individual. Contudo, ao mesmo tempo, reconhecia que - o progresso econômico tende a se tornar despersonalizado e automatizado. As juntas e comissões tendem a substituir a ação individual.

O trabalho do professor empreendedor incorpora cada vez mais essa lógica individualista no interior da universidade pública brasileira. Não é à toa que a lógica schumpeteriana ganha protagonismo nos cursos universitários vinculados à ciência e inovação, engenharias, administração e gestão. A teoria de Schumpeter assume contornos importantes na promoção da lógica individualista e empreendedora.

O conceito de empreendedorismo é orgânico e originário da ideologia liberal, colocando limites e horizontes na formação profissional da classe trabalhadora. Por meio da "inovação", advoga, ainda, a produção do consenso entre classes antagônicas e a individualização dos problemas políticos e sociais. O empreendedor se posiciona, a princípio, como explorador de sua própria força de trabalho, depois eleva-se a explorador da força de trabalho de outros indivíduos ou abre caminho para que outros exerçam tal exploração.

Produz o consenso quando dissemina que qualquer um pode ser ou se tornar empreendedor. Ainda que o trabalhador viva em uma favela carioca em situação semelhante aos seus vizinhos, este poderá se orgulhar de ser um "empresário", o que lhe faz acreditar que

um dia se tornará um "grande empresário de sucesso" através do fruto de seu trabalho, dependendo apenas do seu esforço individual. Esse ideário apaga as determinações histórico-sociais e a luta de classes, além de condicionar o sucesso a um misto de habilidade e sorte, atribuídas à sua "capacidade de inovar". Deve ser criativo e ter capacidade de se organizar, planejar e ser responsável, além de assumir riscos (embora calculados), controlar resultados e ter visão de futuro.

Segundo Augusto Cury[39],

> Sem sonhos, as perdas se tornam insuportáveis, as pedras do caminho se tornam montanhas, os fracassos se transformam em golpes fatais. Mas, se você tiver grandes sonhos... seus erros produzirão oportunidades, seus medos produzirão coragem. Ser empreendedor é executar os sonhos, mesmo que haja riscos. É enfrentar os problemas mesmo, não tendo forças. É caminhar por lugares desconhecidos, mesmo sem bússola. É tomar atitudes que ninguém tomou. É ter consciência de que quem vence sem obstáculos triunfa sem glórias. É não esperar uma herança, mas construir uma história... (grifo nosso).

A ideologia empreendedora dissemina a capacidade do empreendedorismo de "permitir aos indivíduos as melhores condições de competição diante do cenário do mercado" e de aumentar as chances de empregabilidade, cabendo a cada um exercer as diversas "virtudes", numa clara proclamação da autoajuda, devendo o indivíduo aprimorar-se cada vez mais. Nessa lógica, o indivíduo é um ser "que não espera as coisas acontecerem, pois é uma pessoa pró-ativa. Tem "boas ideias e sabe como implementá-las de forma a alcançar seus objetivos de forma arrojada. Criar empresas e produtos novos, agregar valor e identificar negócios lucrativos são também características desejadas aos "empreendedores de sucesso". E todos podem empreender, pois essa é uma "característica natural do ser humano", basta ter vontade.

> O desenvolvimento do empreendedor supõe as seguintes capacidades: sonhar; agir, persistir e se emocionar na busca da realização do sonho e estabelecer as conexões autocriativas entre os dois primeiros momentos (sonhar e realizar). [...] Libertar o empreendedor que existe dentro de nós implica aceitar que empreender é uma capacidade da espécie humana. Natural, como qualquer outra. No entanto, se sua origem pode ser tão simples, não o é o processo de superar o mito de que a capacidade empreendedora só existe em alguns poucos iluminados. (DOLABELA, 2003, p. 36 e 42).

[39] Médico Psiquiatra, psicoterapeuta, Doutor em PhD - *Doctor of Business Administration Florida Christian University*, FCU, Estados Unidos. Criador e Idealizador do Grupo Educacional Augusto Cury - GEAC e da Metodologia Augusto Cury, que visam ampliar o acesso e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e das funções mais complexas da inteligência para a construção de uma sociedade mais saudável. Dentro do GEAC estão os projetos: (1) Escola da Inteligência, cujo objetivo é trabalhar as habilidades sócio emocionais no currículo escolar; (2) Menthes, que oferece cursos de *Coaching* Emocional, voltados para crianças, jovens, adultos e corporativos; (3) Instituto Augusto Cury, que visa ampliar ainda mais o desenvolvimento da Inteligência Multifocal e das habilidades sócio emocionais a partir de projetos sociais (texto extraído do Currículo Lattes/CNPq). Bastante conhecido no Brasil por proferir palestras de auto ajuda e bastante difundido nos meandros dos cursos de empreendedorismo.

É comum encontrarmos em discursos que propalam a ideologia liberal empreendedora estímulos à capacidade de liderança e ao trabalho em equipe, todavia ressalta-se que o fracasso é uma responsabilidade individual e torna-se apenas uma oportunidade de aprender e ser melhor.

> Empreendedores que vencem são aqueles que se concentram nos seus objetivos, preservando seus valores, evitando ser desonestos. Você sempre colhe o que semeia, e os resultados que obtém dependem da energia que você investe. Empreendedores são pessoas que criam riquezas, e a sociedade deve estar apta a identificá-los, reconhecê-los e apoiá-los. Eles são a máquina motriz do nosso desenvolvimento. Progredimos muito nesse sentido, entretanto muito deve ser feito ainda, especialmente na Educação. (SEBRAE, 2007a, p. 30).

Dolabela (2008) e Chiavenato (2008) entendem que o empreendedor não é movido por parâmetros econômicos, mas por uma necessidade de uma nova sociabilidade, com novos desejos e novos valores.

Para Dolabela (2008, p. 60-61), empreendedorismo deve

> [...] designar principalmente as atividades de quem se dedica à geração de riquezas, seja na transformação de conhecimentos em produtos ou serviços, na geração do próprio conhecimento ou na inovação em áreas como marketing, produção, organização, etc. [...] Ser empreendedor não é somente uma questão de acúmulo de conhecimento, mas a introjeção de valores, atitudes, comportamentos, formas de percepção do mundo e de si mesmo voltados para atividades em que o risco, a capacidade de inovar, perseverar e conviver com a incerteza são elementos indispensáveis. [...] O empreendedor é alguém capaz de desenvolver uma visão, mas não só. Deve saber persuadir terceiros, sócios, colaboradores, investidores, convencê-los de que sua visão poderá levar todos a uma situação confortável no futuro. Além de energia e perseverança, uma grande dose de paixão é necessária para construir algo a partir do nada e continuar em frente, apesar dos obstáculos, das armadilhas e, muitas vezes, principalmente quando inicia, da solidão. O empreendedor é alguém que acredita que pode colocar a sorte em seu favor, por entender que ela é produto do trabalho duro.

Dolabela deixa transparecer seu caráter ideológico quando expõe "a importância do empreendedorismo para a sociedade, no que se refere ao combate à miséria, à pobreza e à geração e distribuição de renda, inclusive como medida de inclusão social face às recentes transformações nas relações de trabalho" numa clara tentativa de apagar ou amenizar os antagonismos de classe.

Chiavenato (2008, p. 04) enfatiza a importância do empreendedorismo como mola propulsora do crescimento econômico, destacando os empreendedores como sendo "heróis populares do mundo dos negócios", visto que "fornecem empregos, introduzem inovações e incentivam o crescimento". Segundo o autor, esses empreendedores não são apenas ofertantes de serviços e mercadorias, mas são também "fontes de energia numa economia em transformação e crescimento", conduzindo ao "desenvolvimento e ao progresso das nações", fazendo "pulsar o coração da economia". Entretanto, não menciona que

> [...] o culto ao empreendedorismo não deve perder de vista sua intrínseca articulação com outras determinações (simbólicas inclusive) do momento histórico em que vivemos. [...] do ponto de vista social, o projeto neoliberal consistente em transformar os indivíduos já pauperizados em sujeitos empreendedores, e não tem o condão de garantir uma inclusão mais substantiva nos resultados da produção capitalista. Logo, essa inserção precária evidencia que esses grupos ainda são, de alguma forma, úteis à nova divisão social do trabalho, porém apenas como trabalhadores expropriados (de seus direitos) e como consumidores (sobretudo, de crédito). (CASTRO, 2013, p. 70).

No empreendedorismo, o subemprego e a desigualdade não são problemas a serem pensados dentro de seu contexto histórico, político e econômico, pois o que faz a diferença é a "ação individual". O empreendedor torna-se prisioneiro de seu pragmatismo e individualismo, partindo do princípio de que estas adversidades serão transpostas dentro dos marcos do empreendedorismo, através de capacitação para a competição. Baseada na "teoria do capital humano"[40], problemas como subemprego, informalidade e desigualdade passam a se tornar uma questão individual de preparação para o mercado.

O empreendedor surge como proposta de "modelo de trabalhador" a ser disseminado com a pretensão de "formar empresários para supostamente transformar a sociedade". Mudança empreendedora e liberal, através da inovação. A ideologia empreendedora perpassa pela imposição de um conjunto de ideias, valores e comportamentos, formulado a partir dos interesses de um grupo social relevante, claramente direcionado para a manutenção de relações de dominação/exploração. No Brasil, impera o empreendedorismo pela necessidade e não pela oportunidade, quando razões socioeconômicas determinam o empreendedor, que, por não ter um trabalho e possuírem urgência em ter alguma renda, apostam suas fichas nessas atividades.

[40] Segundo o glossário do grupo Histedbr, sua origem está ligada ao surgimento da disciplina Economia da Educação, nos Estados Unidos, em meados dos anos 1950. Theodore W. Schultz, professor do departamento de economia da Universidade de Chigago à época, é considerado o principal formulador dessa disciplina e da ideia de capital humano. Esta disciplina específica surgiu da preocupação em explicar os ganhos de produtividade gerados pelo "fator humano" na produção. A conclusão de tais esforços redundou na concepção de que o trabalho humano, quando qualificado por meio da educação, era um dos mais importantes meios para a ampliação da produtividade econômica, e, portanto, das taxas de lucro do capital. Aplicada ao campo educacional, a ideia de capital humano gerou toda uma concepção tecnicista sobre o ensino e sobre a organização da educação, o que acabou por mistificar seus reais objetivos. Sob a predominância desta visão tecnicista, passou-se a disseminar a ideia de que a educação é o pressuposto do desenvolvimento econômico, bem como do desenvolvimento do indivíduo, que, ao educar-se, estaria "valorizando" a si próprio, na mesma lógica em que se valoriza o capital. O capital humano, portanto, deslocou para o âmbito individual os problemas da inserção social, do emprego e do desempenho profissional e fez da educação um "valor econômico", numa equação perversa que equipara capital e trabalho como se fossem ambos igualmente meros "fatores de produção" (das teorias econômicas neoclássicas). Além disso, legitima a idéia de que os investimentos em educação sejam determinados pelos critérios do investimento capitalista, uma vez que a educação é o fator econômico considerado essencial para o desenvolvimento. Em 1968, Schultz recebeu o prêmio Nobel de Economia pelo desenvolvimento da teoria do capital humano. Disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_teoria_%20do_capital_humano.htm. Acesso em 10/05/2017.

Essa massa de trabalhadores "empreendedores" não se resume a trabalhadores expropriados ou precarizados. São também consumidores, principalmente através do microcrédito junto às instituições bancário financeiras, públicas e privadas. O microcrédito é concedido a pessoas físicas e microempreendedores formais ou informais, que possuam "dificuldade de acesso ao sistema financeiro tradicional", principalmente por não terem meios de comprovar sua renda. Por exemplo, no Brasil, em 2016, para pessoas físicas ou de baixa renda, o limite era de R$ 2 mil e para quem fazia parte do PNMPO[41] (Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado), o limite é de R$15 mil. Pessoas físicas que pretendessem abrir o próprio negócio também poderiam requerer microcrédito de até R$ 5 mil. O prazo para amortização ia até 48 meses. O microcrédito poderia ser obtido em agências de fomento, cooperativas de crédito, Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM) e bancos, principalmente federais (CEF, BB, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia). Bancos comerciais privados, como o Santander, o Bradesco, o Itaú, também oferecem linhas de microcrédito destinadas ao financiamento de atividades empreendedoras, materializando a necessidade do "capital portador de juros" se converter em "capital funcionante", a fim de alimentar o processo produtivo, único capaz de extrair mais valor, que se converterá no lucro do empreendedor, que por sua vez, remunerará o proprietário do capital portador de juros[42].

Segundo o Canal do Empreendedor, o Banco do Brasil e a Caixa operam com o Programa Crescer[43] nas modalidades de capital de giro e de investimentos. Para atrair os

[41] PNMPO foi instituído pela Lei 11.110, de 25 de abril de 2005, e tem os seguintes objetivos gerais: i) incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares; ii) disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado; e iii) oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado, com vistas ao fortalecimento institucional destas para a prestação de serviços aos empreendedores populares. No âmbito do PNMPO, são considerados micro empreendedores populares as pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, com renda bruta anual de até R$ 120 mil (Alterado pelo Decreto 6.607 de 21/10/2008). Já o microcrédito produtivo orientado é o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras desse público, mediante utilização de metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica. Para subsidiar a coordenação e a implementação do Programa, foi criado o Comitê Interministerial do PNMPO, que é composto por representantes dos Ministérios do Trabalho e Emprego, da Fazenda e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

[42] Esquematicamente temos D(A)-D(B)-M-D'(B)-D'(A), onde (A) é o capitalista portador de juros e (B) o capitalista funcionante, e D'(A) é o capital inicial somado do lucro e do juro que deverá ser repassado á (B). As políticas sociais que impulsionam as atividades empreendedoras se monetarizam e passam a ser o (A) do processo, ocultando o caráter necessário do processo produtivo extrator de mais valia, fazendo parecer que o fator Força de Trabalho não tem importância no papel de reprodução do capital financeiro, bancário ou não bancário, ou seja, nos tenta fazer acreditar que D(A)-D'(A), sem extração de trabalho excedente.

[43] Segundo o SEBRAE, o Programa Crescer é uma iniciativa do Governo Federal, coordenado pelo Ministério da Fazenda, que estabelece diretrizes para operações de microcrédito nos bancos públicos federais (Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste). O Programa tem o objetivo de facilitar o acesso ao crédito, a formalização e a geração de trabalho e renda, e visa atender as necessidades de capital de giro e/ou de investimentos, especialmente máquinas e equipamentos. O crédito é destinado exclusivamente

empreendedores, ambos os bancos estão fazendo um movimento oposto ao tradicional, em vez de esperar os empreendedores irem até as agências, direcionam funcionários até onde se concentram esses indivíduos que, segundo os próprios bancos são potenciais beneficiários do Crescer. Além disso, prevê assistência e orientação técnica no planejamento do negócio, apartir os empreendedores são acompanhados e orientados por agentes de microcrédito. A Caixa destaca, em sua página oficial na internet, que pretende dar atenção especial às mulheres autônomas. Mulheres que trabalham por conta própria podem formar grupos solidários e, assim, receber a visita de um agente de microcrédito que dará as orientações necessárias para realização de seus projetos. Também merecerá atenção especial o público beneficiado pelo Bolsa-Família, que conta com 1,2 milhão de famílias com "perfil empreendedor".

O Banco do Nordeste conta com o Crediamigo[44], criado em 1998, que agora passa a ser inserido no Crescer. O Banco do Nordeste atua em todos os Estados da região Nordeste, além do Norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo. Há dois anos, também oferece o Crediamigo no Rio de Janeiro. Por meio do Amazônia Florescer[45], o Banco da Amazônia oferece microcrédito desde 2007 a diversos microempreendedores físicos, jurídicos ou MEI.

---

para atividades produtivas. O acesso ao crédito é para pessoas físicas e jurídicas com faturamento de até R$ 120 mil por ano. Microempreendedores Individuais (MEI), microempresas e empreendedores informais são o público-alvo do Programa, que oferece crédito com taxa de juros de 0,64% ao mês, equivalente a 8% ao ano. Além disso, o banco cobra uma taxa de até 1% sobre o valor emprestado (Taxa de Abertura de Crédito - TAC). O empréstimo é isento de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Cada operação de crédito pode chegar a R$ 15 mil por tomador a depender da necessidade e capacidade de pagamento do empreendimento a ser financiado. Os valores mínimos vão de R$ 100 a R$ 300,00, dependendo da política de crédito de cada banco. O prazo é de 4 a 24 meses (sem carência), de acordo com necessidades e condições do empreendimento a ser financiado. Financiamentos para máquinas e equipamentos podem ter prazos de pagamento mais longos. Cada banco operador do Programa Crescer tem critérios próprios de garantia. Operações de menor valor, avais em grupo ou de terceiros são garantias mais comuns e podem ser suficientes. No entanto, operações de maior valor e destinadas a investimentos, bens adquiridos podem ser exigidos como garantia. Disponível em <http://www.SEBRAE.com.br/sites/PortalSEBRAE/artigos/Programa-Crescer-facilita-acesso-ao-cr%C3%A9dito>. Acesso em 09/01/2016.

[44] Segundo o Banco do Nordeste, o Crediamigo é o maior Programa de Microcrédito Produtivo Orientado da América do Sul, que facilita o acesso ao crédito a milhares de empreendedores pertencentes aos setores informal ou formal da economia (microempresas, enquadradas como Microempreendedor Individual, Empresário Individual, Autônomo ou Sociedade Empresária). Disponível em <http://www.bnb.gov.br/crediamigo>. Acesso em 09/01/2016.

[45] De acordo com o Banco da Amazônia, o programa foi concebido para possibilitar o acesso ao crédito aos empreendedores populares da Região Amazônica. Na operacionalização do Amazônia Florescer, o Banco conta com a parceria da Associação de Apoio a Economia Popular da Amazônia – Amazoncred, uma organização da sociedade civil, especializada em microcrédito, que dispõe de profissionais treinados para atuar com a metodologia de Microcrédito Produtivo Orientado, o qual consiste no atendimento ao tomador final dos recursos, realizando levantamento socioeconômico e prestando orientação educativa sobre o planejamento do negócio, para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento. Disponível em <http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/amazonia-florescer-urbano-item/florescer-urbano-apresentacao>. Acesso em 16/01/2016.

Em ambas as instituições bancárias, a concessão de micro crédito para MEIs e pessoas físicas – chamados de empreendedores populares – será oferecido na forma de grupos solidários. Nesse caso, de três a oito pessoas se reúnem para obter crédito e todos ficam responsáveis pela operação.

O próprio SEBRAE, que analisaremos mais adiante como sendo o maior aparelho privado de hegemonia a disseminar a lógica empreendedora, reconhece em seu relatório "*Global Entrepreneurship Monitor"* (Painel Global do Empreendedorismo), que 42% dos empreendedores o são "por necessidade"[46] e dos considerados "empreendedores por oportunidade", também chamados de "empreendedores por vocação ou por instinto"[47], 47% vivem com rendimentos de até 3 salários mínimos, e que cerca de 98% dos empreendedores brasileiros não lidam com inovações.

Ações contundentes de caráter impulsionador da "cultura empreendedora" começaram a ser orquestradas como políticas públicas no governo FHC (1995-2002), através do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC) com o Programa Brasil Empreendedor, que tinha como horizonte o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas, inserindo, de maneira formal, empreendedores à economia, bem como estimulando o surgimento de novos setores de negócios.

1.3.1 Os Aparelhos privados de hegemonia (APH) do empreendedorismo: SEBRAE

Conforme mencionamos parágrafos atrás, no caso brasileiro, o SEBRAE se apresenta como o APH mais ativo na divulgação e estímulo da lógica empreendedora, além de ser presença constante entre os parceiros das unidades promotoras do empreendedorismo nas universidades públicas, e especialmente no caso da UFF. Como instrumento difusor da

[46] Segundo Falcão (2008), ideólogo do empreendedorismo, é quando as pessoas não têm liberdade, entendida como capacidades mínimas de inserção na economia, e passam a viver em condições pré-capitalistas, praticando atividades de subsistência, o escambo ou a pirataria.

[47] Ainda segundo Falcão (2008) É quando há liberdade de acesso às oportunidades do mercado. Quer dizer, é quando o acesso a oportunidades desenvolve o instinto empreendedor das pessoas, ou seja, a especialidade em saber identificar possibilidades e calcular os riscos do negócio. Nesta classificação utilizada pelo autor, ainda aparecem outras duas categorias de empreendedorismo. O empreendedorismo inercial, que se dá quando há liberdade de acesso às oportunidades do mercado, ou seja, é quando o acesso a oportunidades desenvolve o instinto empreendedor das pessoas, ou seja, a especialidade em saber identificar possibilidades e calcular os riscos do negócio. E o empreendedorismo pelo conhecimento que é a forma de empreender do futuro porque somente o conhecimento une o espírito animal empreendedor à alma do negócio do ambiente empresarial.

ideologia empresarial do "Sistema S", o SEBRAE[48] aparece em diversas ações no interior da UFF, sobretudo as do Departamento de Empreendedorismo (STE) e do Laboratório de Tecnologia, Gestão de Negócios e Meio Ambiente (LATEC), como mostraremos no Capítulo 3.

A origem do SEBRAE remonta ao ano de 1960 e tem início a partir da criação do Grupo Executivo de Assistência à Média e Pequena Empresa (GEAMPE), com o objetivo de "melhorar a produtividade e fortalecer a estrutura econômica e financeira das empresas industriais". (COSTA, 2003, p. 01).

No início do período ditatorial empresarial militar, mais precisamente em 1964, foi criado no âmbito do BNDE (hoje BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), por orientação do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), o Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa (FIPEME). Paralelamente, a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) cria um programa especial para atender às necessidades das pequenas e médias empresas daquela região, não contempladas pelo FIPEME, que compreendia os NAI´s (Núcleos de Assistência Industrial). Esses NAI´s estavam presentes em todos os estados do Nordeste e se estabeleciam por meio de convênios entre a SUDENE e Universidades Federais, Federação das Indústrias, Bancos e Companhias Estaduais e Secretarias de Indústria e Comércio (COSTA, 2003, p. 01).

O FIPEME e o FUNTEC (Fundo Tecnológico), criado em 1967 (atual FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos), vinculado ao então Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), formavam o Departamento de Operações Especiais do BNDE, que tinha como objetivo criar um sistema de apoio gerencial às pequenas e médias empresas.

No esteio da política industrial "modernizadora" da ditadura empresarial-militar, no ano de 1972, fica instituído, por iniciativa do BNDE e do Ministério do Planejamento, o CEBRAE (Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa). Segundo Costa (2003, p. 02), "sob a forma de uma sociedade civil, sem fins lucrativos, operando a fundo perdido, teve seu Conselho Deliberativo formado pela FINEP, pela Associação Brasileira dos Bancos de Desenvolvimento (ABDE) e pelo próprio BNDE". Ainda segundo

[48] É uma empresa privada que tem como objetivo "promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendedores de micro e pequeno porte", sempre amplamente apoiado em sofisticadas estratégias de marketing disseminadas em larga escala na grande mídia do país, principalmente nos veículos do grupo Globo de comunicação, através da Fundação Roberto Marinho, da TV Globo e suas afiliadas e canais por assinatura, dos jornais O Globo e Extra e do Sistema Globo de Rádio, através de iniciativas como os programas de televisão "Pequenas Empresas Grandes Negócios" e "Esquenta", e através de ONG´s travestidas de entidades beneficentes como a CUFA (Central Única das Favelas) e o "Movimento Afro Reggae", que acabam por cooptar frações importantes dos trabalhadores, principalmente nas comunidades mais pauperizadas das periferias das grandes cidades.

Costa (2003, p. 02), o estatuto do CEBRAE estabeleceu que a finalidade principal do órgão fosse prestar assistência às pequenas e médias empresas, em aspectos tecnológicos, econômicos, financeiros e administrativos, em treinamento de dirigentes e pessoal técnico-administrativo e na realização de pesquisas, bem como a implantação de um sistema brasileiro de assistência à pequena e média empresa.

Costa (2003, p. 02) vai salientar que

> [...] A partir de 1982 o CEBRAE passou por uma nova fase, atuando mais politicamente junto às micro, pequenas e médias empresas. É nessa época que surgem as associações de empresários com força de atuação junto ao Governo. É quando o setor passa a reivindicar mais atenção governamental para seus problemas e o CEBRAE serve como canal de ligação entre as empresas e os demais órgãos governamentais no encaminhamento das questões mais relevantes.

Já no início da década de 1980, o CEBRAE se articulava com outras instituições internacionais como a UNIDO (ONU), API-PME (França), ICEX (Espanha), IAPMEI (Portugal)[49], permitindo-lhe prestar e receber cooperação externa no que tange às micro e pequenas empresas.

Em 1984, o CEBRAE passa a integrar o Ministério da Indústria e Comércio, tendo o seu Conselho Deliberativo se ampliado e abarcado diversos órgãos da administração pública como o Banco do Brasil, BNDES, Caixa Econômica Federal e FINEP.

No final da década de 1980, no governo Collor de Mello, estrategicamente, o CEBRAE se articula a fim de escapar da administração pública e do desmonte desta, através da extinção de diversos órgãos federais. Entidades empresariais, como a CNI, ou seja, APH da burguesia brasileira, alinhados com setores importantes do Congresso Nacional, aprovam a Lei nº 8.029 de 12/04/90, que extinguiu inúmeras entidades da administração pública federal, e desvinculou o CEBRAE da ossatura material do Estado, transformando-o em "serviço social autônomo", parte do Sistema S (juntamente com Senai, Senac), para que, de maneira estratégica e direta, pudessem definir tais políticas.

Desde então, através do Decreto nº 99.570 de 09/10/1990, passa a se denominar SEBRAE e assume papel preponderante na difusão da lógica empreendedora e no apoio gerencial aos pequenos e médios empresários. Destaca-se, nesta nova fase, a sua atuação no sentido de alavancar a aprovação do Estatuto da Micro Empresa e da Empresa de Pequeno Porte, através da Lei nº 9.841 de 05/10/1999, que posteriormente, já no governo Lula da Silva, será substituída pela Lei Complementar nº123, de 14/12/2006.

[49] Instituições que assumem papel semelhante ao Sebrae em seus países de origem, construindo e difundindo a ideologia empreendedora.

Costa (2003) considera que o SEBRAE encontra-se num firme processo de redirecionamento desde 1999, que "resultou uma profunda mudança de concepção, de estratégias, de foco, de filosofia, de gestão e de estrutura da instituição". Para o autor, o SEBRAE é

> [...] colocado num novo patamar de atuação, revalorizando a importância da instituição para o país, ampliando sua capilaridade através da rede de parceiros, incluindo novos clientes, além de ter incorporado novos territórios e regiões, interiorizando ainda mais sua presença institucional nas várias unidades da federação. (COSTA, 2003, p. 5).

Atualmente, o SEBRAE se auto define como: i) prestador de serviços empresariais às micro e pequenas empresas, desenvolvendo o mercado de serviços para essa clientela; ii) agência de desenvolvimento ou de articulação estratégica para a construção de "ambientes favoráveis aos pequenos negócios"; e, iii) "gerador de conhecimento" sobre esse relevante segmento do setor empresarial (COSTA, 2003, p. 06).

> A partir de 2002, o SEBRAE desenvolve importante papel de agente disseminador da cultura empreendedora, por meio do Programa de Formação de Jovens Empreendedores. No total, somente o SEBRAE-SP, conta com um histórico de - mais de 240 mil alunos atendidos, 7.600 professores capacitados, adesão de mais de 100 municípios e 50 universidades aplicando a disciplina de empreendedorismo em sua grade curricular. No ensino médio os números são igualmente ilustrativos, com 900 professores capacitados e mais de 24 mil alunos participantes do Programa - Formação de Jovens Empreendedores. No ensino superior foram mais de 50 universidades, 700 professores capacitados e mais de 20 mil alunos participantes do - SEBRAE no Campus. A terceira linha de atuação do SEBRAE, no que diz respeito ao fomento do empreendedorismo, consiste em capacitar os novos empreendedores, por meio de consultoria e cursos de educação empreendedora. (CASTRO, 2013, p. 84).

O artigo 3º do Decreto nº 99.570 de 09/10/1990, que desvinculou o SEBRAE da administração pública direta, determina que o Conselho Deliberativo da instituição fosse composto por representantes da Associação Brasileira dos Centros de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (ABACE), da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Industriais (ANPEI), da Associação Nacional das Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas (ANPROTEC), da Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB), da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), da Confederação Nacional do Comércio (CNC), da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Secretaria Nacional da Economia do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, da Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE), do Banco do Brasil S.A., do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e

Social (BNDES), da Caixa Econômica Federal (CEF) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

Segundo o próprio SEBRAE, o Conselho Deliberativo Nacional é composto por 13 membros titulares e seus respectivos suplentes, e tem a "responsabilidade de gerir os recursos financeiros, decidir sobre políticas, diretrizes e prioridades na aplicação destes recursos e promover ações de orientação e fiscalização das diversas ações da Instituição".

Atualmente o Conselho é presidido pelo empresário mineiro Robson Braga de Andrade, que também é presidente da CNI desde 2010 (mandato até 2018) e tem sua trajetória ligada à empresa Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda., sediada em Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte, que produz equipamentos para os segmentos de energia, petróleo, gás, mineração, siderurgia, saneamento, telecomunicações e transportes, da qual é presidente. Robson também foi presidente da FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais) entre 2002 e 2010, e membro do CDES no ano de 2011.

A presidência do SEBRAE atualmente compete a Guilherme Afif Domingos, que foi o presidente da primeira gestão da empresa fora da ossatura material do Estado, entre 1990-1994. Sua biografia profissional informa que se tornou diretor da Associação Comercial de São Paulo ainda em 1976, tendo sido presidente desta por dois mandatos, de 1987 a 2003 e de 2003 a 2007[50].

Entre 2013 e 2015 acumulou a presidência do SEBRAE com o cargo de Ministro-Chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE), criada pela Lei nº 12.792 de 28/03/2013, e extinta pela Reforma Ministerial de outubro de 2015[51], e que teve como objetivo assessorar o Presidente da República

> I- na formulação, coordenação e articulação de:
> a) políticas e diretrizes para o apoio à microempresa, empresa de pequeno porte e artesanato e de fortalecimento, expansão e formalização de Micro e Pequenas Empresas
> b) programas de incentivo e promoção de arranjos produtivos locais relacionados às microempresas e empresas de pequeno porte e de promoção do desenvolvimento da produção

[50] Presidiu também o Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (BADESP) em 1979. Em 1980 foi nomeado Secretário de Agricultura e Abastecimento de São Paulo pelo então governador Paulo Maluf, ambos vinculados ao PDS, partido de sustentação do regime ditatorial empresarial militar então vigente. Sucede-se então uma extensa lista de mandatos e nomeações no interior do Estado restrito, como Deputado Federal Constituinte pelo PL (1987-1991), Secretário Municipal de Planejamento de São Paulo (também nomeado por Maluf, mas filiado ao PFL), foi Secretário de Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo na gestão José Serra (PSDB) entre 2007 e 2010, sendo eleito vice-governador do Estado de São Paulo ao lado de José Serra em 2011. Concorreu e foi derrotado em diversos processos eleitorais ao longo dos anos (vice-governador em 1982, senador em 1990 e 2006, presidente em 1989).

[51] Foi incorporada à Secretaria de Governo da Presidência da República, sem o status de Ministério.

> c) programas e ações de qualificação e extensão empresarial voltadas à microempresa, empresa de pequeno porte e artesanato
> d) programas de promoção da competitividade e inovação voltados à microempresa e empresa de pequeno porte
> II - na coordenação e supervisão dos Programas de Apoio às Empresas de Pequeno Porte custeados com recursos da União
> III - na articulação e incentivo à participação da microempresa, empresa de pequeno porte e artesanato nas exportações brasileiras de bens e serviços e sua internacionalização". (BRASIL, 2013).

Portanto, trata-se de uma figura com livre trânsito nas esferas intelectuais orgânicas do grande capital e no âmbito restrito do Estado.

Em recente pronunciamento, na Semana Global de Empreendedorismo, em São Paulo, como Presidente do SEBRAE, Guilherme Afif Domingos, disse que "a política fiscal e a burocracia são exterminadoras dos interesses do empreendedorismo brasileiro". Defendeu também a internacionalização do empreendedorismo brasileiro, e que "os pequenos negócios do país possam participar de acordos de livre mercado, como o Mercosul". Ressaltou também "que as universidades brasileiras poderiam investir mais na educação voltada para os negócios, como ocorre nos Estados Unidos", pois "Aqui, o mercado representa algo que pode interferir na pureza da Universidade", porque, segundo ele, "há muita ideologia envolvida" (AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS, 2015).

1.3.2 Empreendedorismo no âmbito do Estado Restrito

O Estado em Gramsci, não deve ser assumido como organismo próprio de uma classe ou organização de classe. Para Gramsci, o Estado é uma expressão universal de toda a sociedade, que, muitas vezes, incorpora até mesmo demandas das classes subalternas.

> O conceito de Estado ampliado demonstra a estreita correlação existente entre as formas de organização das vontades (singulares e, sobretudo, coletivas), a ação e a própria consciência (sociedade civil) – sempre enraizadas na vida socioeconômica – e as instituições específicas do Estado em sua acepção restrita (sociedade política). (MENDONÇA, 2014, p. 34).

Em consonância com os trabalhos de Mendonça (2014) e de Guiot (2015), observamos a presença dos APH's e seus intelectuais orgânicos no interior da ossatura material do Estado brasileiro.

Conforme Mendonça indica

> [...] para analisar o caso do Brasil, é preciso ir além da suposição corrente de que o Ministério da Fazenda identifique-se a um Ministro, ou que o Estado brasileiro seja o próprio presidente. Há que verificar-se, por exemplo, a que grupos organizados da sociedade civil estão eles ligados? Quais os interesses desses grupos? Quais os demais grupos da sociedade civil que possuem representantes, ainda que em posição não hegemônica, dentro de cada órgão? Somente assim será possível explicar o porquê de determinada política pública e não outra; ou ainda o porquê de duas políticas distintas superpostas, emanadas de órgãos do Estado distintos. (MENDONÇA, 1998, p. 22-23)

Ainda em 2003, Lula da Silva edita a Medida Provisória nº 103/2003, que em 28/05/2003 é sancionada como Lei nº 10.683, que cria o CDES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social), que, segundo o governo, iria "assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas", e "apreciar propostas de políticas públicas, de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social que lhe [fossem] submetidas pelo Presidente da República, com vistas na articulação das relações de governo com representantes da sociedade." Ainda segundo o governo, o CDES teria como principal objetivo "alargar de forma inédita a interlocução do governo com a sociedade civil", além de "definir de forma compartilhada os grandes rumos do país". Na realidade não se tratava de assessoramento, mas de "concertação", alinhavando demandas da classe trabalhadora a interesses da burguesia no âmbito do Estado. A própria composição do Conselho, conforme veremos à frente, inverte completamente a estrutura de classes da população brasileira. As iniciativas dispersas da burguesia passam a se condensar no âmbito de um governo que, supostamente, representava a classe trabalhadora.

Tarso Genro, Jacques Wagner e Alexandre Padilha foram importantes Ministros Chefe da Secretaria de Relações Institucionais do governo Lula da Silva que conduziram politicamente as reuniões do CDES, no decorrer dos anos de 2003 a 2010. O CDES foi berço de importantes políticas públicas implantadas no decorrer do governo Lula da Silva, como o REUNI, o PRONATEC, o PNE, o PAC, o Minha Casa Minha Vida, entre outros.

Baseado em estudos de Guiot (2015), não precisamos ir muito longe para identificarmos que o CDES é

> Uma arena da sociedade que se diz representativa dos interesses e demandas de diversas entidades da sociedade civil brasileira, mas que é de fato uma agência estatal permeada pelas frações burguesas do capital em geral e pela predominância de diversos setores da fração do capital produtora de valor. Mais da metade da composição social da plenária do conselho durante os governos Lula da Silva comportava conselheiros-empresários diretamente vinculados aos grandes grupos econômicos e firmas instalados no Brasil e estavam organizados em aparelhos privados de hegemonia de cunho empresarial de vários tipos e funções. (GUIOT, 2015; p. 01).

Guiot (2015, p. 02) afirma ainda que tais conselheiros-empresários se apresentam como verdadeiros intelectuais orgânicos do grande capital, visto que eram prepostos diretos dos meios e recursos sociais da produção. Os números comprovam tal supremacia, visto que, no governo Lula da Silva, dos 88 conselheiros que passaram pelo CDES entre 2003 e 2010, 62 (ou 70%) eram "megaempresários organizadores e condensadores do grande capital no plano econômicos, políticos e socioculturais."

A já mencionada cooptação de frações importantes do movimento sindical fica comprovada pela tese de Guiot, que aponta o apoio de diversas centrais sindicais ao governo Lula da Silva. Tais centrais, principalmente a CUT (Central Única dos Trabalhadores), compartilhavam, no interior do CDES, de ideias amplamente difundidas pelos setores burgueses como "desenvolvimento sustentável", "emprego digno" e "distribuição de renda", elevando o patamar de importância do "pacto social" e da parceria entre classes, em detrimento da mobilização e da crítica ao Estado capitalista.

Além de ocuparem assentos no CDES, sindicalistas importantes, como Ricardo Berzoini e Luiz Gushiken, ocuparam posições importantes na sociedade política como ministros e secretários de Estado no governo Lula da Silva. Conselheiros sindicalistas também galgaram postos importantes nos fundos de pensões de empresas estatais, dentre os quais se destacou Sergio Rosa, presidente do Previ[52], que exercem "papel preponderante na gestão não bancária do capital portador de juros, capturando gigantescos recursos do fundo público dos trabalhadores e reconvertendo em capital" (GUIOT, 2015; p. 05).

Mesmos os conselheiros do CDES classificados como "acadêmicos e personalidades", em grande parte, estavam visceralmente ligados a setores empresariais, como Cândido Mendes, Luiz Gonzaga Beluzzo, e José Vicente, atrelados ao setor educacional privado-mercantil, Delfim Neto que, embora professor da FEA-USP, tenha pautado suas atividades laborais ocupando cargos do alto escalão nos governos da ditadura empresarial-militar; e Marcelo Neri, que, embora tenha exercido o cargo de professor na UFF nos anos 1990, sempre pertenceu à corrente neoliberal de economistas, ocupando cargos importantes nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, e esteve vinculado a importantes aparelhos privados de hegemonia do empresariado como o IETS e o IEPE. Cabe destacar entre estes conselheiros acadêmicos a presença de Naomar Monteiro de A. Filho, ex-Reitor da UFBA e

[52] Fundo de previdência complementar dos funcionários do Banco do Brasil.

mentor intelectual da "Universidade Nova"[53], que foi o fio condutor da reforma universitária em curso no Brasil.

A grande maioria dos conselheiros do CDES, conforme já mencionamos, estava umbilicalmente ligada ao setor industrial, ocupando postos de diretores, gerentes ou CEO´s de grandes grupos, ou seus próprios proprietários ou acionistas majoritários.

Entretanto, é importante observar que o papel do empresariado não se restringe ao âmbito da produção. Como intelectual técnico, uma parcela destes, almeja um papel organizador da sociedade em geral, a fim de criar condições melhores de expansão da sua própria classe.

> [...] voltadas para a organização da ação empresarial em duas grandes frentes: a) aos desafios requeridos pelas contínuas e rápidas mudanças no capitalismo brasileiro recente, especialmente no que tange à inserção da economia brasileira no circuito globalizado e suas implicações (políticas de industrialização e de reestruturação do setor, mecanismos de promoção da competitividade, etc) e b) à edificação de uma nova cultura empresarial, uma iniciativa de vontade com fins à unificação de concepções, comportamentos e ações comuns em torno da reanimação do senso de pertencimento à classe por meio do ideário da responsabilidade socioambiental empresarial. Trata-se de papéis bem definidos e complementares, na frente econômica e político-cultural, a fim de retroalimentar a coesão interna do empresariado em torno de um projeto que o recoloque numa posição hegemônica no interior do bloco no poder. (GUIOT, 2015, p. 44).

Embora mantenham o mesmo interesse como classe frente à outra classe, as diversas frações burguesas têm interesses divergentes quando se defrontam. A disputa intraclasse coloca os diferentes capitais particulares em contradição, pois enquanto compartilham a necessidade de garantir as condições sociais, políticas e econômicas de sua reprodução, enfrentam-se em busca de posição privilegiada como fração de classe hegemônica. A unidade de classe se sobrepõe nos períodos de crise ou dificuldades a fim de garantir seus interesses e o Estado tem a função de zelar por esses interesses.

Evidencia-se que embora ocupassem assentos no conselho como empresários do setor produtivo industrial, agroindustrial, comercial, de serviços e bancário, esses intelectuais orgânicos não se restringiam a esse papel. Embora estejam representando empresas como Vale, Usiminas, Suzano, Vicunha, Klabin, Alcoa, Ipiranga, Gradiente, Nestlé, Embraer, CSN, Ford Motors, Fiat, Odebrecht, Telefônica, Telemar, Iguatemi Shoppings, Grupo Pão de

[53] Documento não oficial do MEC que circulou em meios restritos no final de 2006 e visava reestruturar a arquitetura acadêmica do "ensino superior no Brasil". Serviu como plataforma para implantação do REUNI (ver GREGÓRIO, 2011). Tinha como objetivos sete itens, dos quais a absoluta maioria tentava detalhar como iria se dar a revisão profunda da estrutura acadêmica que evitasse uma "profissionalização precoce e fechada", por meio da "introdução dos ciclos ou níveis de formação. Baseava-se na flexibilização de currículos, educação à distância, bacharelados interdisciplinares.

Açúcar, Mappin, Anhanguera Educacional, Siemens, Price Waterhouse, Santander, Citibank, Unibanco, Gerdau, Bradesco, ABN Amro Bank, Itaú, BNP Paribas, BMF&BOVESPA, entre outros, essas pessoas circulam por diversos setores da atividade industrial e por diversos aparelhos privados de hegemonia como a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), FEBRABAN (Federação Brasileira dos Bancos), CNI, FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), FEBRAFARMA (Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica), IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio), Sinditextil (Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem), PROTEC (Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica), Movimento Brasil Competitivo, Instituto Millenium, Instituto ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social, Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, ANFAVEA (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), ÚNICA (União das Indústrias de Cana de Açúcar), FENASEG (Federação Nacional das Empresas de Seguros Privadas e Capitalização), ANBID (Associação Nacional dos Bancos de Investimento), ANAMACO (Associação Nacional de Comerciantes de Materiais de Construção), Associação Universal de Empresários Cristãos, Movimento Todos pela Educação, Instituto Ayrton Senna, entre outros.

> [...] o empresariado aprendeu que precisa aprimorar o jogo instável do consenso para além de sua própria classe e isto mobiliza engenhosos recursos institucionais, organizativos e culturais. Para tanto, retraduziu aspirações, conceitos e práticas dos setores populares em refluxo nos anos 90, apostando na disseminação mercantil-filantrópica de intervenção social. ONG´s, institutos, fundações, entidades "sem fins lucrativos" das mais diversas (alcunhadas de "Terceiro Setor") seriam criadas e/ou readequadas pelo empresariado com vistas ao atendimento (precário) das necessidades básicas e prementes da população, privatizando a questão social. (GUIOT, 2015, p. 45).

Multiplicam-se entidades patronais com cunho pseudo-popular com a finalidade de dar tratamento empresarial às causas populares. Os movimentos supostamente "para todos" tentam desvincular as ações assistencialistas do âmbito das forças produtivas. Emergem movimentos como o "Brasil Competitivo" e o "Movimento Todos pela Educação". Neste sentido, as reivindicações populares são apreendidas seletivamente, resignificadas e revertidas em demandas históricas, que são atendidas de forma fragmentada por essas entidades, através de políticas de combate à pobreza, ao desemprego e de acesso a bens e serviços públicos. Guiot (2015, p. 58) ressalta que, embora contando com o consenso ativo das classes subalternas, esse processo não se deu sem tensões, lutas e conflitos.

Constata-se que o CDES não é um conselho formado por uma maioria de empresários que exerciam papel importante na sociedade civil, isto é, como intelectuais orgânicos dos

aparelhos privados de hegemonia empresariais, mas por empresários representantes de diversos setores estratégicos para o modelo de crescimento econômico adotado pelo governo Lula da Silva, incluindo o setor financeiro bancário e não bancário. As palavras de Mattos (2015, p. 01) definem bem as características dos grandes monopólios e oligopólios no Brasil

> [...] em que os setores que produzem valor e os setores que portam juros – vulgarmente chamados de capital produtivo e capital financeiro (a banca) – assim como as faces nacional, internacional e associada das empresas capitalistas, estão de tal forma entrelaçados e interpenetrados que, ainda que se possa falar em interesses específicos de frações (a indústria, o agronegócio, os bancos...) dificilmente encontraremos, hoje, empresas e burgueses que representam tal perfil de forma "pura".

Nomes como Benjamin Steinbruch, Paulo Skaf, Horácio Piva, Maurílio Biagi, Marcos Jank, Marcelo Odebrecht, Jorge Gerdau, Olavo Machado Junior, Fernando Roberto Moreira Salles, Abílio Diniz, Miguel Jorge Filho, Roberto Setúbal, Roger Agnelli, Viviane Senna, Valdemar Verdi Junior, Rogelio Golfarb, Antoninho Trevisan, José Mizael deixam claro que "grandes capitais de diferentes origens se capilarizavam e se entrelaçavam em várias atividades de setores econômicos de distintas frações dominantes" (GUIOT, 2015, p. 22). O autor mostra que 43% dos conselheiros ligados diretamente ao setor industrial, no período de 2003 a 2010, "participavam de firmas ou grupos que expandiam, diversificavam e interpenetravam atividades e investimentos em setores econômicos diferenciados".

Percebe-se, neste período (2003-2010), a concessão de vultosos recursos oriundos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), para empresas e setores representados no CDES, que utilizavam a presença destes conselheiros empresários para tal.

O CDES não contribuiu apenas para esses nomes ligados a setores importantes mantivessem atrelados ao aparelho estatal, como também permitiu que diversos de seus conselheiros empresários adentrassem no primeiro escalão do Estado restrito. Luiz Fernando Furlan, então presidente da Sadia (BR Foods após fundir-se com a Perdigão), e Miguel João Jorge Filho, ex-Diretor da Volkswagen e Diretor do Santander, assumem o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, enquanto Henrique Meirelles, ex Diretor do Bank Boston, assume o Banco Central.

Diversos desses conselheiros empresários ocuparam importantes assentos em outros setores do Estado restrito, como o CNDI (Conselho Nacional para o Desenvolvimento Industrial), a CAMEX (Câmara de Comércio Exterior), além das agências reguladoras como a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), da ANAC (Agência Nacional da Aviação

Civil) e dos Ministérios da Agricultura e da Ciência e Tecnologia (atual Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações).

A ampliação seletiva do Estado brasileiro não é uma novidade dos governos do Partido dos Trabalhadores. Muito pelo contrário, ela remonta aos anos 1910. O que nos salta aos olhos nos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff é o "requinte e a robustez" de tal fenômeno, capitaneado pela inserção de setores subalternos no processo de hegemonização.

Importante salientar que o Estado ampliado, nos moldes concebidos por Antonio Gramsci, passa a ser

> [...] não apenas um sofisticado conceito, mas também uma utilíssima ferramenta metodológica, posto conter, em sua elaboração, os passos de um itinerário de pesquisa destinado à análise da constituição/transformações sofridas pelo Estado, bem como para o desenvolvimento de investigações de todo tipo de temáticas a ele correlatas, tais como a dominação política de classe; a representação de interesses – dominantes e dominados – na sociedade capitalista; as políticas estatais das mais variadas; as relações entre classe dominante, Estado restrito e classe trabalhadora; ideologia, classe e cultura; além de inúmeras outras, mormente no âmbito da história, posto que o cerne da análise de Gramsci não poderia deixar de ser a Totalidade. (MENDONÇA, 2014, p. 38).

Em 17/11/2014, a Presidente da República Dilma Rousseff, através do Decreto nº 8.364, regulamenta o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FP), com status de instância consultiva governamental federal, responsável por tratá-las de maneira diferenciada, e também presidido por Afif Domingos. Estabelecia-se aqui o elo que faltava na participação direta da esfera privada (SEBRAE/CNI) e o Estado restrito na implantação de políticas públicas direcionadas ao empreendedorismo.

O Fórum Permanente tem como prerrogativas: i) criação de leis, regulamentos, procedimentos, sistemas de informação, portais e canais de comunicação da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; ii) promover ajustes e aperfeiçoamentos de ações e projetos, governamentais ou não, para potencializar e harmonizar resultados; iii) articular e integrar instituições, órgãos do governo federal e entidades de apoio e "representação" nacional, que atuem no segmento das micro e pequenas empresas; entre outras.

Compõem o FP diversas instituições do Estado restrito, dentre elas o BACEN (Banco Central), APEXBrasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimento), o Banco da Amazônia, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, o BNDES, a CEF, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários), o CNPq, a CAPES, a ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos), a FINEP, o IBGE, o IPEA, o INMETRO, o INPI (Instituto Nacional

de Propriedade Industrial), o INSS, além dos Ministérios dentre os quais o MEC, o MDIC, o MCTI, o MTE, o MinC, o MAPA.

Dentre as associações da sociedade civil presentes no FP, destacam-se a ABIH (Associação Brasileira da Indústria de Hotéis), a ABIMAQ (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos), a ABINEE (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica), a ABSCM (Associação Brasileira das Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte), a ABRASEL (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes), ABDE (Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento), a ANPROTEC (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores), a ANAMACO (Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção), a CACB (Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil), a CNI/FIESP, a SICOOB (Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB), a CONAMPE (Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais), a Comicro (Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), a CNDL (Confederação Nacional dos Diretores Lojistas), CNT (Confederação Nacional dos Transportes), a CONAJE (Confederação Nacional dos Jovens Empresários), a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) e o próprio SEBRAE.

Ao analisarmos o balanço apresentado pela SMPE/SR, resultante da 24ª Reunião Plenária do FP, percebemos que a CNI/FIESP coordena os principais grupos de trabalho, como os de "Investimento e Financiamento" (junto como o BNDES), o de "Tecnologia e Inovação" (ao lado do CONAJE), o de "Comércio Exterior" (junto com o CONAMPE) e o de "Informação e Capacitação" (junto com o INPI e o CONAMPE). Percebemos que as atividades do FP ligadas ao crédito, à educação, à exportação e à produção de inovações, estão sempre sobre o comando da Confederação Nacional da Indústria, associada a parceiros importantes na esfera estatal, como o BNDES (financiamento) e o INPI (patentes).

Ainda no âmbito do Estado restrito, a Secretaria de Inovação (SI) do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC) desponta como importante espaço a criar e difundir políticas públicas que trazem em seu bojo a lógica empreendedora. Tal secretaria se apresenta como protagonista na interligação dessas políticas com as demandas do sistema produtivo, disseminando a cultura da inovação e da competitividade.

A SI/MDIC elenca em suas funções: i) desenvolver políticas fiscais, financeiras e regulatórias para o desenvolvimento de "tecnologias verdes"; ii) desenvolver PPP´s na concepção, seleção, monitoramento e avaliação de políticas de inovação e seus resultados; iii)

qualificar setores de base tecnológica e estratégica para atender o mercado; iv) reorientar instrumentos de apoio à inovação; e v) atrair centros globais de inovação.

Dentre as ações sob responsabilidade da SI/MDIC encontra-se o "Fomento à Inovação e às Tecnologias Inovadoras, que tem como objetivo " expandir, diversificar e aperfeiçoar os mecanismos de incentivo à inovação, buscando maior adequação às necessidades, capacitações e potencialidades das empresas". As ações da SI também passam pelo estímulo à cooperação internacional em inovação e através da troca de experiências entre empresas brasileiras e de outros países, ressaltando que estas experiências devem resultar no desenvolvimento de novos produtos, processos ou serviços que possam ser direcionados à comercialização no mercado doméstico ou global.

A SI também estimula a criação de parques tecnológicos, que segundo a própria secretaria, são "complexos de desenvolvimento econômico e tecnológico que visam a fomentar e promover sinergias nas atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação entre empresas e instituições científicas e tecnológicas, públicas ou privadas, com apoio dos governos federal, estaduais e municipais, comunidade local e setor privado". Segundo o MDIC, esses parques têm como função "contribuir para levar um melhor ambiente cooperativo e fornecer infraestrutura para o desenvolvimento e interação de empresas, universidades e institutos de pesquisa".

É importante destacar a participação ativa de ministros dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff na elaboração de tais políticas, dentre os quais estão: Luiz Fernando Furlan (2003-2007), então Presidente do Conselho de Administração do Grupo Sadia (atual BRF Foods - proprietária das marcas Sadia e Perdigão), onde atuava desde 1976, tendo sido Diretor de relações com investidores e também Vice-presidente executivo, e em 2007 assumiu a presidência do Conselho de Administração da Fundação Amazonas Sustentável (FAS), instituição fundada pelo governo do Estado do Amazonas em parceria com o Banco Bradesco; Miguel Jorge (2007-2010), vice-diretor da Autolatina e vice-presidente de Assuntos Legais, Recursos Humanos e Assuntos Corporativos da Volkswagen (1995-2001) e vice-presidente de Assuntos Corporativos, Recursos Humanos e de Assuntos Jurídicos do Banco Santander; Fernando Pimentel (2011-2014), professor de economia da UFMG desde 1978 e Presidente do Conselho Regional de Economia-MG, sindicalista, ex-diretor do Sindicato dos Economistas de Minas Gerais (1986-1992), ex-prefeito de Belo Horizonte e atual governador de MG; Mauro Borges Lemos (2014), ex-presidente (2011) da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); e Armando Monteiro (2015) ex-presidente da FIEPE (Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco) no período 1992-2004, Presidente da

CNI (2002-2010), Deputado Federal por três mandatos consecutivos por Pernambuco entre 1999 e 2010, além de Senador pelo mesmo estado (2010-2018). Vale a pena salientar, que, apesar de não apresentar vínculos diretos com o setor empresarial, o ex-Ministro e atual Governador de MG, Fernando Pimentel, recebeu em doações para sua campanha eleitoral em 2014 cerca de R$53 milhões de empresas como JBS Frigoríficos (Friboi), Andrade Gutierrez, Norberto Odebrecht, Alpargatas, Contax e Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração[54].

Percebe-se a olhos vistos o livre trânsito que os diversos Ministros do MDIC tinham e continuam tendo na ossatura material do Estado brasileiro e seus vínculos orgânicos com entidades da sociedade civil de representação patronal, sejam do ramo industrial, financeiro, de serviços ou em mais de um simultaneamente. Esses vínculos se espraiam pelos cargos inferiores hierarquicamente, entretanto, igualmente importantes na difusão de interesses empresariais.

Como exemplo, podemos identificar o atual Secretário de Inovação e Novos Negócios do MCDI, Marcos Vinícius de Souza que, apesar de servidor público de carreira do Ministério, desde 2009, anteriormente, em 2003, atuou em fundo de *venture capital*, analisando investimentos e gerindo empresas de tecnologia. Durante seis anos atuou como diretor de Fomento à Inovação, coordenou a interação com o setor privado em temas ligados a políticas de inovação, empreendedorismo inovador, estratégias para atração de investimentos em centros de P&D, marco regulatório, capacitação de recursos humanos, cooperações internacionais e novos instrumentos de financiamento à inovação. Foi o Idealizador InovAtiva Brasil, programa de capacitação, mentoria e conexão para *start-ups*[55], que analisaremos mais adiante. Além disso, participa do Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), do Conselho Consultivo da FINEP, do Conselho de Administração do Centro de Gestão em Estudos Estratégicos (CGEE) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), do Comitê Executivo do Comitê de Apoio a Projetos de P&D na Amazônia (CAPDA), do Comitê de Avaliação do Programa *Start-up* Brasil/MCTI, do Comitê de Avaliação do FUNTEC/BNDES e do Comitê de Avaliação de Programas de Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI/SENAI).

[54] Informação extraída da prestação de contas de campanha ao Tribunal Superior Eleitoral.

[55] *Startup* significa o ato de começar algo, normalmente relacionado com companhias e empresas que estão no início de suas atividades e que buscam explorar atividades inovadoras no mercado.

O Programa InovAtiva Brasil[56] visa capacitar novos empreendedores na área de *startups* e pequenas empresas inovadoras com faturamento anual de até R$ 3,6 milhões, oferecendo conteúdos on-line, workshops e mentorias para criação de negócios inovadores e com alto potencial de crescimento, vem sendo implantado pela SI/MDIC e pela Wenovate, em parceria com SENAI, com a consultoria Mckinsey & Company, a Certi e a Endeavor. Segundo o MDIC, "o InovAtiva Brasil nasce para atender empreendedores iniciantes que tenham como foco a geração de negócios de alto impacto". Atenderá empresas que "identificam uma oportunidade de mercado e que constituem um modelo de negócio inovador".

A Wenovate é uma empresa que "disponibilizará uma plataforma de interação dos participantes em uma grande comunidade por meio de ferramentas colaborativas", ou seja, seria a responsável por oferecer a infraestrutura tecnológica para execução do programa[57].

A Consultoria Mckinsey & Company[58] é uma empresa transnacional, que possui 109 escritórios espalhados por todo o globo, e se apresenta como capaz de aconselhar gerentes e líderes empresariais em questões como estratégia, organização, tecnologia e operações. Segundo a empresa, seu ramo de atuação engloba os principais setores econômicos, incluindo desde serviços financeiros até meios de comunicação varejo, passando pelo setor de bens de consumo, produtos farmacêuticos, fabricação, transporte, energia, telecomunicações e tecnologia da informação.

A Certi é uma instituição criada a partir da UFSC, através de uma parceria da instituição com os governos municipal de Florianópolis e estadual de Santa Catarina, além de empresas públicas e privadas. Tal associação visava, segundo a própria Certi, direcionar pesquisas tecnológicas aplicadas, principalmente no campo da informática e da automação industrial. Também atua no desenvolvimento de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e

[56] Disponível em <www.inovativabrasil.com.br>. Acesso em 17/11/2015.

[57] Vale destacar que a Wenovate apresenta entre seus colaboradores, denominados "amigos da inovação", grandes grupos empresariais dos ramos bancário financeiro, químico, extrativista mineral, de *e-commerce*, alimentício, cosméticos, telefonia, educacional e construção civil, dos quais se destacam a Anhembi Morumbi, Basf, Bradesco, Brasken, Boticário, Buscapé, Camargo Corrêa, Claro, Danone, Du Pont, Embraer, ESPM, Grendene, Jonhson & Jonhson, Mackenzie, Natura, Oi, Pepsico, Petrobras, Rhodia, Santander, Scania, Unilever, Vale, Vivo, entre outras e entidades patronais como ABDI, ABIMAQ, ANPROTEC, ABDIB (Associação Brasileira da Indústria de Base), ABQUIM (Associação Brasileira da Indústria Química), ABVCAP (Associação Brasileira de *Private Equity* e *Venture Capital*), ABIT (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e Confecções), ABIFINA (Associação Brasileira de Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas especialidades), dentre outras. Além disso, encontramos algumas instituições estatais como a USP, UFRGS, SABESP, IFSP, Embrapa, Instituto Butantã, FGV, FINEP, FAPESP, FAPEMIG, Correios, CNPq, Banco do Brasil, ANEEL e ANP. Disponível em <wenovate.com.br/índex.php>. Acesso em 17/11/2015.

[58] Disponível em <www.mckinsey.com/about_us>. Acesso em 17/11/2015.

Inovação (PD&I) em áreas como petróleo e gás, indústria naval, energia, automotiva e aeronáutica[59].

A Endeavor[60] é uma empresa presente em mais de 20 países (todos do capitalismo periférico, com exceção da Espanha e EUA), e apresenta-se como uma "multiplicadora de empreendedores", a fim de criar um "melhor ambiente de negócios no Brasil". Segundo seu "Manifesto Endeavor", a empresa busca "alavancar empreendedores que sonham grande, com empresas que transformam os setores em que atuam, geram novos empregos e aumentam a competitividade do país." Para a Endeavor, "empreendedores de alto impacto".

Cabe destacar que a Endeavor surgiu da iniciativa de Linda Rottenberg, norte americana considerada pioneira na difusão do "empreendedorismo de alto impacto", que foi abraçada e financiada no Brasil por Carlos Alberto Sicupira (Beto Sicupira) e seus sócios na companhia belga-brasileira Anheuser-Busch Inbev (controladora da AmBev) [61], Jorge Paulo Lemann e Marcel Herrmann Teles. Além desse enorme gigante do ramo de bebidas, os três são proprietários do Grupo 3G Capital, que controla as Lojas Americanas, a rede de *fast food* Burger King, a rede canadense também de *fast food* Tim Hortons, a B2W Digital (que possui marcas de vendas virtuais como Americanas.com, Submarino, Shoptime e Ingresso.com) e a Kraft Heinz Company[62].

Portanto, a Endeavor Brasil é uma organização poderosa economicamente, lastreada por megaempresários de origem brasileira, mas que espalharam sua atuação por todo o mundo e utilizam este "braço educador" para participar das ações governamentais e das políticas públicas. Segundo Lemann, "formar gente boa é o melhor negócio".

Faz-se necessário destacar que, Paulo Jorge Lemann sustenta a Fundação Lemann, criada em 2002 para desenvolver ações voltadas à inovação, gestão, políticas educacionais nos moldes empresariais, em parceria com universidades estadunidenses. A fundação tem

---

[59] Atualmente, além da UFSC, integram a Certi, a FIESC (Federação das Indústrias do estado de santa Catarina), o CNPq, o MCTI, a FAPESC, o governo do Estado de Santa Catarina, FINEP, a Stanford University, Inplac (indústria de Plásticos S/A, Hering, Volkswagen, o HSBC, Schneider, Intelbras, Itautec, Mahle (antiga Metal Leve), Pirelli, Portobello, Siemens, Sulfabril, Brasil Telecom, Oi, Phillips, Grupo Positivo, Petrobras, AOC, Totus, Natura, Eletrobras, BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), OSX (grupo EBX), IBM, Microsoft, Telefonica, LG, Fiat, Samsung, Stihl, dentre outras. Disponível em <www.certi.org.br/pt/acerti-historico>. Acesso em 17/11/2015.

[60] Disponível em <https://endeavor.org.br/institucional/>. Acesso em 17/11/2015.

[61] Tal companhia de bebidas, pertencente ao grupo, detém 25% do mercado global de bebidas, proprietárias das marcas Guaraná Antártica, Gatorade, Sukita, Lipton Ice Tea, Skol, Antártica, Brahma, Caracu, Corona, Quilmes, Norteña, Colorado, Budweiser, Miller, Heineken.

[62] A Kraft Heinz Company é proprietária das marcas Bubaloo, Lacta, Confeti, Tobleroni, Royal, Halls, Trident, Trakinas, Sonho de Valsa, Club Social, Bis, Chiclets Adams, dentre outras.

como diretor executivo o advogado Denis Mizne, formado pela Universidade de São Paulo. Denis foi *visiting scholar* no *Human Rights Advocates Program*, na Universidade Columbia, e *Yale World Fellow*, na Universidade Yale e é fundador e presidente do conselho do Instituto Sou da Paz e membro da Fundação Roberto Marinho e do GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas).

Em 2012, Lemann cria o Centro Lemann para o Empreendedorismo e Inovação na Educação Brasileira (Lemann Center) sediado na Stanford University, que tem como principais objetivos formar novos líderes disseminadores da ideologia empreendedora no sistema educacional brasileiro e difundir tais ideologias entre os estudantes das escolas públicas do Brasil. Desfruta de forte influência na concepção de políticas públicas para a educação, inclusive junto ao Ministério da Educação63 e outros movimentos vinculados aos setores empresariais, difundindo sempre o modelo norte americano de universidades.

A Endeavor Brasil tem como "parceiros ou apoiadores" grandes grupos empresariais das áreas financeira, educacional, da construção civil e de comunicação, além de instituições multilaterais, o que deixa claro a importância do seu papel junto ao MDIC na difusão da mentalidade empreendedora[64]. A estes, somam-se entidades componentes do Estado propriamente dito, como o IBGE, a Prefeitura e o Governo do Estado de São Paulo e a FINEP.

Em relação à educação, o Programa InovAtiva defende uma maior participação das universidades que, segundo o MDIC, além de formar mão de obra qualificada para exercer as diversas profissões no mercado de trabalho tanto na área técnica quanto gerencial, devem se concentrar na produção de novos produtos e processos. Além disso, a SI/MDIC articula com as empresas e associações a difusão da cultura de inovação por meio da educação corporativa e as denominadas universidades corporativas.

Neste sentido, a SI/MDIC articula ações com outros Ministérios e "reconhece a importância da qualificação profissional como elemento alavancador do processo de inovação

[63] O Ministério da Educação juntamente com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) assinaram em 2012 o acordo de cooperação que permitiu, por meio do programa Ciência sem Fronteiras (CsF), a participação de estudantes brasileiros nos cursos de pós-graduação das universidades estadunidenses parceiras da Fundação Lemann até 2015. Dentre as universidades, estacam-se Harvard University, Yale University, Stanford University, Columbia University, University of Illinois (Urbana-Champaign) e University of California (Los Angeles). Coube à Fundação Lemann complementar as bolsas de estudos dos estudantes oferecidas pelo governo brasileiro e universidades parceiras.

[64] Destre os grupos empresariais que a apoiam podemos citar a Algar Telecom, BID , Bradesco, Kroton, Google, Itaú BBA, MRV Engenharia, Natura, Net, Odebrecht, Santander, SEBRAE, BTG Pactual, Grupo O Dia, Yahoo Brasil, Totus, SENAI, Ibmec, Grupo RBS, Ambev, BMF Bovespa, Credit Suisse, Dell, Master Card, SBT, Ticket, Grupo Globo, dentre outros.

no setor produtivo", participando de discussões junto ao MCTI e MEC, com a finalidade de alinhavar as políticas industrial, tecnológica e de educação.

No âmbito do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTE), ações relacionadas com economia solidária (que, segundo o MTE, envolvem aspectos como cooperação, autogestão, ação econômica e solidariedade) e empreendedorismo são amplamente difundidas e estimuladas por políticas públicas como o PNMPO, já citado anteriormente, que tinha, segundo o governo, o objetivo de incentivar a geração de trabalho e renda entre microempreendedores populares, disponibilizando recursos para o microcrédito e oferecendo apoio técnico, e o PROGER (Programa de Geração de Emprego e Renda), instituído pela Resolução nº 59 de 1994 do CODEFAT (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT). O PROGER tem como objetivo oferecer linhas especiais de crédito para empreendedores dispostos a se arriscar no mercado e "tornar-se" um grande empresário.

Destaca-se que, embora caiba ao CODEFAT: i) aprovar as diretrizes e os programas de alocação dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT em consonância com a política de emprego e desenvolvimento econômico; ii) acompanhar e avaliar o impacto social, a gestão econômica e financeira dos recursos e o desempenho dos programas realizados; iii) apreciar, acompanhar e aprovar a execução do Plano de Trabalho Anual dos programas a serem custeados com recursos do FAT, bem como seus respectivos orçamentos; iv) deliberar sobre as contas relativas à gestão do FAT, antes do seu encaminhamento aos órgãos de controle interno para os fins legalmente estabelecidos; v) dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares relativas ao FAT, nas matérias de sua competência; propor o aperfeiçoamento da legislação relativa ao Programa do Seguro Desemprego e ao abono salarial; vi) baixar as instruções necessárias à devolução de parcelas do benefício do seguro-desemprego indevidamente recebidas; e vii) e propor critérios para o parcelamento do recolhimento dos débitos em atraso, observando como remuneração mínima ao FAT, o principal acrescido de atualização monetária, sua presidência desde outubro de 2015, cabe à Virgílio Carvalho, representante da Confederação Nacional do Turismo (CNTur), entidade patronal ligada ao ramo do turismo[65].

[65] Ademais, Virgílio Carvalho foi diretor por vários anos na CVC Turismo, maior operadora de viagens da América Latina, de propriedade de Guilherme Paulus, poderoso empresário que também estende seus braços sobre o mercado hoteleiro (GJP), tendo, recentemente, vencido diversas licitações para construir hotéis em aeroportos (também privatizados no governo Dilma Rousseff) como os de Vitória, Confins e Santos Dumont, além de construir hotéis em mais 19 localidades pelo Brasil, como Gramado, Foz do Iguaçu e Porto de Galinhas. Além dessas atribuições, Virgílio Carvalho passou ainda por importantes empresas como Hotéis Tropical, Sol-Meliá e Transamérica e atualmente é também Diretor do *São Paulo Convention & Visitors Bureau* e membro do Conselho Fiscal da SPTuris. Dedica-se ainda a "ações educacionais" no âmbito do SEBRAE e do Senac.

É desse emaranhado de relações entre intelectuais orgânicos, aparelhos privados de hegemonia e Estado restrito que emergem políticas públicas como, por exemplo, a proposta apresentada pelo documento intitulado "Elementos Estruturantes de uma Política Nacional de Empreendedorismo e Negócios", publicado pelo MDIC em 2012. Tal documento emerge de discussões travadas no FPMPO

Segundo o MDIC o documento visa

> [...] delinear uma política nacional de estímulo ao empreendedorismo por meio de um conjunto de ações de sensibilização, mobilização e estímulo ao debate entre as partes diretamente interessadas - governo, empresariado, academia e sociedade civil (MDIC, 2012, p. 07).

As propostas vêm sempre justificadas por uma suposta necessidade de promover transformações capazes de criar um ambiente econômico e social favoráveis ao desenvolvimento de atividades empreendedoras e sustentáveis. Aparecem críticas à maneira desordenada como as políticas voltadas ao incremento do empreendedorismo são aplicadas, classificando-as como "desarticuladas e desconhecidas por muitos".

Com esse plano, o MDIC espera

> [...] a ampliação do entusiasmo e motivação do cidadão em relação à iniciativa empreendedora responsável; a criação de condições igualitárias para o estimulo ao crescimento das empresas entre os níveis micro, pequenas, médias e grandes empresas; a valorização social do empreendedor, em especial os iniciantes e as médias empresas emergentes; e por fim, mas não menos importante, a mobilização dos entes públicos em direção à simplificação do ambiente de negócios e do fomento ao empreendedorismo, conforme prevê a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei 123/2006). (MDIC, 2012, p. 07).

Neste documento, o crescimento econômico vem sempre atrelado à diminuição das desigualdades sociais, e, o empreendedorismo é apresentado como a principal ferramenta para se atingir esses objetivos. A integração entre os diferentes ministérios e as diversas associações privadas de cunho empresarial é vista como algo bastante benéfico para a resolução dos problemas socioeconômicos do país.

Seguindo em frente, encontramos menção ao "Plano Brasil Maior", que, segundo o MDIC, seria o norteador das diretrizes e teses da "Política Nacional de Empreendedorismo e Negócios". Este plano baseia a política industrial brasileira no período entre 2011 e 2015, e, segundo o próprio Ministério, teria como desafios: 1) sustentar o crescimento econômico inclusivo num contexto econômico adverso; 2) sair da crise internacional em melhor posição do que entrou, o que resultaria numa mudança estrutural da inserção do país na economia

mundial. Para tanto, o Plano tem como foco a inovação e o adensamento produtivo do parque industrial brasileiro, objetivando ganhos sustentados da produtividade do trabalho[66].

As suas medidas visariam adotar medidas importantes de desoneração dos investimentos e das exportações a fim de enfrentar a apreciação cambial, de aumento na oferta do crédito e aperfeiçoamento do marco regulatório da inovação, de fortalecimento da defesa comercial e ampliação de incentivos fiscais e facilitação de financiamentos para agregação de valor nacional e competitividade das cadeias produtivas. E aumentar o número de micros, pequenas e médias empresas empreendedoras é uma das metas do Plano Brasil Maior.

O documento do MDIC (2012, p. 12) sentencia que uma política nacional de empreendedorismo deve ser entendida como uma coordenação de esforços governamentais a fim de promover o empreendedorismo empresarial nas suas mais diversas facetas, no âmbito de políticas públicas o mais abrangentes possível, inclusive as políticas para a educação superior.

Essa breve análise nos ajuda a entender como políticas públicas que atendem interesses das classes dominantes, como as voltadas para o empreendedorismo, são gestadas, desenvolvidas e aplicadas pelos governos. Desmistifica o caráter universal dessas políticas e desvela o caráter de classe embutido nelas, pois, segundo o MDIC:

> [...] o empreendedorismo contribui para a superação da pobreza durante períodos com lento crescimento econômico, na medida em que serve como colchão, abrigando, mesmo que de forma temporária e precária, segmentos sem outra opção de trabalho. Segmentos da força de trabalho que, sem esta alternativa, permaneceriam desempregados nesses períodos. Essa capacidade de absorção de mão de obra em períodos de lento crescimento ou mesmo recessões deve não apenas ser exaltada como também apoiada por políticas públicas específicas, em particular, aquelas de apoio e estímulo ao trabalho por conta própria. Este expediente é parte de qualquer leque efetivo de políticas públicas anticíclicas. Não é mera coincidência que o apoio ao empreendedorismo aparece como um importante componente da inclusão produtiva no Programa Brasil Sem Miséria, por meio do aceso (*sic*) subsidiado à qualificação profissional (PRONATEC e Mulheres Mil) e ao crédito (Crescer), à assistência técnica (ATER) e à comercialização (compras governamentais, via PAA e PNAE), entre outros programas de apoio ao pequeno empreendedor com baixo faturamento e à economia solidária.

Surgem a cada dia os ditos "empreendimentos sociais" a fim de concretizar o novo modelo de homem empreendedor como "ser transformador e fundamental para a sociedade". O empreendedorismo social se baseia em ações "socialmente responsáveis" com caráter humanista, solidário e com responsabilidade ambiental. Essas ações, quase que invariavelmente, são desenvolvidas por Organizações Não Governamentais (ONGs) ou através de ações assistencialistas e pontuais em comunidades carentes, ressaltando o caráter

[66] Disponível em <http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/conteudo/128>. Acesso em 05/01/2016.

filantrópico, voluntário e desinteressado, como as já mencionadas CUFA e Afro Reggae, mas aparecem também, e em grande número, no interior do Estado brasileiro e das universidades públicas, influindo diretamente na formação profissional e na desconstrução do senso crítico destes mesmos profissionais. Neste sentido, na mentalidade empreendedora liberal, problemas de cunho políticos e sociais como a pobreza e a questão ambiental, transformam-se em oportunidades de empreender individualmente e o voluntarismo assistencialista solidário resolveriam todos os dilemas, tanto individuais, quanto coletivos. Estas apenas escamoteiam os reais problemas a serem enfrentados no campo da acumulação capitalista e da luta de classes, preparando certo de tipo de "mão de obra", de força de trabalho, desprovida de direitos, altamente competitiva e treinada para "virar-se", fazendo eventos nos quais "empresários" se encontram com "empreendedores" como se fossem... iguais!

Essa naturalização e des-historicização da vida social é indispensável para que a hegemonia burguesa se concretize. A aparente igualdade entre os indivíduos perante a lei acaba por camuflar as desigualdades sociais criando-se os mitos da cidadania e da democracia. Esses mitos acabam por colocar no mesmo "barco" capitalistas e trabalhadores, como sendo criaturas do mercado, que estão vinculadas a "leis naturais" que antecedem a própria história.

Participam de maneira importante na disseminação da ideologia empreendedora nas universidades públicas, as agências de fomento à pesquisa como a CAPES e o CNPq. A CAPES, em parceria com o SEBRAE, desenvolve diversas ações de estímulo à ideologia empreendedora, de maneira que atinjam tanto docentes quanto alunos de pós-graduação, como veremos mais adiante, com o objetivo de buscar, na academia, ações que acelerem o acesso à inovação e aos ganhos de produtividade para as empresas. Em seminário ocorrido em 2010 em Brasília, com a presença de Reitores, professores diversos, representantes da FINEP, do MCTI e de institutos de pesquisa, a CAPES e o SEBRAE debateram formas de articular o empreendedorismo e a universidade. Já em 2016, o CNPq em ação coordenada com a Escola Politécnica de Lausanne, da Suíça, desenvolveu o *Academia-Industry Training* (AIT), programa que permitia aos pesquisadores brasileiros com títulos de mestre, doutor e pós-doutorado se tornar empreendedores, aplicando suas pesquisas no mercado ou transformando suas investigações em negócios.

1.4 **Trabalho Docente Diferenciado e Hierarquizado: o professor empreendedor**

Através dessa lógica empreendedora, impulsionada pelas agências de fomento à pesquisa, que perpassa os muros dos *campi* universitários, o trabalho de boa parte do professor/pesquisador das instituições públicas brasileiras de ensino superior também é bastante reconfigurado. As verbas públicas espontâneas para pesquisa são consideravelmente reduzidas e o trabalho docente e científico passa a ser ditado pela lógica de mercado.

Neste sentido, abre-se espaço para um aumento do fluxo de recursos privados (veremos em que escala e se são suficientes no Capítulo 3) no orçamento voltado para custeio e pesquisas nas IFES, atrelados principalmente ao papel das fundações de apoio privadas e na pressão pela participação dos pesquisadores em editais externos para autofinanciamento.

Apesar da propulsão da lógica empreendedora partir de organismos diversos da sociedade civil e das políticas públicas que emanam da correlação de forças no âmbito estatal, estas ganham adesão no interior das IES públicas brasileira. Tal adesão parte desde as administrações centrais e ganham ainda mais força quando encontram entusiastas no próprio corpo docente, consciente ou inconscientemente.

Tal fato não nos surpreende, já que toda a reforma da educação superior foi abraçada por setores do interior da instituição muito antes de suas regulamentações.

> A pesquisa feita em documentos oficiais de algumas universidades federais no País, particularmente a investigação levada a cabo na Universidade Federal Fluminense, tem indicado que o processo de reforma da Educação Superior está sendo operacionalizado de forma compactuada, tendo as universidades assumido o importante papel de articuladoras deste processo. (GREGÓRIO; RODRIGUES; MANCEBO, 2012, p.1004).

Com relação aos efeitos para o trabalho do professor-pesquisador, podemos afirmar que, numa sociedade em que o trabalhador tende a ter o seu trabalho cada vez mais subsumido ao capital, não é diferente o que acontece com o trabalho docente no ensino superior brasileiro, e em especial na UFF. As novas facetas da lógica capitalista que domina a sociedade deste início de século XXI, como já vimos anteriormente, traz a precarização do trabalho e também das relações de trabalho docente do sistema universitário federal. Nesta época, em que a educação superior passa a ser parte importante do discurso burguês hegemônico, não é de se estranhar que o trabalho docente seja foco de investidas da burguesia.

No Brasil, desde o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), passando pelo de Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011 - 2016), se vê a intensificação do trabalho docente de ensino superior federal, às vezes de forma mais clara, em outras de forma mais velada, reconfigurando os parcos direitos conseguidos durante anos de lutas árduas do movimento sindical.

Com o Decreto que estabelece o REUNI (Decreto nº 6.096/2007), esse ataque à qualidade do trabalho docente assume novos contornos, por meio de um discurso mais sofisticado, que foca a expansão e a democratização do acesso à universidade, e encobre as facetas mais perversas desse projeto que passa pela opressão dos trabalhadores docentes, chegando a um aumento excessivo da carga de trabalho, tanto de forma absoluta, através do aumento da carga horária real, quanto de forma relativa, com a intensificação das atividades e com o aumento do número de alunos por sala de aula, conforme fica claro no Art. 1º do Decreto do REUNI.

Cabe destacar aqui que essa intensificação via REUNI não se deu de maneira linear nos diversos setores da universidade brasileira. Carreiras historicamente ligadas à "aristocracia universitária", como Medicina e Engenharias, por exemplo, sofreram menos impacto na expansão que outras como as licenciaturas e as ciências humanas e sociais.

Todo esse processo traz diversas consequências para um professor universitário. Dos estudos e pesquisas elaborados por Mancebo (2004, 2006 e 2007) destaco alguns elementos centrais da reconfiguração e na intensificação/precarização do trabalho docente nas universidades públicas federais:

(i) A precarização do trabalho docente, que podemos ver como regra quase que geral no setor privado, já aparece de forma clara até mesmo nas médias universidades públicas como a UFF, onde se mantiveram nos últimos anos as (sub)contratações temporárias de professores substitutos. Esse aumento do trabalho precarizado nas IFE´s se apresenta como resultado a progressiva diminuição dos recursos públicos destinados ao financiamento das universidades. O encolhimento orçamentário gera diversos efeitos prejudiciais, e um deles justamente é a não reposição do quadro de docentes de forma correta, ou seja, através de concursos públicos para o quadro efetivo, quer para o atendimento minimamente adequado ao crescimento quantitativo e qualitativo de cursos e alunos, quer para a reposição paritária das

vagas geradas por aposentadorias, óbitos, desligamentos voluntários e afastamento de docentes, conforme comprovamos no item anterior[67].

(ii) A intensificação do regime de trabalho dos docentes, que aumenta o sofrimento subjetivo, neutralizando a mobilização coletiva e aprofundando o individualismo, implicando consequências desagradáveis para a convivência e a conduta dos trabalhadores das IFES.

(iii) A relação estabelecida com o tempo, relação na qual se pode verificar não só uma aceleração da produção docente, bem como o prolongamento do tempo que o professor despende com o trabalho. Essa dinâmica "não é nova e nem exclusiva ao trabalho docente", porém tem se tornado bastante intensificada nos últimos anos.

(iv) O trabalho docente flexível e multifacetado, não cessa nem em época de greve, e muito menos nas férias, gerando mudanças na jornada de trabalho de ordem intensiva (aceleração na produção num mesmo intervalo de tempo) e extensiva (maior tempo dedicado ao trabalho), ampliada com o auxílio das novas tecnologias. Pequenos períodos de interrupção do ano letivo são aproveitados para "botar as coisas em dia", ou seja, preencher formulários, preparar projetos, escrever artigos, adquirir os livros que ainda não foram lidos e muitas vezes não conseguir lê-los.

Soma-se a estas as atividades inerentes à função como participação em conselhos científicos, de avaliação e de ensino, reuniões departamentais, coordenação de cursos, comissões de processo de progressão e de processos administrativos disciplinares, sem esquecer de avaliar e escolher o melhor método pedagógico a ser utilizado em suas atividades de ensino. E ainda formar grupos de pesquisa, "captar" alunos, elaborar projetos e relatórios, prestação de contas, gerenciamento e manutenção de laboratórios.

Além disso, responder e-mails, atender o celular, aplicativos de mensagens, redes sociais que tocam em casa a qualquer hora do dia também faz parte dessa rotina que acompanha o professor. O professor fisicamente encontra-se em casa, mas o dia de trabalho continua, devido às inovações tecnológicas que possibilitam o maior entrelaçamento entre o "mundo pessoal" e o "mundo profissional".

> Outra característica singular da atividade acadêmico / cientifica relaciona-se com o espaço onde as atividades são exercidas. Aí encontramos a ausência de um posto fixo de trabalho. É certo que cada pesquisador tem sua sala, geralmente compartilhada com outro(s) colega, mas ele não permanece em seu posto 8 horas diárias como um trabalhador de escritório ou um operário. Faz parte de seu ofício a mobilidade, a circulação. Assim, desloca-se para dar aulas, para frequentar o

[67] Na UFF, embora tenha diminuído bastante nos anos de implantação do REUNI (2008-2012), a contratação de professores substitutos segue como realidade bastante presente, assumindo proporções bastante preocupantes, principalmente, nas unidades recentemente criadas fora da sede.

> laboratório, para assistir a seminários, congressos, colóquios, dentro ou fora da universidade. Além disso, viaja pelo país, ou fora dele, para trabalhar em outras instituições. Executa também tarefas em casa. Ou seja, não se pode dizer que estes profissionais tenham um posto de trabalho fixo no sentido clássico do jargão. O mesmo se passa em relação a sua jornada de trabalho. Não podemos falar aqui em jornada formal, pois o professor/ pesquisador eventualmente trabalha à noite, nos feriados, em finais de semana. Atualmente temos visto que o processo de diminuição de postos de trabalho aliado a uma densificação e intensificação do trabalho para os que permanecem empregados tem trazido para profissionais de diferentes áreas o convívio com longas jornadas de trabalho. Assim a divisão entre trabalho e vida pessoal tem ficado cada vez mais tênue, pois pode-se trabalhar em qualquer lugar e a qualquer hora graças a utilização de alguns equipamentos. O estado de alerta para o trabalho deve ser permanente. (ALVAREZ; VIDAL, 2003, p. 9).

Marx já vislumbrava tal tendência quando disse que:

> O homem que não dispõe de nenhum tempo livre, cuja vida, afora as interrupções puramente físicas do sono, das refeições e etc. está toda ela absorvida pelo seu trabalho para o capitalista, é menos que uma besta de carga. É uma simples máquina, fisicamente destroçada e espiritualmente animalizada, para reproduzir riqueza alheia. E, no entanto, toda a história da moderna indústria demonstra que o capital, se não lhe põe um freio, lutará sempre, implacavelmente, e sem contemplações, para conduzir toda a classe operária a esse nível de extrema degradação. (MARX, 1982; p. 177).

(v) Outro aspecto que pouco se aborda e que não é nada desprezível diz respeito ao profundo enxugamento do quadro de funcionários técnicos administrativos, que repassa novas atividades e responsabilidades ao cotidiano do professor. A sua responsabilidade ultrapassa a sala de aula e o desenvolvimento de sua pesquisa, e chega ao preenchimento de inúmeros relatórios e formulários, a emissão de pareceres, exercício de cargos de chefia de departamento e coordenação de curso e até à captação de recursos para viabilizar seus projetos de pesquisa.

> O professor ideal agora é um híbrido de cientista e corretor de valores. Grande parte do seu tempo deve ser dedicado a preencher relatórios, alimentar estatísticas, levantar verbas e promover visibilidade para si e seu departamento. O campus vai se reconfigurando num gigantesco pregão. O gerenciamento de meio acabou se tornando fim na universidade. A ideia é que todos se empenhem, no limite de suas forças [...]. (SEVCENKO, 2000, p.7).

(vi) A produção de textos, por exemplo, é um capítulo à parte em toda essa extensa gama de atividades docentes produtivistas. Nestes casos, os professores pesquisadores mais experientes, que gerenciam projetos de pesquisa de ponta, que duram frequentemente três ou quatro anos e seus dados só são analisados em sua plenitude no fim do período, passam a ter a necessidade de publicar vários artigos por ano, o que acaba desviando a atenção do pesquisador do projeto principal para poder desenvolver outros projetos menores. O caminho

seguido é o da publicação conjunta com alunos e o "autoplágio", quando o docente, a fim de cumprir os critérios estabelecidos pelas agências de fomento, com a exigência de um número cada vez mais absurdo de publicações, abre mão da originalidade de seus trabalhos para atender às metas impraticáveis.

A questão que nos salta aos olhos é o fato de redesenhar-se a instituição universitária sob novas formas. Seria possível um projeto que pudesse reverter esse processo e dar novos rumos à universidade com trabalho docente prazeroso e não regulado pelo produtivismo acadêmico e pela intensificação do trabalho docente? As respostas para estas questões são desanimadoras e não se tem constituído numa alternativa abordada de maneira maciça pelos docentes. Ainda são insuficientes as análises que problematizem articuladamente a concepção de universidade que se vem desenhando, o cotidiano flexibilizado do trabalho docente. E até mesmo nas greves e outros movimentos de resistência, verifica-se que há um sentimento generalizado de isolamento e de esfacelamento das relações no interior da universidade, que são apontados como fatores determinantes para a pouca resistência aos projetos hegemônicos.

> O trabalho extenuante, a falta de tempo, a ausência de propósitos mais amplos e a captura subjetiva também oferecem sua carga de contribuição para a aceitação, mesmo que crítica, do trabalho prescrito. (MANCEBO, 2007a; p. 79).

O que se vê nas IFES, nada mais é do que a expressão deste projeto burguês hegemônico, em que o docente tem o seu tempo de trabalho e não-trabalho "sugado" ao máximo, sendo obrigado a assumir turmas que extrapolam sua carga horária semanal para conseguir dar conta do quadro de disciplinas oferecidas pelos departamentos de ensino, expondo-se à situações insalubres, em salas de aulas lotadas com quase 100 alunos (principalmente nas licenciaturas e ciências sociais e humanas), desenvolvendo atividades burocráticas que deveriam ser desenvolvidas por técnicos, e tendo sua iniciativa de realizar projetos de pesquisa e extensão tolhida ou submetida a métodos de concessão bastante questionáveis.

Como se não bastasse, ainda se veem pressionados por metas de avaliação da CAPES na pós-graduação, exigências de publicações, além de enfrentar um número bastante elevado de orientações em monografias, dissertações e teses, convivendo ainda com a necessidade de angariar recursos financeiros e materiais para suas unidades via projetos de pesquisa e extensão.

Além disso, o crescimento da modalidade de EAD tenta apresentar-nos a idéia de que o docente é peça dispensável no processo educativo, e que as novas TIC´s podem substituir o

seu trabalho a um custo menor e alcançando uma base muito maior, massificando o ensino superior sem a qualidade que este requer, principalmente entre a classe trabalhadora.

Nessa lógica, o docente é configurado como trabalhador de um sistema produtivo-industrial, imerso numa nova organização do trabalho; por outro lado, o produto do seu trabalho – formação de força de trabalho competente e, no caso da educação superior, produção de tecnologia e conhecimento científico – é profundamente afetado.

> Assim, o cotidiano da universidade e a conformação das atividades docentes se vêem duplamente atingidos pela organização produtiva emergente: por um lado, o docente é configurado enquanto trabalhador de um sistema produtivo-industrial, imerso numa nova organização do trabalho com as características citadas em parte anterior desse texto e onde sua eficiência e produtividade são objetivadas em índices; por outro lado, o professor é produtor das mercadorias "força de trabalho competente" e "tecnologia e conhecimento científico", fundamentais na dinâmica do novo funcionamento sócio-produtivo. (MANCEBO, 2007, p. 77).

As instituições de ensino superior são induzidas a se adaptarem à reconfiguração do trabalho, como também a oferecer um produto que esteja em conformação com as exigências mais atuais do capital.

> A hipertrofia da lógica privada no cotidiano das universidades públicas faz com que um bom acadêmico não seja aquele que produz conhecimentos novos, a partir de abordagens originais e consistentes do ponto de vista epistemológico, obtendo o reconhecimento da comunidade científica, mas, antes, aquele que produz coisas lucrativas e que capta recursos. A excelência é um atributo diretamente proporcional ao pragmatismo do docente. (ANDES, 2006, p. 15).

Esta reconfiguração por que passa a universidade pública brasileira, acaba por recair sobre as subjetividades profissionais, conforme já analisamos, causando uma crise de identidade profissional e uma enorme e infindável discussão a respeito da autonomia profissional. Os processos de tecnologização, privatização e racionalização do ensino, acabam por forjar um novo tipo de professor, com um papel profissional novo, descolado da função social que lhe foi tradicionalmente atribuída.

Nóvoa (1991) destaca que o docente ligado à educação pública, além de agente cultural, assume o papel de agente político, como defensor dos ideais nacionais. Não podemos desvincular a ação educacional exercida pelos docentes de sua ação política.

> [...] a profissão docente é muito ligada às finalidades e aos objetivos: ela é fortemente carregada de uma intencionalidade política. Os docentes são portadores de mensagens e se alinham em torno de ideais nacionais. [...] Os docentes não vão somente responder a uma necessidade social de educação, mas também criá-la. (NÓVOA, 1991, p. 122-124).

A reconfiguração por que passa a universidade pública, ao longo das duas últimas décadas, que abarca a privatização interna das universidades, operada nos moldes que descrevemos e analisamos anteriormente, acaba por afetar sobremaneira a carreira do magistério superior federal. A lógica empresarial domina o *locus* acadêmico, em ações capitaneadas pelo governo federal através de um conjunto de leis e normas específicas e diluídas, sob influência direta dos organismos internacionais e abraçadas por reitorias e setores e grupos de docentes importantes no interior das instituições.

Mattos (2012, p. 172) afirma que os professores das universidades públicas foram arrochados em seus salários e assoberbados em seu trabalho numa lógica em que contenção de despesas, que fez a precarização surgir como alternativa, baseada num padrão empresarial de contingenciamento de custos. O rebaixamento do nível salarial na carreira do magistério superior federal, que, quando muito, repõe os índices inflacionários anteriores, promove a procura dos professores por atividades relacionadas às pesquisas que privilegiam a lógica pró mercado, fazendo com que estas se sobreponham às atividades de ensino e extensão. Bolsas de produtividade vinculadas à participação do docente em pesquisa, oferecidas pelo CNPq, e que representam até 1/3 dos salários desses profissionais soam como música. Isso se agrava quando o "canto da sereia" dos órgãos de fomento não contempla a totalidade dos professores/pesquisadores e criam um ambiente interno de competição, brigas intradepartamentais e disputas pelo poder.

Para Silva Junior (2009, p. 166), trata-se do tempo econômico determinando o tempo da universidade, "transformando a prática universitária cotidiana e constrói dia a dia uma nova universidade, sem resistência, sem crítica e com uma adesão passiva".

Esses entes internos à universidade priorizam o polo privado/mercantil, transformando a instituição numa "organização prestadora de serviços impregnada da sociabilidade produtiva requerida pelo mercado", carregada de individualismo e competitividade. Silva Júnior ainda destaca que estas características são marcas a-históricas na academia e completamente estranhas à produção de ciência e tecnologia (SILVA JUNIOR, 2009, p. 181).

A universidade nos moldes empresariais associa

> [...] ciência e inovação a empreendedorismo e a internacionalização, assumindo como objetivos a aproximação das universidades e das empresas, a introdução de incentivos salariais para os pesquisadores em função da sua capacidade para mobilizar recursos, desenvolver investigação de alta qualidade, licenciamento de patentes[68] e impacto numa lógica de cooperação empresarial. (LIMA, 2015, p. 12-13)

[68] Entende-se por patente o mecanismo de registro que protege um determinado conhecimento descoberto, tanto em sua descrição, quanto em sua aplicação. Garante ao titular da patente (também denominado requerente ou

Nas universidades públicas, o trabalho do professor/pesquisador, ao ministrar aulas, possui uma função improdutiva. Entretanto, ao assumir uma função num centro de pesquisa privado ou remunerado por uma fundação de apoio privada, essa função passa a ser produtiva. O docente assume uma relação organicamente capitalista através de instituições que estabelecem mediações entre o capital e o trabalho docente, mesmo que esta seja a própria universidade pública, imbricada numa extensa cadeia industrial e financeira.

Para que o conhecimento (produto do trabalho do professor/pesquisador) se transforme em mercadoria, faz-se necessário que se formalize a relação trabalhista entre este e o capitalista. Não importa se o produto é uma aula ou uma pesquisa desenvolvida, mas sim a sua vinculação orgânica com o capital.

Para Sacramento (2015, p. 296):

> A diminuição, por exemplo, do tempo de circulação da mercadoria, cujo objetivo é a diminuição do tempo de rotação e, inversamente proporcional, o aumento da quantidade de rotações, é de pouca relevância quando o trabalho possui objeto (conteúdo) imaterial. Assim, uma série de mecanismos existentes para o trabalho material produtivo não pode ser transposta para o trabalho imaterial produtivo. Isso ocorre porque o ato de produzir é inseparável da produção, sendo impossível separar os meios de trabalho (muitos imateriais e, no caso do professor/pesquisador, adquiridos após longo período de incorporação e internalização de conceitos, procedimentos, práticas científicas) do resultado da produção científica.

Entretanto, o professor/pesquisador pode desempenhar uma função diretamente produtiva quando estabelece relações diretas com empresas. Na atual conjuntura, a universidade assume papel de agente mediador entre o trabalho docente e o capitalista, destinando parte do tempo de trabalho destes para funções estritamente produtivas, como a venda de produtos e serviços. No caso das universidades brasileiras, as fundações de apoio institucionais assumem esse protagonismo na mediação entre os docentes e o setor privado empresarial, destinando seu trabalho para a reprodução ampliada do capital.

O trabalho do professor/pesquisador assume importância na produção do "intelecto geral", ou seja, a dimensão coletiva e social da produção de conhecimento, para o qual a universidade desempenha a função de "agente da reprodução social das relações de produção ao propiciar a apropriação privada do conhecimento".

As políticas públicas voltadas para a produção de inovações tecnológicas transformam o trabalho do professor/pesquisador, tornando-o um empreendedor, "pois procura, envolvido e

---

depositante) a exploração exclusiva do conhecimento alcançado, excluindo terceiros de seu uso por determinado tempo definido por lei. Ao contrário dos artigos científicos, no caso das patentes, não são os autores que assumem o protagonismo na obtenção do conhecimento. O primeiro plano é assumido pela instituição de pesquisa que abriga os autores. No caso brasileiro, as universidades públicas aparecem como maiores depositantes de patentes.

crente na positividade de sua prática, vender serviços e produtos ao capital privado" (SACRAMENTO, 2015, p 297).

A universidade se transforma em parceira do capital, compondo uma aliança entre as políticas públicas e a lógica empresarial. Ainda segundo Sacramento (2015, p. 297), "a questão essencial hoje está no trabalho do professor e não na universidade em si. A universidade somente é [privatizada] porque o trabalho do professor-pesquisador torna-se privado, agente de valorização de capital". O trabalho do professor/pesquisador das universidades públicas, que era estritamente improdutivo e vinculado ao Estado, agora passa a desenvolver suas potencialidades produtivas, vinculando-se ao capital privado e mediado por instituições criadas pelo próprio Estado.

Já em 2009, Silva Júnior (p. 182) apresentava algumas categorias docentes no interior da carreira do magistério superior, que convivem de maneira conflitante. Para o autor, baseado em entrevista de diversos docentes de IFES da região Sudeste, dentre as quais a UFF, verificava-se a existência de três grupos de professores no interior da universidade pública brasileira: 1) o primeiro seria composto por docentes que defendem, promovem e se beneficiam da competição gerada pela produtividade acadêmica; 2) o segundo defende, promove, mas não se beneficia da competição; e 3) o terceiro grupo critica a política e os critérios de mensuração da produtividade.

Em texto construído no interior do GEPES/UFF (Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Superior) e apresentado no V Encontro Brasileiro de Educação Marxista (EBEM), em Florianópolis em 2011, Lima destacava de maneira mais sistematizada tal diferenciação. Para a autora, a categorização passava pelo que classifica como "distinção entre pares", resultando numa aberração institucional, apresentando a carreira docente federal como sectária, privilegiando alguns e descartando outros. O primeiro grupo que Lima (2011, p. 7) enumera é o que classifica como "professor auleiro" ou ainda "professor de macacão". Para a autora, nesta categoria encontram-se também os professores substitutos, com vínculo empregatício precário, temporário e estritamente vinculados ao ensino de graduação. Além destes, embora em situação empregatícia estável e com salários superiores em virtude da dedicação exclusiva, encontram-se os professores recém-ingressos na universidade, geralmente, jovens doutores, em sua maioria lotados nos campi do interior, sem acesso à extensão e muito menos à pesquisa e pós-graduação. A complexidade dessa tipologia docente perpassa pelo fato de abranger não somente o tempo de serviço na universidade. Essa arquitetura considera fatores como a relação sede *x* interior e área do conhecimento, especificamente no caso da UFF. É certo que docentes da sede têm acesso aos programas de

pós-graduação com mais facilidade que os professores dos *campi* mais distantes. Agrega-se à essa complexidade, a diferenciação apresentada pelos professores/pesquisadores das unidades dirigidas às ciências humanas e sociais e nos cursos de licenciatura. Nestas áreas, os novos concursados acabam por ser fonte de oxigenação nos programas de Mestrado e Doutorado e nas pesquisas desenvolvidas nas IFES, o que demonstra a complexidade de tais análises, implicando numa tipologia mista de docentes.

Esses docentes "auleiros", sobretudo os ligados às áreas das ciências exatas e da saúde, poderiam ser vinculados ao segundo tipo de docentes apresentado por Silva Junior. Geralmente defendem e promovem a competitividade e o empreendedorismo acadêmico, mas não participam da divisão dos parcos recursos extras auferidos com o produtivismo. Entretanto almejam um dia chegar ao prestígio dos pares mais antigos.

Segundo Silva Junior (2009, p. 220-221)

> Há os [docentes] que se adaptam ao modelo e fazem críticas mais pontuais, reconhecendo a dificuldade dos colegas, mas trabalhando bem na pós-graduação da instituição em que atuam; já se observa, por outro lado, que há grupos que se se apossam da pós-graduação e competem com outros doutores, fazendo estes circunscreverem suas atividades no âmbito da graduação. Isto tem acontecido em razão do sistema de pós-graduação no país. [...] há professores que voltam com seus doutorados defendidos e permanecem na graduação. Isto pode ser interpretado como resistência, mas também pode ser visto como resultado de competição entre os que estão na pós-graduação e os que não estão.

Grande parte destes docentes, devido às metas absurdas assumidas pela instituição por meio do REUNI (principalmente nas licenciaturas e ciências humanas e sociais), assume um número grande de turmas e disciplinas, restringindo ainda mais o aproveitamento de sua carga horária para outras atividades além do ensino.

O segundo tipo encontrado por Lima (2011, p. 8) é o professor pesquisador, que se desdobra para conseguir honrar suas atividades no interior da instituição, cumprindo carga horária em dedicação exclusiva, atendendo à graduação, à pós-graduação, à pesquisa e á extensão. Geralmente procuram complementar seus salários através de bolsas de pesquisa através das agências de fomentos (CNPq, CAPES e FAPERJ) e, em muitas ocasiões, acabam por adoecer na exaustiva tentativa de atender aos critérios de avaliação institucionais. Contraditoriamente, alguns professores/pesquisadores mais antigos nos quadros das IFES, inclusive vinculados aos programas de pós-graduação, quer por não se adaptarem às mudanças dos processos de avaliação produtivistas na década de 1990, quer por esgotamento, desinteresse ou adoecimento, acabam por se afastarem das atividades de pesquisa e produção

do conhecimento, mantendo-se apenas nas tarefas do ensino de graduação. A obra de Silva Junior (2009) é uma análise brilhante do trabalho docente sob este prisma.

Considero que existam ainda mais três outras categorizações no meio docente das universidades federais. Um seria o que chamo de "professor de grife", que, em sua maioria, não tem dedicação exclusiva, exercendo outras atividades profissionais, e utilizam a universidade como complemento salarial ou como elemento de reputação ou trampolim para suas atividades externas. São comuns na área de saúde, possuem consultórios particulares onde exibem, em sua qualificação, o "status" de um professor universitário. Comuns são os casos de receituários médicos e portas de consultórios que ostentam a grife da universidade. É importante destacar que embora busquem chancela para suas atividades externas, também têm no horizonte o repasse de conhecimento e a formação de profissionais nas áreas nas quais atuam. Outros exercem atividades empresariais em grandes empresas ou até mesmo em outros órgãos públicos e assumem o cargo docente como complementação salarial ou como *status*. Incluem-se aí engenheiros, administradores, economistas, juízes, promotores, procuradores, entre outros. É importante salientar que este grupo, assim como os "de grife", não emerge da reestruturação da educação superior como os outros, pois sempre esteve presente na universidade pública.

O terceiro tipo que enxergo, e escolhi para objeto desta pesquisa, é o que chamo de professor empreendedor. Para que as universidades pudessem estabelecer parcerias com empresas privadas, era fundamental que os professores assumissem um *ethos* empreendedor, e isso não se deu de maneira espontânea. O governo utilizou o arcabouço legal criado a partir da Lei de Inovações Tecnológicas (Lei n°10.973/2004) para induzir e estimular a conversão do professor em empreendedor.

Apesar de serem predominantemente ligados às unidades de ciências exatas e da saúde, os professores empreendedores aparecem também nas ciências humanas e sociais. No caso da UFF, recentemente têm sido responsáveis por participação massiva nos editais de fomento e assumem importante papel na captação de recursos que implicam na sobrevivência destes programas, tanto nos aspectos relacionados à pesquisa propriamente dita, quanto em questões de infraestrutura, embora de maneira precária.

Isso demonstra que a tipologia apresentada não é algo engessado e inflexível, pois os variados estereótipos aqui apresentados por vezes se entrelaçam, resultando num profissional multifacetado e preparado para se desdobrar em diversas frentes.

O achatamento salarial iniciado na década de 1990 nos governos FHC foi determinante para que incentivos de natureza pecuniária acenassem como solução para os

docentes. Gratificações em forma de bolsas ou de participação nos resultados auferidos pela parceira privada implicavam ganhos financeiros adicionais, que funcionaram como estímulo ao engajamento ao projeto de universidade nos moldes empresariais.

A Lei de Inovações, através da criação das agências de inovação no interior das universidades permite ao docente se afastar por até seis anos da instituição para alavancar uma carreira paralela no ramo empresarial, como empregado ou como proprietário de empresa. Esse afastamento ainda assegurava ao docente a manutenção e a continuidade de benefícios legais como progressão funcional e seguridade social.

A lógica privatizante novamente aparece quando recursos públicos servem para pagar salários a docentes que estão afastados da função social que lhes compete como integrantes da Carreira do Magistério Superior Federal e passam a financiar professores que se colocam no mercado em busca de "sucesso" como empresários, protegidos de riscos profissionais e sem custos para as empresas que lhes contratam.

A expropriação do conhecimento, que passa a atender exclusivamente à demanda do capital que os contrata é o reflexo da produção de ciência e tecnologia no Brasil contemporâneo. Passa a ser vedada aos profissionais participantes, servidores públicos ou não, a divulgação de quaisquer resultados obtidos nas pesquisas em andamento, assim como noticiá-los ou publicá-los, sob justificativa da propriedade intelectual.

> O trabalho se reestrutura, especialmente em relação ao modo de fazer científico, exigindo reduzido tempo de investigação e resultados efêmeros face ao novo paradigma de ciência hoje demandado. (SILVA JUNIOR; SCHUGURENSKY, 2014, p. 35).

Pinto e Silva (2013, p. 77-78) afirma que basta analisar a trajetória acadêmica de cada um dos professores, para que se compreenda

> [...] como, por que e de que forma os sujeitos ontológicos e de decisão, se colocavam e respondiam ao cotidiano da sociabilidade produtiva. Alguns se mostravam adeptos da racionalidade instrumental e do produtivismo acadêmico sem esboçar críticas. Outros aderiam por não ver saída. Outros sofriam, vivenciavam conflitos, se estressavam ou mesmo adoeciam. Outros criticavam, mas se mantinham numa postura defensiva, senão cínica.

Nesta passagem, Pinto e Silva (2013, p. 277-278), ainda aponta para o papel preponderante assumido pelos coordenadores de programa de pós-graduação, que se diziam divididos, pois, se por um lado, como professores pesquisadores, eram contras as mudanças, por outro, se viam obrigados a ter que agir contra colegas a fim de pressioná-los no

cumprimento de metas e prazos estipulados pelas agências de avaliação. Para ele, “a assunção, senão naturalização, do produtivismo acadêmico tendia a se sobrepor às alegadas convicções pessoais, interferindo nas relações de trabalho e na própria subjetividade”.

O professor empreendedor é o resultado mais puro da racionalidade instrumental e fundamentada em ideias mercantilizadoras, individualizantes, excludentes e competitivas. Os docentes empreendedores se beneficiam e disseminam a lógica produtivista, afastando de si e de seus alunos o pensamento crítico e autônomo, que promoveriam a emancipação humana que a universidade teria que construir.

A lógica empresarial e empreendedora no cotidiano do trabalhador docente acaba por naturalizar a representação dos pesquisadores em descobridores e gênios, como se possível fosse generalizar a expressão de talentos em larga escala, focada exclusivamente no mercado e na criação de locais de empreendedores (LIMA, 2015, p. 22).

Sacramento (2015, p. 197) entende que o objetivo amplamente difundido pelas políticas públicas de estímulo à inovação é vincular institucionalmente o trabalho dos professores/pesquisadores das universidades com os complexos industriais financeiros para obtenção de novos produtos e serviços, cujos objetivos são aumentar a apropriação da mais-valia e da taxa de lucro. Entretanto, reforça que tal política de inovação é muito mais simbólica do que efetiva, embora existam casos de sucesso para a perspectiva do empreendedorismo. O autor afirma que tais políticas atendem de maneira mais satisfatória aos interesses da academia frente o que é discursado pela política governamental. A produção de produtos com alto valor agregado é relegada ao segundo plano.

O importante para darmos seguimento à análise das alterações no trabalho docente nas universidades federais mais adiante é compreendermos o fato de que o modelo de acumulação flexível implantado pela burguesia para defesa do capital está pautado na produtividade, no empreendedorismo, na criatividade do trabalhador, na intensificação deste trabalho e na utilização das novas tecnologias, a fim de baratear a força de trabalho, acelerar o ciclo de reprodução e acumulação do capital, além de “capturar” a subjetividade do trabalhador para conformá-lo ao projeto burguês de dominação, passando pela reconfiguração do docente/pesquisador, numa nova realidade na qual a universidade pública está imersa.

2 A UNIVERSIDADE E A PRODUÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA: ASPECTOS HISTÓRICOS, CONJUNTURAIS E A RELAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA NA REFORMA NEOLIBERAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Este capítulo apresenta alguns aspectos referentes às transformações que a universidade vem sofrendo desde o período da ditadura empresarial-militar (1964-1985), que se aprofundaram bastante nos governos FHC (1995-2002), Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014). Analisa, à luz da obra de Florestan Fernandes, o "padrão dependente de escola superior" que aparece como elemento estruturante, embora ressignificado por aspectos da predominância financeira, no sistema universitário brasileiro, principal polo produtor de ciência e tecnologia no Brasil.

Analisa o papel do Banco Mundial e da Confederação Nacional da Indústria (CNI) na reforma da educação superior no que tange à produção de ciência e tecnologia no âmbito das universidades públicas brasileiras. Demonstraremos por que e como essa lógica privada se dissemina nas IFES através de um arcabouço legislativo, normativo e ideológico que se espraia e se naturaliza no interior da comunidade universitária.

Apresenta algumas teorias amplamente difundidas no âmbito das universidades brasileiras que disseminam a ideologia empreendedora, apoiadas em entidades privadas financiadas pelo grande capital e capitaneadas, preponderantemente, por docentes, como a associação internacional Triple Helix.

2.1 Padrão dependente de escola superior

Os traços estruturantes que ora apontamos são elementos das análises empreendidas por Florestan Fernandes para a compreensão da modernização operada nas universidades no período da ditadura militar. Consideramos que a retomada destes estudos nos auxilia na compreensão das alterações mais recentes na educação superior brasileira na medida em que as análises de Fernandes (1975) relacionam as alterações neste nível educacional à especificidade do desenvolvimento do capitalismo no país. (GREGÓRIO, RODRIGUES, 2014, p. 110).

No interregno 1930-1985, o desenvolvimento capitalista no Brasil ocorreu pela via da industrialização sob o ideário do desenvolvimento nacional[69], contudo, este período, na verdade, aprofundou a nossa relação de dependência com os países imperialistas na medida em que manteve com a burguesia destes países relações de composição e compartilhamento.

No caso brasileiro, referindo-se especificamente ao período da ditadura empresarial militar e às alterações decorrentes deste tempo na universidade, Fernandes (1975) aponta que o problema que a universidade enfrentou foi o combate ao possível processo de construção de sua autonomia conduzido pelos ditames externos e pelo controle ideológico. Nesse sentido, retoma o dilema entre a luta pela afirmação do padrão universitário independente e democrático ou a rendição à pressão pela retomada do molde elitista das escolas superiores. Fernandes (1975) destaca que a escolha nesta situação encontrava-se intrínseca à formação do "cientista e do técnico" já que, caso a opção fosse pelo fluxo da modernização, esta implicaria o enfrentamento do controle ideológico estabelecido para possibilitar a autonomia requerida por esta formação (GREGÓRIO, RODRIGUES, 2014, p. 113).

Para Fernandes, a modernização aparente da educação superior via padrão universitário tinha como objetivo apenas processar o novo sob as bases da estrutura de poder econômico e político arcaico das elites, de modo a atender às necessidades da sociedade nos limites de perpetuação deste ideal.

Antes de chegar a estas conclusões, o autor (FERNANDES, 1975) narra as limitações da educação superior no país desde sua criação. Aponta a "limitação estrutural" do "padrão brasileiro de escola superior" que se inicia com uma escola superior de ensino voltada para a formação de elites e, por conseguinte, para a transmissão dogmática de conhecimentos voltados para a formação de profissionais liberais. Desta forma, este "padrão" se configurou a partir da importação de conhecimentos externos esvaziados de qualquer iniciativa/processo criador de conhecimentos. No entanto, elucida que esta situação é oriunda não somente de aspectos externos, mas é limitada também pela própria estrutura da sociedade que colocava a educação superior como um "[...] subprocesso cultural de monopolização do poder pelos setores privilegiados das classes possuidoras (1975, p. 53)". Portanto, tais limitações somente

[69] O desenvolvimento nacional, objetivo da República previsto no art.3º da Constituição Federal de 1988, é uma ideologia que preconiza um processo de transformação da sociedade voltado para a realização da "justiça social", que alcança a nação brasileira em sua complexidade total, identidade coletiva e peculiaridades culturais. No texto constitucional, o desenvolvimento nacional apresenta-se inteiramente indissociável de outros três objetivos republicanos: construção de uma sociedade livre, justa e solidária, erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos. É apresentado como sendo a capacidade que apresenta um país, uma comunidade, para melhorar o bem-estar social de seu povo, por exemplo, e entre outras questões, oferecendo-lhes excelentes condições trabalhistas, oportunidades concretas de emprego, acesso à educação, moradia digna, saúde e distribuição equitativa da riqueza nacional.

poderiam se extinguir na medida em que houvesse profundas mudanças na própria estrutura social, sobretudo no que tange ao aspecto político de ligação com a estrutura de poder da sociedade oligárquica. (GREGÓRIO, RODRIGUES, 2014 p. 113).

Através de ações conservadoras, o "padrão brasileiro de escola superior" manteve-se com suas funções originárias sem qualquer propensão a uma inserção dinâmica de produção de conhecimentos e, portanto, de construção de ideias e saberes críticos de rompimento com a estrutura de poder e com a dependência cultural de nossa sociedade. (GREGÓRIO, RODRIGUES, 2014 p. 113-114).

Mesmo com algumas alterações entre 1930-1960, quando houve mudanças na educação superior com a criação das universidades, o modo hierárquico, isolado e de transmissão de conhecimentos da escola superior de ensino permaneceu, em detrimento da construção de um ensino integrado capaz de pensar criticamente a sociedade e a elaboração de conhecimentos para atendimento das demandas burguesas. Na verdade, houve somente uma junção formal das escolas superiores de ensino, até então isoladas, na nova forma de "universidade conglomerada", porém com a manutenção do padrão arcaico das antigas escolas. E mais, o golpe de 1964 representou para a educação superior um levante ultraconservador que extirpou qualquer processo que possibilitasse a criação da universidade em detrimento das escolas superiores de ensino. A solução foi a manutenção de tais escolas travestidas de universidade, por meio de mudanças de cunho técnico, que não alteraram o cerne da lógica estrutural das arcaicas escolas (FERNANDES, 1975).

A modernização da educação superior era inevitável frente às pressões internas em curso no país como também às externas. Todavia, como Fernandes salienta:

> No ápice da crise, portanto, as antigas tradições da escola superior não iriam morrer: sob o controle conservador da 'reforma universitária', elas renasceriam das cinzas e empolgariam, na era da universidade, o domínio dos espíritos. (FERNANDES, 1975, p. 59).

Fernandes denominou este tipo de reorganização da educação superior de "universidade conglomerada" pelo fato de continuar a reproduzir o "padrão brasileiro de escola superior" de transmissão institucional de "conhecimentos e técnicas absorvidos do exterior" e de difusão cultural de um conservadorismo de bases arcaicas oligárquicas. Nesse sentido, a reconfiguração funcional da educação superior travestida de reforma universitária foi um meio estratégico do governo ditatorial de equacionar o fluxo modernizador e a pressão social, mas que não significou alterações substanciais de atendimento à demanda de

reconstrução social e, portanto, da construção de uma universidade "integrada e multifuncional". (FERNANDES, 1975, p. 52-60).

A proposição de criação de uma universidade "integral e multifuncional" depende, como salienta Fernandes (1975), da extinção de um padrão voltado tão somente para o ensino no que tange à transmissão de conhecimentos concebidos externamente. Para tanto, necessita do estímulo e do desenvolvimento da pesquisa científica original que possam se relacionar às atividades de ensino num processo cíclico de difusão e construção de novos conhecimentos capazes de dinamizar a independência econômica e cultural de nosso país. (FERNANDES, 1975, p. 74).

Contrariamente, Fernandes destaca que o movimento contrarrevolucionário e a ditadura criaram ramificações por todas as esferas da sociedade e na universidade operacionalizaram, ideologicamente, uma "lavagem de cérebro sem precedentes", esvaziando qualquer desenvolvimento do potencial nacional pela via do desenvolvimento científico. Assim, qualquer movimento anterior para uma transformação educacional deparou-se com "[...] um processo novo de revitalização do mandonismo, do tradicionalismo e do conservantismo" (FERNANDES, 1975, p. 14-15). Este processo ocorria, falseadamente, sob o ideário da modernização do sistema educacional seja pela importação de novas técnicas para gestão do processo de ensino-aprendizagem, como para a privatização da educação sob o ideário de democratização de acesso. (GREGÓRIO, RODRIGUES, 2014, p. 114-115).

Salienta que, neste momento, houve um forte processo de "internacionalização" da universidade e que, por conseguinte, as questões internas históricas da sociedade, como o desenvolvimento autônomo do saber e/ou da cultura, foram deixadas de lado.

> A revolução cultural deixa de ser o alvo histórico e a ambição de inventar saber original, de resolver o sistema universal da ciência, da arte, da filosofia, da educação e da tecnologia se perde pelos meandros de um colonialismo camuflado, que circula na direita, no centro e na esquerda. Daí resulta uma consciência pesada, pois um país pobre só pode extrair da miséria o financiamento de uma universidade anêmica e paralítica (FERNANDES, 1975, p. 84).

O padrão dependente de escola superior foi aprofundado na medida em que passava a subordinar a universidade às diretrizes internacionais marcadas pela lógica privatizante. Não por acaso, ao mesmo tempo, descortinou-se um grande incentivo por parte do Estado à privatização da educação. Desta forma: "Os recursos economizados através dessas 'políticas' são deslocados para o ensino universitário particular, a indústria bélica e os incentivos à indústria privada e a uma 'tecnologia avançada' de efeitos demonstrativos". (FERNANDES, 1975, p. 85).

É interessante também pontuarmos que, nas análises de Fernandes, a reprodução do "padrão brasileiro de escola superior" está associado ao "dilema das nações capitalistas dependentes", que se configura pela absorção dos avanços modernizantes, nas esferas cultural e institucional, sob relativo atraso e de forma passiva. Ao tratar das conexões entre o papel da universidade e o desenvolvimento nacional clarifica melhor este aspecto no que tange especificamente à situação da educação superior. O autor aponta que a "transplantação" de instituições exteriores ocorreu no Brasil de forma muito "empobrecida":

> De um lado, os modelos institucionais portugueses não puderam ser transplantados em bloco e absorvidos em toda a sua plenitude. Nem como parte da política seguida pela Coroa portuguesa, nem como efeito dos processos histórico-sociais espontâneos chegou a concretizar-se qualquer tentativa de transferir para o Brasil o autêntico padrão metropolitano de universidade (FERNANDES, 1975, p. 96).

O que se desenvolvia, por meio do modelo das escolas superiores de ensino importado de Portugal nas três primeiras décadas do século XIX, que já na época era considerado atrasado frente à totalidade europeia, assumia ainda em nosso país um caráter marcadamente arcaico pelo ritmo imposto internamente de desenvolvimento institucional voltado para as profissões liberais através da transmissão de técnicas sem qualquer conteúdo pragmático. A este processo Fernandes (1975, p. 98) denominou de "senilização institucional precoce", pois o que surgia como novidade tinha origem no atraso cultural do modelo português e ainda era utilizado internamente pela sociedade brasileira de forma altamente conservadora e precária. Nesse sentido, a história da educação superior que, falseadamente, se desenvolveu sob o ideário do progresso cultural denuncia, na verdade, a sua desvinculação com o desenvolvimento do país capaz de contribuir para a independência cultural. (GREGÓRIO, RODRIGUES, 2014 p. 115).

Por outro lado, o convívio entre nações hegemônicas e dependentes ocorre por um processo dialético. À medida que usufruem do desenvolvimento avançado, imprimem aos demais um espaço de subordinação, de maneira que criem mecanismos internos nestes países, de reciprocidade que, lhes garanta espoliação econômica e atraso sociocultural. No que tange à educação superior, podemos dizer que mesmo as influências externas para a sua modernização, seja para diluir o "padrão brasileiro de escola superior" ou a sua configuração na "universidade conglomerada", visam tão somente adequar a educação às novas demandas dos países centrais. Porém, isso somente é possível porque existem também interesses das burguesias internas dos países dependentes que são, de certa forma, atendidos por esta relação (FERNANDES, 1975, p. 112).

Passado o período ditatorial empresarial-militar, a universidade brasileira, após ser "triturada pelo moinho do regime", surgia "reformada e modernizada" conforme o modelo estadunidense. O "capitalismo acadêmico" (SLAUGHTER; LESLIE, 1999) assume proporções gigantescas e se materializa nas universidades públicas sob a forma de fundações de apoio privadas, pesquisas encomendadas pelo mercado, comercialização de cursos, currículos alinhados com as necessidades empresariais, métodos de avaliação importados do setor produtivo, remuneração por produtividade, entre outros. (LEHER, 2005, p. 211).

Cabe lembrar que, o período ditatorial foi terreno fértil para a expansão das IES privadas. A ditadura empresarial militar encampou a ideia de que era necessária a expansão do ensino superior brasileiro, e, devido à "escassez de recursos públicos", tal expansão deveria ser fomentada pela abertura do setor educacional ao capital privado. Os acordos MEC-USAID e a reforma universitária de 1968 abriram caminho para a implantação de um sistema tecnicista. Neste período as matrículas na rede privada praticamente quintuplicaram, passando a concentrar cerca de 64% das matrículas do ensino superior no Brasil. (LEHER, 2005, p. 211).

Essa "americanização" da universidade brasileira, mesmo que com aspectos peculiares de um país dependente, acabou por naturalizar essa lógica mercantil no espaço público. Para Leher (2005, p. 212), "o meio social adverso ao ensino público [...] e a política de inserção subordinada do país na economia mundo, [...] contribuíram para a expansão desse capitalismo acadêmico".

O período entre 1960 e 1980, embora marcado pela expansão acelerada da educação superior, sobretudo na esfera privada, também foi emblemático no que se refere ao crescimento da pós-graduação. Neste interregno, foram criados mais de 1.100 programas de pós-graduação *stricto sensu* no país (LEHER, 2005, p. 235) e fundada a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Segundo Leher (2005, p. 235), alguns setores internamente vinculados às universidades corroboravam com as políticas de Estado do governo empresarial-militar, na tentativa de fazer parecer que suas teses "desenvolvimentistas" poderiam aproximar um país dependente, como o Brasil, das potências hegemônicas. O suposto fortalecimento das políticas de C&T aparecia como algo que confirmaria o "progresso".

Algumas áreas da produção de C&T foram pinçadas, em decisões que passavam ao largo das universidades, para serem abraçadas como prioritárias. O CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) ficou subordinado à Secretaria de Planejamento (SEPLAN) a fim de atender aos objetivos do PND (Plano Nacional de

Desenvolvimento), cabendo ao primeiro, apenas a função de assessoramento nas políticas do setor. (LEHER, 2005, p. 235) O CNPq, apesar de contar com membros da comunidade científica, estava desprovido de qualquer poder e efetiva legitimidade.

É importante salientar que, embora houvesse resistência, a correlação de forças fez valer o projeto do governo empresarial-militar, apoiado por parte da intelectualidade universitária e dos centros de pesquisa. O processo de vinculação da universidade ao projeto de modernização conservadora não foi fruto exclusivo de pressões externas. A política de C&T do governo empresarial-militar foi encaminhada a partir da SEPLAN e desenhada pela tecnocracia do Poder Executivo. Vários professores e pesquisadores se engajaram nesse processo e outros simplesmente "adotaram uma perspectiva de neutralidade", supostamente, "colaborando em nome da ciência".

Segundo Leher (2005, p. 236)

> [...] durante os anos mais violentos e de maior intensidade de aplicação do novo modelo de desenvolvimento, a universidade não pode fazer frente a essa ofensiva, pois, entre outros motivos, uma inteligência contrarrevolucionária atuou mais ou menos abertamente a seu favor, enquanto, em contraposição, o governo cumpria com a sua parte afastando os docentes indesejáveis e implementando o seu projeto universitário.

A partir da década de 1970, as políticas de difusão do modelo estadunidense foram mais sutis, e assumiram a forma de acordos de cooperação acadêmica com universidades dos EUA, convênios com fundações estrangeiras e com organismos internacionais. A retomada do governo pelos civis em 1985 muito pouco alterou a dinâmica dependente da economia e da produção de C&T no Brasil.

> Na segunda metade dos anos 1980, o país saía da ditadura e adentrava na democracia, mas a pauta da política nacional ainda era a mesma dos anos de chumbo – a ciência e a tecnologia como alavancadoras do desenvolvimento do país – e o objetivo de atrelar a universidade ao sistema produtivo continuou a ser buscado (OLIVEIRA; FERREIRA; MORAES, 2015, P. 130).

Organismos internacionais como o FMI, o BM e a OMC (Organização Mundial do Comércio) seguem coordenando, através de acordos, a presença das grandes corporações transnacionais, seja do setor diretamente produtivo, seja do financeiro, nos países dependentes a fim de afastá-los cada vez mais da autonomia tecnológica (LEHER, 2005, p. 239).

Essa lógica acaba por tornar as universidades brasileiras instituições que gozam de reduzida autonomia didático-científica, vinculadas a um sistema de regras e normas

elaboradas por um Poder Executivo cada vez mais comprometido com a inserção subalterna ao capitalismo internacional.

O diagnóstico dos organismos internacionais na década de 1990, de que a universidade era ineficiente e elitista, era próprio do discurso neoliberal. Os parcos recursos públicos destinados ao setor eram canalizados para alguns centros de excelência, destacados em avaliações meritocráticas. "As instâncias internas das universidades foram esvaziadas e a capacidade de iniciativa sobre a pesquisa foi aniquilada. [...] A inovação e a P&D, atividades que deveriam ser desenvolvidas no mundo empresarial, passam a governar a própria universidade". (LEHER, 2005, p. 239).

Segundo Silva Junior e Catani (2013, p. 161), no passar dos anos 1980 para 1990, a universidade pública brasileira encontra-se diante de uma contradição clássica, na qual, por um lado, contribui para o "crescimento econômico do país e para a consolidação do pacto social de então" e, por outro, apresentava-se como o *locus* da "crítica de seu tempo histórico e de seus próprios objetivos". Ressalta ainda que "enquanto o primeiro polo havia de sofrer clara hipertrofia, teria havido uma significativa atrofia histórica do segundo".

> A crítica e o debate deram lugar ao silêncio e ao apoio, com raras exceções, aos planos, programas e atividades oficiais, sugerindo que a instituição republicana universitária tenha se convertido em agência executora bastante acrítica de políticas públicas de competência do Estado (SILVA JUNIOR; CATANI, 2013, P. 161).

Ao fim dos mandatos de FHC (1995-2002), a universidade pública brasileira encontra-se sucateada, pressionada pelas privatizações e sem perspectivas de investimentos. O cenário vislumbrava o incremento do setor privado mercantil, levando as universidades públicas à transição de modelos clássicos como o "napoleônico"[70] e "humboldtiano"[71] para "modelos de ocasião", ou "bancomundialista"[72] ou ainda "anglo-saxão". (SGUISSARDI, 2009).

[70] Modelo idealizado na França, segundo o qual as instituições de ensino superior têm forma não-universitária, mas profissionalizante, centrada nos cursos ou faculdades com a finalidade de formar os burocratas que atuariam nos quadros administrativos do Estado. Foi adotado no Brasil Colônia a partir de 1808, com a vinda da família real, quando iniciou o ensino superior, com a criação das escolas isoladas.

[71] Segundo Simas e Bianchetti (2016, p. 84-85), em síntese, o modelo humboldtiano assume a universidade como uma instituição que goza de autonomia relativa na produção do conhecimento, em relação estreita com os interesses do Estado, tendo a ciência como a força unificadora de que o Estado necessita para legitimar o projeto de nacionalidade. A formação, demarcada por uma concepção idealista, liberal e acadêmica, põe a pesquisa científica no centro das relações universitárias, enfatizando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e formação geral, humanista e científica, com foco na totalidade e universalidade do saber. Essa seria a forma de fazer a ciência "pura", que tem como princípio a busca infinita da verdade e do conhecimento.

[72] Ver Leher e Barreto (2008).

O padrão dependente de escola superior e de escolas superiores conglomeradas se mantêm, entretanto, sob novas vias. Agora deixa de ser resultado do processo de criação das universidades, que continuam a fomentar uma estrutura extremamente clientelista[73] e distante do real objetivo de se constituir num universo de saberes. Essa concepção de Fernandes, que aponta para uma universidade estanque, heterônoma e profundamente segmentada se apresenta atualmente, de maneiras reconfiguradas, principalmente através da indução das políticas de ciência e tecnologia, da diferenciação entre unidades de ensino e de pesquisa, do isolamento dos cursos em si mesmo, abdicando de interagir com outras unidades de ensino e da internacionalização pela inserção subalterna neocolonial da universidade brasileira na divisão internacional do trabalho.

No caso da UFF, principalmente após o REUNI, nota-se uma clara opção para o enfoque empreendedor, voltado para pesquisas que resultem, sobretudo, em inovações tecnológicas, nas ciências duras e nas escolas de gestão, enquanto que as ciências humanas e sociais aplicadas são empurradas para exercer o mero papel de "escolão de terceiro grau". O processo de expansão e interiorização deixa isso bastante claro, conforme nos mostra Gregório (2011) e Rodrigues (2011). Lembrando que essa foi uma opção construída pela própria administração da instituição, incentivada pelas políticas educacionais do governo federal.

2.2 **Produção de inovações tecnológicas: o público e o privado na produção do conhecimento e o papel do Banco Mundial e da CNI**

A fim de compreendermos o papel que os APH´s da burguesia brasileira, como a CNI, e organismos internacionais, como o BM, assumem na elaboração de políticas públicas direcionadas à produção de ciência e tecnologia e à educação superior, se faz necessário discutirmos uma pequena recuperação teórica a respeito do papel do Estado na ampliação do uso do fundo público por agentes privados. A imbricação entre as duas esferas assume papel fundamental para compreendermos como são reconfigurados os processos de trabalho no

[73] Entende-se por clientelismo, práticas eleitoreiras de certos políticos (e gestores das instituições públicas, diretamente eleitos) que consistem em privilegiar uma clientela (conjunto de indivíduos dependentes) em troca de seus votos; troca de favores entre quem detém o poder e quem vota.

interior das instituições, a fim de garantir a reprodução do capital na nova fase de predominância financeira, sobretudo num país capitalista periférico como o Brasil.

A burguesia, ao controlar os meios de produção e os processos de trabalho, e consequentemente, constituir-se como classe dominante, estende seu poder ao Estado, passando a difundir seus interesses por intermédio das normas e leis. O Estado tem "a aparência da universalidade, mas sua realidade efetiva é particular" (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010; p. 37). Marx mostra que essa esfera particularista é causa e efeito da divisão da sociedade em classes antagônicas e o Estado assegura e reproduz essa divisão, garantindo a dominação dos proprietários dos meios de produção sobre os não-proprietários, sendo assim um Estado de classe. (COUTINHO, 2008, p. 19).

Ao garantir a propriedade privada dos meios de produção pela burguesia, o Estado legitima a dominação de classe, demonstrando seu caráter classista e particularista em detrimento do verdadeiramente universal. Marx destaca a importância das ideologias organizadas nos setores dominantes como "quase naturais" e a influência destas no direcionamento morale intelectual da sociedade. Apresenta a ideologia não só como falseamento da realidade, mas também como terreno em que ocorre a luta de classes e afirma o papel da ciência como sendo uma forma de produção crítica a essas ideologias, ainda que nelas inserida.

No que concerne à produção de ciência e tecnologia, no contexto de uma crescente tendência monopolista do capitalismo, em especial em setores de alta tecnologia, o custo de investimento em pesquisa e desenvolvimento atinge significativo aumento, sobretudo a partir da década de 1980. Setores como o de computação aumentam seus gastos com P&D de 13,4% em 1970 para 17,5% em 1980. O de eletrônica passa de 8,4% em 1970 para 10,4% em 1980, ambos em relação ao PIB. (SANTOS, 2002a).

Países como EUA, Japão e Reino Unido ampliaram bastante seus investimentos estatais em P&D. Empresas e universidades desses países também aumentaram seus gastos com P&D neste período. Entretanto, os custos de investimento em pesquisa e desenvolvimento (inovações tecnológicas) atingiram cifras tão colossais que a maioria das grandes empresas, ou até mesmo a associação de várias delas, não conseguem suportar tamanho gasto.

> A importância dos custos fixos de entrada são hoje fundamentais, seja porque esses custos tomam a forma de um vasto programa de pesquisa e desenvolvimento, cuja realização é necessária, antes de tudo, à produção; seja porque é necessário instalar os equipamentos altamente especializados. Diante dessa amplitude dos custos fixos, poucas empresas podem entrar nos setores de atividades que tenham uma escala de

> produção rentável, e, portanto, não pode haver uma concorrência perfeita nesses setores, que tende a ser objeto de monopólio. A maior parte das tecnologias modernas se caracteriza por economias de escala. Mesmo fazendo abstração dos custos fixos de entrada, vemos que um grande número de empresas não pode exercer uma atividade rentável em vários setores, que exigem uma produção superior à escala de eficiência mínima para poder ficar competitivo. (SANTOS, 2002a, p. 54-55).

A participação do fundo público torna-se indispensável ao capitalista para o desenvolvimento de novas tecnologias, tanto direta quanto indiretamente.

> Dessa forma, o ótimo econômico, com custos fixos e economias de escalas determinantes, só pode ser obtido por uma só empresa dentro de cada setor novo, incluindo uma posição de monopólio. As receitas marginais são iguais a custos marginais, e temos assim o desenho de uma curva que apresenta custos médios decrescentes entre uma demanda decrescente e uma renda marginal decrescente, e o custo marginal vai estar numa média entre a demanda e um ponto entre o custo médio, a demanda e a demanda marginal. Se o Estado toma a seu cargo o custo fixo da empresa, ele tem então de dar os fundos correspondentes para as perdas de exploração que essas empresas terão de fazer. Há, portanto, uma subvenção que se destina a essas novas tecnologias, que os consumidores e a sociedade terminam aceitando pagar para que ela possa manter a sua taxa de inovação e a sua competitividade na economia mundial. (SANTOS, 2002a, p.55).

Nesse contexto, o sistema de produção do conhecimento deixou de se concentrar nos EUA e na Europa e passou a ter um caráter multinacionalista. Nos países dependentes esse papel do Estado também passa a ser necessário a fim de subsidiar os custos de adaptação e de entrada dessas empresas no mercado. Embora menos elevados que nos países centrais, ainda são muito altos, visto que mobilizam quantidades consideráveis de capital fixo.

Nesses países, esse apoio estatal concentra-se basicamente em três setores econômicos que desfrutam de certa influência sobre as decisões políticas locais: i) setor agrário minerador exportador; ii) indústria nacional comandada por uma burguesia local e iii) as empresas multinacionais que se aliaram a setores industriais locais.

> Assim, há também uma divisão do trabalho internacional, da atividade científica, e, dentro dela, as atividades mais complexas, mais teóricas e abstratas, que são reservadas aos países dominantes. Somente alguns campos muito específicos de pesquisa se reservam aos países dependentes, de tal forma que o conhecimento gerado nestes países só tem capacidade de absorver conhecimentos de outra parte em setores específicos, transformando-se assim em complemento do conhecimento controlado nos níveis superiores de produção de conhecimento (SANTOS, 2002a, p. 43).

Portanto, segundo a lógica do capital, a P&D realizada nos países periféricos deve concentrar-se apenas em áreas nas quais estes possuem alguma vantagem comparativa, ou em áreas em que as empresas multinacionais associadas a empresas nacionais necessitem atingir algum nível de especificidade local, ou seja, pesquisas que não interessam aos países centrais.

Soma-se a estas áreas da indústria que produzem tecnologias sujas, ou seja, rejeitos que causam danos ao meio ambiente.

> Como resultado dessas tendências, a transferência de tecnologia, sua adaptação a condições nacionais ou locais e a adequação dos sistemas de P&D locais a estas necessidades formam um conjunto de elementos determinantes, não só do comportamento dos países subordinados e dependentes destas relações, mas também de suas estruturas e seus chamados "modelos" de desenvolvimento (SANTOS, 2002b, p. 46).

A participação do Estado nos países dependentes é fundamental, a fim de adaptar as políticas nacionais aos interesses do capital, implicando o afastamento desses países da produção de inovações tecnológicas de ponta. Conforme Santos enfatiza:

> [...] estes novos níveis de internacionalização e globalização passam a determinar as políticas econômicas e as políticas científico-tecnológicas, buscando adaptá-las a estas determinações. Ao mesmo tempo, afastam definitivamente a maior parte destes países do processo de produção científica e de criação, restringindo o seu desenvolvimento econômico e cultural à condição de culturas-reflexo (SANTOS, 2002b, p. 47).

Em mais um parêntese, ressaltamos esse novo papel do Estado como sustentáculo econômico do capital, desvelado por Poulantzas (COUTINHO, 2008, p. 65) e que dá um passo além do conceito gramsciniano de aparelhos privados de hegemonia. Para Poulantzas, o Estado na era do capitalismo financeirizado, assume tarefas para além do papel de "educador". O Estado incorpora uma função econômica além do papel ideológico identificado por Gramsci. No capitalismo de predominância financeira, num contexto de políticas neoliberais, o papel do Estado financiador assume uma única via: a via do capital. No caso brasileiro, esse papel aparece, principalmente, quando as universidades públicas cedem seus insumos físicos, humanos e tecnológicos aos interesses de grandes grupos privados para execução de pesquisas aplicadas nos moldes empresariais, capitaneados pelos professores empreendedores, de forma explícita e legalizada.

2.2.1 A inserção subalterna brasileira no capital imperialismo

Nesse rearranjo da economia mundial provocado pela crise estrutural do capital e suas novas demandas sobre a produção de inovações tecnológicas e sobre o papel da

universidade pública brasileira à luz da divisão internacional do trabalho, surgem novas considerações sobre o papel dependente do Brasil na economia mundializada.

Apesar de transparecer um certo protagonismo das relações econômicas brasileiras com outros países do eixo Sul-Sul, principalmente no que tange às relações comerciais e de exportação de capitais para países da América Latina e África, o primeiro cuidado que temos que tomar ao falarmos da inserção subalterna do Brasil no capital imperialismo internacional, é evitar a expressão "imperialismo brasileiro". Tal incorporação subalterna ao capital-imperialismo ocorreu na medida em que o Brasil conseguiu completar seu ciclo avançado de industrialização e de monopolização do capital, com a existência dos diferentes setores econômicos complexamente entrelaçados; de um Estado adaptado ao modelo de acumulação de capitais e com certa autonomia frente a interesses singulares ou de determinado setor econômico, o que garante a manutenção complexa da acumulação expandida através de uma atuação externa e de contenção das reivindicações populares internas.

O Brasil reúne características que permitem participar, ainda que de forma subalterna, do grupo de países que exportam grandes volumes de capitais, baseados principalmente na grande concentração interna da propriedade, no processo de industrialização "completo" e num processo de industrialização bastante avançado no campo, que passa pela expropriação da terra e da produção de alimentos. Esse processo produziu uma massa de capitais brasileiros e estrangeiros que precisa dramaticamente se valorizar, seguindo a lógica do capitalismo como um todo, e têm a necessidade de novos espaços para completar o seu ciclo de reprodução ampliada.

Além dos aspectos econômicos acima citados, podemos considerar também os aspectos políticos que, nos últimos trinta anos, operacionalizaram o convencimento das massas a fim de apoiar a expansão capital-imperialista do Brasil.

A partir da década de 1980, com o crescimento da exportação de capitais voltados para a extração de mais valor no exterior (investimentos diretos brasileiros no exterior), ao lado das exportações de mercadorias ou de commodities, a exportação de capitais brasileiros e de transnacionalização de empresas estiveram voltadas especialmente para países da América do Sul[74].

[74] Segundo Fontes (2010, p. 339-344), a "totalidade dos investimentos no exterior dos países do Mercosul alcançou a soma de US$30,3 bilhões, dos quais 93% eram originados no Brasil". Grupos empresariais brasileiros como a Gerdau (1990) e a Ambev (2003) já se aventuravam pela América do Sul. Posteriormente, com o apoio do BNDES, a gigante brasileira JBS Frigoríficos (Friboi) já detinha um terço da produção de carne bovina do Uruguai. A Petrobras seguia comprando diversas empresas petrolíferas na Argentina, Peru e

A grandiosa expansão de capitais sediados no Brasil não se limitou ao continente sul americano, embora a região concentre a maior parcela dos capitais exportados pelas empresas transnacionais brasileiras. Fontes (2010) nos traz como exemplo, a Companhia Vale, que atualmente está presente na África do Sul, Alemanha, Angola, Argentina, Austrália, Barbados, Brasil, Canadá, Cazaquistão, Chile, China, Cingapura, Colômbia, Congo, Coréia do Sul, EUA, Filipinas, Finlândia, França, Guatemala, Guiné, Índia, Indonésia, Japão, Moçambique, Mongólia, Noruega, Nova Caledônia, Omã, Peru, Reino Unido, Suíça, Tailândia, Taiwan e emprega cerca de 29,9 mil trabalhadores no exterior. Em 2008, aumentou o seu capital em US$ 3 bilhões através de recursos próprios e acessou uma linha de crédito especial do BNDES de R$7 bilhões, o que lhe forneceu "um colchão de liquidez para tornar-se maior gigante de mineração mundial".

Cabe destacar que, a partir da década de 1990, houve uma alteração na concentração de capitais com base no território brasileiro, através do enorme crescimento de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) na economia brasileira, por meio das privatizações e das fusões e aquisições de empresas, associando capitais brasileiros e estrangeiros. O BNDES assume papel protagonista nessa alteração, ao realizar gigantes aportes financeiros, direcionando privatizações e favorecendo alguns grupos de capitais brasileiros. O setor público financiou o desmantelamento das empresas públicas via vultosas doações de capital, principalmente nos governos FHC (FONTES, 2010, p. 329).

Embora a atuação capital-imperialista brasileira tenha se intensificado nos últimos anos, segundo Fontes (2010, p. 346), ela tem "origens mais remotas, tanto na expansão das empresas, quanto na configuração de uma política de Estado em seu apoio". Segundo a autora,

> [...] o ponto de virada fundamental foi a conversão do BNDES em alavanca para a transnacionalização de empresas brasileiras. Sob o governo Sarney, o BNDES apresentou o Plano Estratégico 1987-1990, incorporando cenários de integração competitiva entre as empresas. Em junho de 1990, no governo Collor, novo programa "elencava a desregulamentação, a abertura comercial e as privatizações como ferramentas básicas para a 'reestruturação competitiva' da economia brasileira", convertendo-o num banco de abordagem e abalroamento, para identificar e facilitar as "privatarias". No final do governo Cardoso realizou-se uma reforma nos estatutos do BNDES de forma a permitir o financiamento a operações de capital brasileiro no exterior. No governo seguinte, de Lula da Silva, em 2005, implementou-se no mesmo banco uma linha de crédito para a internacionalização de empresas brasileiras. Na atualidade, este Banco vem protagonizando uma impactante dinâmica de centralização e concentração de capitais no Brasil (FONTES, 2010, p. 346).

Bolívia, ao passo que as empreiteiras brasileiras, como a Camargo Correia e a Odebrecht, assumiam o controle de fábricas de cimento e mineradoras, ao lado da Vale, em diversos países sulamericanos.

Virgínia Fontes ressalta que, embora pequeno se comparado ao volume de projetos de investimentos transnacionais (apenas 0,4% do total), o que se observa a partir de 2008 é uma explosão na criação de megaconglomerados brasileiros com investimentos transnacionais.

O Brasil não deixa de assumir sua posição de país capitalista dependente, entretanto, hoje, o país assume também essa função no capital-imperialismo internacional, de exportador de capitais. Isto não significa que o Brasil assuma somente o papel de plataforma para a replicação do capital vindo dos países centrais na América do Sul. Caso considerássemos tal postura, incorreríamos no erro de desconsiderar a organização e o controle que as burguesias brasileiras, de certa forma, possuem sobre o território nacional, ainda que elas estejam associadas de maneira subalterna a capitais externos. Não se trata de um processo de espoliação de fora para dentro, pois as burguesias brasileiras coparticipam do processo, convidando os "parceiros externos" a participar da expropriação da classe trabalhadora no Brasil.

Para melhor ilustrarmos este movimento, recorremos à passagem extraída da obra de Santos, no qual o autor desenvolve a ação compartilhada entre Estado, organismos internacionais do capital e burguesia:

> Mais decisiva é, contudo, a articulação das decisões microeconômicas com a ação do Estado. Este não somente determina o quadro macroeconômico em que operam as grandes empresas (política de investimento estatal, estratégia de desenvolvimento, política fiscal, taxa de juros, taxas de câmbio, política de salários, subsídios, etc.), como afeta diretamente suas variáveis microeconômicas (contratos de venda para o setor público, financiamentos da pesquisa e desenvolvimento, estratégias de mercado e políticas setoriais, entre outras). Nos nossos dias, as práticas comerciais são cada vez mais um subproduto do planejamento estatal articulado com as decisões das grandes empresas. Estas se veem obrigadas a definir políticas globais para os setores em que atuam, antecipando-se às tomadas de decisão estatais. Estas se baseiam, na maioria dos casos, em dossiês e propostas de política e legislação emanadas diretamente das empresas ou dos órgãos de classe do empresariado (SANTOS, 2002c, p. 45).

Como ressalta Lima (2006, p. 21-22), "A burguesia brasileira, portanto, associa-se conscientemente ao capital internacional para a manutenção de seus interesses econômicos e políticos, bem como limita a participação dos trabalhadores com vistas a impedir qualquer possibilidade de construção de uma revolução contra a ordem, ou mesmo, uma revolução dentro da ordem que não seja conduzida e consentida por seus quadros dirigentes".

Essa relação imperialista com os países latino-americanos se constrói a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social. Tanto os interesses privados externos quanto os internos estão empenhados na exploração do subdesenvolvimento. Fica destruída a ilusão de uma revolução industrial liderada pela burguesia nacional.

Os países latino-americanos mais desenvolvidos, como o Brasil, só atingiram o estágio de exploração imperialista graças a um considerável crescimento econômico interno e a uma boa estrutura de poder nacional, que possibilitou à burguesia nacional um poder de barganha para inserção na economia mundial.

A concentração de renda e de prestígio na mão de poucos, a manutenção de estruturas arcaicas e modernas e a exclusão da maioria da classe trabalhadora são os fatores preponderantes para a manutenção desta lógica imperialista.

Entretanto, durante os períodos em que a dominação dos países centrais arrefeceu (em virtude das grandes guerras e da depressão de 1929), os países latinos encontraram oportunidades para a expansão interna. Tal expansão sempre consistia na "absorção de meios de produção de produtos importados e na seleção estratégica de importação de bens e serviços" (FERNANDES, 1975, p. 22).

A inserção de empresas multinacionais nestes países atenderia aos interesses da burguesia local e contribuiria para um crescimento nacional (desenvolvimentismo). Porém, o que aconteceu foi a absorção ou a destruição das indústrias locais por estas estrangeiras, adaptando as estruturas econômicas às dimensões e às funções das empresas corporativas. As conquistas passam a servir aos interesses dessas corporações.

> Não obstante a conquista de um certo grau de autonomia relativa e a capacidade de imprimir um elevado dinamismo ao processo de acumulação, o desenvolvimento do capitalismo monopolista no Brasil revelou-se totalmente incapaz de transcender o *status quo*. De um lado, a persistência de bloqueios extra-econômicos à monopolização do capital e a perpetuação de mecanismos de acumulação primitiva comprometeram o papel criativo da concorrência econômica como mola propulsora da introdução e difusão de progresso técnico. Por essa razão, apesar do aprofundamento da industrialização pesada, o desenvolvimento capitalista continuou sendo um processo induzido de fora para dentro, incompatível com a reprodução de mecanismos de solidariedade orgânica entre as classes sociais. (SAMPAIO JR, s/d, p.6)

Fernandes ressalta, ainda, que as grandes corporações apenas são a porção visível dessa dominação, e que as porções menos visíveis são as mais prejudiciais, como cita as instituições oficiais e semioficiais que controlam as finanças, a educação, a pesquisa científica, os meios de comunicação de massa, as políticas extranacionais e até mesmo as forças armadas.

Ainda afirma que, na América Latina, essa situação torna-se mais complicada e mais profunda. Para o autor, a ausência de certas estruturas e dinamismos faz com que as contradições de classes sejam "amortecidas", anuladas e "pouco dramatizadas", graças à opressão sistemática, a omissão generalizada e à anomia das massas despossuídas. Para

Fernandes, “onde a sociedade de classes emerge, mas não consegue absorver e orientar as forças de transformação da ordem social, ela nasce condenada à crise permanente e ao colapso final.” (FERNANDES, 1975, p. 36).

Trata-se, portanto, de uma “sociedade sem história” porque todas as mudanças convergem para a perpetuação do poder nas mãos de pequenos grupos.

> As classes são identificadas com a herança colonial, com tradições de estilo de vida a *La Grande* , com o orgulho e o paternalismo ibérico, com a apatia e o conformismo das massas [...]. E negligenciam-se as consequências que aparecem na superposição de orientações de valor exclusivas (de classe e de estamento) e na persistência da acumulação de desigualdades sociais numa sociedade global na qual a estratificação bifurcada cedeu lugar a uma estratificação pluralista. (FERNANDES, 1975, p. 39)

Essas condições de dependência reforçam o modelo de desenvolvimento que socializa os custos sociais e privilegia os interesses privados. Além disso, as classes possuidoras só tendem a se proteger contra a estrutura rígida que elas próprias criaram. O capitalismo industrial que surge na América Latina floresce graças à modernização do arcaico, ou seja, o capitalismo se adaptou e se aliou às estruturas socioeconômicas de origem colonial ou pré-capitalistas e dependentes.

O modelo de capitalismo que vingou na América Latina reproduz as formas de apropriação e expropriação inerentes ao capitalismo moderno, mas possui um componente específico e típico: a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos internos e externos.

O padrão de acumulação de capital, inerente à associação dependente, promove, ao mesmo tempo, a intensificação da dependência e a redefinição constante das manifestações do subdesenvolvimento. Na verdade, o que exibe relevância não seria tanto a coexistência do arcaico e do moderno, e sim o modo pelo qual as transformações sucessivas do mercado e do sistema de produção encadeiam a persistência de estruturas socioeconômicas herdadas do passado com a formação de estruturas socioeconômicas novas.

Fernandes entende que, enquanto a revolução burguesa “clássica” se deu em um caminho de ruptura contra o “antigo regime” seguido “da construção da ordem social competitiva”, na América Latina, a modernidade não se colocou na ruptura contra o antigo sistema colonial e na superação posterior do neocolonialismo, e que ambos desembocam na emergência e posterior consolidação do capitalismo dependente.

No que diz respeito ao nível estrutural e morfológico da “condição burguesa” no que tange à formação da ordem social competitiva, o que se percebe na América Latina, e portanto

no Brasil, é uma base estrutural mínima e com forma fraca. Se observarmos que este caráter plural das estruturas sociais está presente, também, nos países centrais, o que sustenta a diferença em relação à América Latina são, segundo Fernandes, as probabilidades de objetivação que encontra sob o capitalismo dependente, a qual exibe ritmos de desenvolvimento característicos da dependência, em que as articulações das estruturas coadunadas com os dinamismos desembocam na condição específica de subserviência ao capital hegemônico.

Cabe questionar sobre o tipo e origem dos vários dinamismos que compõem a forma como a condição burguesa vai sendo construída na América Latina, já que os esforços realizados com o objetivo de manter e aperfeiçoar a ordem social competitiva são, no mínimo, equivalentes aos feitos na Europa e nos Estados Unidos com a mesma finalidade. Entretanto, os resultados de tais esforços convergem sempre para o mesmo ponto: a conjugação das influências internas e externas de estabilidade e de mudança sociais, o que converte a modernização dependente no processo real de absorção dos dinamismos mais gerais da evolução interna, ou se efetivam através da civilização recebida de fora.

Sendo assim, o que interessa nessa evolução é que o dimensionamento da expansão interna do capitalismo não foi determinado, exclusiva ou predominantemente, nem a partir de fora (o que implicaria um padrão de desenvolvimento colonial), nem a partir de dentro (o que implicaria um padrão de desenvolvimento autônomo, autossustentado e autopropelido), mas por uma combinação de influências externas e internas, que calibrou os dinamismos da sociedade de classes em função dos requisitos de padrões dependentes de desenvolvimento capitalista.

Embora Fernandes exponha de maneira atual a configuração do capitalismo nos países periféricos, especialmente, sob os aspectos políticos e sociológicos, por questões temporais, não contempla o período de predominância financeira.

Paulani e Pato (2005, p. 7-8) afirmam que Paul Singer, em certo momento, faz certas digressões sobre “essa nossa linhagem submissa” e divide os períodos históricos do Brasil em dependência consentida (1822-1914), dependência tolerada (1914-1973) e dependência desejada (1973-dias atuais). O primeiro período se refere ao intervalo histórico no qual “não havia nenhuma dinâmica interna capaz de impulsionar o desenvolvimento”. A relação de dependência jamais seria questionada. O segundo período seria o que “todos os demais chamados países em desenvolvimento, passaram a depender dos países centrais para a obtenção de equipamentos, tecnologia, componentes e recursos de capital em larga escala”. O terceiro período seria este, no qual todos os países dependem diretamente do fluxo de capitais

financeiros, e "a América Latina, assistiu ao abandono do desenvolvimentismo, à abertura do mercado interno às importações e à entrada incondicional dos capitais estrangeiros". Os autores questionam: Afinal, que estrutura de relação interestatal é essa em que todos aquiescem ao mesmo receituário econômico, ainda que continuem não recebendo as prometidas benesses? Que estrutura é essa em que mesmo as mais promissoras estatísticas da década de 1970 jamais entregaram o que prometeram?

A resposta para estas perguntas, segundo os autores, passa por um termo que supera a dependência.

> [...] para compreender hoje a relação que nos prende ao centro do sistema é preciso compreender não o consentimento à dominação – algo muito mais próximo do conteúdo da relação de dependência tal como ela havia sido até agora diagnosticada –, mas a obstinada vontade de produzi-la, algo só apreensível pelo conceito de servidão, no caso, servidão financeira. (PAULANI; PATO, 2005, p. 16).

As especificidades da financeirização da economia dos países da América Latina precisam ser examinadas amiúde para que possamos compreender o papel das universidades públicas e do professor/pesquisador no processo de aceleração do ciclo do capital.

A partir da reestruturação produtiva dos anos de 1970 e da moratória mexicana dos anos 1980[75] frente aos organismos internacionais, os mercados financeiros reagiram de maneira violenta, passando a impedir o acesso dos países latino americanos ao crédito internacional, salvo sob a assinatura de "carta de intenções". Tais "cartas" determinavam que os países do capitalismo periférico deveriam financiar parte significativa do serviço de suas dívidas a partir de seus recursos próprios e do principal com o Fundo Monetário Internacional.

A contrapartida desses créditos deveria resultar de políticas de austeridade fiscal, por meio de redução das despesas públicas e da desvalorização de suas moedas. Uma das maneiras encontradas por esses países era atingir tal superávit primário via substancial aumento das exportações. Salama (2006) nos revela que a América Latina se converte de importador para exportador líquido de capitais. Entretanto, não se permite que essa poupança líquida forçada, seja usada para financiamento de investimentos, mas, majoritariamente, para pagamento de serviço da dívida pública.

Salama considera que o preço a ser pago é extremamente elevado, provocando depressão por mais de uma década, calcada basicamente na redução considerável das despesas

[75] Moratória é um termo utilizado geralmente no campo da economia para referir-se à espera ou dilação que o credor concede ao devedor e que vai além do prazo estipulado como final para a conclusão de uma determinada dívida. Em 1982, a economia mexicana, altamente atrelada à norte-americana e então combalida pelas duas crises do petróleo (1973 e 1979), quebrou quando os EUA aumentaram os juros, tornando o pagamento da dívida inviável.

do setor público, da hiperinflação, da maxidesvalorização das moedas, aumento da desigualdade e da pobreza. Visando se apropriar das divisas oriundas da desvalorização para financiar o pagamento do serviço da dívida, o Estado passa a emitir títulos públicos indexados à inflação, tornando-os atraentes para parcela mais rica da população. Neste momento, a dívida externa cria uma dívida interna incontrolável, lastreada no aumento da pobreza de parcela significativa da classe trabalhadora e bastante lucrativa para bancos e para parcelas mais abastadas da população.

A preferência pelos investimentos em títulos públicos ultrapassa os investimentos produtivos. As aplicações financeiras tornam-se cada vez mais especulativas e cada vez mais rentáveis no curto prazo, derrubando vertiginosamente os investimentos na produção.

Salama designa o momento que se segue como "decadência econômica", visto o cenário de aumento da superexploração da força de trabalho, hiperinflação e aumento da pobreza extrema. As políticas estatais macroeconômicas recessivas comprimem a demanda agregada, afastando ainda mais as empresas dos investimentos diretos na produção e aproximando-as dos títulos públicos.

Se, por um lado, os investidores privados da burguesia se apropriaram desses títulos para fins especulativos, as classes medianas aderiram a eles como método a fim de manter sua capacidade econômica ou poder de compra. A predominância de tendências rentistas é impulsionada pela desigualdade social e a dívida pública surge como alimento principal da financeirização da economia.

Salama (2006, p. 647-648) identifica duas faces nas finanças. Por um lado, facilita a acumulação, e por outro alimenta funções parasitárias. Ambas coexistem, e vez por outra, uma se sobrepõe à outra.

Na América Latina, a veia parasitária do capital financeiro prevalece sobre o virtuosismo deste. A financeirização é atingida quando o capital financeiro passa a ser mais lucrativo que o produtivo. Embora se desenvolva a partir deste último, transparece autônomo em relação à economia real.

A predominância financeira em países como o Brasil torna a economia refém dos movimentos especulativos. Enquanto um país que tem seu predomínio de investimentos na economia real tem tempo de se adaptar a políticas econômicas em tempos de crise, as economias de predominância financeira são extremamente voláteis e sensíveis às fugas repentinas e volumosas de capitais. O aumento da taxa de juros com finalidade de frear tais fugas acaba por incrementar ainda mais a dívida pública e encarecer o crédito, provocando recessão e uma crise ainda maior na economia real.

Salama (2006, p. 651) aponta que as economias da América Latina, por serem relativamente mais fechadas, apresentam um aumento significativo da dívida pública em relação aos valores de suas exportações. O autor apresenta o paradoxo constatado nas políticas monetárias, pois, ao mesmo tempo em que a alta da taxa de juros é a "via obrigatória" para encontrar apoio nas organizações internacionais e no próprio mercado financeiro, este mesmo aumento precipita e agrava essas crises.

O aumento das finanças ao absorver cada vez mais parcela dos lucros das empresas em detrimento do investimento em formação bruta de capital fixo (FBKF) e do distanciamento das instituições financeiras da função de impulsionar o financiamento do setor produtivo, transformando a crise meramente financeira em crise da economia real. Cabe destacar que, mesmo em períodos fora de crises, em países como o Brasil, a taxa de juros é extremamente alta.

Todo esse complexo sistema da dívida e de financeirização subordinada demonstra a fragilidade da economia dos países dependentes frente aos países do centro do capitalismo e que impactam sobremaneira as políticas de produção de ciência e tecnologia e de educação superior.

2.2.2 A produção de ciência e tecnologia no Brasil e o papel do Banco Mundial e da CNI

A partir daqui, analisaremos de que forma o capital sequestra o fundo público para seus interesses, em especial para atender a sua necessidade crescente de produzir inovações tecnológicas, no Brasil. Para tal, tomaremos como base documento conjunto do Banco Mundial e da Confederação Nacional da Indústria (CNI) publicado em 2008, denominado "Conhecimento e Inovação para Competitividade" e outros dois documentos que o precederam, "competitividade Industrial: uma estratégia para o Brasil" de 1988 e "Contribuição da Indústria para a Reforma da Educação Superior" de 2004.

No documento de 1988, a CNI já afirmava que a tarefa que se impunha ao Brasil era a de elaborar uma estratégia que permitisse criar novos instrumentos de política industrial que possibilitassem uma rápida incorporação do progresso técnico, a fim de que o aumento da produtividade pudesse garantir uma participação crescente do Brasil no mercado internacional, assim como a de seu mercado interno. E o sistema educacional brasileiro, em

todos os seus níveis, representava um estrangulamento para a busca de tal competitividade. (RODRIGUES, 2007, p. 41).

Para remover tal gargalo, a CNI afirma que deveria "atuar na formação de mão de obra de nível superior, buscando uma maior integração universidade-empresa", que possibilitasse uma reconfiguração do sistema de ensino, de maneira que este atendesse a pesquisa básica e as "necessidades geradas nas atividades econômicas" (CNI, 1988, p. 20).

Segundo Rodrigues (2007, p. 42), a CNI tinha como objetivo subordinar completamente a pesquisa e o ensino universitário, ou seja, a própria universidade, às necessidades do grande capital industrial. E para tal propõe seis ações articuladas: i) maior rigor na transferência de recursos para as universidades, baseados em critérios de avaliação; ii) identificação e divulgação de centros de excelência a partir desses "critérios de avaliação"; iii) incentivos fiscais para canalizar recursos privados para o sistema educacional público; iv) programas especiais de alfabetização voltados para a força de trabalho efetivamente empregada; v) flexibilização do regime de dedicação exclusiva dos docentes pesquisadores, a fim de que possam participar de consultorias externas; e por fim, vi) ações que promovam integração entre universidades/centros de pesquisa e as empresas.

Em relação ao sexto item, Rodrigues (2007, p. 44) pontua que a CNI propõe a criação de conselhos definidores de linhas de estratégia de pesquisa com a participação direta de empresários que, por sua vez, deveriam participar das esferas de decisão dos órgãos governamentais responsáveis pela formulação da política tecnológica, conforme já observamos no capítulo 2.

Em consonância com as estratégias anteriormente descritas, a CNI (1988, p. 21) destaca a necessidade de implantar uma "atitude empresarial" no âmbito universitário, que incluiria "metas de vendas de serviços e a desburocratização das contratações de serviços externos". Nas palavras de Rodrigues (2007, p. 43) "a competitividade é tomada como um verdadeiro paradigma pedagógico para a educação superior, notadamente as universidades públicas", nas quais, de fato se faz pesquisa no país.

No documento de 2004, que versa sobre a educação superior, a CNI adota a bandeira de defensora dos interesses "nacionais, geral e supraclassista" (RODRIGUES, 2007, p. 46), afirmando que a Confederação Nacional da Indústria esperava ser "o *locus* da construção do futuro do Brasil, cujo pilar é a educação" (CNI, 2004, p. 7).

O documento transcreve, em suas páginas, o discurso da teoria do capital humano, apregoando uma relação mecânica e direta entre conhecimento/educação e desenvolvimento econômico. Afirma que o Brasil tem seis grandes desafios, que seriam: instituir um marco

regulatório para avaliar as universidades; implementar um processo de autonomia universitária; desenvolver pesquisa básica e aplicada que estivessem vinculadas a um projeto de nação; aperfeiçoar critérios de credenciamento e avaliação; implementar padrões compatíveis com a sociedade da informação e do conhecimento; e ampliar a oferta de educação na área tecnológica.

Justifica o movimento de reforma universitária proposto na "percepção da sociedade brasileira", que pragmaticamente entende que "a universidade brasileira deve estar voltada para o setor produtivo e para o mercado de trabalho". Segundo a CNI, a "sociedade brasileira entende que universidade e indústria são instâncias complementares" (CNI, 2004, p. 13).

Culmina com a proposta da "divisão dos ônus" por parte do Estado com os setores que usufruem dos "produtos do conhecimento", pois, em tempos de "restrições fiscais", a pesquisa aplicada seria "uma fonte de investimentos para a universidade" (CNI, 2004, p. 14).

Nas palavras de Rodrigues

> [...] para a CNI, as universidades públicas devem ser preservadas, mesmo que ainda gratuita para os estudantes, porém devem adaptar-se às necessidades do setor produtivo. E, de forma bastante inteligente, propõe um mecanismo privatizante para a manutenção do ensino público e gratuito: a venda dos resultados da pesquisa aplicada às empresas interessadas. A CNI, portanto, não defende a privatização das universidades públicas da mesma forma que ocorreu com as empresas estatais, mas pretende atrelar as IES à lógica e aos propósitos do capital. (2007, p. 49).

Por sua vez, o documento conjunto da CNI e do BM de 2008, já em seu prefácio, nos convida a adentrar numa economia global do conhecimento, transferindo a importância das fontes de matérias primas e da capacidade de produção industrial, para uma questão de "falta de inovação". Surpreendentemente, logo no início o documento incentiva o empreendedorismo individual e privado, mas volta a ressaltar mais à frente, a importância da educação neste processo.

As incongruências começam na seção destinada às inovações tecnológicas, quando o documento aponta a falta de incentivos ao setor privado, por parte do governo, até a década de 1990, mas destaca que tais investimentos não eram tão necessários face ao protecionismo aplicado à indústria nacional.

> Até os anos 90, os setores produtivos brasileiros operaram em um cenário econômico relativamente protegido. O governo fornecia poucos incentivos ao setor privado para o investimento em inovação, porém isto se constituía em fator sem grande importância porque a proteção contra a concorrência tornava esse investimento menos necessário. (CNI; BM, 2008, p. 31).

Além disso, ainda apontam a falta de abertura econômica das décadas anteriores, como sendo fator de atraso no Brasil. Rotulam, adicionalmente, as universidades públicas como "instituições de pesquisa excessivamente teórica" (CNI; BM, 2008, p. 31).

O BM e a CNI apontam como ponto positivo na política de P&D brasileira de então, o advento da Lei de Inovações Tecnológicas (Lei nº 10.973/2004), salientando que o governo precisa ampliar essas medidas de apoio, "criando um ambiente de negócios mais amplo, em que as empresas privadas queiram investir em inovação" e "possam se expandir para novas áreas menos seguras" *(*CNI; BM, 2008, p. 31). Neste sentido, o Estado garante a segurança através do fundo público por duas vertentes: i) renúncia fiscal, e ii) utilização privada do espaço público.

> O investimento público em P&D precisa ser mais eficiente, não apenas para produzir mais conhecimento e tecnologia, mas para criar uma infraestrutura que possibilite comercializar e disseminar o novo conhecimento (por exemplo, parques tecnológicos, escritórios para transferência de tecnologia, incubadoras de empresas e operações com capital de risco). (CNI; BM, 2008, p. 31).

Com relação aos incentivos fiscais, a legislação é bem clara e objetiva. O Estado abre mão de parcela de sua arrecadação a fim de incentivar a implantação de parques industriais e tecnológicos privados ou por meio de financiamento de pesquisas em instituições públicas ou privadas, conforme analisaremos mais à frente. Com relação ao segundo aspecto, a legislação aparece de forma mais velada, atrofiando a fronteira entre o espaço público e os interesses privados, principalmente na utilização de espaços e recursos humanos do Estado em prol do capital. No caso brasileiro, isso se concretiza no âmbito dos centros de pesquisa isolados vinculados ao Ministério de Ciência e Tecnologia, mas, em maior proporção, nas universidades públicas. Analisaremos mais adiante tais alterações legais que estão abarcadas na reforma neoliberal da educação superior.

O documento segue afirmando o que já tínhamos salientado na seção anterior. Aos países periféricos cabe o papel de "pensar menos em inventar e mais em fazer coisas diferentes com o conhecimento e a tecnologia disponível" (CNI; BM, 2008, p. 32). Propõe três vertentes nesse processo de pesquisa e desenvolvimento periférico: (*a)* criação e comercialização de novos conhecimentos e tecnologia; *(b)* aquisição de conhecimento e tecnologia do exterior para uso e adaptação local; e *(c)* disseminação e aplicação eficaz do conhecimento e da tecnologia (criada internamente ou obtida no exterior) que já estejam disponíveis no País, embora não sejam amplamente utilizados.

Em relação ao primeiro item, apresentam dados demonstrando que, no Brasil, 55% dos investimentos em inovações tecnológicas são de recursos públicos (segundo o documento, nos EUA são 30%). Afirmam criticamente que o Brasil concentra suas pesquisas em aspectos conceituais (segundo o documento, 2% dos artigos publicados no mundo são brasileiros – proporcional à participação brasileira no PIB mundial), mas que, devido ao alto grau de investimento do Estado, o Brasil deveria otimizar esses custos, investindo de maneira mais eficaz seus recursos. Para a CNI e o BM, a maneira mais eficaz de investir em inovações tecnológicas seria o estímulo às patentes internacionais que possam ser comercializadas e, para tal, citam a Suécia como exemplo[76].

O relatório aponta uma desconexão entre teoria e prática, e sentencia que a interligação entre empresas privadas e as universidades e laboratórios públicos é fundamental para o desenvolvimento do país. Desqualifica as pesquisas ditas "puras" e destaca a importância da pesquisa aplicada. Enfatiza que uma nação só é capaz de criar novos conhecimentos se fortalecer as instituições de ensino superior nas áreas de ciências exatas, como engenharias e aplicação tecnológica.

Segundo o relatório, o atraso tecnológico do Brasil decorre do fato de termos priorizado o desenvolvimento das ciências humanas em detrimento das ciências exatas.

> O Brasil enfatizou as ciências humanas e sociais, em detrimento das ciências físicas e da engenharia. Apesar do avanço lento, porém estável, nestas últimas disciplinas, o ensino superior brasileiro ainda dispõe de capacidade muito reduzida para treinar inovadores de alto nível que possam trabalhar na fronteira da criação de conhecimento global. (CNI; BM, 2008, p. 33).

O segundo aspecto abordado é a aquisição e adaptação de conhecimentos vindos de fora. No relatório, as instituições adotam o discurso claro de que é muito mais barato e fácil adotar tecnologias já existentes e adaptá-las à realidade local.

> Para os países que ainda não estão na vanguarda, é geralmente mais prático adquirir novos conhecimentos e tecnologia em vez de inventá-los. A transferência de tecnologia pode ser realizada de diversas formas: investimento direto estrangeiro; licenciamento; assistência técnica; tecnologia embutida em bens, componentes ou produtos de capital; cópia e engenharia reversa; estudos no exterior; informações técnicas publicadas, especialmente na Internet; *twinning* (liderança compartilhada entre um país desenvolvido e outro emergente); parcerias para treinamento cooperativo; aprendizagem a distância; e outras mais. (CNI; BM, 2008, p. 33).

[76] O relatório se contradiz quando afirma que um país que tem que ocupar papel secundário na escala mundial de produção de inovações e logo após o compara a outro do capitalismo central como a Suécia, que historicamente sempre desenvolveu tecnologia de ponta.

É imperativo frisarmos que os países centrais jamais permitem que os periféricos tenham acesso à inovação primária. Eles exportam o pacote de inovações secundárias através de *franchising,* oferecendo treinamento, manutenção, infraestrutura, contudo, ocultando o conhecimento fundamental.

> Como sempre, o ocultamento do conhecimento é um instrumento de poder que já se conhece desde as épocas antigas. Os mapas das empresas, os sistemas de operação, os manuais de operação, muitas vezes são ocultos e têm o acesso controlado para um número restrito de pessoas. É um *know-how*, é um conhecimento, assim como os portugueses ocultavam os seus mapas, que eram um instrumento fundamental do domínio dos mares e da navegação. Aqui, se ocultam exatamente os mapas tecnológicos. A ajuda internacional, que muitas vezes se apresenta como uma alternativa para a transferência de tecnologias, na prática tende a reforçar essa concentração de poder, na medida em que elas atuam, em geral, para difundir conhecimentos ligados aos centros de poder. Esses assessores, ou prestadores de serviço técnico, geralmente orientam as opções tecnológicas, nos países onde atuam, para aqueles produtos que conhecem e para os quais foram formados, estabelecendo rotinas, estandartizações e especificações, que são exatamente aquelas ligadas à tecnologia do seu país de origem. (SANTOS, 2002a, p. 26).

O documento segue afirmando que o Brasil está apenas começando a se beneficiar de tal prática e que as empresas de grande porte, principalmente as multinacionais, já avançaram e muito neste sentido. Destaca a necessidade de preparar os trabalhadores minimamente para a utilização destas novas tecnologias e aponta a qualificação básica dos trabalhadores como sendo fundamental para a implantação dessas inovações.

O terceiro e último aspecto destacado refere-se às inovações já disponíveis no país. O relatório considera que as inovações tecnológicas no Brasil estão muito dispersas e que possuem baixa produtividade devido à demanda interna insuficiente e um mercado pouco sofisticado. Segundo o BM e a CNI, este terceiro aspecto seria a maneira mais barata e mais acessível de desenvolver inovações, obviamente, voltada para a produção de ciência aplicada, conforme já mencionamos anteriormente.

Em seguida, critica o alto número de professores em regime de dedicação exclusiva na rede pública federal que, em tese, teriam pouco tempo disponível para se dedicarem a pesquisas tanto com financiamento público, quanto no âmbito de empresas privadas. Para a CNI e o BM, isso causa uma desconectividade entre universidade e indústria, a partir da qual "os dois mundos não interagem e muito menos se fecundam mutuamente" (CNI; BM, 2008, p. 37).

Para finalizar, o relatório apresenta o que precisa ser feito, por meio de ações concretas para um ambiente favorável. Questões como a criação e a comercialização de conhecimento assumem papéis centrais na competitividade externa, segundo os mentores do capital, e neste

sentido, o papel do Estado (como financiador e legislador) e da universidade pública se reconfiguram e assumem novos contornos.

Segundo Rodrigues (1998, p. 104)

> A CNI aponta a necessidade de um maior rigor na transferência de recursos para as universidades. Tal transferência deve ser condicionada à avaliação da qualidade dos centros de ensino, em processo análogo ao desenvolvido para os programas de pós-graduação [...]. A CNI pretende a criação de incentivos fiscais para promover a canalização de recursos privados para o sistema público de ensino, desde que garantida a participação direta das empresas na decisão sobre a destinação desses recursos. [...] a CNI indica uma flexibilização no regime de dedicação exclusiva dos docentes/pesquisadores, na medida em que propõe a ampliação da "liberdade" para participação daqueles em consultorias externas.

Conforme já discutimos anteriormente, a CNI indica que os empresários devem compor conselhos "definidores de linhas estratégicas de pesquisa" no interior das universidades e centros de pesquisa, como também participar dos órgãos governamentais que definem as políticas estatais relativas à produção de tecnologia (RODRIGUES, 1998, P. 105).

Rodrigues (1998, p. 105) sintetiza o pensamento da CNI que, supostamente, prega a valorização da educação. Entretanto, uma valorização carregada de interesses, calcada na produção de ciência e tecnologia para atender a demanda dos parques industriais e do capital em geral. Em suma, "a educação que lhe convém".

Destas análises podemos concluir que os organismos internacionais, financiados e com sede nos países do capitalismo central, são os instrumentos que as potências hegemônicas utilizam, de forma frequente, para ditar as diretrizes a serem adotadas pelos países do capitalismo dependente. Essas instituições ditas multilaterais impõem metas e políticas a serem implementadas e atingidas pelos países periféricos, para que esses tenham acesso a empréstimos e financiamentos para desenvolver o projeto de dominação de sua burguesia local, associada à burguesia internacional.

2.3 **Produção de ciência e tecnologia e a alteração do papel das universidades**

O acesso ao conhecimento científico e técnico sempre teve importância na luta competitiva, porém as informações precisas e atualizadas são, também agora, uma mercadoria muito valorizada. O acesso à informação, bem como o seu controle, aliados a uma forte capacidade de análise instantânea de dados tornaram-se essenciais. O conhecimento da última

técnica implica a possibilidade de alcançar uma importante vantagem competitiva. O saber passa a ser uma mercadoria-chave, a ser produzido e vendido a quem pagar mais. Assim, universidades e institutos de pesquisas competem vorazmente.

> [...] ao fim do século XX, a ciência e o ensino superior tornaram-se muito mais presentes como fatores de produção e parte integrante da economia, como mercadorias ou quase mercadorias. Assim a educação superior também precisaria passar por um choque de competitividade e tornar-se um promissor mercado ou quase mercado de serviços [...]. (OLIVEIRA; FERREIRA; MORAES, 2015, p. 133).

A tarefa que nos cabe é compreender como o capitalismo monopolista contemporâneo de predominância financeira provoca transformações reais nos processos de trabalho, na indústria, no papel do Estado e consequentemente estabelece novas demandas para a universidade. Neste sentido, o fortalecimento dos laços entre a universidade e a mundialização do capital e a produção do conhecimento mercantilizada resulta em forte impacto no ambiente e na cultura acadêmica.

O capitalismo contemporâneo forjou-se predominantemente financeiro e rentista (CHESNAIS, 1996), e o poder de decisão está agora centrado nas instituições financeiras, cujos principais atores são os bancos, os fundos de pensão, os fundos de investimentos e as seguradoras.

A pressão desses atores pela extração de lucros cada vez maiores, e de maneira mais rápida, força as empresas a alterarem seus processos de trabalho, aumentando a exploração da força de trabalho, e a exigirem maior produtividade através do uso intenso de novas tecnologias e modalidades organizativas. A aceleração do ciclo do capital impulsiona a quebra do *gap* entre o desenvolvimento de ciência e a produção de inovações, buscando a diminuição temporal entre a produção de conhecimento e a sua apropriação pública e privada.

> É a este processo que Harvey (1994) chamará de *compressão espaço-tempo*, possível de entender-se, pois a predominância financeira comprime o ciclo de capitais da mercadoria e, consequentemente, o ciclo de produção real de valor. Neste processo e nesta direção exige-se que o aparelho de Estado e a educação sejam reformados de forma estrutural, ao mesmo tempo em que, na condição de um serviço produzido pela iniciativa privada, a educação sofra as mesmas consequências dos demais processos produtores de valor. Ademais, num ambiente de globalização financeira, o Estado coloca títulos de dívida também no mercado internacional, sendo a educação, mesmo quando patrocinada pelo Estado, refém indireta dos ditames do mercado financeiro. (SILVA JUNIOR; SCHUGURENSKY, 2014, p. 44).

Principalmente a partir dos anos 1980, os Estados nacionais passaram a operacionalizar a retomada da rentabilidade do capital sob a égide neoliberal, concentrando as

riquezas nas mãos das frações burguesas rentistas (instituições financeiras). A exigência de maior produtividade das empresas por parte dos investidores torna-se imperativa, impactando em novas formas de gestão e organização do trabalho e no uso de novas tecnologias de maneira intensiva. Tais alterações rebatem diretamente no nível de emprego, de salários, na precarização e na intensificação do trabalho, conforme exposto no Capítulo I.

Neste contexto de mundialização financeira, o capital exige produtividade, rentabilidade e competitividade empresarial entre bens e serviços, alçando a ciência e a educação superior a um patamar nunca antes alcançado, como efetivas mercadorias. A universidade e os centros de pesquisa assumem papel de produtores de mercadorias e de mais valia, mesmo que de forma indireta.

O papel da universidade ganha importância quando estas passam a ser vistas como potenciais produtoras de conhecimento. A predominância dos bens imateriais sobre os materiais transforma as IES em empresas produtoras indiretas de mais valor.

Mancebo, Silva Junior e Schugurensky (2016, p. 11-12) consideram que

> O desenvolvimento, combinado e desigual, do capitalismo em escala mundial e de predominância financeira também introduziu a mercantilização na produção e na disseminação do conhecimento. Sem dúvida, este foi o campo da educação superior mais afetado, pelas mudanças econômicas, tendo curso na Europa, América Latina e no país que teve precedência nesse processo: os Estados Unidos da América.

A expansão da educação superior, principalmente nos moldes empresariais e no atual regime de acumulação com a predominância financeira, pode ser explicada pela autonomia absoluta que o capital monetário passa a adquirir em relação à produção real do valor. Para Silva Junior e Schugurensky (2014, p. 43), trata-se do ápice do fetichismo da mercadoria capital. Os autores afirmam que este novo arranjo leva a "mudanças reais nos processos de trabalho, na indústria e na educação, impondo à sociedade a matriz teórica, política e ideológica neoliberal".

A produção científica e o trabalho dos docente/pesquisadores universitários passam a ser pautados de fora do ambiente acadêmico, forjando-se no âmbito da economia. O fundo público assume papel fundamental na privatização/mercantilização/internacionalização da educação superior.

> Nesse contexto de mundialização da economia, tendo como estratégia central a necessidade da produção do capital produtivo, mas, sobretudo, as novas formas de obtenção de mais-valia por meio de inovações financeiras, o IED, nos moldes examinados por Chesnais e Bourguinat, emergem como o centro de um novo paradigma de empresa, com novas estruturas corporativas, novas formas organizativas e de gestão, assentadas em nova base produtiva, possibilitadas, nesse

> último caso, pelas atuais tecnologias produzidas no âmbito da terceira revolução tecnológica. Portanto, impõe ao Estado o desenho de políticas para pesquisa e formação de mão de obra nas universidades, tarefa hercúlea depois da adesão brasileira aos imperativos da acumulação financeira desde pelo menos o início da década de 1990. (PAULANI, *apud* SILVA JUNIOR; SCHUGURENSKY, 2014, p. 45)

Assim, o conceito de capitalismo acadêmico (SLAUGHTER; LESLIE, 1999) assume papel preponderante para explicar as mudanças recentes no contexto das universidades públicas brasileiras. As universidades se convertem (interna e externamente) numa espécie de "empresa com fins lucrativos" que têm em seus horizontes a maximização de recursos captados externamente e passam a compor a lógica competitiva das empresas. Comportamentos economicamente motivados são materializados através de iniciativas que valorizem o maior "ativo" de seus recursos humanos: o capital humano.

O conceito de "capitalismo acadêmico" aponta as transformações na forma de apresentação dos "serviços universitários" assim como o aumento da sua importância na academia brasileira, em especial nas instituições públicas. A conquista por clientes e a obtenção de lucro pelo capital têm seu papel consideravelmente ampliado. O trabalho de uma parte dos professores/pesquisadores é alterado dentro dessa lógica empresarial, pelo menos para aqueles que passam a dedicar parte de sua jornada de trabalho à busca de clientes e recursos no mercado, ampliando o nexo entre as universidades e as empresas.

Para Rhoades e Slaughter (2004, p. 37), não se trata de uma pequena mudança, pois vender livros, camisetas e canecas com logotipo e prestar consultorias privadas, as universidades americanas já faziam há bastante tempo. Para esses autores, a diferença está na amplitude e na profundidade destas transformações. Essas pequenas operações voltadas ao mercado assumem papel preponderante no financiamento das mesmas. As fontes privadas de recursos vão pouco a pouco, assumindo a tarefa do Estado no financiamento das instituições públicas estadunidenses.

Nos EUA, a busca por novas fontes de recursos ultrapassa o escopo das bugigangas personalizadas e das consultorias pontuais para alcançar núcleos de pesquisa que fomentam a produção de conhecimento, o registro de patentes, a flexibilização de currículos, lastreados por políticas públicas que produzem o arcabouço jurídico necessário para moldar as universidades públicas.

Rhoades e Slaughter (2004, p. 38) apontam que, nos EUA, já há algum tempo se percebia tais mudanças e que estas não faziam sentido algum, visto que se preconizava a aproximação da universidade com a indústria, a fim de se estabelecer uma cultura acadêmica lastreada na pesquisa de curto prazo, em detrimento de papéis importantes da universidade

como a inclusão de uma parcela ampla da população na economia e a preparação dos cidadãos para uma democracia desenvolvida que abranja questões sociais bastante complexas.

A universidade pública americana experimenta o que chamam de "revolução de gestão", pela qual os gestores acadêmicos como Reitores, Pró-Reitores e Diretores de unidades passam a exercer maior controle estratégico sobre as faculdades, institutos e escolas. Cada vez mais os Reitores se enxergam como CEO´s de suas instituições, compromissados com uma "gestão profissional" numa "economia globalizada" (RHOADES; SLAUGHTER, 2004, p. 38-39).

Os pesquisadores que têm como horizonte a pesquisa pura desvinculada da ciência induzida para o mercado dão lugar a um novo profissional, que acredita que a maneira mais clara de mostrar a utilidade de seu trabalho de pesquisa é vinculando-a com a indústria. Rhoades e Slaughter (2004, p. 40), em uma estilização caricata do perfil do professor/pesquisador norte-americano, afirmam que o "chefe acadêmico clássico, esfarrapado, enrugado, que veste casaco esportivo folgado e de blusa aberta no pescoço" dá lugar ao professor-empreendedor "impecavelmente vestido, que porta no bolso uma enorme lista de empresas com as quais sua unidade estabelece convênios".

Rhoades e Slaughter (2004, p. 40) ainda ressaltam a contradição que salta do processo de mercantilização da educação superior, pois a mesma corrente que empurra a academia para formar sujeitos moldados, desprovidos de pensamento crítico e sem suas habilidades de comunicação e escrita plenamente desenvolvidas, exige desta a formação de indivíduos capazes de resolver, em curto prazo, a demanda empresarial de maximização de lucros.

Algumas unidades vinculadas ás universidades públicas brasileiras assumem contornos semelhantes às norte- americanas, assumindo padrões que privilegiam

> [...] inovação, comercialização, empreendedorismo e criação de valor econômico para as comunidades que se inserem, procurando "maximizar a pesquisa, ideias e talentos", promover "habilidades empreendedoras" e o "valor pedagógico do empreendedorismo." (LIMA, 2015, p. 22).

As políticas públicas relativas à educação superior "convocam a universidade e sua estrutura acadêmico-científica, técnica e pedagógica a contribuir na inglória busca da inserção do Brasil num sistema econômico mundial, na condição de uma plataforma de produção de valores reais para dar materialidade ao capital financeiro produzido pelas economias centrais" (SILVA JUNIOR; SCHUGURENSKY, 2014, p. 40).

Dagnino e Dias (2007, p. 375) comentam o papel do senso comum na reconfiguração do novo modelo de universidade empreendedora.

> O aparente triunfo da ciência e da tecnologia nas sociedades contemporâneas transformou em senso comum a ideia de que o conhecimento, desde que "cientificamente" gerado (portanto, verdadeiro e intrinsecamente "bom") e "tecnologicamente" aplicado (de maneira "eficiente"), sempre se traduzirá em um aumento do bem-estar da sociedade. A visão da Neutralidade da Ciência e do Determinismo Tecnológico que serve de fundamento a esse senso comum foi materializada no campo da Política de C&T pelo modelo descritivo, explicativo, normativo e, finalmente, institucional, do linear-ofertismo.

O essencial a apreendermos na contribuição de Slaughter e Leslie (1999) é o seu grande sucesso em estabelecer o núcleo de sua interpretação da reestruturação da educação superior, a consideração das necessidades que impuseram os processos de mundialização financeira. As universidades estão agora absorvidas pelo capital, perdendo a relativa autonomia de que gozavam em outros momentos, juntando-se a redes de produção de conhecimento em que as decisões acadêmicas começam a ser tomadas a partir de motivações econômicas.

Mancebo; Silva Junior; Schugurensky (2016, p. 12) ressaltam que, no Brasil, esse movimento de mercantilização da produção do conhecimento não é universal entre as IFES. Esse fenômeno só ocorre nas instituições em que pesquisa e pós-graduação encontram-se plenamente consolidadas. É no interior dessas universidades "diferenciadas" que emergem as inovações tecnológicas, classificadas por Silva Junior como "conhecimento matéria prima" (SILVA JUNIOR, 2017, p. 164), ou seja, o conhecimento com potencialidades para ser transformado em produto, processo ou serviço; ou com a capacidade de auferir lucros imediatos. É através da pós-graduação que as universidades públicas brasileiras são também levadas à diversificação institucional. A pesquisa aplicada voltada para a inovação assume papel central nas modificações culturais da universidade e das diversas dimensões institucionais.

2.4 **A relação universidade-empresa na reforma da educação superior**

Ainda no mandato de FHC (1995-2002), a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) – Lei nº 9.394/1996 - ampliava a vinculação do sistema educacional brasileiro ao sistema produtivo, alicerçado numa formação voltada basicamente para o mercado de trabalho. A partir de então ganha importância a educação profissional, lastreada nos cursos sequenciais, tecnológicos e nos mestrados profissionais.

Apoiada nos preceitos preconizados pelo Banco Mundial, a educação superior emergia terciária, ou seja, flexibilizada em seus aspectos institucionais, dissociando o ensino dos demais apoios do tripé constitucional (pesquisa e extensão).

No artigo 53 da LDB, o legislador já previa o recebimento por parte das universidades de "cooperação financeira resultante de convênios com instituições públicas ou privadas" (OLIVEIRA; FERREIRA; MORAES, 2015, p. 134). A mesma LDB, em seu art. 86, vinculava as universidades ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, articulando a pesquisa produzida na academia com as políticas públicas de C&T.

Passados os governos de FHC, entre alterações e continuidades, o governo Lula da Silva da prosseguimento ao processo de reforma da educação superior brasileira. O fundamento teórico da reforma da educação superior em Lula da Silva (2003-2010) passa por alguns pontos básicos como a noção da educação como "bem público"; a diversificação das instituições de ensino superior, dos cursos e do financiamento e as concepções de desenvolvimento, expansão e avaliação da educação superior brasileira (LIMA, 2007). A educação tomada como um "bem público", e não como direito, fornece as bases jurídicas e políticas para que se eliminem as diferenças entre público e privado. Neste caso, a educação torna-se um "bem público" e, portanto, instituições públicas e privadas devem prestar esse serviço público (não-estatal), podendo ser financiadas por fontes públicas ou privadas.

Sendo assim, instituições privadas são financiadas pelo fundo público por intermédio da ampliação da renúncia fiscal e, por outro lado, o financiamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão das instituições públicas é baseado em investimentos públicos e privados através de parcerias entre órgãos públicos e empresas privadas.

Rodrigues (1998, p. 105) constata que a lógica da aplicação do sistema educacional como ferramenta a fim de satisfazer as necessidades do capital se resume à "busca de uma atitude empresarial" no interior das universidades públicas.

> A ressignificação de C&T em P&D (ou C&T e Inovação como gostam de falar os tecnocratas dos aparatos de C&T redefinidos) não apenas amplia o controle das empresas sobre o uso dos recursos públicos destinados originalmente à C&T, como, sobretudo, altera, em profundidade, o que é dado a pensar, os problemas e mesmo os métodos de pesquisa (ANDES-SN, 2006, p. 17).

Inicialmente, nos deteremos no aspecto das parcerias entre as universidades e as empresas privadas, salientando os aspectos normativos legais referentes à Lei nº 10.973/2004 de Inovação Tecnológica que versa sobre o estabelecimento de parcerias entre universidades

públicas e empresas e ao Decreto nº 5.205/2004, que regulamenta as parcerias entre as universidades federais e as fundações de direito privado.

Passamos à análise do Decreto Presidencial 5.205, de 14 de setembro de 2004[77], que regulamenta as parcerias entre as universidades federais e as fundações de direito privado ditas de apoio, que são fundamentais ao projeto burguês hegemônico, à medida que regulamentam de forma categórica o fim da fronteira entre as atividades de responsabilidade do Estado e da iniciativa privada no âmbito das IFES.

De acordo com o Andes-SN

> A partir do início dos anos 80 e durante toda década de 90, instalou-se nas universidades públicas um processo de privatização "por dentro", caracterizada pela realização de negócios (venda de projetos, cursos pagos e outros serviços), organizados a partir de fundações privadas ditas de apoio, montadas à sombra da própria universidade. Essas fundações agridem frontalmente o caráter público da universidade, desvirtuando as suas atividades-fim: de ensino, pesquisa e extensão, que passam a ser dirigidas cada vez mais pelas necessidades do chamado mercado do que pela lógica da produção de saber e do desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural. (ANDES-SN, 2006, p. 9).

Segundo Sguissardi (2009, p. 156), "isso não significaria que a universidade passaria a ser governada por atores extrauniversitários, mas sua prática cotidiana (suas funções, prioridades e organização interna, suas atividades, estruturas de prêmios e penas etc.) estaria cada vez mais subsumida pela lógica do mercado e do Estado".

Essas fundações ditas de apoio iniciaram, mesmo que de forma desregulamentada, um processo de "privatização por dentro" ou "semiprivatização" (SGUISSARDI, 2009) das IFES, caracterizado por estreitas relações com empresas privadas através de venda de projetos, criação de empresas júniores e de incubadoras de empresas e realização de cursos pagos (MBA's e mestrados profissionais) entre outros. O caráter público das universidades federais é perigosamente posto em cheque, desvirtuando a atividade fim das IFES, que é o tripé ensino-pesquisa-extensão, passando as instituições a atenderem à lógica do mercado, em detrimento da produção do saber e do desenvolvimento científico.

Segundo Sguissardi (2009, p. 80), Bresser Pereira, já em 2001, afirmava que a criação das fundações de apoio era um sintoma de que as universidades deveriam se transformar em organizações sociais (OS) e que "deveriam continuar a existir, embora, estivesse claro que elas constituíam uma manifestação do jeitinho brasileiro e da crise da universidade". Para Sguissardi, Bresser Pereira tentava demonstrar o acerto de seu diagnóstico apresentado na

[77] O Decreto Presidencial 5.205/2004 vem regulamentar a Lei nº 8.958/94, do governo Itamar Franco.

proposta de reforma do Estado brasileiro ainda na década de 1990 e da sua proposta para "salvar" a universidade pública de sua "previsível falência".

O arquiteto da reforma do Estado Brasileiro ainda sentenciou que as fundações privadas de apoio institucional vieram para dar "flexibilidade ao rígido sistema burocrático que prevalece nas universidades federais e estaduais" e que seriam "uma forma esperta, brasileira, de complementar salários dos professores de departamentos profissionais, estimulando-os a ficar na universidade em vez de se dedicarem à consultoria privada". (SGUISSARDI, 2009, p. 80).

É importante lembrar que o discurso de Bresser Pereira sempre esteve em consonância com as diretrizes do BM para a educação superior nos países periféricos, conforme nos mostra Melo (2006, p. 131). Segundo a autora, na visão bancomundialista, um dos elementos que caracterizam o sistema público de educação superior é a pouca preocupação com a produtividade, baseada no sistema de *inputs*, ou seja, num sistema que recebe recursos livremente, sem ter necessidade de apresentar retorno de eficiência. Afirma ainda que os Reitores estão muito mais preocupados com a obtenção desses recursos junto ao governo do que com o seu efetivo gasto no interior de suas instituições.

Na visão do organismo internacional, o Brasil deveria expandir o seu sistema, entretanto diminuindo os recursos públicos. Esses recursos públicos deveriam ser alocados de forma mais objetiva, sendo devidamente monitorados e permitindo a geração de recursos próprios.

Foco principal de resistência nas instituições de educação superior, defendendo o caráter público e gratuito da educação superior, o ANDES-SN afirma que

> Os argumentos mais comuns que procuram justificar a presença dessas entidades no interior da universidade pública são a falta de agilidade das regras do setor público é a necessidade de diversificar a captação de recursos para as universidades. Um estudo detalhado de vários casos mostra que essas argumentações são falaciosas. Na verdade, constituem-se em meios de transferência de dinheiro público para o setor privado, para propiciar, em alguns casos, complementações salariais vultosas para os seus integrantes e para desrespeitar o bom trato do dinheiro público. Ao contrário do que é frequentemente alardeado, não são instâncias de transferência de recursos privados para o setor público, pois boa parte de seus ganhos são auferidos via sua contratação pelo setor público. Trazem, portanto, para dentro da universidade pública um caráter mercantil incompatível com a natureza do trabalho acadêmico e com a responsabilidade social que essa deve ter. (ANDES-SN, 2006, p. 9-10).

De acordo com seus defensores, as fundações de apoio assumem funções que a estrutura burocrática das IFES vinculada ao governo federal não conseguiam desempenhar com agilidade, como importar materiais, contratar recursos humanos temporários e gerenciar

cursos pagos e prestação de serviços por parte de departamentos e unidades. Para eles, seriam um mecanismo para agilizar e flexibilizar as atividades de pesquisa, em uma busca de desburocratizar a administração pública. Entretanto, Sguissardi (2009, p. 93), citando Dallari (2001), nos lembra que "autarquias ou organizações soltas demais se desligam dos objetivos públicos, facilitando a corrupção, o desvio". Sguissardi (2009, p. 98) citando Di Pietro (1998, p. 5), destaca ainda que, se "com os controles estatais formais que existem hoje, a má aplicação de recursos públicos é uma realidade incontestável, fácil será se imaginar as consequências negativas de um afrouxamento das formas de controle".

Embora os mecanismos de controle atuais sejam lentos e até mesmo arcaicos, estes são conhecidos por toda comunidade acadêmica e exercidos individualmente ou via colegiado. A supressão desses controles coletivos em benefício de controles pouco conhecidos e exercidos por um pequeno grupo de docentes que, legalmente, não precisam prestar contas à comunidade universitária é, no mínimo, temerária. Estariam então

> [...] livres das amarras do direito administrativo, especialmente licitações e concursos públicos; ficarão livres dos controles formais que hoje incidem sobre as entidades públicas e sujeitar-se-ão apenas a controle de resultados, com participação da própria sociedade; e ideia de que o seu relacionamento com a administração pública se dará normalmente por meio de contratos de gestão, nos quais se estabelecem as exigências mínimas a serem atendidas e a forma de controle. (DI PIETRO *apud* SGUISSARDI, 2009, p. 97).

A criação deste "frankstein jurídico"[78] atingia os objetivos do Estado, indo ao encontro dos interesses e recomendações dos organismos internacionais, desobrigando o Estado de seu papel fundamental de financiar integralmente a educação. Este era o passo principal para que o governo Lula da Silva implantasse a sua lógica de autonomia universitária, conforme o Banco Mundial já propalava desde os anos de 1990.

> [...] a criação e a multiplicação de fundações de direito privado, intermediando a relação entre a universidade e o setor produtivo, é uma tentativa de contornar essa estrutura burocrática excessivamente lenta e, em geral, restritiva. Ao funcionarem com independência, relativamente à universidade, as fundações ampliam as possibilidades de acordos, parcerias e convênios, que requerem eficiência e velocidade nas ações de contratação e gerenciamento de recursos diversos. (TRIGUEIRO, 1990, p. 34).

[78] "O que se passou, entretanto, no Direito Brasileiro é que foram criadas inúmeras pessoas designadas como 'fundações', com atribuições nitidamente públicas, e que, sob este aspecto, em nada se distinguiam das autarquias. O regime delas estaria inevitavelmente atrelando-as 'as limitações e controles próprios das pessoas de Direito Público. Entretanto, foram batizadas de Direito Privado apenas para evadirem destes controles moralizadores ou, então, para permitir que seus agentes acumulassem cargos e empregos, o que lhes seria vedado se fossem reconhecidas como pessoas de Direito Público." (MELLO, 2016, p. 144).

Essa captação de recursos privados passou a se dar através da prestação de serviços de consultoria por parte das IFES para as empresas privadas, utilizando o espaço físico público (laboratórios, salas e bibliotecas) e recursos humanos pagos com dinheiro público (docentes e técnico-administrativos). O interesse privado passaria a direcionar o caminho das pesquisas e dos projetos da universidade pública brasileira. As incubadoras[79] de empresas surgiram em profusão nas IFES, e empresários passam a se valer do espaço público e dos recursos humanos também públicos, para desenvolver projetos e novas tecnologias a fim de multiplicarem seus lucros sem riscos e sem investimentos maiores. Esses empresários apropriam-se da respeitabilidade social da universidade em que estão inseridos para auferir grande lucratividade, oferecendo pouco ou nada em troca à instituição que os sedia. As fundações de caráter privado se apropriam de bens públicos, mediante utilização da marca e do prestígio das universidades as quais deveriam dar apoio, pois não possuem patrimônio próprio nem fonte de receita. Além disso, não tem sede própria, instalando-se em espaços públicos dentre das repartições públicas.

Um grande número de cursos pagos passa a surgir nesta mesma época, baseados nesta possibilidade aparente de trazer recursos para a universidade pública. A ganância por tais recursos dentro da própria universidade e a possibilidade de complementação salarial para alguns docentes faz com que a profusão deste tipo de atividade acabe por gerar problemas dentro dos cursos de graduação e de pós-graduação regulares das instituições. Além disso, este tipo de atividade viola, frontalmente tanto a LDB, quanto a Constituição Federal, que, em seu art. 206, inciso IV, diz que o ensino será gratuito em estabelecimentos oficiais, embora, recentemente, o Supremo Tribunal Federal, tenha entendido como legal tal cobrança[80].

[79] As incubadoras tiveram origem em 1937, nos Estados Unidos, mais precisamente a região hoje conhecida como Vale do Silício, na Califórnia. A Universidade de Stanford apoiou os fundadores da Hewllett Packard, alunos recém graduados, auxiliando-os a abrir uma empresa de equipamento eletrônico, concedendo-lhes bolsas e acesso ao laboratório de Radiocomunicação da universidade. Na década de 50, a Universidade de Stanford criou um Parque Industrial (posteriormente um parque tecnológico - Stanford Research Park), que tinha como principais objetivos a promoção da transferência da tecnologia desenvolvida na Universidade para as empresas e a criação de novas empresas intensivas em tecnologia, sobretudo do setor eletrônico. O sucesso obtido com essa experiência estimulou a reprodução de iniciativas semelhantes em outras localidades, dentro e fora dos Estados Unidos (WOLFFENBUTEL, 2001).

[80] Em 26/04/2017, o STF entendeu como legal a cobrança de mensalidades em cursos de pós-graduação *lato sensu* nas IFES por 9 votos a 1. Entre os dez ministros votantes (Celso de Mello não participou), apenas Marco Aurélio Mello votou contra. A autorização foi concedida em um recurso da Universidade Federal de Goiás contra decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), que havia proibido a instituição de cobrar mensalidade por um curso de especialização em direito constitucional. O ministro Edson Fachin, relator do tema, entendeu que a Constituição de fato veda as universidades públicas de cobrarem por atividades relacionadas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino. Para ele, porém, essas instituições têm autonomia para definir as especializações *lato sensu* como cursos de extensão, separadas (e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão?) de suas atividades principais de ensino e realizadas em parceria com a sociedade civil (leia-se mercado), sendo, portanto, passíveis de cobrança. Segue em seu relatório afirmando que "Em

> [...] a oferta de cursos pagos, sem nenhum compromisso com a qualidade acadêmica, administrados por essas fundações ganhou tamanho impulso nos últimos anos que alguns deles chegam mesmo a custar, em alguns casos, R$30.000 por aluno. Os cursos pagos tornaram-se uma "indústria" com anúncios na TV, nos cadernos de emprego, nos jornais, folhetos, cartazes, rádios. A prioridade dada a esses cursos tem induzido modificações na graduação e pós-graduação gratuitas, afetando grades curriculares, programas de disciplinas e o objeto de pesquisas, em favor de temas de interesse do mercado. Isso viola, frontalmente tanto a LDB, quanto a Constituição Federal, que, em seu art. 206, inciso IV, reza que o ensino será gratuito em estabelecimentos oficiais. Assim, caso um curso, por força de algum convênio, seja de responsabilidade de uma universidade pública, ainda que administrado por fundação privada, deverá, necessariamente, ser gratuito. (ANDES, 2006, p. 10).

Um aspecto que também deve ser destacado é o fato de que os baixos salários recebidos pelos docentes colaborarem para a cooptação destes a fim de que participem destes projetos privados, com o objetivo de receberem complementação salarial através de bolsas, mesmo que exerçam formalmente o regime de dedicação exclusiva nas IFES. A coerção econômica é um poderoso elemento para cooptar os docentes para o empreendedorismo, obrigando-os a procurar outras fontes de renda. Para tal, o projeto burguês hegemônico utilizou de sua usual sutileza, que durante anos incorporou ao serviço público, um caráter individualista em seu dia-a-dia no local de trabalho, através da meritocracia e do produtivismo acadêmico, transformando os docentes em unidades empreendedoras voltadas apenas para a sua realização pessoal. A lógica da complementação salarial rompe a unidade da carreira do magistério superior, trazendo consequências para a tríade constitucional do ensino, pesquisa e extensão.

Sguissardi (2009, p. 91), citando Dilvo Ristoff (2001), afirma que a universidade pública emerge em três novos tipos dentro da mesma instituição: a financiada pelo MEC, a financiada pelas agências de fomento (CAPES, CNPq e FAP´s) e a universidade "autossustentada", gerenciada pelas fundações de apoio. "A primeira se imagina pública, gratuita e democrática; a segunda se imagina pequena, doutoral e elitista; e a terceira se imagina privada, competitiva e mercadológica".

As divisões começam a surgir dentro do próprio departamento de ensino, onde os docentes são mesmo que inconscientemente divididos entre os que participam dos projetos extraordinários (remunerados por fora) e os que não têm chance de complementar sua renda, com as bolsas oferecidas pelas fundações, visto que não há espaço para todos, conforme já discutido no Capítulo 1.

---

suma, é preciso reconhecer que nem todas as atividades potencialmente desempenhadas pelas universidades referem-se exclusivamente ao ensino", disse Fachin em seu voto. "É possível às universidades, no âmbito de sua autonomia didático-científica, regulamentar, em harmonia com a legislação, as atividades destinadas preponderantemente à extensão universitária, sendo-lhes, nessa condição, possível a instituição de tarifa."

Boaventura de Sousa Santos (1998, p. 15), citando Du Gay (1996), apresenta aspectos hegemônicos na cultura interna das universidades e do serviço público em geral:

> A noção de empresa ocupa hoje uma posição hegemônica no discurso contemporâneo sobre a reforma organizacional. [...] Não restam dúvidas que a reconceptualização do governo e do serviço público em termos de formas empresariais envolve a reimaginação do social como forma do econômico. [...] O governo deve ser uma empresa que promove a concorrência entre os serviços públicos, centrado em objetivos e resultados mais do que na obediência a regras, deve preocupar-se mais em obter recursos do que em gastá-los, deve transformar os cidadãos em consumidores, descentralizando o poder segundo mecanismos de mercado em vez de mecanismos burocráticos.

Ainda em 2004, é aprovada a Lei de Inovação Tecnológica (Lei 10.973/2004), que estabelece medidas para incentivar a inovação e a pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, baseada nas parcerias público privadas, mais uma vez transpondo a fronteira entre o público e privado, incrementando a participação do capital privado no direcionamento da pesquisa desenvolvida no interior do espaço público das IFES. Essa relação acaba por minar a autonomia das pesquisas e o compromisso com o desenvolvimento de uma educação emancipatória e baseada nos ideais de liberdade na formação humana.

> [...] a inovação deixaria de ser um aspecto pontual e aleatório na produção de C&T, para se tornar o carro-chefe, a *raisond´être*, dos investimentos do país nesse setor e das políticas públicas para as demais áreas. O que se propunha era uma estratégia centrada no papel do conhecimento gerado por diferentes atores, alicerçada na aproximação cada vez maior entre os empresários e a universidade brasileira, para a constituição de um sistema nacional de CT&I. (OLIVEIRA; FERREIRA; MORAES, 2015, p. 138).

Segundo o próprio Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), a Lei vem também ao encontro da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior dos governos Lula da Silva, na medida em que esta propõe, entre outros objetivos, o de melhorar a eficiência do setor produtivo do país de forma a capacitá-lo tecnologicamente para a competição externa, ou seja, a manter a política de superávit primário, a fim de honrar seus compromissos de pagamento dos juros das dívidas externa e interna.

> [...] o MCT deveria expandir "substancialmente" o cofinanciameto e a execução conjunta de P&D com o setor privado, privilegiando a provisão de recursos para instituições públicas (universidades, centros públicos de P&D ou institutos tecnológicos) que tivessem projetos elaborados em parcerias com empresas privadas e fossem voltados para aplicações comerciais. (OLIVEIRA, 2002, p. 73).

Neste sentido, a universidade deveria participar da dinâmica capitalista como um instituto de ciência e tecnologia, compartilhando pessoal especializado e laboratórios, além de

estabelecer contratos de transferência de tecnologia e patentes. A lei de Inovação Tecnológica previa ainda isenção fiscal para empresas que contratassem pesquisadores, mestre ou doutores, funcionários públicos, garantindo-lhes afastamento remunerado para tal finalidade.

Ainda nessa esteira, o governo Lula da Silva (2003-2010) apresenta o PNPG 2005-2010 (Programa Nacional de Pós-Graduação), que propunha uma maior integração entre a graduação e a pós-graduação, além de estabelecer critérios de avaliação dos cursos calcados na capacidade dos programas em estabelecer nexos com o setor produtivo, através de inovações tecnológicas de produtos e processos.

Para Oliveira, Ferreira e Moraes (2015, p. 144), essa lógica contribuía, de maneira decisiva, no sentido de estimular a formalização de parceria entre universidade e empresas, para que as primeiras pudessem se manter financeiramente e, naturalizava a lógica competitiva do mercado entre docentes e alunos.

Ainda segundo os autores, a visão apresentada pelo governo Lula da Silva na 3ª Conferência Internacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, criticava o sistema universitário público brasileiro como ineficiente, pois

> [...] as universidades brasileiras teriam dificuldade em atender a esses objetivos, pois estariam privilegiando uma formação clássica e de longa duração, com uma concentração maior na área de humanas, enquanto o sistema [capitalista] necessitaria rapidamente de profissionais de formação técnica. (OLIVEIRA; FERREIRA; MORAES, 2015, p. 145).

Outro aspecto a ser apreciado com atenção é o financiamento de pesquisas através das agências de fomento (FAP´s, CAPES e CNPq), atualmente direcionados através de editais. A pesquisa de livre demanda é posta de lado, cedendo espaço à concorrência aos financiamentos através de editais que privilegiam determinadas áreas do conhecimento.

> Por outro lado, políticas de financiamento "induzido" para determinadas áreas e temáticas (vide os fundos setoriais e outras modalidades de editais dirigidos para especialidades do conhecimento) têm resultado em um extremo direcionamento da pesquisa científica e tecnológica para aqueles objetos "financiáveis", resultando indiretamente em perda de autonomia dos pesquisadores universitários na escolha de suas prioridades de investigação, que deveriam ser definidas conforme critérios acadêmicos e sociais. (MATTOS, 2009, p. 173).

Podemos citar, por exemplo, o edital Procad (Programa Nacional de Cooperação Acadêmica) nº 071/2013 da CAPES, no qual 90% dos projetos contemplados pertenciam a áreas das ciências exatas e biomédicas, num claro desprezo pelas ciências humanas e sociais.

> [..] ao estimular a produção de propriedade intelectual em áreas relevantes de mercado sob a forma de patentes com alto potencial de licenciamento em mercados

> internacionais, assim reforçando o protagonismo das tecnociências e das tecnologias "bio", entre outras, simultaneamente relegando certas áreas de pesquisa básica e, em geral, as humanidades e as ciências sociais para posição marginal ou, quando muito, complementar, relativamente às prioridades antes apresentadas, de forma naturalizada e segundo um racional mercantilista. (LIMA, 2015, p. 13).

A importância das inovações tecnológicas no processo de produção do conhecimento no Brasil aparece em entrevista concedida pelo então Diretor de Cooperação Institucional do CNPq/MCTI) ao *site* Inovação Tecnológica em 25/07/2014, durante a 66ª Reunião da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) em Rio Branco-AC, na qual este menciona categoricamente que o registro de patente deve se antecipar à publicação de artigo científico. Segundo Paulo Sérgio Beirão: "para produzir patente não se precisa saber o porquê, é preciso saber que tal fato acontece". Entendo tal afirmação como retrocesso ao desenvolvimento científico brasileiro, quando um diretor de um importante órgão de fomento à pesquisa e à pós-graduação desqualifica publicamente a importância da investigação científica, e principalmente das pesquisas puras.

Esta visão dos *policy makers* em CT&I do governo brasileiro se reflete no âmbito das instituições de ensino superior brasileiras, sobretudo públicas, já que estas concentram massivamente a produção de P&D em nosso país. Entretanto

> Em um país capitalista dependente, as demandas privadas por conhecimento são débeis, assistemáticas, não interagem com o departamento de P&D da empresa justamente porque esse setor raramente existe nas empresas situadas nas periferias. Assim, a exemplo dos países centrais, nas periferias, a universidade é instada a produzir conhecimento operacional ao capital (não acadêmico e de escassa ou nula relevância em termos de C&T), convertendo-se em uma instituição de outra natureza, mais bem denominada organização empresarial ou centro de provimento de serviços e, ainda, é uma organização pouco relevante para os setores mais intensivos em conhecimento que trazem para as suas filiais tecnologias guardadas em caixas fechadas. (ANDES, 2006, p. 16).

Os já combalidos orçamentos ainda sofreram novos reveses com a crise econômico-política instaurada no Brasil. No estado do Rio de Janeiro, por exemplo, a FAPERJ perdeu 30% de seu orçamento para 2016 através de decreto retroativo do governador Luiz Fernando Pezão (2015-atual), além de não ter repassado nem um centavo para os desembolsos da fundação de amparo em 2016. Segundo Jerson Lima, Diretor Científico da FAPERJ e professor da UFRJ, em entrevista concedida ao Jornal Estado de São Paulo em 09/01/2017, os únicos repasses feitos à fundação foram R$100 milhões para pagamentos de bolsas dos alunos, e quase sempre com atraso. Não foi investido nada em projetos de pesquisa, embora a FAPERJ tenha lançado diversos editais de fomento ao longo do ano. A reportagem afirma ainda que a fundação fechou o ano com uma dívida de R$ 220 milhões em restos a pagar de

2015, mais um saldo negativo de R$ 250 milhões, que também não foram pagos em 2016 (já descontados os 30% de corte, que são retroativos a janeiro). São, pelo menos, R$ 470 milhões que deixaram de chegar às mãos dos pesquisadores fluminenses nos últimos dois anos. Vale destacar que, por lei, a FAPERJ deveria receber por ano 2% da receita tributária do Estado do RJ. O orçamento previsto da fundação no ano de 2016 era de aproximadamente R$ 510 milhões.

Jerson acrescenta que "é uma redução que tem um impacto muito grande sobre acordos já firmados" e que "não adianta ter equipamentos de última geração se você não tem dinheiro para fazer pesquisa. Toda essa infraestrutura que montamos nos últimos 10 a 15 anos está sendo desmontada". Segue sentenciando que "muitos pesquisadores — em especial os jovens cientistas — deverão deixar a profissão ou deixar o Estado, migrando para São Paulo ou para o exterior, em busca de melhores condições de trabalho". Entretanto, o que observamos é ainda mais grave.

Ainda no final de 2016, o governador paulista Geraldo Alckmin (2011-atual), sancionou uma lei orçamentária que desvia R$ 120 milhões que, pela constituição daquele estado, deveriam ser destinados à FAPESP. Tal valor corresponde a mais de 10% do desembolso previsto na constituição estadual de SP que giraria em torno de R$ 1,17 bilhão. Segundo a Assembleia Legislativa de SP, tal remanejamento foi necessário para socorrer a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, e a justificativa é que o desvio visaria fortalecer institutos de pesquisa em dificuldades financeiras frequentes, como o Butantan e o Biológico. Ao desviar recursos da agência de fomento para uma secretaria de governo, tais recursos deixam de atender interesses supostamente técnico-científicos para submeter-se à vontade estritamente política do governador.

No caso fluminense, já se tem notícia de pesquisadores colocando dinheiro do próprio bolso em pesquisas, a fim de não perderem seus trabalhos realizados, afirma Walter Zin, professor titular da UFRJ e ex-presidente da Federação de Sociedades de Biologia Experimental (Fesbe). E segue: "sem auxílios financeiros e sem pessoal, os laboratórios já começaram a parar"[81].

A coerção econômica é um importante elemento para cooptar os docentes para o empreendedorismo, a fim de conseguir outras fontes de financiamento e renda. Num ambiente de recursos modestos, a competição entre pares e um engajamento em atividades pouco

[81] Disponível em <http://ciencia.estadao.com.br/blogs/herton-escobar/em-crise-faperj-nao-paga-editais-e-perde-30-do-orcamento/>. Acesso em 07/02/2017.

qualificadas se explicam. Neste contexto, a venda de serviços se apresenta como “alta ciência”.

> Essa transmutação de professores em empreiteiros somente pode ser feita por meio de um ritual pseudo-acadêmico. Todo um arcabouço ideológico foi erigido para transformar o que há poucos anos era considerado antiacadêmico em critério de excelência (ANDES, 206, p. 16).

A exacerbação do individualismo transformou cada professor numa unidade empreendedora, passível de ser mensurada e avaliada por critérios meramente empresariais. Aos que não conseguem se inserir nessa engrenagem resta a pecha de improdutivos. Aos que resistem conscientemente a essa lógica, resta muitas vezes a marginalização e a penalização salarial, apresentadas como resultado de “suas próprias escolhas”.

2.4.1 As agências de fomento e a reforma da educação superior

A partir da reforma do Estado, a pós-graduação no Brasil passa a ser articulada pelas FAP´s, pela CAPES e pelo CNPq que, de forma articulada em algumas áreas e setores induzem a pesquisa a produzir um conhecimento voltado para o mercado na busca de uma valorização do capital cada vez mais acelerada. O fundo público assume papel central na imbricação entre os centros produtores de conhecimento (universidade) e a economia de mercado (empresas), principalmente através da utilização de recursos humanos especializados (professor/pesquisador) e de estrutura física (laboratórios, bibliotecas, equipamentos, edificações, etc). Cabe destacar que esse processo de aproximação entre universidades e empresas ultrapassa os limites das questões meramente tecnológicas, pois abarca interesses que envolvem outras empresas, bancos, organismos internacionais, Estados, centros de pesquisas públicos e, neste caso particular, as próprias universidades.

A CAPES foi criada em 1950 com a função de capacitar o pessoal de nível superior, entretanto já funciona como avaliadora da pós-graduação há bastante tempo. Com a criação da LDB de 1996, a CAPES assume papel de agência reguladora dos programas, além de reestruturadora de todo o sistema nacional de produção do conhecimento nas instituições públicas e privadas.

As novas diretrizes da CAPES acabaram por materializar o produtivismo acadêmico através do fomento à produção de artigos e outras publicações, além do aumento acentuado,

em algumas áreas, da subsunção direta do trabalhador docente ao capital. As FAP´s, a CAPES e o CNPq, em consonância com o BNDES e a FINEP, e impulsionados pelo SEBRAE, configuram-se importantes mediadores entre o Estado e o trabalho do professor/pesquisador.

As diretrizes da CAPES transformam o professor/pesquisador num trabalhador pragmático, utilitarista e economicista, que, mesmo de forma inconsciente, acaba por levar a universidade pública brasileira a um ambiente gerido de fora para dentro: de um lado, por um Estado que induz às pesquisas aplicadas e, de outro, pelo mercado, mediados pelas agências de fomento.

A CAPES torna-se polo irradiador da reforma universitária em curso, na pós-graduação, trazendo a reboque as associações científicas e as demais políticas públicas para a educação superior, privilegiando, em algumas áreas, o conhecimento que agregue valor econômico para produtos, serviços e processos. Nesses casos, a produção do conhecimento tem seu financiamento e tempo de pesquisa impostos pelo setor produtivo e mesmo sendo trabalho imaterial, passa a ter seus resultados comercializáveis..

Esse modelo de avaliação da CAPES implementado desde meados da década de 1990 é um importante propulsor do "capitalismo acadêmico" nas IFES brasileiras, envolto num discurso de pretensa excelência, que desemboca num contexto de burocratização da ciência e do conhecimento forjado nas universidades, relegando ao segundo plano o livre debate e a crítica. O lapso temporal entre ciência e tecnologia tende a se estreitar para que um novo tipo de conhecimento, aplicado, flexível, adaptado e adequado ao mercado possa ser produzido.

Por consequência desta transmutação, percebemos as alterações no trabalho do professor/pesquisador que implicam intensificação e degradação das relações interpessoais entre os pares. A exigência institucional de registro de licenciamentos e patentes, além da classificação dos periódicos no sistema Qualis[82], gera um ambiente de individualismo e competitividade aos docentes pesquisadores.

Os editais de fomento à pesquisa do CNPq, a partir de 2001, deixam a chamada "demanda livre" e passam a ser direcionados por critérios de prioridade de determinadas áreas do saber, direcionadas pela política macroeconômica e industrial do país, em consonância com as diretrizes do Banco Central e dos Ministérios do Planejamento e Fazenda. Tais editais de fomento à pesquisa assumem papel preponderante na produção deste conhecimento adequado às necessidades do mercado, pautados exclusivamente no aumento da produtividade

[82] Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela CAPES para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados.

do capital e na competitividade econômica das empresas transnacionais brasileiras num contexto de inserção externa subalternizada.

2.4.2 A Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII) e a produção de ciência e tecnologia no Brasil

Com a reforma do Estado e a conformação das instituições republicanas, materializa-se a importância do fundo público no processo de valorização do capital, agora financeirizado. O conhecimento emerge mercantilizado e articulado com a produção de valores econômicos imediatos, lastreados por um amplo sistema político e jurídico. No esteio dessas transformações, o trabalho do professor/pesquisador assume um novo papel, alterado em sua subjetividade e sociabilidade, com cada vez menos mediações entre si e o capital predominantemente financeirizado.

Neste contexto, o governo federal cria a EMBRAPII (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial), sob a forma de uma OS (organização social) sem fins lucrativos, através do Decreto s/nº de 02/09/2013, com contrato de gestão assinado junto ao então MCTI, tendo o MEC como instituição interveniente. Não a toa, atualmente é presidida por Jorge Almeida Guimarães, que foi presidente da CAPES por 11 anos entre 2004 e 2015. O financiamento da EMBRAPII é obrigação compartilhada entre os dois ministérios igualmente, estipulando em contrato o montante de um bilhão e quinhentos milhões de reais a serem aplicados até 2019.

Surgiu de demandas apresentadas pelos setores empresariais ligados à indústria através do MEI/CNI (Mobilização Empresarial pela Inovação)[83], que tinha como objetivo "estimular

[83] O movimento foi lançado em outubro de 2008, durante o Encontro Nacional da Indústria (ENAI). A iniciativa surgiu juntamente com o compromisso de reforçar o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do país, para mudar o foco do mundo empresarial. No dia 23 de outubro de 2009, o ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, recebeu o "Manifesto pela Inovação" por meio da comitiva de líderes empresariais e representantes de instituições parceiras da MEI. Com o objetivo de sensibilizar e mobilizar um maior número de empresas para a importância da Inovação, a MEI elaborou um plano de ação em que se destaca a Rede de Núcleos de Inovação (RNI). Essa Rede, coordenada pelas Federações das Indústrias, conta com 25 Núcleos Estaduais de Inovação com parceria das entidades regionais do Sistema Indústria, SEBRAE/UF, governos estaduais, universidades e institutos tecnológicos. O Comitê de Líderes Empresariais e o governo vêm mantendo um diálogo permanente para a construção de uma agenda que estimule a inovação nas empresas brasileiras. O Comitê de Líderes Empresariais da MEI é constituído por lideranças que se reúnem periodicamente com representantes do Governo Federal para definir caminhos que potencializem a inovação no setor empresarial brasileiro, bem como avaliar as ações já em curso de estímulo à inovação no país. As discussões ganharam mais destaque com a formação do Comitê de Líderes Empresariais que tem como

a estratégia inovadora das empresas brasileiras e ampliar a efetividade das políticas de apoio à inovação por meio da interlocução construtiva e duradoura entre a iniciativa privada e o setor público". Não seria difícil arregimentar setores do Estado brasileiro no sentido de canalizar esforços para articular uma legislação de ciência e tecnologia que volatilizasse as fronteiras entre o público e o privado, principalmente em relação às IFES. Basta observar a composição do CDES, majoritariamente formado por empresários ligados aos mais diversos grupos patronais e responsável pelo aconselhamento dos Presidentes Lula da Silva e Dilma Rousseff, e até mesmo pela proposição efetiva das políticas públicas.

A origem da EMBRAPII remonta a estudos encomendados pela própria CAPES à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e à Sociedade Brasileira de Física (SBF) em 2007, quando estas sugerem a criação de uma empresa brasileira de ciência e tecnologia industrial, nos moldes de países de economias centrais do capitalismo como Finlândia, EUA, Alemanha, Dinamarca, Suécia, França e Reino Unido.

Seu objetivo é a "exploração das sinergias entre instituições de pesquisa tecnológica e empresas industriais". Ela tem por missão "apoiar instituições de pesquisa tecnológica, em selecionadas áreas de competência, para que executem projetos de desenvolvimento de pesquisa tecnológica para inovação, em cooperação com empresas do setor industrial". Atua por meio da cooperação com instituições de pesquisa científica e tecnológica, públicas ou privadas, tendo como foco as demandas empresariais e como alvo o compartilhamento de risco na fase pré-competitiva da inovação. A EMBRAPII possui algumas unidades espalhadas pelo país, dentre as quais na COPPE/UFRJ, na CERTI em Santa Catarina, no CESAR (Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife), no Instituto Eldorado em Campinas, no ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica), no Laboratório Nacional de Luz Síncroton (LNLS), na Embrapa Agroenergia, dentre outros.

No conselho de administração da EMBRAPII encontramos nomes como Abílio Afonso Baeta Neves, Presidente da CAPES entre 1995 e 2002 e a partir de 2016, e Horácio Lafer Piva, ex-presidente da FIESP e do SEBRAE, além de Robson Braga de Andrade, atual presidente da CNI.

Segundo a empresa, seu foco deve ocorrer em áreas que tenham demanda por inovação e "potencial de impacto". Baliza suas ações por intermédio de um plano periódico de seis anos, com metas pré-estabelecidas e demanda de recursos para realização de seus projetos em conjunto com as empresas.

---

objetivo encontrar caminhos que impulsionem a inovação empresarial, construindo um ambiente apropriado para que os nossos produtos possam competir, em igualdade de condições, no mercado externo e interno.

Os projetos são selecionados através de chamadas públicas, onde as instituições de pesquisa submetem seus projetos, considerando critérios como experiência, infraestrutura, foco de atuação, orçamento, visão de mercado e capacidade de gestão, que serão analisados em parceria com consultores especializados externos. Após tal processo de avaliação, a unidade recebe os recursos para assinar contratos com empresas, que serão supervisionados pela EMBRAPII. Periodicamente, as unidades EMBRAPII visitam empresas para apresentar competências e prospectar oportunidades de pesquisa, desenvolvimento e inovação alinhadas com necessidades da empresa.

Para se credenciar como unidade EMBRAPII, é necessário que o centro de pesquisa tenha infraestrutura física e pessoal qualificado para desenvolvimento de projetos de P&D&I de alto valor agregado e inovadores, agilidade na contratação, foco em demandas de empresas, prospecção proativa de projetos, mapeamento de potenciais clientes, gestão profissional de projetos, ter excelência reconhecida em sua área de atuação (foco) e demonstrar experiência em executar projetos com empresas.

A EMBRAPII não apoia pesquisa básica, não concede recursos para compra de equipamentos e não fornece bolsas de formação. Trabalha em parceria com o BNDES, a FINEP, a CONSECTI (Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação), o Ministério da Saúde, o SEBRAE, o SENAI, o CNPq, a CAPES e a CONFAP (Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa), além da ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior).

Os recursos aportados nos projetos são divididos igualmente entre a EMBRAPII, a unidade polo e a indústria, sendo a parte da EMBRAPII composto por recursos não reembolsáveis e a parte da indústria necessariamente financeira.

Atualmente são 72 projetos, distribuídos em áreas como eletroeletrônica/informática (20%), metal-mecânica (18%), comunicação (11%), metalúrgica (10%), equipamentos médico-hospitalares (10%), petróleo e gás (7%), aeronáutico (6%), automotivo (6%), alimentos e bebidas (3%) e outros (8%). Quanto aos recursos aplicados pela EMBRAPII, o montante de 126 milhões de reais fica dividido da seguinte forma: aeronáutica (23%), metal-mecânica (13%), petróleo e gás (12%), eletroeletrônica/informática (12%), equipamentos médico-hospitalares (9%), comunicação (7%), automotiva (6%) e outros (6%) Entre as empresas com projetos financiados pela EMBRAPII encontram-se gigantes brasileiras e transnacionais de diversos ramos industriais como a Votorantim, Embraer, Petrobras, Braskem, Suzano Papel e Celulose, Natura, O Boticário, L´Oreal, Renault, Volvo, Repsol, Lanxess, Intel, dentre outras.

Segundo Carlos Maneschy, Presidente da ANDIFES, "As universidades farão parte deste novo momento de desenvolvimento da pesquisa e inovação do país porque estas atividades estão intrínsecas no nosso cotidiano". Em contrapartida, movimentos sindicais e unidades acadêmicas contrárias a essa lógica empresarial rebatem esse argumento, como nota divulgada pelo Instituto de Psiquiatria da UFRJ que diz:

> Uma coisa é certa: quando as instituições responsáveis pelo desenvolvimento do saber e da tecnologia aceitam um papel de caudatária da pesquisa aplicada e muito diretamente "interessada", o país que as abrigam está condenado à submissão. Quem fará as pesquisas de base, aquelas que criam verdadeiramente o saber? Estão nos atribuindo um papel de "repetidor" e nossos colegas não somente estão aceitando, como gostando e se sentindo honrados. (IPUB/UFRJ, 2016).

E seguem

> Mas talvez tudo se resuma a "***money...money...money***". Perguntaram, certa vez, a um intelectual romano o que era mais importante, se a cultura ou o dinheiro. "***Deve ser o dinheiro,*** (respondeu), ***pois vejo tantos homens da cultura batendo às portas dos homens do dinheiro***". Quem se deu conta de que as duas GUERRAS MUNDIAIS são **"filhas" diretas (e diletas?) da indústria?** Que, em sua necessidade de permanente expansão e conquista de mercados, a indústria levou o mundo ao choque entre os diversos imperialismos gerados pela própria expansão industrial!? Não demoraria muito para que a mesma indústria "desviasse" sua produção para o armamento pesado. A humanidade está ainda sob esse peso terrível. Faz parte do DNA da indústria atropelar todos os valores a partir da mecanização. Se esse "monstro" não for domado, haverá de, novamente, engolir a todos nós. Quem, senão a boa crítica das Universidades, pode capitanear essa crítica? Agora, porém, com que independência? [...] Outros dirão: "Ah! Mas, nessa associação, cada um há de manter sua Autonomia!". Acredite quem quiser! Basta que se vejam as fotos dos Reitores lá, na própria sede da CNI, sentadinhos e comportadinhos para ver quem vai ser engolido nessa história. Aliás, quando vejo esse tipo de situação, lembro-me de um ditado chinês : ***"Quem tentar montar nas costas de um tigre haverá de parar em sua barriga"***. Dizer, além disso, que ***"As Universidades farão parte desse momento..."*** é também rebaixar nosso papel, afinal, é esperado que, ao entrar em algum processo, as Universidades EXERÇAM PROTAGONISMO, ou não? Se não, algo está muito errado. (IPUB/UFRJ, 2016).

As contradições internas das IFES se materializam no discurso de Jorge Almeida, ex-presidente da CAPES e atual Presidente da EMBRAPII, à medida que este reconhece a dificuldade (dada pela resistência) encontrada pela OS em estabelecer contratos com as universidades públicas. Durante a 68ª Reunião Anual da SBPC, em Porto Seguro, Almeida admitiu que "os acordos da instituição com as universidades federais são minoria entre os projetos realizados em dois anos da empresa", pois "uma parte das universidades não está conseguindo se credenciar diante de dificuldades para estreitar relações com o setor privado". Critica ainda a existência de procuradorias nas universidades que "engessam o setor,

dificultando, por exemplo, assinaturas de contratos com as empresas para execução de projetos de pesquisa com enfoque industrial".

Na mesma reunião ainda podemos escutar críticas do então Secretário de Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Álvaro Prata, ex-Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), quando este afirmava que "a visão ideológica em muitas universidades federais, onde a parceria com o setor industrial não é vista com bons olhos, é um dos principais pontos que devem inviabilizar o funcionamento do Marco Legal nas universidades federais". Em continuidade, Prata avaliou o projeto EMBRAPII e disse que "esse é um modelo que dá certo no Brasil", porque aponta a direção, fomenta e avalia os passos seguintes, parecido "com modelo CAPES de avaliação".

2.4.3 Emenda Constitucional nº 85 e o Novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação: aprofundamento da privatização interna das IFES

Em fevereiro de 2015, o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional (EC) nº 85, que alterou, sobretudo, os artigos 218, 219, 219-A e 219-B, abrindo caminho para que instituições públicas de pesquisa estabelecessem parcerias com empresas privadas, onde o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação, e estimulará a articulação entre entes, tanto públicos quanto privados, nas diversas esferas de governo. Além disso, a EC 85 na nova redação do artigo 219 em seu parágrafo único, estabelece que o Estado estimulará a formação e o fortalecimento da inovação nas empresas, bem como nos demais entes, públicos ou privados, a constituição e a manutenção de parques e polos tecnológicos e de demais ambientes promotores da inovação, a atuação dos inventores independentes e a criação, absorção, difusão e transferência de tecnologia.

O artigo 219-A é incluído no texto constitucional e estabelece a permissão para que empresas privadas se utilizem de forma compartilhada de recursos humanos especializados e capacidade física instalada, para executar projetos de pesquisa, de desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação, mediante contrapartida financeira ou não financeira assumida pelo ente beneficiário. Na prática, isto significa ceder, arrendar, emprestar ou alugar espaços e recursos públicos ao capital privado. Por fim, outro artigo foi incluso (219-B), estabelece que

o Estado e os entes privados, atuarão em parceria para estabelecer e organizar um novo Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI).

Ao passo que a alteração constitucional se materializa, o Deputado Bruno Araújo (PSDB-PE) apresenta à Câmara dos Deputados Projeto de Lei de criação do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, que foi sancionado pela presidente Dilma Rousseff em janeiro de 2016, como Lei nº 13.243/2016.

Este projeto aprofunda ainda mais o caminho de privatização da ciência e tecnologia públicas, estabelecendo um caráter de legitimidade e legalidade na transferência de recursos, estrutura, propriedade intelectual e pessoal das instituições públicas e de seus servidores para empresas privadas.

Em seu art. 2º, a nova lei altera o art. 1º da Lei nº 10.973/2004 (lei anterior), incluindo alguns novos incisos, dentre os quais: o V, que estabelece a promoção da cooperação e interação entre os entes públicos, entre os setores público e privado e entre empresas; o VI que estimula a criação de parques e polos tecnológicos pelo país; o VIII que incentiva à constituição de ambientes favoráveis à inovação e às atividades de transferência de tecnologia; e o XIII que determina a utilização do poder de compra do Estado para fomentar a inovação.

Outras inclusões feitas pela Lei nº 13.243/2016 foram os Incisos VIII, X e XI do art. 2º, que estabelecem as definições de pesquisador público, parque tecnológico e polo tecnológico. O primeiro é caracterizado como o ocupante de cargo público efetivo, civil ou militar, ou detentor de função ou emprego público que realize, como atribuição funcional, atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Parque tecnológico é definido como "um complexo planejado para desenvolvimento empresarial e tecnológico, que promoverá a cultura da inovação, da competitividade empresarial e da sinergia em atividades de pesquisa científica, desenvolvimento e inovação, e entre empresas e ICT´s". Fica estabelecido que Polo Tecnológico é um ambiente industrial e tecnológico caracterizado pela presença dominante de micro, pequenas e médias empresas com áreas correlatas de atuação em determinado espaço geográfico, com vínculos operacionais com ICT (Institutos de Ciência e Tecnologia), recursos humanos, laboratórios e equipamentos organizados e com predisposição ao intercâmbio entre os entes envolvidos para consolidação, marketing e comercialização de novas tecnologias.

O art. 3º da Lei 10.973/2004 (lei anterior) passa a vigorar com a permissão para que o apoio estratégico prestado pelo Estado às atividades de ciência, empreendedorismo e inovação

possa atingir projetos de caráter internacional, ou seja, que contem com empresas transnacionais.

Mais à frente a Lei nº 13.243/2016 permite que as instituições públicas de pesquisa, dentre as quais as IFES, cedam o uso de imóveis diretamente às empresas e aos novos ICT´s criados (com estruturas de OS´s). As universidades e centros de pesquisa públicos poderão compartilhar seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e outras instalações com ICT´s privados, empresas ou pessoas físicas voltadas para atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Permite também a utilização de propriedade intelectual das instituições públicas para o mesmo fim. O art. 5º em seu parágrafo 1º da Lei nº 13.243/2016 estabelece a partir de então que, a propriedade intelectual sobre os resultados obtidos pertencerá à empresa, podendo o poder público participar como sócio de tal propriedade.

Outro ponto que chama a atenção é o parágrafo 6º do artigo 6º, onde a nova redação determina que os servidores, empregados ou prestadores de serviço das instituições públicas são obrigados a repassar conhecimentos e informações necessárias à exploração privada, podendo inclusive, serem responsabilizados administrativamente se não o fizerem.

O texto ainda enfatiza que a remuneração recebida pela transferência de tecnologia e pelo licenciamento para uso ou exploração de patentes por ICT´s privados, considerados sem fins lucrativos, não lhes tira essa condição. Servidores, militares, empregados e alunos de cursos técnicos, de graduação ou de pós-graduação poderão receber bolsas de estímulo à inovação, sem que isso caracterize vínculo empregatício.

O parágrafo 3º do art. 14º permite ao pesquisador, mesmo que em regime de dedicação exclusiva, receber a integralidade de seus vencimentos mesmo que totalmente afastado da IES. O art. 14º-A vai além; permite que o Professor da Carreira do Magistério Superior Federal em regime de DE exerça atividade remunerada de pesquisa, desenvolvimento e inovação em ICT ou em empresa e participar da execução de projeto aprovado ou custeado com recursos públicos ou privados, no âmbito da lei de inovações.

O art. 16º da Lei nº 13.243/2016, determina a necessidade de criação no âmbito da ICT pública, de um núcleo de inovação tecnológica, em seu Inciso X parágrafos 2º e 3º, determina que o gestor destes núcleos poderá representar legalmente a instituição pública, dispondo até personalidade jurídica própria. Esse dispositivo fere frontalmente as instâncias deliberativas no interior da instituição, ultrapassando qualquer caráter democrático nas decisões. A autonomia universitária é estraçalhada em questões tanto acadêmicas quanto financeiras e administrativas. A lei ainda sugere que as medidas de captação de recursos e pagamentos de

direitos autorais sejam delegadas às fundações de apoio institucional, que através do art. 7º da Lei nº 13.243/2016, tem sua participação nessas parcerias público privadas, legalizada.

Em seu art. 3º o novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação flexibiliza aspectos da Lei nº 8.666/1993, facilitando a compra de insumos para pesquisa e inovação sem realização de processo licitatório.

2.4.4 Empresas Juniores: universidades imersas na cultura empreendedora

Em abril de 2016, a então presidente Dilma Rousseff sanciona a Lei nº 13.267, que regulamenta a criação e o funcionamento das empresas juniores no âmbito das instituições de ensino superior. A lei as define como entidades organizadas sob a forma de associação civil gerida por alunos de graduação das IES, a fim de realizar projetos e serviços privados, que supostamente contribuiriam para o seu crescimento acadêmico e profissional, moldando-os para o mercado de trabalho.

No 2º parágrafo do art. 3º, a legislação estabelece que os alunos envolvidos nos serviços prestados pelas empresas juniores às empresas privadas, não devem possuir vínculos empregatícios com as demandantes (empresas privadas), atuando apenas como voluntários sem remuneração. Trata-se mais uma vez de utilização de espaço público por empresas privadas, agravado pela utilização de mão de obra qualificada e de maneira gratuita, conforme estabelecem os § 2º e 3º do art. 9º.

Embora os incisos I e II do caput do art. 4º da lei determinem que as atividades devam ter correlação direta com conteúdos programáticos e com a profissão correspondente à formação profissional almejada, o que se verifica na prática é a adequação de projetos à demanda do mercado.

A exigência de orientação dos projetos desenvolvidos pelas empresas juniores por professores e profissionais, pelo parágrafo 1º do art. 4º da lei se contrapõe à autonomia de gestão em relação à direção da unidade acadêmica.

O § 2º do mesmo artigo ainda permite que as empresas juniores cobrem pelos serviços prestados e pelos produtos desenvolvidos, embora o §1º do art. 7º limite a aplicação dos montantes arrecadados exclusivamente para o aprimoramento das atividades fim da mesma.

Embora o art. 7º no seu inciso II do caput mencione a vedação à propagação de ideologias ou pensamentos políticos partidários, no inciso III do art. 5º a lei apresenta como

um de suas finalidades “estimular o espírito empreendedor, [...] desenvolvendo atividades de consultoria e de assessoria a empresários e empreendedores”, numa tentativa clara de esvaziar o caráter ideológico do empreendedorismo, exaltando-o e difundindo-o, como já analisamos no Capítulo 2. Contraditoriamente, no §2º do art. 7º, a legislação permite que as empresas juniores sejam contratadas por partidos políticos para prestação de serviços de consultoria e publicidade.

Recentemente, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal aprovou de maneira terminativa e encaminhou à Câmara dos Deputados, o PLS nº 772/2015, de autoria do Senador José Agripino Maia (DEM-RN). O projeto altera a Lei nº 9.364/1996 (LDB) para dispor que os currículos dos anos finais do ensino fundamental, e do ensino médio incluirão o empreendedorismo como tema transversal. Inclui, ainda, a orientação para o trabalho e para o empreendedorismo como diretriz dos conteúdos curriculares da educação básica e, por fim, estabelece como finalidade da educação superior o estímulo ao empreendedorismo e a inovação, visando à conexão entre os conhecimentos técnicos e científicos e o mundo do trabalho e da produção.

Segundo o autor do projeto, seu objetivo é “tratar o empreendedorismo não como uma nova disciplina, mas como tema transversal, assim como já acontece com os direitos humanos, incluído em 2014”. Agripino segue destacando que “é preciso promover o protagonismo dos alunos e estimular atitudes de criatividade assertividade e busca da inovação”. Destaca ainda que a “repetição que impera nas escolas hoje em dia, tolhe a produção do novo, e que, os reflexos sociais e econômicos desse paradigma são danosos para a espontaneidade, a irreverência e a capacidade criativa do brasileiro”. Enfatiza que a nova lei não terá o objetivo de formar um exército de empresários, mas “apenas criar uma mentalidade empreendedora para a vida, que valeria também para o setor público, para o mundo das artes e para o voluntariado”.

Cabe-nos ressaltar que, em momento onde projetos como o chamado “Escola Sem Partido” (PLS nº 193/2016) – que também tenta alterar a LDB - tentam estabelecer verdadeira censura em todos os níveis de escolarização, pregando a impossível “neutralidade política, ideológica e religiosa”, a burguesia dissemine a ideologia empreendedora como neutra, esvaindo seu caráter de classe, como já discutimos no Capítulo 1. O eufemismo da “igualdade de oportunidades”, produzindo capitalistas sem capital, autônomos desempregados e um país de camelôs. Um empreendedorismo atrelado ao emprego e à criação de uma atividade econômica exploradora, que enxerga o indivíduo como negócio, no qual o capital financeiro poderá lucrar ainda mais.

A promiscuidade das relações público-privadas, ao adentrar de forma institucional o ambiente de produção do conhecimento, fortalece a mercantilização da educação superior pública brasileira. Em médio prazo, isso representará a transferência massiva de recursos humanos, técnicos, financeiros e materiais para as mãos de empresas e organizações sociais com pouco ou nenhum compromisso com a formação e a produção de ciência e tecnologia que atendam às funções sociais constitucionais de uma universidade ou centro de pesquisa. Os docentes passam a ser intermediários na captação de recursos públicos e privados e se colocam como intermediários na prestação de serviços entre as ICT´s públicas e as empresas. O professor assume legalmente o papel de empreendedor, aumentando a competitividade entre pares, aguçando as já conturbadas relações intra-institucionais. A própria propriedade intelectual dos docentes/pesquisadores passa a ser seriamente ameaçada através da perda da liberdade de publicação de estudos e pesquisas que tenham algum interesse social. A dedicação exclusiva torna-se relativa, visto que o docente poderá exercer inúmeras outras atividades remuneradas simultaneamente à suas atribuições do cargo público.

Todas essas alterações legais e normativas que se impõem frente às necessidades do capital de predominância financeira e da necessária (para o capital) reforma neoliberal da educação superior que, implicam em formas reconfiguradas da produção do conhecimento.

2.5 **A lógica da Hélice Tríplice: ultrapassada ou reconfigurada?**

Nesta seção pretende-se analisar criticamente a produção de ciência e tecnologia nas universidades públicas brasileiras, estabelecendo parcerias com empresas privadas, tanto para utilização de espaços e recursos humanos públicos, fundamentados na lógica da hélice tripla, uma noção desenvolvida na Universidade de Stanford na Califórnia, que determina que as "três pás da hélice, Estado-Universidade-Empresa devem funcionar em harmonia para que "todos saiam ganhando". Tomaremos como ponto de partida texto de Renato Dagnino, publicado em 2003, com o título de "A Relação Universidade-Empresa no Brasil e o Argumento da Hélice Tripla". Em seguida abordaremos aspectos da Triple Helix Association, uma associação fundada na *Stanford University*, por Henry Etzkowitz e Loet Leydesdorff e suas vinculações com a educação superior do Brasil.

Mancebo (2014, p. 93), baseada em Hobsbawm (2010), afirma que "a articulação entre produção científica e a indústria esteve presente na Europa desde os primórdios da Revolução Industrial", onde

> [...] as elites da Europa ocidental entraram numa fase de desenvolvimento tecnológico que lhes asseguraria o domínio de poderosas forças naturais, de fontes de energia cada vez mais potentes, de novos meios de transporte e comunicação, de armamentos e conhecimentos especializados (SEVCENKO *apud* MANCEBO, 2014, p, 93).

Para Mancebo (2014, p. 93-94), desde então, as ciências serviram a solucionar problemas do chamado "setor produtivo". Na Segunda Revolução Industrial ou Revolução Científico-Tecnológica, que já abordamos anteriormente, com o aumento da subsunção do trabalho ao capital e o predomínio do Taylorismo/Fordismo, ganham importância o planejamento público do sistema científico no interior dos países, entrelaçando de forma explícita economia, governo, ciência e universidade, principalmente nos EUA.

A partir da década de 1970, com aumento do poder do setor financeiro internacional e do "grande capital produtivo globalizado", os Estados nacionais perdem parte de sua capacidade de regular a economia, e o keynesianismo cede espaço ao neoliberalismo. A quebra de barreiras comerciais e financeiras e a contenção de gastos públicos colaboram para que, na questão tecnológica, ganhem importância as novas tecnologias de informação e comunicação. O trabalho intelectual da universidade e da produção do conhecimento assumem papéis decisivos no processo produtivo, trazendo à tona a subsunção real deste ao capital.

No Brasil, onde a universidade só é criada no início do século XX, esse processo corre de maneira tardia, e agrava-se ainda mais pelo caráter elitista e limitado da pesquisa. Somente a partir da ditadura empresarial militar (1964-1985) a pesquisa passa a ser institucionalizada. A pesquisa e a formação de pesquisadores se tornam elementos indissociáveis da pós-graduação a partir do III Plano Nacional de Pós-Graduação (1986-1989), quando a universidade teve sua importância como lugar privilegiado na produção de conhecimento reconhecida (MANCEBO, p. 2014, p. 95).

Precisamos destacar que, até os anos 1990, o pensamento que dominava a matriz tecnológica na América Latina baseava-se na expressão mais simples e linear do argumento da tríplice hélice: o Triângulo de Sábato.

Sábato e Botana (1975, p. 146) explicam que a produção de inovações tecnológicas, principalmente nos países do capitalismo periférico, é um processo político que constitui "o

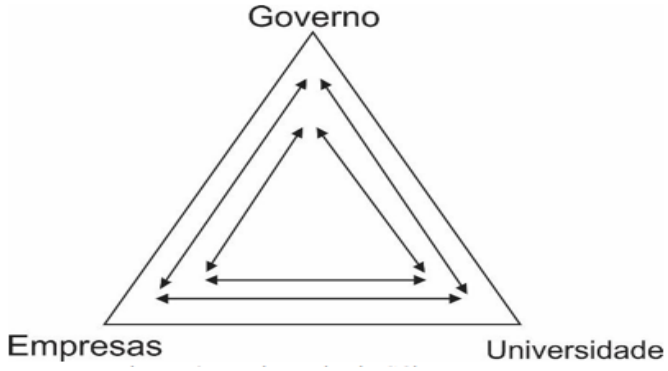
resultado da ação múltipla e coordenada de três elementos: o governo, a estrutura produtiva e a infraestrutura científico-tecnológica. Em vista disso, "podemos imaginar que entre estes três elementos se estabelece um sistema de relações que se representaria pela figura geométrica de um triângulo, no qual cada um deles ocuparia os vértices respectivos".

Segundo Figueiredo (1993, p. 87)

> [...] os vértices do triângulo de Sábato são compostos por: a) *governo:* compreende o conjunto de instituições que têm como objetivo formular e implementar políticas públicas e mobilizar recursos para os vértices da estrutura produtiva e da infraestrutura científico-tecnológica, através de processos legislativos e administrativos; b) *estrutura produtiva:* conjunto de setores produtivos que provêm os bens e serviços demandados pela sociedade; c) *infraestrutura científico-tecnológica:* compreende o sistema educacional que forma os indivíduos que protagonizam as atividades de pesquisa (cientistas, tecnólogos, administradores); os laboratórios, institutos e centros de P&D; o sistema de planejamento, promoção, coordenação e estímulo à pesquisa (conselhos de pesquisa, academias de ciência); os mecanismos jurídico-administrativos que regulam as instituições de pesquisa e os recursos financeiros aplicados ao seu funcionamento.

Para Sábato, cada vértice representa uma convergência de múltiplas instituições, unidades de decisão e de produção, que se relacionam dinamicamente em suas múltiplas dimensões. Tais relações podem se dar no interior de cada vértice ou entre vértices. De acordo com Figueiredo (1993, p. 88), "tais relações se baseiam no fluxo de demandas que circulam em sentido vertical (inter-relações recíprocas entre os três vértices) e em sentido horizontal (inter-relações recíprocas entre os vértices infraestrutura científico-tecnológica e estrutura produtiva)".

Figura 1 – Triângulo de Sábato

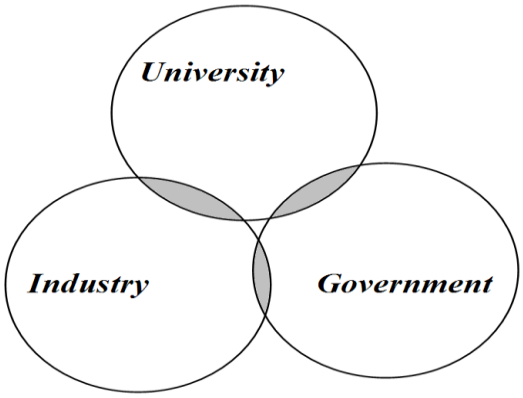


Fonte: Sábato e Botana (1975)

O modelo geométrico criado por Sábato, em anos mais recentes, evoluiu para outras figuras geométricas que representariam a relação da universidade com o setor empresarial. Alguns consideram a relação representada por um tetraedro, onde o quarto vértice seria o setor financeiro, que assume papel relevante no processo de produção de inovações.

Segundo Etzkowitz e Leydesdorff (1995), a universidade seria a indutora das relações com as empresas e com o governo. Tais relações visariam à produção de novos conhecimentos, de inovações tecnológicas e ao desenvolvimento econômico. Para tais autores, as inovações tecnológicas seriam resultantes de um complexo e dinâmico processo de relações entre ciência, tecnologia, pesquisa e desenvolvimento no interior nas três pás da hélice, em uma "espiral sem fim".

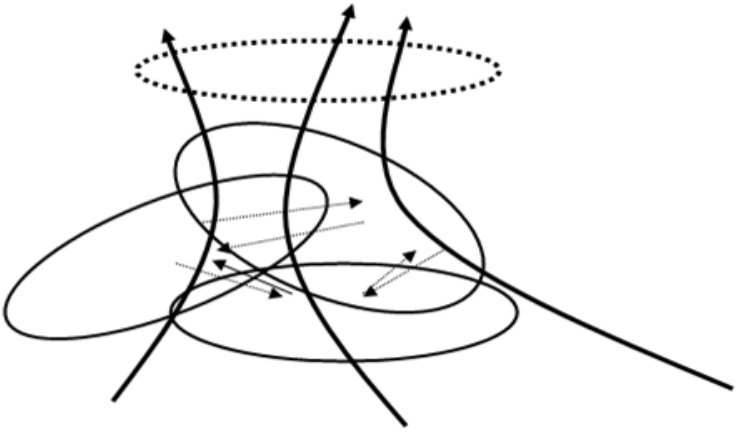
Figura 2 – Argumento da Tríplice Hélice



Fonte: Etzkowitz e Leydesdorff (1995)

Etzkowitz e Leydesdorff (1995) consideram que o argumento da hélice tripla surgiu de uma necessidade de se tratar os problemas advindos das "profundas mudanças econômicas, institucionais e intelectuais", baseadas fortemente na ideologia da sociedade do conhecimento, transformando os três entes envolvidos, influenciando as organizações das demais esferas e criando novas estruturas. Segundo os autores, embora interajam, as três esferas (empresas-universidades-governo), "mantêm considerável autonomia e funcionam harmonicamente".

Figura 3 – Argumento TH em espiral



Fonte: Etzkowitz e Leydesdorff (1995)

A lógica do argumento da hélice tripla parte do pressuposto de que passamos por uma "segunda revolução acadêmica", quando a universidade passa a incorporar uma terceira missão, além do ensino e da pesquisa (excluem a extensão nos moldes constitucionais), que é o desenvolvimento econômico.

Para Etzkowitz e Leydesdorff (1995), as universidades devem atuar como "quase firmas", impregnada da ideologia empreendedora, centrada em estruturadas desenvolvidas no interior delas próprias com amparo legal do setor governamental, como as firmas *spin-off*[84], as incubadoras e parques tecnológicos; os escritórios de propriedade intelectual e comercialização de tecnologia; as redes de conhecimento; os arranjos produtivos locais e além dos arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais (APLs e ASPILs[85]); e universidades corporativas entre outros.

Dagnino (2003, p. 254) entende o argumento da hélice tripla como sendo a combinação de duas correntes de pensamento originadas nos países de capitalismo central e que acabaram por ser internalizadas por estudiosos brasileiros, que partem da "intenção academicamente legítima" de relacionar a produção acadêmica brasileira com as tendências internacionais mais atuais.

O autor destaca que estas duas correntes, embora possuam enfoques analíticos distintos, surgem num mesmo contexto de conjuntura internacional e numa mesma matriz ideológica que privilegia o mercado, apresentando aspectos que se coadunam e complementam.

O argumento da tríplice hélice foi difundido de tal maneira nas instituições de pesquisa e universidades que funcionam simultaneamente como "direções da realidade observada", como também como "imagens de um futuro tendencialmente projetado pelos atores envolvidos em função do resultado esperado de suas ações, da idealização de processos que julgam ter ocorrido em outras latitudes e, também como conclusões provisórias que orientam a formulação de recomendações de política" (DAGNINO, 2003, p. 255).

Tal concepção corrobora para que a pesquisa e as formulações de políticas de pesquisa se entrelacem, por um lado, cooptando a comunidade acadêmica e, por outro, direcionando a aplicabilidade dos resultados de tais pesquisas.

---

[84] *Spin-off* acadêmico é um tipo de nova firma que, geralmente, nasce para explorar uma inovação radical capaz de criar um novo mercado ou desafiar as regras de um setor estabelecido.

[85] A caracterização dos modelos de Arranjos Produtivos Locais (APLs) prevê a existência de uma concentração geográfica de empresas, fornecedores, prestadores de serviços, entidades associadas, competitivas e cooperadas entre si. Este tipo de arranjo caracteriza-se por ser uma cadeia de produção compartilhada e especializada, em que o grau de colaboração, de cooperação e de complementaridade entre os empreendimentos e com outros agentes, instituições de ensino, pesquisa e fomento, é que diferencia o APL das aglomerações empresariais.

A primeira das correntes destacada por Dagnino (2003, p. 256) acredita que a relação universidade-empresa está sendo transformada, tanto quantitativamente quanto qualitativamente, no âmbito de um novo contrato social entre elas, de modo que à universidade caberia participar mais ativamente do processo de desenvolvimento econômico.

Para Etzkowitz (*apud* DAGNINO, 2003, p. 257), diversas razões estariam vinculadas a esse aumento na relação universidade-empresa, dentre as quais, pelo lado das empresas: i) um custo crescente da pesquisa associada ao desenvolvimento de novos produtos e serviços a fim de alcançar vantagens comparativas no mercado; ii) o compartilhamento de custos e riscos dessas pesquisas; iii) o ritmo acelerado da introdução de novas tecnologias no mercado e o encolhimento do prazo entre a obtenção dos primeiros resultados de pesquisa e sua efetiva aplicação; iv) a diminuição dos aportes financeiros dos governos (dos países centrais) nos complexos industriais-militares. Pelo lado das universidades, o autor aponta a dificuldade crescente na obtenção de recursos públicos para financiamento das pesquisas e o interesse da comunidade acadêmica em "legitimar seu trabalho junto à sociedade".

Essa corrente entende que a universidade estaria vivenciando uma segunda revolução acadêmica, tomando como base estudos de casos realizados em universidades estadunidenses e embasado em grande parte das políticas de ciência e tecnologia dos EUA.

A segunda corrente, baseada na Teoria da Inovação, defende que o processo inovativo que ocorre dentro das empresas e em seu entorno são determinantes na competitividade dos países. Cabe destacar que esta corrente não entende a universidade como elo desencadeador desse processo inovativo, mas a considera como agente privilegiado nesse processo.

Baseada numa lógica schumpeteriana, essa corrente considera a empresa como local singular da produção de inovações tecnológicas e o empresário como "agente direto do progresso técnico" (DAGNINO, 2003, p. 258), vislumbrando-os como agentes portadores de atitudes empreendedoras quase naturais.

Havia ainda por parte dessa corrente a distinção entre dois momentos no progresso técnico: primeiro a concepção de tais inovações e depois a efetiva difusão da mesma. Nesta lógica, pouco espaço se abria para a elaboração de políticas públicas para a criação de um ambiente favorável ao crescimento da relação universidade-empresa.

Posteriormente, passam a considerar que o processo de produção de inovações era algo contínuo, que imbricava fortemente a criação e a difusão. O conceito de inovação é ampliado, dando importância fundamental ao processo de aprendizagem decorrente da utilização e adaptação na aquisição de competitividade (DAGNINO, 2003, p. 258-259).

> O vetor de competitividade da empresa passa a ser entendido como resultante de sua capacidade de gerar internamente um processo de aprendizado permanente mediante a combinação dos insumos do ambiente externo com aquilo que é insubstituível, que só ela pode realizar — o contato direto com a produção e o mercado. (DOSI & SOETE *apud* DAGNINO, 2003, p. 258).

Dagnino (2003) baseia-se em Dosi (1988) para afirmar que os constrangimentos e as oportunidades tecnológicas; as experiências e habilidades incorporadas em pessoas e organizações; e as capacidades e memórias que fluem de uma atividade econômica para outra são as condições responsáveis para a formação de um ambiente inovativo. Entretanto reconhece que, apesar de entender a empresa como fator principal da construção do ambiente, cada vez mais os fatores de competitividade inerentes ao entorno da área de atuação desta empresa assumem importância decisiva.

Essa importância reconhecida no aspecto do ambiente inovativo é o que vai abrir espaço para a intervenção estatal e para a construção de políticas públicas de inovação. Segundo Dagnino, estas novas concepções fazem com que a relação universidade-empresa assuma novos contornos:

> A universidade, que algumas vezes havia sido considerada como celeiro, senão único, indispensável de novas ideias, e como o necessário primeiro elo da Cadeia Linear de Inovação [...], passa a ocupar um lugar mais modesto na rede modelizada como explicação do fenômeno inovativo (DAGNINO, 2003, p. 260).

É importantíssimo destacar que, para Dagnino (2003), inúmeras pesquisas realizadas nos EUA davam conta que apenas 1,3% dos gastos em pesquisa das empresas estadunidenses eram desembolsados nas universidades, o que é irrisório se considerarmos as instituições de pesquisa como produtoras contínuas de novos conhecimentos. O autor aponta um paradoxo nesta relação, mostrando que 70% dos doutores formados pelas universidades norte americanas acabam por desenvolver atividades no âmbito das empresas. A pesquisa universitária começa a se tornar importante para as empresas, mais por seus recursos humanos que pelos seus resultados em si. O fundamental para as empresas era o conhecimento incorporado em pessoas (docentes/pesquisadores) que tiveram um longo e oneroso percurso de preparação intelectual e técnica, quase sempre financiado pelo Estado.

O argumento da hélice tripla surge no momento que a universidade assume papel privilegiado no ambiente inovativo, num contexto da segunda revolução acadêmica, entretanto, sem retirar o papel principal das empresas na produção de inovações tecnológicas.

Nos Estados Unidos, essa interação entre empresas e universidades existe desde o início do século XX, mas é impulsionada a partir da década de 1980, com um aumento

significativo da importância da comercialização de patentes e licenças produzidas no âmbito da academia. Na Europa, aumenta consideravelmente a concepção "utilitarista e instrumental quanto à produção do conhecimento científico" voltada para o interesse do mercado e na busca incessante pelo lucro, seguindo o exemplo das "universidades empreendedoras e inovadoras dos Estados Unidos da América" (MANCEBO; SILVA JUNIOR; SCHUGURENSKY, 2016, p. 12).

Este argumento chega aos países latino-americanos ainda na década de 1980. Até então duas correntes de pensamento disputavam a concepção de interação universidade-empresa. A primeira está ligada às ciências humanas e sociais, e atribuía a falta de efetividade deste relacionamento aos obstáculos estruturais que estavam intimamente ligados ao caráter dependente e periférico desses países na economia capitalista. Essa corrente destaca que enquanto mudanças estruturais e profundas não fossem implementadas, não se superaria tal abismo. Cabe destacar que, segundo Dagnino (2003, p. 265), esta tendência nunca tomou para si o direcionamento do desenvolvimento da C&T nesses países, nem mesmo no ambiente universitário, onde supostamente seria mais forte.

Por outro lado, outra corrente que se estabelecia mais ao lado do "pensamento oficial", minimizava esses "obstáculos estruturais de natureza macro" e acreditava que a ampliação da relação universidade-empresa era apenas "uma questão de se adequar a gestão" a fim de se aproximar dos resultados obtidos nos países do capitalismo central, problematizando a questão apenas num nível micro, conjuntural, incremental e pontual (DAGNINO, 2003, p. 266).

Os defensores desta posição se concentravam, no âmbito disciplinar da administração de empresas, e focavam suas ações em mecanismos que tornassem eficazes a relação universidade-empresa, formulando recomendações que pudessem acelerá-la e otimizá-la.

Tais proposições apresentavam-se desprovidas de conteúdo político, no sentido mais amplo, desfrutando de certa "neutralidade", o que impulsionou sua ampla aceitação no ambiente acadêmico.

> Faltava a essa posição, quando comparada com a anterior, provavelmente devido à matriz disciplinar que adotava, um modelo descritivo detalhado, que incorporasse o contexto socioeconômico e político em que se inseria a problemática científica e tecnológica. E que através de uma retrospectiva histórica de como eles se haviam relacionado até então, possibilitasse derivar considerações normativas mais abrangentes. Essa carência, entretanto, não chegava a perturbar suas atividades de pesquisa ou suas ações enquanto gestores da relação U-E. Na realidade, essas ações, como se apontou, dado o seu caráter otimizador, incremental, prescindem dos elementos de natureza contextual recém-comentados (DAGNINO, 2003, p. 267).

Posteriormente, com o surgimento do argumento da tríplice hélice nos países do capitalismo central, essa lógica assume novos contornos, dando novas dimensões ao papel do Estado, que deixa de ocupar o vértice superior do triângulo, após a implantação de políticas que desregulamentaram as economias e abriram as fronteiras dos diversos países para a concorrência externa. A exposição da indústria nacional à concorrência internacional serviu de combustível para perpetrar modelos que alteravam a relação universidade-empresa.

O modelo da hélice tripla interpreta a dinâmica da produção de inovações tecnológicas a partir de "redes de comunicação que remodelam permanentemente os arranjos institucionais" a partir de novas expectativas que possam surgir, sem privilegiar uma das partes envolvidas, contrapondo-se à teoria do triângulo de Sábato, que priorizava o Estado na visão de Etzkowitz (TONELLI; ZAMBALDE, 2007).

Para Etzkowitz e Leydersdorff (1995; 1997; 2000) e Etzkowitz (2009), este modelo enfatiza a constante adaptação dos diversos atores através da troca de informações e percepções, não apenas pela interação entre eles, mas também através de sua transformação interna pela interação.

> O modelo Hélice Tríplice da Universidade-Indústria-Governo tenta capturar a dinâmica de comunicação e organização, introduzindo a noção de uma sobreposição de relações de troca que realimenta os arranjos institucionais. As instituições e suas relações fornecem uma infraestrutura de conhecimento que carrega a base de conhecimento. Cada uma das hélices desenvolve internamente, mas também interagem em termos de trocas de bens e serviços, e em termos de suas funções. Papéis funcionais e institucionais podem ser negociados fora da base de conhecimento baseadas em expectativas, como no caso da 'universidade empreendedora'. (ETZKOWITZ, 2000, p. 314).

Para os entusiastas do ATH, como Fujino e Stal (2005, p.11), a universidade brasileira apresenta vários aspectos que "dificultam a transferência de resultados de pesquisa das univeridades para as empresas". E na esteira da Lei de Inovações Tecnológicas, esses autores propõem que as universidades: i) atuem junto aos órgãos governamentais, participando das discussões e lutando por mudanças nos marcos regulatórios no sentido de facilitar a parceria com a indústria; ii) proponham mudanças no âmbito interno da universidade, definindo diretrizes para transferência de tecnologia e estímulo aos pesquisadores e funcionários envolvidos; iii) redefinam suas estruturas administrativas e operacionais, para torná-las mais ágeis e aptas a operar no contexto da parceria com a empresa; iv) invistam na capacitação de recursos humanos com qualificações específicas, voltadas à negociação e comercialização de tecnologia e, ao mesmo tempo, invistam em ações de sensibilização e valorização de atividades de transferência de tecnologia para a sociedade; v) ampliem o fluxo de tecnologia

para as empresas, estimulando projetos em parceria; vi) promovam a imagem positiva da universidade, para conquistar espaço na agenda dos empresários e valorizar a pesquisa acadêmica; vii) incentivem a criação/ampliação de incubadoras de base tecnológica e de empresas *start-up*; viii) criem políticas específicas para estímulo a parcerias com pequenas empresas inovadoras; ix) revejam ações de marketing, especialmente as de comunicação, para manter canais abertos com os potenciais licenciados, oferecendo informações sobre normas e procedimentos para licenciamento e modelos de contrato; x) elaborem manuais de procedimentos de licenciamento, com critérios para identificação de licenciadores e definição de formas de licenciamento; xi) elaborem manuais de orientação aos negociadores, com análises de diferentes situações em que critérios financeiros, técnicos e sociais devem ser combinados; e xii) elaborem apostilas com informações sobre métodos de valoração da tecnologia e de estudos de mercado, para que a equipe de negociadores esteja preparada para, se necessário, colocar-se na perspectiva do cliente.

Fujino e Stal (2005, p. 11) ainda no propósito de promover a lógica da tríplice hélice, afirmam

> [...] que as universidades não têm tradição no relacionamento com empresas, e não se preocupam em transferir os resultados das pesquisas para o setor privado, de forma a contribuir para a produção de inovações. Assim, diferentemente do contexto político-cultural americano quando da implementação do *Bayh-Dole Act*[86], no caso brasileiro, a Lei de Inovação precisa contar com o interesse dos pesquisadores acadêmicos e com o comprometimento das universidades com a inovação.

Dagnino (2003, p. 268) destaca ainda a situação de penúria que as universidades brasileiras se encontravam num cenário de sérias restrições orçamentárias, como sendo decisiva para essa importante mudança de comportamento dos docentes/pesquisadores, aderindo à lógica empresarial. Posteriormente, o apoio começa a surgir também entre os empresários, que entendiam que, ao terem suas empresas expostas à concorrência internacional, seriam estimulados a buscar novos conhecimentos produzidos nas universidades e centros de pesquisas.

O resultado da aceitação do argumento da hélice tripla acarreta uma enorme ampliação das políticas públicas de estímulo à relação universidade-empresa em países como o Brasil, conforme identificamos anteriormente.

[86] A Lei Bayh-Dole ou Lei de Patentes e Propriedade intelectual é a legislação dos Estados Unidos que regulamenta a propriedade intelectual resultantes da investigação financiada pelo governo federal, criada em 1980.

2.5.1 A Triple Helix Association (THA)

Cabe destacar que Henry Etzkowitz, principal formulador do argumento da TH é Pesquisador Sênior da Stanford University, na Califórnia e Professor Visitante da *School of Manegement, Birbeck College*, Universidade de Londres e na *Edimburg University Business School*, no Reino Unido. Atualmente está no centro de uma rede internacional de pesquisadores que fomentam as relações entre universidade, governo e indústria. Junto com Loet Leydesdorff, professor da Universidade de Amsterdã e coautor em diversas publicações, coordenou uma série de conferências internacionais em 1996, no intuito de promover o argumento da tríplice hélice (ATH). Destas conferências resultou uma gama de livros e revistas especiais que engendraram numerosos estudos a respeito das interações entre os sistemas acadêmicos, industriais e institucionais, a fim de fomentar a inovação tecnológica a partir das universidades.

Em 2009, Etzkowicz cria a *Triple Helix Association* (THA), com sede em Turim, na Itália, uma entidade, supostamente, sem fins lucrativos, da qual até hoje é o presidente mundial. Segundo a página da instituição na rede mundial[87], seu enfoque principal "é fazer avançar o conhecimento científico e realizações concretas relacionadas com todos os aspectos da interação entre indústria-governo-academia para fomentar a investigação, a inovação, a competitividade e o crescimento econômico".

Na vice-presidência da THA encontra-se a brasileira Mariza Almeida, professora de Engenharia de Produção da Uni-Rio e responsável pela implantação da incubadora de empresas daquela universidade, pela criação do Centro de Empreendedorismo, Criatividade e Inovação na Unirio, que tem por objetivo mobilizar grupos de estudantes em atividades de consultoria para organizações não lucrativas sediadas no Rio de Janeiro e pela criação da empresa júnior do curso de Engenharia de Produção também da Uni-Rio.

A THA se reconhece como "um guia para políticas e práticas a nível local, regional e multinacional". O papel da associação seria examinar "pontos fortes e fracos locais" a fim de preencher "lacunas" na tríplice relação. Simultaneamente, a *Triple Helix Association* estende seus braços para o Brasil, onde formaliza o *Triple Helix Research Group – THERG-Brazil*, que já desenvolvia pesquisas desde 1997, que analisaremos mais adiante.

[87] Disponível em <http://www.triple-helix.uff.br/sobre.html>. Acesso em 20/06/2016

Entre os principais braços da THA está o *Triple Helix Research Group* da *Stanford University*, não por acaso, universidade de origem do professor Etzkowicz, e atualmente comandado pela professora Marina Ranga.

Marina Ranga é professora de *Stanford University* desde 2010 e Diretora do *H-Star Institute*, tendo viajado por diversos países como Holanda, Reino Unido, Polônia e Romênia, desenvolvendo pesquisa na área de política científica e tecnológica. O *H-Star Institute* é um centro de pesquisa interdisciplinar com foco em pessoas e tecnologias, voltado para investigar como as pessoas usam a tecnologia, a melhor forma de tecnologia de projeto para torná-la mais útil (e mais competitiva no mercado), como esta afeta a vida das pessoas, e o uso inovador de tecnologias em pesquisa, educação, arte, negócios, comércio, entretenimento, comunicação, segurança nacional, e outras esferas da vida, em parceria com a USAID (*United States Agency for International Development*)[88] e a Fundação Rockfeller[89].

Segundo seu currículo, Drª. Ranga foi Presidente da Comissão de Sócios e Estratégia da Triple Helix Association (THA), participou de diversas outras comissões da THA até janeiro de 2014. Em julho de 2011 ela coorganizou a IX Conferência Internacional *Triple Helix Association* na Universidade de Stanford, e foi Presidente do Comitê Científico da associação. Esta conferência de quatro dias reuniu mais de 250 participantes de 37 países, e foi a primeira conferência Triple Helix organizada no Vale do Silício. Em novembro de 2012, ela coorganizou a Oficina *Triple Helix Stanford* "Construindo a Universidade Empreendedora", que reuniu mais de 30 participantes de 18 países para discutir diferentes modelos de empreendedorismo acadêmico na Europa e nos EUA.

A THA apresenta como seus patrocinadores o próprio instituto ligado à THA do Vale do Silício *(International Institute of Triple Helix IITH) e a Fondazione Rosselli*[90] de Turim,

[88] Em português, Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, é um órgão do governo dos Estados Unidos encarregado de distribuir a maior parte da ajuda externa de caráter civil. É um organismo independente, embora siga as diretrizes estratégicas do Departamento de Estado Americano, participando direta e indiretamente de inúmeras ações com interferência política nos países periféricos.

[89] Segunda a fundação, foi criada em 1913 nos Estados Unidos da América por John D. Rockefeller, fundador também da *Standard Oil Company*, gigante norte americana do petróleo. e define sua missão como sendo a de promover, no exterior, o estímulo à saúde pública, o ensino, a pesquisa e a filantropia. É caracterizada como associação beneficente e não governamental, que utiliza recursos próprios para realizar suas ações em vários países do mundo, principalmente os subdesenvolvidos. Atuou em inúmeros processos de desenvolvimento de saneamento e saúde pública, embora seja considera por muitos como agente importante na difusão do imperialismo estadunidense.

[90] A Fondazione Rosselli foi criada em 1988 com o objetivo principal de promover a investigação fundamental aplicada aos campos econômico, social e político. Para além das suas atividades puramente acadêmicas, ao longo dos anos, a fundação tornou-se um dos grupos de reflexão mais importantes para os principais órgãos governamentais italianos e europeus, com quem compartilha seus conhecimentos e análises. Entre as principais áreas de estudo da Fundação Rosselli estavam os serviços de tecnologia e inovação, educação, indústria,

na Itália, que atuava em projetos educacionais e culturais junto à OCDE, mas fechou as portas em 2015[91], quando era presidida por Riccardo Viale[92].

Entre os chamados "membros organizacionais" da THA encontramos diversas universidades e centros de pesquisas, públicos e privados, de diversas partes do planeta: *JAMK University of Applied Sciences / JAMK Generator* (Finlândia), *Tomsk State University* (Rússia), *Royal College of Art* (Reino Unido), *Triple Helix Dialog* (Alemanha), *University of Turku* (Finlândia), Dublin City University (Irlanda), *Centre for Innovation Management Research* (Reino Unido), *Università Degli Studi di Messina* (Itália), *Lomonosov Moscow State University* (Rússia), Parque Tecnológico de la Salud (Espanha), *Federazione delle Associazioni Scientifiche e Tecniche* (Itália), *TUSUR University* (Rússia), *Research Triangle Regional Partnership* (EUA), *PRAXI Network/Foundation for Research and Technology Hellas* (Grécia), *University of Management and technology Lahore Pakistan* (Paquistão), *International Network for Small and Medium Sized Enterprises*, *Research Center for Regional Innovation &Entrepreneurship of Shandong Academy of Sciences* (China), *Kazan National Research Technological University* (Rússia), *Alexander Innovation Zone S.A.* (Grécia), *Fondazione Giacomo Brodolini* (Itália), *South European Research Center* (Grécia), ANPROTEC (Brasil), *University of Faisalabad* (Paquistão), *Simonyi Business and Economic Development Center* (Hungria), *World Association for Triple Helix and Future Strategy Studies* (Coreia do Sul), *Universidad Catolica Del Norte* (Chile), *Universidad Carlos III de Madrid* (Espanha), *University of Tampere* (Finlândia), *Fondazione ISTUD* (Itália), Instituto Gênesis da PUC-Rio (Brasil), *Espaitec, Science and Technology Park* (Espanha).

Entre as instituições parceiras, destacamos a Anprotec (Associação Brasileira de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas), que, segundo artigo publicado no volume especial para o Brasil da "Hélice" (periódico da THA) em 2013, assinado por Jorge Luis Nicolas Audy (Presidente da ANPROTEC) e Sheila Pires (Superintendente Executiva da

---

finanças e patrimônio cultural. Realizava, segundo a própria instituição, suas atividades de pesquisa graças a um grupo variado e amplo de financiadores e patrocinadores para áreas específicas de pesquisa, incluindo a União Europeia, os Ministérios da Educação, da Investigação Científica e Inovação da Itália, numerosos organismos locais e regionais como a OCDE, bancos e fundações culturais, parques tecnológicos, o Instituto Europeu de Patentes e empresas privadas. A fundação sediou a primeira biblioteca da OCDE em uma instituição privada na Itália.

[91] Conforme noticiado por diversos jornais italianos, a Fondazione Rosselli e seu presidente Riccardo Viale foram acusados de um rombo da ordem de 3 milhões de Euros entre dívidas trabalhistas, inadimplência de contribuições e impostos e supostos reembolsos irregulares.

[92] Pesquisador vinculado à THA e atualmente secretário geral da entidade, além de professor titular de Epistemologia das Ciências Sociais na Escola Nacional de Administração e Saúde Pública de Roma, e professor visitante nas universidades da Pensilvânia, da Filadélfia, de Oxford, de Houston, da Califórnia, da UFRJ e da própria UFF. Ocupou funções importantes junto ao governo italiano e à União Europeia.

instituição), representa os interesses das incubadoras de empresas, parques científicos e tecnológicos e centros de inovação no Brasil.

A Anprotec opera através de atividades de formação e articulação de políticas públicas, bem como a geração e disseminação do empreendedorismo e da cultura inovadora. Atualmente, tem 270 membros que representam incubadoras, parques científicos e tecnológicos, instituições de ensino e pesquisa, órgãos governamentais e outras entidades.

Ainda segundo o artigo de Audy e Pires, foi a ANPROTEC que liderou o movimento brasileiro de parques científicos e tecnológicos e incubadoras de empresas há 25 anos, tendo participado inclusive do processo que remanejou o SEBRAE da estrutura do Estado para o "Sitema S". Tem ainda o propósito de promover a inovação, treinando empresários e gestores de parques tecnológicos e incubadoras de empresas, com o objetivo de fortalecer a liderança, representatividade e participação de suas afiliadas; consolidar e ampliar as relações institucionais e alianças; ajudar a definir e preparar políticas públicas relacionadas ao empreendedorismo inovador; orientar o desenvolvimento do movimento em harmonia com as principais tendências tecnológicas, econômicas, sociais e ambientais; e criar e melhorar novos serviços, projetos e programas, para incubadoras de empresas e parques científicos e tecnológicos.

Para os autores, o propósito de uma incubadora de empresas é ajudar os empresários a desenvolver ideias pioneiras e transformá-las em empresas bem-sucedidas. A fim de fazer isso, eles fornecem infraestrutura e orientação sobre como gerir o negócio e melhorar a sua competitividade, entre outras questões essenciais de desenvolvimento corporativo. Seguem afirmando que a experiência mostra que o processo de incubação resulta em uma série de benefícios para os empresários envolvidos e que, ao oferecer suporte, a incubadora aumenta a chance de sucesso de empresas, favorecendo o crescimento do negócio e facilitando o acesso ao mercado. Destacam que isso ajuda a reduzir os custos e os riscos associados com o processo de inovação, permitindo o acesso a laboratórios e equipamentos, na maioria das vezes públicos, que iriam requerer investimentos pesados por parte do capitalista (AUDY; PIRES, 2013 p. 12-13), solapando toda a função social das universidades públicas e o trabalho dos professores pesquisadores nelas lotados.

Em relação aos parques tecnológicos, Audy e Pires (2013, p. 13) defendem que estes tendem a beneficiar as empresas associadas, bem como a região e a economia como um todo, gerando um ambiente de cooperação entre empresas inovadoras de todos os tamanhos, desde as microempresas até às multinacionais e as instituições de ciência e tecnologia. Segundo os autores, estes oferecem serviços de alto valor agregado, agilizando o fluxo de conhecimento e

tecnologia, e ajudando a criar empregos especializados, garantindo o crescimento de atividades e de uma cultura empreendedora.

O artigo ainda informa que a cada ano, em associação com o SEBRAE, a Anprotec realiza o "Seminário ANPROTEC de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas", um dos "maiores eventos de seu tipo no mundo", e "ao unir as instituições com um interesse comum, torna-se uma ferramenta importante para a consolidação do empreendedorismo inovador no Brasil, ajudando a fortalecer as incubadoras de empresas e os parques tecnológicos, bem como as políticas públicas relacionadas à ciência, tecnologia e inovação" (AUDY; PIRES, 2013 p. 13).

A ANPROTEC apresenta cerca de 350 associados entre incubadoras de empresas, parques tecnológicos, instituições de ensino e pesquisa, órgãos públicos e outras entidades ligadas ao empreendedorismo e à inovação, sendo 30 sediados no estado do Rio de Janeiro, dentre as quais a UFF e o Instituto Vital Brazil (sediados em Niterói). Seus principais parceiros incluem o SEBRAE, o MCTIC, o MDIC, a CNI, a Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (ABIPTI), da Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras (ANPEI), a Associação Internacional de Parques Tecnológicos e áreas de Inovação (IASP), InfoDev[93] e European Business and Innovation Centre Network (EBN)[94].

O atual presidente da ANPROTEC é o professor da PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), Jorge Luis Nicolas Audy, que acumula tal função com a presidência da IASP (*International Association of Scences Parks and Areas of Innovation*) Latin America, além de ser Coordenador da Comissão Nacional de Acompanhamento do PNPG e Agenda Nacional de Pesquisa (MEC/CAPES) e Membro do Conselho Superior Deliberativo do CNPq (MCT), do Conselho Superior da FAPERGS (Fundação de Amparo à

[93] O InfoDev é um programa do Banco Mundial que apoia empreendedores em economias nos países do capitalismo periférico, supervisionando uma rede global de incubadoras de empresas e centros de inovação para a tecnologia do clima, do agronegócio, e dos empreendimentos digitais. Também disponibilizam recursos para ações educacionais sobre temas como *crowdfunding*, *angel investing* e gestão de incubadora de empresas. *Crowdfunding (e*m português "financiamento coletivo") consiste na obtenção de capital para iniciativas de interesse coletivo através da agregação de múltiplas fontes de financiamento, em geral pessoas físicas. Descreve especificamente ações na internet com o objetivo de arrecadar dinheiro para pequenos negócios e *startups*. *Angel investing* é o investimento feito por um indivíduo afluente que fornece capital para uma empresa *start-up*, geralmente em troca de dívida conversível ou equidade de propriedade.

[94] Ao longo das últimas três décadas, a EBN tornou-se um ponto de referência na Europa em inovação, *spin-off*, incubação, empreendedorismo e internacionalização através do serviço de "aterragem suave", um novo serviço de co-incubação de inovação levado as empresas que pretendam explorar novos mercados oferecidos pela Business Innovation Centres EBN e outras incubadoras em uma seleção de locais globais.

Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul). Foi consultor do SEBRAE entre 1991 e 1996 e Professor Visitante nas Universidades do Kentucky e de Baltimore (ambas nos EUA).

O atual Vice-Presidente da ANPROTEC é José Alberto Sampaio Aranha, ex-diretor e fundador do Instituto Gênesis da PUC-Rio (também parceiro da THA), que leciona como professor convidado em empreendedorismo e inovação do MBA de Gestão do Conhecimento da Coppe/UFRJ. É consultor *Ad Hoc* da UNESCO e participa do conselho da BRAIN Ventures[95], do conselho empresarial de Tecnologia da FIRJAN, de Tecnologia da ACRJ (Associação Comercial do Rio de Janeiro), do Fórum Brasileiro de Economia Criativa e da Câmara Setorial de Economia Criativa da ALERJ (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro). Foi diretor da Anprotec de 2000 a 2007, diretor de novos empreendimentos da Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro de 2011 a 2012, além de membro dos Conselhos do Instituto Endeavor Brasil, do Instituto Educacional da BM&FBOVESPA, Rede de Incubadoras do Rio de Janeiro (REINC) e ANITEC (Associação Nacional de Inovação, Trabalho e Educação Corporativa)[96].

[95] Segundo a própria empresa, trata-se de uma "gestora de negócios que atua em ambientes de inovação, aproximando empreendedores e capital de risco para a geração de negócios perenes e de valor". Apresenta três linhas de negócios: gestão de portfólio, onde gere ativos, empresas nas quais tem participação societária ou opção de participação societária; a gestão de espaços de inovação, onde estruturam e tornam-se sócios estratégicos e captam recursos financeiros para negócios que envolvam a administração de espaços inteligentes; e gestão de fundos, onde é gestora operacional e consultora operacional e estratégica de fundos de investimento em participações como o Primatec. O Primatec é um fundo de investimento em participações destinado a investir em companhias inovadoras, com alto potencial de crescimento e geração de valor. O Fundo nasceu a partir do programa Inova Empresa da FINEP, é gerido conjuntamente com a Antera Gestão de Recursos S.A., que se define como sendo uma empresa de geração de valor através de conhecimento especializado em valoração de empresas, modelagem de negócio, fusões e aquisições, plano de negócios, negociação e venda de empresas, expansão comercial, monetização/gestão de ativos intangíveis e estratégias de desinvestimento. O Programa Inova Empresa da FINEP, que originou o fundo Primatec, é operado por meio de editais e engloba diferentes modalidades de apoio, com integração de instrumentos, tais como: crédito, subvenção econômica e recursos não reembolsáveis para projetos em parceria entre ITCs e empresas e investimento em empresas de forma direta ou por meio de fundos. Segundo a FINEP, foi lançado em 14 de março de 2013 pela Presidência da República, com R$ 32,9 bilhões de dotação, através de diversos ministérios e do BNDES, sendo "o mais ambicioso plano de inovação já lançado no Brasil". Como objetivos apresenta: 1) elevação de P&D nas empresas; 2) incentivo a projetos de maior risco tecnológico; 3) integração dos instrumentos de financiamento como crédito, subvenção econômica, projetos cooperativos empresa-universidade, recursos não reembolsáveis para centros de pesquisa e universidades e investimento em participação (*startup*, *venture capital*); 4) intensificação do uso do poder de compra do estado; 5) Descentralização do crédito e da subvenção econômica mediante repasses para bancos, agências e fundações regionais e estaduais de fomento à pesquisa para melhor alcançar micro e pequenas empresas; e 6) redução de prazos e simplificação administrativa.

[96] ANITEC é uma associação, sem fins lucrativos que foi fundada em 2009 para promover a disseminação da cultura e desenvolvimento da inovação nas organizações. Acredita que a educação é o caminho para a inovação, e que as universidades corporativas são fundamentais para a disseminação da cultura da inovação, sustentabilidade, competitividade e desenvolvimento. Incentivam também as universidades e escolas de negócios que realizem parcerias com as universidades corporativas através de seus setores de inovação e educação corporativa. Atualmente é presidida por Eleonora Jorge Ricardo, ex-professora da UERJ e consultora de projetos realizados na Marinha do Brasil, Inmetro, Exército Brasileiro, Sistema Eletrobrás, Senai, Senac Rio, Ancar Ivanhoe, entre outras. É coordenadora adjunta do projeto Monitoria Online Móvel na SR-

Entre os membros de seu conselho consultivo estão figuras como Rafael Lucchesi (presidente), Diretor Geral do Senai/DN e Diretor de Educação e Tecnologia da CNI, Clovis Meurer, Presidente da Associação Brasileira de *Private Equity & Venture Capital* (Abvcap) e também diretor da CRP Participações e Investimentos[97], Pedro Wongtschowski, membro do Conselho de Administração da Ultrapar[98], presidente do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII) e integrante do Comitê Gestor da Mobilização Empresarial pela Inovação da Confederação Nacional da Indústria (MEI/CNI) e Marco Antônio Raupp**,** ex-Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e Diretor Geral do Parque Tecnológico de São José dos Campos-SP.

2.5.1.1 As Conferências THA

Até 2016 foram realizadas 14 conferências da THA, em diversas localidades, sendo a primeira já citada em Amsterdã, a segunda em Nova Iorque (1998), e a terceira no Rio de Janeiro (2000). Dentre as outras cidades que sediaram os encontros da THA estão Singapura (2007), Madri (2010), Palo Alto - Califórnia (na própria *Stanford University* - 2011), Londres (2012) e Pequim (2015). Países como a Indonésia (2012) e a Rússia (2014) também já sediaram as conferências.

Em 2015, foi realizada na *Tsinghua University* em Pequim e teve como temática "A relação universidade, indústria e governo nos países em rápido desenvolvimento", e se

---

1/CETREINA na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Foi Especialista Visitante do CNPq junto ao MDIC para pesquisar a educação corporativa no Brasil no contexto industrial e relatora das Oficinas de Educação Corporativa do MDIC.

[97] A CRP Companhia de Participações é uma das pioneiras na indústria brasileira de *Venture Capital* e *Private Equity* com 33 anos de atuação. Apresenta em seu portifolio alguns dos mais importantes investidores e de diferentes perfis. Entre eles estão fundos de pensão brasileiros, como Petros, Fapes, Funcef, Valia, Previ, Celos, Previsc e Luterprev; agências multilaterais, como IFC (*International Finance Corporation* – Banco Mundial), IIC (*International Industry Conference* – Banco Mundial), BID/FUMIN (Fundo Multilateral de Investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento), BADESUL (Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul), BNDESPar, BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul), Desenvolve SP, FINEP e CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina); além de importantes empresas privadas e instituições, como SEBRAE.

[98] A Ultrapar, companhia multinegócios com atuação em varejo e distribuição especializada, por meio da Ultragaz, Ipiranga e Extrafarma, na indústria de especialidades químicas, com a Oxiteno, e no segmento de armazenagem para granéis líquidos, por meio da Ultracargo, é um dos maiores grupos empresariais brasileiros. Com um quadro de 14 mil funcionários diretos, a Ultrapar detém operações em todo o território brasileiro e possui, através da Oxiteno, unidades industriais nos Estados Unidos, no Uruguai, no México e na Venezuela e escritórios comerciais na Argentina, na Bélgica, na China e na Colômbia.

subdividia em 13 subtemas: 1) "Teoria *Triple Helix* avançada", 2) "industrialização, urbanização e modelo da hélice tripla"; 3) "soluções sustentáveis no modelo tríplice hélice"; 4) "universidade empreendedora e desenvolvimento da tríplice hélice"; 5) "universidade e relacionamentos com a indústria"; 6) P & D, inovação e empreendedorismo de alta tecnologia; 7) Inovação cooperativa e Triple Helix; 8) modelo Tríplice hélice para diferentes tipos de inovação (radical[99], disruptiva[100], imitativa[101], frugal[102], inovação social[103], etc); 9) colaboração entre Governo-Indústria- Institutos de Pesquisa; 10) alterações no papel do governo nos Sistemas de Inovação; 11) *capital venture* Público/Privado; 12) ciência, tecnologia e inovação; e 13) gênero e inovação.

Durante a XIII Conferência da THA foram realizados três importantes eventos, segundo a organização: a) o *Innovation Summit*, quando formuladores, líderes e pesquisadores

[99] Algo que é novo para o mercado e que traz uma grande mudança tecnológica, estrutural ou operacional. Para o instituto americano *Radical Inovation Group*, referência mundial no assunto, a definição de inovação radical é a seguinte: a criação de uma nova linha de negócios, tanto para a firma quanto para o mercado, que ofereça de 5 a 10 vezes mais melhorias no desempenho, ou de 30% a 50% (ou mais) de redução nos custos. É comum que o termo seja confundido com inovação disruptiva. Os dois são mesmo parecidos. Só que inovações radicais são disruptivas, mas nem toda inovação disruptiva é radical. Um jeito fácil de diferenciar os dois é saber que, para ser disruptiva, uma inovação não precisa ter uma tecnologia totalmente nova, basta ser mais simples, mais barata, mais prática. Disponível em https://www.napratica.org.br/inovacao-radical-entenda-o-que-realmente-significa/. Acesso em 12/08/2016.

[100] São inovações que introduzem novos benefícios ao mercado, como maior simplicidade e conveniência no uso, muitas vezes também ao menor custo. Estas inovações batem de frente com os produtos e serviços existentes, pois a maioria das empresas não está preparada para enfrentar modelos de negócio diferentes dos que consolidou ao longo de décadas de sucesso. Além disso, por estarem engessadas em seus modelos mentais e presas a processos que a levaram a posições sólidas, custam a perceber as mudanças no mercado, subestimando as inovações disruptivas. Mudanças bruscas não são facilmente aceitas por empresas solidificadas em seus setores de negócio e muitas vezes, por reagirem lentamente, tentam se proteger escudando-se na legislação. As inovações disruptivas não são ilegais, simplesmente não estão reguladas, exatamente por serem disruptivas. Disponível em <http://computerworld.com.br/afinal-o-que-e-inovacao-disruptiva-e-como-ela-ainda-vai-afetar-sua-vida>. Acesso em 12/08/2016.

[101] Não são inovações na acepção da palavra. São estratégias de empresas que lançam no mercado produtos bastante semelhantes aos existentes e que não almejam auferir grandes lucros derivados da liderança e do pioneirismo. Quanto maior a proteção do mercado local, maior a probabilidade dessa estratégia se aplicar, sendo muito comum de encontra-la em empresas nos países dependentes.

[102] Inovação frugal consiste em tornar os produtos e serviços mais simples e mais baratos, fazendo com que eles sejam acessíveis a um grupo maior de consumidores. É um tipo de inovação com base no processo de redução de custos e recursos "não essenciais" de um bem durável, a fim de contemplar a população de renda mais baixa que não tem recursos suficientes para consumir os produtos e serviços concebidos para mercados desenvolvidos. Ao vender os produtos para os chamados "consumidores negligenciados", as empresas esperam que a quantidade vendida compense o baixo preço do produto. Neste caso, a qualidade é dispensada em função da diminuição do custo.

[103] Para os manuais de empreendedorismo, de 2003 a 2008, inovação social é um "processo de inventar, garantir apoio e implementar de soluções inovadoras para necessidades e problemas sociais". Após 2008, o conceito ganha uma nova roupagem, mais palatável, como sendo uma nova solução para um problema social; uma solução mais efetiva, eficiente, sustentável ou justa do que as soluções já existentes e cujo valor gerado beneficia, prioritariamente, a sociedade como um todo e não apenas alguns indivíduos. Trata-se de uma versão acadêmica pela ótica do capital, para definir caridade e assistencialismo.

das diversas áreas de inovação formaram uma plenária para discutir os temas acima citados; b) um *workshop* sobre os futuros rivais do Vale do Silício, quando profissionais, políticos e pesquisadores de diversas regiões do planeta discutiram a formação de um novo sistema de inovação como o situado na Califórnia; e c) o fórum de líderes de universidades empreendedoras, quanto reitores, pró-reitores e pesquisadores de universidades discutiram a relação entre ensino e pesquisa e o "papel econômico da universidade empreendedora".

A XIV Conferência da THA foi realizada em Heidelberg – Alemanha, no período entre 25 e 27 de setembro de 2016, tendo como lema "Abordando desafios para ecossistemas em tempos de crise". Chama-nos bastante atenção a inclusão do quarto elemento no logotipo da THA, que passa a adotar além do trinômio "governo-indústria-universidade", também a "comunidade". Essa inclusão demonstra a importância que o mercado ganha na lógica da hélice tripla.

Os organizadores destacam que nunca se viu uma expansão tão grande do modelo da tríplice hélice como em 2016. Afirmam que a União Europeia continua a promover iniciativas de colaboração que exigem uma estreita cooperação entre as empresas, agentes de inovação do setor público e as autoridades regionais e nacionais. Destacam que a Conferência Internacional Triple Helix 2016 organizada pela *Triple Helix Association*, em cooperação com o Instituto Internacional Triple Helix está construindo uma ampla plataforma de acadêmicos e profissionais para enfrentar os desafios locais e globais do nosso tempo, convidando os participantes com interesses para se juntar aos debates e compartilhar resultados de pesquisas empíricas, experiências de intervenções políticas e ampla prática de transferência de conhecimento. A chamada de trabalhos incluia 20 grandes faixas que irão melhorar as discussões e reunir os principais intervenientes do setor - acadêmicos, líderes políticos com poder decisório, líderes empresariais, ONGs e outros "facilitadores de fronteira", movendo a inovação através dos domínios público e privado.

Reiteram a "crescente importância do conhecimento e o papel da universidade na incubação de empresas de base tecnológica como fonte de formação de novas empresas - especialmente em áreas avançadas da ciência e da tecnologia." Para a THA, "as universidades possuem capacidades organizacionais para transferir formalmente tecnologias, em vez de depender exclusivamente de laços informais". Além disso, julgam que as universidades também estão "ampliando suas capacidades de moldar os indivíduos em programas de educação empreendedora e de incubação empresarial". "A universidade empreendedora assume uma postura pró-ativa em usar o conhecimento para alargar sua contribuição na criação de mais conhecimento acadêmico".

A THA defende que o governo, através das agências de fomento e incubadoras de empresas aja como um empreendedor público e capitalista de risco, indo além de seu papel regulador tradicional na definição das regras do jogo. A interação entre as universidades, bem como através de empresas multinacionais e organizações internacionais resultaria no surgimento de um modelo interativo de inovação. Assim, a inovação tem se expandido para uma atividade que envolve instituições que não são tradicionalmente consideradas como tendo um papel direto na inovação, como universidades.

A XIV Conferência da THA apresenta ainda um artigo para abrir suas discussões, intitulado *Academic Entrepreneurship and the Triple Helix: The Role of University, Industry and Government in Innovation Ecosystems*, que traduzido quer dizer "Empreendedorismo Acadêmico e Triple Helix: O Papel da Universidade, Indústria e Governo em Ecossistemas de Inovação", no qual trata de forma atualizada, dos modelos de inovação defendidos pela associação.

Para a THA, a transferência e a transformação do conhecimento (científico, tradicional e artístico), assim como a criação de novos postos de trabalho e o fortalecimento da atividade econômica, são desafios centrais para as políticas econômicas e de inovação, a níveis local e global. Essas políticas que promovem a criação de empresas *start-up* de base científica tem levantado grande atenção nos últimos anos. Ainda assim, pesquisas acadêmicas, com muita frequência, não se traduzem em produtos ou serviços inovadores. Mesmo que os objetivos da academia sejam diferentes de apenas "fazer dinheiro" registrando patentes e licenciando produtos, podem ser vistos como um indicador para o impacto dos resultados de suas pesquisas. Apresentam uma pesquisa da Associação de Universitários Gerentes de Tecnologia (2009) que mostrou que, de um total de US$ 53,5 bilhões investidos com pesquisa (a maior parte desse financiamento foi fornecido por subvenções federais) pago aos 181 universidades e laboratórios de pesquisa hospitalar, resultou em apenas US$ 2,3 bilhões em receitas de licenciamentos.

Para a Triple Helix Association, duas universidades podem ser mencionadas como uma notável exceção: MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts) e *Stanford*. Eles conseguem combinar um forte histórico de excelência em pesquisa básica e, ao mesmo tempo "expelindo" dezenas de novas empresas a cada ano. Citam também muitas universidades de pesquisa intensiva da Europa, que apresentam baixos níveis de atividades empresariais devido a vários fatores, incluindo: "divisão estrutural do trabalho" entre as universidades técnicas e as de carácter mais geral, o baixo potencial de desenvolvimento de P&D das empresas

locais/regionais e a fraca interação com a universidade, além de fortes diferenças culturais e linguísticas entre os atores hélice tripla (governo, indústria e academia).

Reconhece que há uma enorme distância entre o MIT e *Stanford*, e as universidades empreendedoras aspirantes. Explica que não é por acaso que estas duas escolas desenvolveram seus modelos acadêmicos inovadores e sistemas regionais de inovação em simbiose virtual, negociando com projetos organizacionais, do início ao fim, ao longo das décadas. Este sucesso, segundo os membros da THA, pode ser atribuído a seus fortes laços com a indústria e as redes de conexão do corpo docente, empreendedores e financiadores. Em contraste, os buracos estruturais entre as redes científicas de pesquisa (acadêmicos) e redes industriais (financiadores, gestores profissionais, parceiros da indústria e potenciais clientes) são obstáculos à transferência de tecnologia bem sucedida da universidade para o mercado. "A fim de facilitar o empreendedorismo acadêmico, formas sistemáticas devem ser desenvolvidos para preencher essas lacunas e ultrapassar essas barreiras".

Em contrapartida, lembra que a universidade está inserida em um ambiente exógeno (Ecossistema) nos níveis regionais, nacionais e internacionais. Diferentes contextos institucionais em vários países (leis de propriedade intelectual, diferenças nas atitudes face à atividade empresarial, disponibilidade de financiamento, etc) fazem com que simplesmente emular ou copiar as instituições privadas de sucesso como MIT e Stanford não seja a melhor estratégia para outras universidades e instituições de pesquisa. Assim, o trabalho futuro deve centrar-se nas diferenças entre as diferentes unidades de análise, as diferenças entre as "fases de desenvolvimento" e, especialmente, as diferenças entre os contextos institucionais.

Destaca a importância que deve ser dada ao meio ambiente nas decisões sobre políticas de inovação. Afirmam que recentemente, diferentes estudiosos e profissionais começaram tentativas de descrever e/ou medir a natureza e a sustentabilidade do empreendimento em uma área geográfica específica. A abordagem ecossistema-empreendedorismo oferece uma abordagem holística[104] para compreender as condições e os atores/instituições de fomento na criação de novas empresas. Definem um ecossistema-empreendedorismo como "um conjunto de instituições em rede com o objetivo de auxiliar o empresário a passar por todas as etapas do processo de desenvolvimento de novos mercados de risco".

[104] No âmbito empresarial, visão holística é a visão global de uma empresa, de todos os seus elementos, estratégias e atividades, que resulta em uma representação única da organização. A visão holística é oposta à lógica mecanicista, que compartimenta a empresa em vários blocos, causando a perda da visão global.

Importante ainda, considerar os pontos abordados nos debates, segundo os organizadores da XIV Conferência da THA. Estes trazem de maneira clara o pensamento da associação internacional, que no Brasil, está sediada na UFF, sobre o papel da universidade na produção de inovações, muitas vezes desconsiderando as diferenças regionais.

Eixo 1 - Universidade empreendedora e seu impacto socioeconômico: Para a THA, a universidade empreendedora é componente chave no modelo de hélice tripla, e vem desempenhando um papel cada vez mais importante para a inovação e o desenvolvimento sócio-econômico. Embora a literatura original da universidade empreendedora refira-se principalmente às universidades de pesquisa consolidada e com casos empíricos internos, em disciplinas como engenharias e da área de gestão, uma concepção de crescimento é que as universidades empreendedoras podem ser "qualquer tipo". Com essa noção, um volume crescente de estudos têm abordado o impacto sócio-econômico da universidade empreendedora principalmente em aspectos como transferência de tecnologia, aprimoramento da força de trabalho, reforço da atratividade do ambiente de negócios, promoção da mobilidade social e mudança dos contextos institucionais locais.

Eixo 2 - Universidade empreendedora e sistemas regionais de inovação: para a THA existem basicamente três tipos de metáforas para descrever o papel e função da universidade no desenvolvimento regional. Em primeiro lugar, as metáforas da máquina, onde a universidade assume papel de um "propulsor". Em segundo lugar, metáforas biológicas, tais como "semeadeira" e "terra fértil". Em terceiro lugar, um conjunto de metáforas centradas em redes, onde o ensino superior constitui um '*hub*'[105], e uma "unidade de acoplamento". Neste eixo, aborda os futuros papéis que a universidade empreendedora desempenhará em Sistemas Regionais de Inovação, o impacto da universidade empreendedora num Sistema Regional de Inovação, o mecanismo de interação entre universidade empreendedora e outros agentes de inovação regionais e a melhor prática de transferência de conhecimentos a nível regional.

Eixo 3 - Parques e incubadoras de ciência - novas fronteiras: sessenta e cinco anos após a criação do primeiro parque tecnológico em *Stanford* e cinquenta e sete depois da primeira incubadora de empresas (Batavia), segundo a THA, um novo fenômeno tem vindo à tona desde meados da década de 2000. Trata-se do surgimento de tipos não tradicionais de nichos de inovação: aceleradores, catapultas, distritos de inovação, *makerspaces*[106],

[105] *Hub* é o processo pelo qual se transmite ou difunde determinada informação, tendo, como principal característica, que a mesma informação está sendo enviada para muitos receptores ao mesmo tempo.

[106] Integração dos mercados através de tecnologias de informática e telecomunicações sofisticadas.

hackerspaces[107], espaços de co-working[108], laboratórios *fab*[109], lojas de tecnologia, laboratórios de inovação, laboratórios vivos[110] e outras. Embora cada um deles possua características individuais, eles compartilham, convergindo objetivos, que são semelhantes aos propósitos de incubadoras e parques científicos.

Eixo 4 - Medindo impactos sociais e econômicos de parques tecnológicos: apesar dos parques tecnológicos estarem se espalhando em todo o mundo como resultado das políticas de inovação e competitividade, há poucos estudos capazes de certificar o sucesso dessas organizações. Para a THA, há consenso na urgência de encontrar métodos eficazes para medir esses ambientes inovadores, e sua complexidade tem motivado muitos pesquisadores. Há necessidade de análise métrica de dados e indicadores, não apenas para fins de prestação de contas, uma vez que quase todas os parques tecnológicos são financiados por recursos públicos, mas também porque os estudos deste tipo podem revelar formas e estratégias para aumentar a eficiência desses ambientes e direcionar políticas públicas focalizadas na sua disseminação.

[107] Laboratório comunitário, uma oficina ou um estúdio onde pessoas de diversas áreas podem trocar conhecimento e experiência para construir algo juntos.

[108] Local onde profissionais independentes que procuram um espaço em que possam desenvolver seus projetos sem o isolamento do *home office* ou as distrações de espaços públicos.

[109] Também conhecido como *fab lab*, é um espaço em que pessoas de diversas áreas se reúnem para realizar projetos de fabricação digital de forma colaborativa. Existem três tipos de *fab labs*: os acadêmicos, os públicos e os profissionais. Os acadêmicos (o nome já diz) são sustentados por universidades ou escolas, enquanto os públicos podem ser sustentados por governos, institutos de desenvolvimento ou mesmo comunidades locais. Os profissionais são os únicos que precisam se preocupar com a viabilidade financeira e, geralmente, ganham dinheiro alugando espaço e máquinas para empresas e *makers* desenvolverem seus produtos. Esses *fab labs* costumam cobrar dos frequentadores uma taxa por horas, dias ou meses de uso.

[110] Segundo Kusiak e Tang (2006), um laboratório vivo é um ecossistema de inovação aberta, que muitas vezes opera em um contexto territorial, que integra concorrentemente processos de pesquisa dentro de uma parceria público-privado. O conceito se baseia na abordagem da co-criação feita pelo usuário integrando os processos de pesquisa e inovação. Eles são integrados através da exploração, experimentação e avaliação da inovação em ideias, cenários, conceitos e artefatos tecnológicos relacionados, quando aplicados a casos de uso da vida real. Tais casos envolvem comunidades de usuários, não apenas como sujeitos de observação, mas também como uma fonte de criação. Esta abordagem permite considerar concorrentemente tanto o desempenho global de um produto ou serviço, como sua adoção potencial pelos usuários. Por sua vez, segundo Chesbrough (2003) inovação aberta é um termo criado para indústrias e organizações que promovem ideias, pensamentos, processos e pesquisas abertos, a fim de melhorar o desenvolvimento de seus produtos, prover melhores serviços para seus clientes, aumentar a eficiência e reforçar o valor agregado. Segundo Rahman e Ramos (2010), a teoria de inovação aberta corresponde a uma série de abordagens de inovação cujo elemento base é a inovação feita além dos departamentos de pesquisa e desenvolvimento das organizações. Em outras palavras, inovação aberta incorpora esforços conjuntos de iniciativas internas à organização e uma possível terceirização ou combinação de várias entradas advindas do ambiente externo, durante o processo de concepção e desenvolvimento dos produtos.

Eixo 5 - Dimensões regionais da Triple Helix? clusters[111], cidades e limites geográficos: no entendimento dos formuladores da THA, a partir da introdução de sistemas nacionais de inovação, tem havido uma crescente valorização do papel da intervenção dos governos na construção de cultura de inovação, aumentando a difusão de tecnologias, criação de redes e *clusters*, alavancando pesquisa e desenvolvimento em todos os setores, respondendo à globalização e atraindo investimento direto estrangeiro.

Eixo 6 - Colaboração prática da Triple Helix para a implantação de *clusters* de inovação e clusters de iniciativas: este eixo abordou questões como a triple helix poderá impulsionar a criação de novos *clusters*? Como encontrar uma maneira eficaz de interação na lógica TH para criar *clusters*? Qual a diferença entre *clusters* industriais e *clusters* de inovação? Como criar uma parceria eficaz entre universidades e entidades empresariais em um *cluster*? Quais são os exemplos de melhores práticas em governança e gerenciamento de *clusters*? Quem deve gerir o desenvolvimento do *cluster*?

Eixo 7 - Estimular a inovação e o crescimento através da cocriação[112] universidade-empresa: para os formuladores da THA, o papel das empresas neste processo é crucial. Como as empresas estão focadas principalmente no desempenho econômico, precisam de inovação para manter a competitividade nos mercados em que atuam ou se tornar um sucesso nos mercados em que desejam se inserir. As universidades têm um papel igualmente importante a cumprir no processo, através do investimento (geralmente financiados com dinheiro público) na pesquisa fundamental para a obtenção dos resultados. No entanto, como a indústria se torna a dinâmica da hélice tripla, é de importância primordial para assegurar uma co-criação adequada entre as empresas e as universidades, que esta cocriação não seja vista como serviço de valor agregado, mas sim incorporada ao modelo de negócios de ambas.

Eixo 8 - Os indivíduos na Triple Helix: embora as relações na triplice hélice e seus espaços sejam amplamente discutidos e anunciados como chave para o sucesso econômico, os membros da associação reconhecem que há pouca investigação real sobre como essas interações aparecem a nível individual, e o que a realidade da implementação da hélice tripla realmente apresenta "no chão da produção".

---

[111] Um cluster, no mundo da indústria, é uma concentração de empresas que se comunicam por possuírem características semelhantes e coabitarem no mesmo local. Elas colaboram entre si e, assim, tornam-se mais eficientes.

[112] Cocriação é um termo utilizado em marketing e negócios, derivado do inglês *co-creation*. A cocriação é uma forma de inovação que acontece quando pessoas de fora da empresa, como fornecedores, colaboradores e clientes, associam-se com o negócio ou produto agregando inovação de valor, conteúdo ou marketing, e recebendo em troca os benefícios de sua contribuição, sejam eles através do acesso a produtos customizados ou da promoção de suas ideias.

Eixo 9 - Conduzindo negócios na tríplice hélice e o novo papel do governo: segundo a THA, muitos acadêmicos, administradores e empresários, desde o surgimento da teoria, se esforçaram para estender e operacionalizar o modelo em vários contextos. Enquanto parte significativa da atenção à pesquisa tem sido dada para a compreensão do papel das universidades na incubação de empresas, resta muito a ser explorado em relação ao papel das empresas como incubadoras de universidades.

Eixo 10 - O impacto dos fluxos de informações globais na Triple Helix e as interações e relações universidade-empresa: neste módulo a THA promove análise e incentivo à pesquisa e ao compartilhamento de informações sobre o papel e o impacto dos sistemas de informação sobre o desenvolvimento na Triple Helix. Impactos da modificação de sistemas de comunicação, da ampliação dos padrões governamentais de controle, dos métodos de restrição, dos impactos de segurança cibernética, da sobrecarga de dados, das formas de comunicação, dos sistemas de educação e como a informação é utilizada nos negócios TH.

Eixo 11 – Este tópico aparece em forma de interrogação: será que estamos diante de uma nova geração de sistemas nacionais de inovação? A THA estimula a participação de seus representantes e pesquisadores no sistema nacional de inovação para introduzir suas pesquisas atuais. Estão particularmente interessados em dar respostas a algumas perguntas básicas: Será que estamos diante de uma nova geração de sistemas nacionais de inovação? Que mudanças estão ocorrendo nas políticas públicas nos diferentes países? Qual é o papel da tripla hélice nestes novos desafios? As políticas públicas em todo o mundo têm estimulado a criação de sistemas nacionais de inovação como uma forma de promover o desenvolvimento de regiões e países desejosos de envolverem-se em numa economia global de inovação.

Eixo 12 - Avançando para novos modelos e ferramentas para a transferência de conhecimento: A THA entende que a transferência de conhecimento da academia para o mercado provou ser um grande desafio. Muitas universidades usam ambos os mecanismos, formais e informais, de transferência de tecnologia para alcançar este objetivo. Para a THA, devido ao ambiente instável onde as universidades operam, os modelos de transferência de tecnologia clássicos estão começando a perder a sua eficiência.

Eixo 13 - Modelo da triplice hélice e a criação de conhecimento nos países em desenvolvimento: este eixo teve como objetivo contribur para a análise de como o modelo da hélice tripla foi “criativamente incorporado” nas políticas públicas, missões universitárias e estratégias de negócios, e como a interação entre universidade-empresa-governo tem vindo a melhorar o desenvolvimento econômico e social, a inclusão social e a sustentabilidade nos países, a fim de introduzir novas idéias teóricas e empíricas.

Eixo 14 - Gênero, empreendedorismo e diversidade na academia: discutiu apoio a iniciativas dedicadas a melhorar a igualdade de gênero, concentrando-se em estratégias que envolvam todos os agentes potenciais para superar as indiferenças e a resistência cultural. Fomentam ações projetadas para construir novas perspectivas para além do entendimento tradicional "neutro" da ciência.

Eixo 15 - Medindo o poder da Triple Helix: esse eixo pretendia fazer um debate sobre a força da relação entre os três atores da hélice tripla indo além do subjetivismo, e passando ao lado objetivo, por meio do qual desenvolvem instrumentos através do qual podem medir a força da relação entre os três atores. Apontam questões relevantes a serem investigadas como: qual o nível de comunicação entre as hélices? Qual é o nível de dependência entre as hélices? Como podemos medir o nível de dependência entre os três atores da hélice?

Eixo 16 - Ciência e arte da Triple Helix: Para a THA, a comunicação entre as instituições é certamente diferente em relação à comunicação individual, entretanto, não se deve perder o foco que esta é influenciada pelo um ambiente social ao seu redor. A questão que aqui colocam é: por que os atores da hélice tripla numa sociedade são mais produtivos que em outras?

Eixo 17 - Triple Helix e ecossistemas de empreendedorismo à luz da complexidade e da ecologia evolutiva: segundo a associação, ecossistemas de Empreendedorismo dão uma perspectiva semelhante a uma população heterogênea de agentes, tais como universidades, empresas e instituições de apoio, entre outros, que interagem, co-evoluem e promovem o empreendedorismo.

Eixo 18 - Inovação social - existe um papel para as universidades? A THA considera que a universidade é um componente-chave no modelo tríplice hélice e isto os leva a crer que as universidades são igualmente importantes para a categoria de inovações sociais, que enfocam a intenção de resolver as necessidades sociais e os problemas ambientais. Esperam diferentes papéis das universidades em diferentes tipos de inovações sociais. Em primeiro lugar, as inovações sociais que tentam explorar os benefícios das tecnologias para conectar as pessoas, organizações, recursos e serviços numa nova maneira mais suscetível de envolver papéis ativos às próprias universidades no decorrer dos processos de inovação. Destacam ainda que as inovações sociais que respondem às demandas sociais locais são organizadas por agentes como ONG’s e associações e não incorporam protagonismo às universidades.

Eixo 19 - O desvio da soberania na academia: O impacto das hierarquias tradicional e emergente e o poder das assimetrias na vida acadêmica e Arquiteturas Acadêmicas: Este ítem focou as hierarquias e estruturas de poder que, segundo a THA, afetam o desempenho

acadêmico, bem como a vida acadêmica. Essas hierarquias se originam internamente (por exemplo tradicionais elites das universidades) ou emergem externamente devido a tentativas de introdução da excelência acadêmica. Os dois exemplos mais visíveis das últimas tentativas são o britânico *"Excellence Framework Research*[113]*"* e o alemão *"Exzellenzinitiative*[114]*"*. Estes desenvolvimentos têm presumivelmente um efeito sobre redes científicas, desempenho da pesquisa, empreendedorismo, inserção regional das universidades e as relações entre a academia, política, mídia e economia. Em outras palavras, as estruturas de poder e hierarquias impactam tanto a soberania e a autonomia da universidade que as levam a uma "soberania à deriva" no meio académico. Destacam ainda uma perda relativa da autonomia nos casos das universidades de segunda grandeza e uma possível vantagem competitiva para as universidades de elite. Vislumbram estabelecer o impacto dessa hierarquização nas condições de trabalho nas universidades e laboratórios, nos valores científicos e empresariais, na autonomia da pesquisa, na criatividade e na diversidade da investigação, nos conceitos de desempenho e prestação de contas, na colaboração, competição e conflito com colegas, empresas e governo e na inserção regional.

Eixo 20 - Previsões - políticas de reforço e tomada de decisões corporativas: Neste ítem a THA apresentou a necessidade de novas percepções por parte da academia sobre o impacto das decisões de prospecção de novos mercados e áreas de atuação sobre o desempenho e a qualidade das decisões corporativas.

2.6 **Constatações e perspectivas sobre a interação universidade-empresa**

Ao fazermos a análise dos 20 pontos abordados pela THA, identificamos alterações significativas no argumento da tríplice hélice originalmente formulado por Etzkowitz e Leydesdorff (1995), e percebemos claramente que a universidade agora é posta como parte da cadeia de produção econômica. Não é mais um modelo tripartite, pois a universidade agora, além de envolver esses três entes (universidade-empresa-governo), também precisa envolver a comunidade. A sociedade civil incorpora-se à sociedade econômica. A universidade, embora seja uma instituição estatal e pertença à sociedade civil, tem agora uma inserção estrutural no

[113] Método de avaliação da pesquisa de instituições de ensino superior britânicos.

[114] Método de avaliação da pesquisa de instituições de ensino superior alemãs.

processo de produção econômica. E mais, tem que produzir uma hegemonia na sociedade civil na direção voltada para o capital. Daí a importância do empreendedorismo e das ciências humanas no processo.

Segundo Leydesdorff (2005, p. 2), a inovação não é uma unidade de análise estável, e sua compreensão depende da avaliação não só de uma estrutura já delimitada, mas também da reflexividade de suas interfaces em diferentes momentos no tempo e de suas reconfigurações constantes. Entender a inovação, ou o que leva a ela, significa considerar as evoluções do conhecimento como sistemas que se reconstroem, tendo em si próprios, dinâmicas específicas, ao mesmo tempo em que há o desenvolvimento de outros subsistemas em interação com a sociedade (LEYDESDORFF, 2005, p. 2).

Embora ainda sustente o DNA do argumento da TH, o modelo original tornou-se obsoleto, e mesmo agregando posteriormente novos atores como investidores e usuários (modelo da tríplice hélice expandida), não refletem a realidade prática. Ambos desconsideram agentes fundamentais no processo de produção de inovação, como os empreendedores e suas *startups*, assim como os clientes que pagarão pelas inovações.

Dados recentes apresentados pelo MIT (Massachusetts Institute of Technology) revelam que, nos EUA, 93% das inovações vêm de fora das empresas já estabelecidas, e explicam tal número pela aversão ao risco das grandes corporações. Desta forma, o risco recai sobre o governo e as startups.

Cummings (2014) aponta que a universidade emerge nesse novo contexto como propulsora de uma economia global, devendo produzir apenas aquilo que seja eficiente para o crescimento econômico. Para ele, a função objetiva da universidade, alimentada por uma lógica de diminuição dos custos de produção, é transferir tecnologia para o mercado. O autor defende o fomento de parcerias público privadas e a difusão do empreendedorismo entre alunos, professores, técnicos, fortificando as relações universidade-empresa-Estado e a comunidade (mercado), num compromisso coletivo. E é esse compromisso, materializado no modelo de transferência de tecnologia (através de incubadoras de empresas e *start ups*), que alimentará o investimento inicial nas pesquisas direcionadas para a obtenção do "conhecimento matéria prima".

Segundo Christensen (2015), existem três tipos de inovação: 1) a inovação por performance, quando as empresas economizam na maneira de produzir mercadorias e serviços no interior das empresas; 2) a inovação por substituição no mercado ou "inovação por sustentação", quando a empresa substitui um produto por outro num mercado que já era dela; e 3) a inovação disruptiva ou que cria novos mercados. Verifica-se, empiricamente, que as

grandes empresas têm muita dificuldade em executar esse terceiro tipo de inovação. As grandes empresas, já estabelecidas, tendem a focar na manutenção de seus mercados e no aumento da eficiência de sua produção, ou seja, nos dois primeiros tipos de inovação. A inovação disruptiva é mais do que auferir ganhos financeiros ou estratégicos. Para ser classificada como uma inovação disruptiva, segundo Christensen (2015, p. 34), esta deve se originar em pontos mais baixos dos mercados, ou seja, com foco em clientes de menor poder aquisitivo que não são atendidos em sua capacidade de consumo, portanto menos exigentes; ou em novos mercados.

No caso dos clientes situados nos pontos baixos do mercado, as empresas com tecnologias disruptivas tentam atender às necessidades de nicho, oferecendo um produto "bom o suficiente" para atender às expectativas desses consumidores. Com relação aos novos mercados, os produtos disruptivos tentam transformar os "não consumidores" em novos consumidores.

Christensen (2015, p. 33) afirma que a própria Teoria da Inovação Disruptiva[115] passa a ser vítima de seu próprio sucesso, pois apesar de sua ampla disseminação, seus principais conceitos foram mal interpretados e seus princípios básicos frequentemente mal aplicados. Critica diretamente o uso descabido do termo "disruptiva" para fazer menção a tudo aquilo que querem executar.

Harvey (2016, p. 127-130), ao analisar a décima das 17 contradições por ele encontradas no capitalismo, afirma que, apesar da apologia à livre concorrência e ao poder da mão invisível do mercado desde Adam Smith e a maneira sempre negativa atrelada aos termos monopólio e seus cognatos monopsônio e oligopólio, estes não são aberrações do sistema burguês. Esta afirmação de Harvey serve de pano de fundo para outra que o autor profere mais adiante, onde categoricamente sinaliza que o poder do monopólio é fundamental para o funcionamento do capitalismo, numa unidade contraditória com a livre concorrência.

Harvey explica que o discurso e as políticas públicas, assim como suas leis e normas, precisam garantir preços de livre concorrência para o bom funcionamento das economias capitalistas saudáveis, mas ressalta, citando Stiglitz[116], que só existem duas maneiras de enriquecer: criando riqueza ou tirando-a de alguém. Para exemplificar, Harvey volta a citar o economista alemão, afirmando que "algumas das inovações mais importantes nos negócios

[115] A Teoria da Inovação Disruptiva foi criada por Claytor Christensen e se refere às inovações tecnológicas capazes de produzir produto ou serviço que criem um novo mercado e desestabiliza os concorrentes que antes o dominavam. É geralmente algo mais simples, mais barato do que o já existente, ou algo capaz de atender um público que antes não tinha acesso ao mercado.

[116] Joseph Stiglitz. The Price of Inequality (Nova York, Norton, 2013, p. 44).

nos últimos trinta anos se concentram não em como tornar a economia mais eficaz, mas em como garantir o poder de monopólio e contornar as regulamentações governamentais" (STIGLITZ *apud* HARVEY, 2016, p. 129), ou seja, apropriando-se de uma renda extra, que segundo Harvey, é uma maneira educada e vagamente neutra de se referir ao que ele chama de "acumulação por espoliação" (HARVEY, 2016, p. 128).

A sentença de Harvey, de que quase todo capitalista prefere ser monopolista a competidor, de certa forma, explica a preferência dos empresários já estabelecidos pelos dois primeiros tipos de inovações mencionadas anteriormente, a fim de agilizar seus processos estrategicamente, melhorá-los financeiramente e manter seus mercados consumidores. Harvey (2016, p. 131) segue, levantando uma questão: talvez a contradição entre monopólio e livre mercado, pendendo para o monopólio, de certa maneira seja bastante interessante para o capital, permitindo o cálculo racional, a padronização e o planejamento antecipado por parte dos capitalistas, frente ao caos da incerteza dos mercados instáveis.

> Podemos concluir que o capital é apaixonado pelo monopólio. Ele prefere certezas, vida mansa e mudanças lentas e cautelosas, que têm lugar com um estilo monopolista de trabalho e de vida, longe da brutalidade e da confusão da concorrência. Também por essa razão, o capital ama mercadorias únicas, tão singulares que podem ter preço de monopólio. O capital faz um grande esforço pra se apropriar dessas mercadorias e fomentar sua produção, vestindo-as muitas vezes com trajes de puro prazer estético (HARVEY, 2016, p. 134).

Christensen (2015, p. 48) aponta que as empresas já estabelecidas precisam reagir às interrupções que estejam ocorrendo, sem exagerar e desmantelar seus negócios que ainda são lucrativos. Para o autor, essas empresas devem continuar a fortalecer seus relacionamentos com os principais clientes, investindo em inovações sustentáveis, ou seja, nas inovações "por performance" ou "por sustentação". Caso apliquem recursos em novas tecnologias, o devem fazer de maneira que não interfiram em seu mercado estabelecido. Aponta que não é fácil para nenhuma empresa gerenciar duas operações de mercado muito diferentes.

Para Christensen (2015, p. 49-50), a propensão de uma empresa para mudanças estratégicas é profundamente afetada pelos interesses de seus clientes, que em última instância são os fornecedores dos recursos necessários para a sobrevivência da empresa no mercado. Para ele, as empresas ouvem seus clientes atuais e se concentram em inovações sustentáveis (que têm margens de lucros elevadas e segmentam grandes mercados com clientes bastante conhecidos) como resultado, a fim de manter tal clientela. O foco das empresas e de seus gerentes nessa clientela torna-se institucionalizado em processos internos, que tornam mais difíceis ações dos executivos que desloquem investimentos para inovações disruptivas.

Isso pode explicar a falta de interesse dos grandes grupos empresariais plenamente estabelecidos em procurar as universidades e centros de pesquisa para investimento em inovações tecnológicas disruptivas, deixando a tríplice hélice capenga.

No Brasil, podemos destacar como exemplo desta lógica, a criação do Programa Nacional de Plataformas de Conhecimento (PNPC), implantado através do Decreto nº 8.269/2014, que tinha como objetivo alçar o país às demandas de setores estratégicos da economia nacional e das empresas transnacionais, através da solução de problemas técnicos específicos ou da obtenção de produtos ou processos inovadores, de bens ou serviços, que envolvessem risco tecnológico, estimulando a parceria entre empresas e instituições de pesquisa científica e tecnológica. As universidades assumiriam papel central nessa articulação.

Entretanto, o que observamos na empiria, na média das instituições potencialmente produtoras de ciência e tecnologia, aproxima-se mais do que Rocha (2014) denomina de modelo da Tripla Hélice "desmembrada" brasileira, que encontra como principal vetor o Estado, e em sua maioria pautada em inovações por sustentação ou por desempenho. Inovações disruptivas são raras em países periféricos e ficam exclusivamente pautadas em financiamentos estatais, advindos das IES, dos institutos de pesquisas e das agências de fomento, mirando basicamente *startups*.

Rocha (2014) lembra que o projeto de articulação entre a iniciativa privada e o âmbito acadêmico foi em sua totalidade "elaborado, processado, financiado e administrado por órgãos estatais, como o CNPq, o MCT e o MDIC". Considera que "a direção da interação é bidirecional, ou seja, as empresas se articulam com o Estado, bem como as universidades também estão articuladas com esse ator". Conclui que o cenário encontrado atualmente é resultado de um processo formacional e societário bastante amplo, onde o patrimonialismo e o suposto desenvolvimentismo "são fruto de uma lógica predominante onde o Estado foi gestado e socializado como o vetor capaz de empreender não somente políticas públicas, mas de ser o fator chave da organização sócio-política no Brasil" (ROCHA, 2014, p. 110). O Estado continuou atuando como ator vertical, enquanto que a "estrutura produtiva" e a "infraestrutura científico-tecnológica" pouco interagiram entre si.

Contraditoriamente, o Brasil apresenta números expressivos quando analisamos a publicação de artigos científicos. Segundo dados da prestigiada base internacional de dados Thompson/ISI, o Brasil foi o sexto país que mais aumentou o número de publicações entre 1981 e 2009, publicando cerca de 32.100 artigos em 2009. O número de patentes registradas

no USPTO (*Unites States Patents and Trademark Office*), responsável por estas questões no mundo inteiro, foi de apenas 175 em 2010, entre os 568 pedidos feitos (ROCHA, 2015, p. 49).

Buss (2005, p. 4) identifica um descompasso entre a produção de ciência e de tecnologia no Brasil, destacando que "a ciência vai bem, mas o desenvolvimento tecnológico ainda fica muito a dever ao padrão científico que alcançamos". Rocha sentencia que o problema que se coloca é responder as seguintes questões: como produzir ciência e tecnologia de forma equiparada? E quais as dificuldades que podem ser superadas no país?

Essa nova visão predominante a respeito da função da universidade pública, voltada para a lógica empresarial, desenvolvida no Vale do Silício por Etzkowitz e Leydesdorff, chega ao Brasil através da THA, que é representada no Brasil por um escritório regional com funcionamento no Campus Volta Redonda da Universidade Federal Fluminense, sob a forma de grupo de pesquisa, conforme analisaremos no próximo capítulo, juntamente com outras unidades e seus líderes, que executam as ações de produção de ciência e tecnologia no âmbito da UFF, e de que modo afeta o trabalho do professor/pesquisador com sua lógica empreendedora.

3 TRABALHO DOCENTE NA DISSEMINAÇÃO DA CULTURA EMPREENDEDORA: O PAPEL DOS PROFESSORES EMPREENDEDORES E DAS UNIDADES DIFUSORAS DO EMPREENDEDORISMO NA UFF

Este capítulo desenvolve uma análise de como as alterações na produção do conhecimento se materializam no interior da Universidade Federal Fluminense e como docentes propagadores da lógica empreendedora ocupam cargos estratégicos na estrutura da instituição. Analisaremos os setores indispensáveis no processo de cooptação de alunos, professores e funcionários técnico-administrativos da difusão desse projeto, destacando o papel da Associação Triple Helix Brasil e seus mentores intelectuais, presentes na UFF. Faremos um mapeamento das ações relativas à captação de recursos externos, do direcionamento desses recursos, desvendando o que realmente é encaminhado para a pesquisa e extensão e o que serve apenas como inserção da universidade pública no mercado educacional privado. Salientamos também o forte papel ideológico dessas ações, que assumem consequências que ultrapassam o trabalho do professor pesquisador e chegam à formação profissional.

A discussão sobre a produção do conhecimento apresenta-se nas universidades públicas de maneiras diferenciadas conforme já expomos anteriormente. Na Universidade Federal Fluminense, essa questão assume vários contornos.

Começamos pela unidade que assume situação relevante neste emaranhado de normas que transpõem a fronteira entre o público e o privado: a da Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à UFF (FEC) e seus gestores, que gerenciam um orçamento de cifras milionárias, englobando recursos públicos e privados, num sistema híbrido que não prima pela transparência e que também serve de propulsor para financiamento de iniciativas privadas, bem como para pagamento de recursos humanos públicos em atividades de produção de P&D voltadas para interesses privados.

3.1 **Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à UFF (FEC)**

O “coração” da ideologia empreendedora na UFF foi criado em 1997, como instituição de direito privado sem fins lucrativos no esteio da Lei nº 8.958/94 no governo Itamar Franco.

A FEC nasce com objetivos declarados de "facilitar" os pesquisadores, professores e cientistas em "focar em suas atribuições", enquanto a instituição traria para si as responsabilidades administrativas e financeiras como compras, importações, contratação de pessoal, contabilidade e prestação de contas.

Começou a funcionar efetivamente em 1999, com a missão oficial de "utilizar decisões e práticas organizacionais", combinando "responsabilidade social, ambiental e econômica", captando e gerenciando recursos por meio de parcerias com instituições públicas e privadas.

Entre suas funções regimentais, estão: i) celebrar convênios e contratos com pessoas físicas ou jurídicas, com a finalidade de realização de pesquisas, estudos ou projetos que, por si ou pela remuneração que proporcionarem, atendam às necessidades da Fundação de apoiar e/ou promover a Universidade Federal Fluminense; ii) prestar serviços técnicos profissionais especializados para atender a instituições públicas, da administração direta, indireta ou fundacional, como também a entidades privadas, relativamente a: estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos; pareceres, perícias e avaliações em geral; assessorias e consultorias técnicas; fiscalização, supervisão e/ou gerenciamento de obras e/ou serviços; cursos, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal com elaboração e fornecimento de material didático quando necessários; conferências, palestras e seminários; iii) administrar convênios celebrados entre a UFF e outras instituições públicas, da administração direta, indireta ou fundacional, assim como entidades privadas; iv) estimular e facilitar o intercâmbio de idéias, a troca de informações e contatos profissionais entre a UFF e a comunidade; v) viabilizar viagens, visitas, excursões, sessões artísticas, eventos culturais e reuniões sociais, dentro de um programa de atualização e ampliação dos conhecimentos técnicos e culturais de instituições e pessoas físicas; vi) viabilizar a publicação de livros, revistas, boletins, relatórios, artigos, apostilas, monografias, comunicações e outras publicações em qualquer mídia; e vii) apoiar linhas de pesquisa, programas de ensino, de extensão e de desenvolvimento institucional, com a concessão de bolsas de estudo, bolsas de trabalho, estágios profissionais, prêmios de estímulo à produção intelectual, viagens, diárias, verbas de representação e de deslocamento e ajuda de custos em geral. É importante pontuarmos que todas as atribuições elencadas acima já eram atribuições da instituição anteriormente.

Atualmente, encontra-se credenciada no MCTIC e registrada na Provedoria das Fundações do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, sendo esta segunda a responsável por: i) examinar as contas prestadas, anualmente, pelos administradores das fundações, compreendendo os balanços e demais elementos contábeis, relatórios dos

administradores, manifestação dos órgãos internos de controle e dos auditores externos, assim como outros instrumentos pertinentes, aprovando, ou não, as mencionadas contas e determinando as medidas adequadas; ii) exigir prestação de contas por parte das administrações fundacionais omissas; iii) receber ou requerer relatórios, orçamentos, planos de custeio, elementos contábeis, informações, cópias autenticadas de atas, de atos gerais, regulamentares e especiais dos administradores das entidades, e demais documentos que interessem à fiscalização das fundações; iv) fiscalizar o funcionamento das administrações das fundações, para controle da adequação da atividade da instituição a seus fins, e da legalidade e pertinência dos atos de seus administradores, levando em conta as disposições legais, regulamentares e estatutárias; v) promover a realização de auditorias, estudos atuariais e técnicos e perícias, correndo as despesas por conta da entidade fiscalizada, cabendo à Supervisão da Provedoria de Fundações a designação de técnicos para tal fim e o arbitramento dos respectivos honorários; vi) comparecer, sempre que for julgado necessário, membro do Ministério Público, às dependências administrativas e aos estabelecimentos das fundações, e às reuniões dos respectivos órgãos, com a faculdade de discussão das matérias, nas mesmas condições asseguradas aos membros daqueles órgãos; vii) promover remoção definitiva de administradores das fundações, nos casos de gestão irregular ou ruinosa, e nomeação de quem os substitua; viii) declarar a invalidade ou ineficácia de atos praticados pelos administradores das fundações, e promover as medidas judiciais e extrajudiciais pertinentes; ix) tomar medidas cautelares administrativas visando à preservação do patrimônio fundacional e da consecução de seus fins; x) apreciar previamente pedidos de alienação de bens, de operações financeiras e de todos aqueles atos que exorbitem da administração ordinária; xi) requerer, dos órgãos públicos, diligências, providências, certidões e esclarecimentos pertinentes à sua competência, bem assim acompanhamento das diligências que forem requeridas; xii) determinar intimação dos integrantes dos órgãos de administração das fundações, para comparecerem à sede dos órgãos do Sistema; xiii) quaisquer outras medidas administrativas e judiciais julgadas pertinentes ao exercício de sua competência.

A FEC considera-se “ferramenta indispensável no atendimento competente e ágil das exigências do mundo moderno”, eliminando o que chamam de “amarras burocráticas” do processo decisório interno às universidades, criticando as decisões colegiadas.

A normatização das ações realizadas entre a FEC e a UFF foram determinadas pela Norma de Serviço nº 637, de 02/09/2014, a fim de regulamentar a execução de programas e projetos, nas áreas de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico bem como de estímulo à inovação. Esta norma estabelece que a “formalização de

contratação ou outras formas de parcerias da FEC com a Universidade para a execução de projetos, incluindo propostas, planos de trabalho e outros documentos que contemplem os itens determinados em normativos em vigor, são autorizadas pelas instâncias próprias da Universidade, conforme o tipo de projeto", ou seja, projetos de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional deverão ser autorizados pelas unidades acadêmicas, enquanto que processos oriundos das áreas administrativas deverão passar pelo crivo da chefia do setor e da unidade a que esteja vinculada. A autorização final caberá à PROPLAN (Pró-Reitoria de Planejamento).

A Norma de Serviço destaca também os critérios para compra de equipamentos, terceirização e pagamentos de bolsas a servidores técnico-administrativos e docentes, apontando a necessidade de descrição de critérios e metodologias para seleção, apresentação de orçamentos, detalhamento de custos operacionais e justificativa.

Esse mesmo documento determina que 12% dos recursos captados pela fundação de apoio devem ser ressarcidos à UFF, sendo 2% para o departamento de ensino; 2% para a unidade acadêmica; 5% para o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)[117]; 2% para as Pró-Reitorias; e 1% destinados ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme a Lei n° 9715/98 e Decreto n° 4524/2002. A arrecadação específica relativa aos cursos pagos (pós-graduação *lato sensu*, aperfeiçoamento, atualização, extensão e os mestrados profissionais) obedecem à regulamentação específica do CUV (Conselho Universitário) que será analisada mais à frente quando apresentarmos o LATEC.

Até abril de 2017, o Diretor-Presidente era o professor do Departamento de Engenharia de Produção, Osvaldo Quelhas (foi substituído recentemente pelo professor Alberto Di Sabbato, ex-Chefe de Gabinete do Reitor), que também coordena o Latec-UFF (Laboratório de Tecnologia, Gestão de Negócios e Meio Ambiente) que é a principal fonte de arrecadação de recursos privados através de cursos de pós-graduação pagos. Acumula também as funções de Coordenador de Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) e membro efetivo da Comissão de Responsabilidade Social do IBP (Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis). Foi Diretor da ABEPRO (Associação Brasileira de Engenharia de Produção) entre 2006 e 2009 e atuou em empresas privadas como a Shell (1986-1992) e Mills Equipamentos (1980-1985). Desde 2014 coordena projeto de pesquisa denominado Gestão Sustentável de Organizações Brasileiras Privadas, Públicas e do Terceiro Setor: estudo de aplicação a organizações micro, média e pequena no estado do Rio de Janeiro, ancorado em premissas empresariais como segurança do

[117] Em caráter excepcional este percentual poderá ser diminuído, mediante justificativa.

trabalho, desenvolvimento sustentável, meio ambiente, qualidade total e responsabilidade social[118].

Na Direção Administrativa-Financeira encontrava-se o professor do Departamento de Contabilidade Julio Vieira Neto (até abril de 2017[119]). É pesquisador em áreas como gerenciamento do ciclo de vida do produto e custo do ciclo de vida do produto (CCVP), vinculados à área de sustentabilidade, estudos de viabilidade econômica de materiais ecoeficientes. Também é consultor empresarial nas áreas de planejamento estratégico, estudos de viabilidade técnica econômica (EVTE) e mapeamento de processos. Atuou como executivo na área de desenvolvimento de novos negócios em empresas de grande e médio porte nos setores de telecomunicações e embalagens, como a Devon Energy do Brasil (atualmente), Inovax Engenharia de Sistemas, Rimec Empreendimentos, além de ter lecionado na Universidade Católica de Petrópolis (UCP) e no SENAC/SP. Assim como o Diretor-Presidente, também faz parte do corpo docente vinculado ao Latec/UFF[120].

Julio Vieira Neto, recentemente (outubro de 2016), apresentou trabalho no XXXVI Encontro Nacional de Engenharia de Produção, em João Pessoa – PB, onde deixa bastante clara sua visão de gestão empresarial para as universidades brasileiras, com o título de "Estabelecimentos de Indicadores de Desempenho na Gestão Pública: estudo de caso em uma universidade pública federal". Neste estudo, o ex-diretor executivo-financeiro da FEC enfatiza a necessidade "de se buscar maior eficiência dos processos organizacionais", visto que os tempos atuais "intensificam a competitividade" e geram "exigências sobre os serviços prestados por instituições públicas ou privadas" (ALVES; NETO, 2016, p. 2).

O autor coloca no mesmo plano as esferas pública e privada, baseando ambas em parâmetros empresariais. Suas palavras sempre remetem à relação qualidade *x* eficiência, ressaltando a importância que dá ao controle minucioso dos recursos, alimentando o conhecido discurso de se fazer bem feito com orçamentos minguados. Para tal, recomenda a prática da "governança corporativa" nas universidades públicas, focando principalmente os "resultados obtidos do investimento público" e promovendo uma maior responsabilização dos gestores através de mecanismos de "sanções e recompensas", resultando no que chama de "governança pública". Identifica este sistema como algo que "identifica limites e responsabilidades para com as questões sociais e econômicas" do setor em foco, no caso, as

[118] Informações coletadas no Plataforma Lattes.

[119] Atualmente o cargo está vago.

[120] Informações coletadas no Plataforma Lattes.

IFES. Insiste na necessidade de “utilização de técnicas de gestão de negócios privados com foco na medição de desempenho e satisfação do cliente”, no que chama de Nova Gestão Pública (ALVES; NETO, 2016, p. 3-4).

Tais conceitos podem ser facilmente identificados no processo de gestão da FEC, onde o caráter privado se sobrepõe ao público, e as funções sociais da universidade pública são esfaceladas.

No Conselho de Administração da FEC encontrávamos (até abril de 2017) nomes importantes da hierarquia da UFF como o Pró-Reitor de Extensão, Cresus Depes de Gouveia (Presidente), o Chefe de Gabinete do Reitor, Alberto Di Sabbato (agora Presidente) e o ex-Reitor, Luiz Pedro Antunes. Chama-nos atenção a presença do coordenador da THERG-Brazil (*Triple Helix Research Group*), Marcelo Amaral na composição do referido conselho, e que mais adiante será analisada.

A fundação recebeu entre 2013 e 2015, quatrocentos e noventa e duas propostas de serviços e convênios, das quais trezentos e setenta e oito foram aprovadas. Destes, cento e um projetos iniciaram-se em 2015. Atualmente, a FEC tem 421 projetos em desenvolvimento, dos quais 175 de ensino, 100 de pesquisa, 57 de extensão e 44 de desenvolvimento institucional.

O relatório de atividades de 2015 da FEC apresenta um grande número de instituições públicas e privadas, com as quais a fundação estabeleceu algum tipo de parceria, dentre as quais: Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Escola Superior de Guerra, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Ministério da Defesa, Empresa de Lazer e Turismo de Niterói (NELTUR), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Petrobras, Furnas, Eletrobras, Ampla, Light, Queiroz Galvão, Ford, Elgin, Philips, Lanxess, White Martins, SESI/RJ, dentre outras tantas. Em números relativos, a FEC estabelece 77% de suas parcerias com empresas privadas, 13% com órgãos públicos, 5% com empresas de economia mista e 8% com fundações e associações diversas.

Em 2015 a instituição pagou 14.807 bolsas vinculadas a projetos, nas categorias ensino, pesquisa e extensão, sendo 8.439 para servidores (docentes e técnicos) e 6.278 para alunos, além de 90 bolsas estágio.

Segundo o Relatório de Gestão da FEC de 2015, a entidade captou externamente R$ 80,434 milhões de reais, dos quais 72,74% vieram do próprio governo federal, 16,96% de outras esferas do poder público e apenas 8,82% de empresas privadas. Os maiores repassadores de recursos aos cofres da Fundação em 2015 foram a própria UFF (44,56%) e a Petrobras (48,12%). Em anos anteriores, a FINEP também foi importante fonte de recursos. A

FEC destaca ainda que, em 2015, ressarciu R$ 6,77 milhões aos cofres da universidade, conforme determina a legislação.

Tabela 1 – Captação de recursos externos pela FEC em 2015 por esfera

	Captação de Recursos Externos (em milhões de reais)	**% do Total de Recursos Captados Externamente**
Totais	80,43	100
Esfera Federal	58,51	72,74
Outras esferas públicas e economia mista	14,1	17,7
Esfera privada	7,09	8,82

Fonte: Relatório de Gestão FEC 2015.

Tabela 2 – Captação de recursos externos pela FEC em 2015 por instituição

	Captação de Recursos Externos (em milhões de reais)	**% do Total de Recursos Captados Externamente**
Totais	80,43	100
UFF	35,84	44,56
Petrobras	38,7	48,12
Outras	5,88	7,32

Fonte: Relatório de Gestão FEC 2015.

A Reitoria foi a unidade que mais recebeu recursos ressarcidos, totalizando R$ 4,6 milhões (68,2% do total). A seguir aparecem a Escola de Engenharia com R$ 752 mil (11,1%) e a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis com R$ 883 mil (13%). Aparece também com relativa expressividade (2,87%) o Instituto de Letras, ancorado na cobrança de mensalidades de cursos de línguas estrangeiras oferecido pelo PROLEM (Programa de Línguas Estrangeiras Modernas). Cabe salientar que as demais unidades da UFF sequer chegam a 1% dos recursos cada, incluindo aquelas que possuem altos custos de pesquisa como os Institutos de Química e Geociências.

Tabela 3 – Recursos repassados pela FEC à UFF em 2015 por unidade

	Recebimento de Recursos Repassados pela FEC (em mil reais)	**% do Total de Recursos Repassados pela FEC**
Administração Central (Reitoria)	4.600,00	68,21
Escola de Engenharia	752,15	11.10
Faculdade de Administração e Ciências Contábeis	883,06	13,04
Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda	2,96	0,04
Instituto de Computação	74.61	1,10
Instituto de Física	3,60	0,05
Instituto de Letras	194,74	2,87

Fonte: Relatório de Gestão FEC 2015.

Ao analisarmos os projetos executados pela FEC ao longo dos últimos quinze anos, tomando como base as informações disponibilizadas pela seção “transparência” da página eletrônica da fundação, encontramos alguns números bastante elucidativos sobre a movimentação de recursos financeiros e a lógica empreendedora que fundamenta o trabalho docente na UFF. As informações prestadas pela fundação de apoio são parte dos relatórios semestrais de prestação de contas dos referidos projetos, com base no mês de dezembro de 2016.

Neste trabalho, analisamos alguns aspectos das planilhas disponibilizadas pela fundação, detalhando orçamentos e despesas executadas dos projetos, gastos com pagamento de bolsas para docentes e alunos, contratação de empresas (pessoas jurídicas) e de pessoas físicas, além de aquisição de bens e equipamentos para a universidade. Optamos por selecionar 335 projetos, vinculados às unidades da UFF que mais se engajam na difusão da ideologia empreendedora e as que mais receberam recursos através da fundação de apoio institucional. Além destas unidades, incluí o próprio Gabinete do Reitor e as Pró-Reitorias de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, de Planejamento e de Extensão. Monitoramos os projetos executados pela Escola de Engenharia, pela Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda, Instituto de Química, Instituto de Geociências e Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. Cabe destacar que as planilhas de diversos projetos de alta monta, principalmente os vinculados à Reitoria, apresentavam somente os valores totais orçados, omitindo os valores executados e as discriminações nas diversas rubricas, entretanto, partimos da premissa de que são informações verdadeiras e confiáveis, visto que são públicas e elaboradas pela própria FEC, além de serem constantemente auditadas pelo Ministério Púbico do Estado do Rio de Janeiro, conforme já detalhado.

Chamou-nos atenção a discrepância entre os valores orçados e os valores executados, sendo os primeiros bastante superiores aos segundos. Os valores orçados nesta grande amostra de projetos delineada chegam a cerca de R$ 331 milhões, ao passo que foram efetivamente executados algo em torno de R$ 54 milhões. Deste total, levando-se em conta o orçamento, R$ 82 milhões foram destinados ao pagamento de bolsas para professores/pesquisadores. Ao analisarmos o gasto executado, esse valor cai para R$ 21,1 milhões. Podemos concluir que 38% dos valores executados para projetos de pesquisa, extensão e cursos de pós-graduação latu sensu autofinanciáveis são destinados ao pagamento de bolsas de docentes a título de remuneração complementar. Nesta rubrica especificamente foi executado apenas 25% do valor orçado.

Para pagamento de bolsas de estudo a alunos de graduação e pós-graduação, o orçamento destinou pouco mais de R$ 17,7 milhões, executando destes somente R$ 4,4 milhões, cerca de 25% do valor orçado. Isso corresponde a apenas 8% do valor total executado nos projetos.

Em relação a contratações externas, ou seja, de pessoas jurídicas e físicas, as cifras orçadas chegam, respectivamente, a R$ 50,5 milhões e R$ 15,5 milhões. Efetivamente executados foram, respectivamente, R$ 19,5 milhões e R$ 1,4 milhão. Chama-nos atenção as altas cifras envolvidas com contratações de empresas nesses projetos, representando 35% dos valores executados.

Relativos à aquisição de bens e equipamentos para a UFF foram orçados R$ 8,6 milhões, dos quais apenas R$ 3,6 milhões foram empenhados, cerca de 6% dos valores totais gastos nos projetos.

Tabela 4 – Valores orçados e executados na amostra de 335 projetos da FEC entre 2001 e 2016

	Valores Orçados (em milhões de reais)	**Valores Executados (em milhões de reais)**
Total	331	54
Bolsas p/ Docentes	82	21,1
Bolsas p/ Discentes	17,7	4,4
Contratação de Pessoas Jurídicas	50,5	19,5
Contratação de Pessoas Físicas	15,5	1,4
Aquisição de Bens e Equipamentos	8,6	3,6

Fonte: Relatório de Gestão FEC 2015.

Esmiuçando ainda mais tais planilhas, encontramos que, destes 335 projetos, 79 são relativos à pesquisa e projetos de extensão diversos, enquanto que 256 se referem à execução de cursos de especialização e MBA's chamados autofinanciáveis, ou cursos de pós-graduação pagos. Os 79 projetos de pesquisa e extensão tiveram orçamento da ordem de R$ 112,7 milhões, enquanto que os projetos que envolviam cursos autofinanciáveis tiveram R$ 219 milhões. Trazendo para gastos efetivos esses montantes caem para R$ 20,8 milhões e R$ 33 milhões. Segundo os dados disponibilizados no Portal da Transparência da Fundação, a FEC empenha aproximadamente 60% mais dinheiro para projetos relacionados a cursos de pós-graduação pagos do que para projetos diretamente ligados a pesquisas e extensão.

Com relação ao pagamento de bolsas a docentes, que é o objeto mais diretamente ligado ao estudo do trabalho do professor empreendedor, identificamos que os projetos de pesquisa e extensão pagaram R$ 6,9 milhões dos R$ 17,5 milhões orçados, enquanto que os

MBA´s e especializações desembolsaram R$ 14,3 milhões dos R$ 64,6 milhões anteriormente orçados. Podemos concluir que mais que o dobro dos valores pagos aos docentes a título de complementação salarial nestes 335 projetos analisados nos últimos 15 anos, advém de projetos que simplesmente oferecem cursos no mercado educacional superior, conforme poderemos verificar nos tópicos relacionados ao LATEC e à Faculdade de Administração e Ciências Contábeis.

Tabela 5 – Comparativo entre projetos de pesquisa/extensão e de cursos pagos (MBA's e Especializações)

	Pesquisa/Extensão	**Cursos pagos/MBA's e Especializações**
Quantidade de Projetos	79	256
Valores Orçados (em milhões de reais)	112,7	219
Valores Executados (em milhões de reais)	20,8	33
Valores Orçados p/ Pagamento de Bolsas à Docentes (em milhões de reais)	17,5	64,6
Valores Executados p/ Pagamento de Bolsas à Docentes (em milhões de reais)	6,9	14,3

Fonte: Relatório de Gestão FEC 2015.

As análises destes projetos e as cifras encontradas nessas planilhas de prestação de contas da FEC deixam claro que a prioridade na distribuição dos recursos externos obtidos pela fundação centraliza-se na execução de cursos pagos (que trazem retorno financeiro à UFF), em detrimento de uma alocação dos mesmos em projetos de pesquisa e extensão, em contradição ao modelo da hélice tripla.

Essa demonstração apresenta ainda números financeiramente pífios, pois se confrontarmos os valores apresentados e movimentados pela FEC (R$ 311 milhões orçados e R$ 54 milhões executados) e o orçamento anual da UFF em 2016 (R$ 1,663 bilhão), cai por terra todo o discurso oficial, que tenta transformar a postura empreendedora das IFES e as fundações de apoio privadas numa tábua de salvação e num pilar de sustentação econômica da universidade pública brasileira.

Quando recorremos ao já mencionados estudos e análises das planilhas de recursos alocados pela Fundação Euclides da Cunha, tomamos conhecimento da pouca importância dos projetos de pesquisa na divisão dos parcos recursos externos captados pela UFF. Verificamos que dos 79 projetos de pesquisa e extensão, três são vinculados ao Gabinete do Reitor, quinze à PROPPI, dois à PROEX e um à PROPLAN, totalizando em valores orçados R$ 42,1 milhões, ou seja, quase 34% do total. Nesse espectro entram projetos de infraestrutura de redes de pesquisa e de ampliação dos novos *campi* universitários do interior, projetos vinculados à Incubadora de Empresas, ações de estímulo à inovação, patrocínio da

semana da Agenda Acadêmica, financiamento de seminário da Triple Helix no Brasil e ações promocionais do Banco Santander.

Outros 58 projetos de pesquisa e extensão se dividem da seguinte forma: 4 na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, 6 da Escola de Engenharia Metalúrgica de Volta Redonda, 11 no Instituto de Química, 6 no Instituto de Geociências e 31 na Escola de Engenharia.

Dos 79 projetos de pesquisa e extensão, 7 são financiados pela FINEP, 36 pela Petrobras, 4 pelo Santander, 6 por Furnas, e o restante por empresas como Light, Ampla, Vale, Repsol YPF, Eletrosul, IBQN (Instituto Brasileiro de Qualidade Nuclear), entre outras menos expressivas. A participação massiva da Petrobras em projetos executados na Escola de Engenharia e no Instituto de Química confirmou percepção anterior deste autor, da vinculação avassaladora das pesquisas desenvolvidas nesta unidade com o processo de produção de petróleo e gás, principalmente os financiados pela empresa multinacional estatal brasileira, relacionados ao Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ), e de caráter meramente auxiliar na busca por inovações para melhorar desempenho e manter mercados já existentes. Podemos citar projetos que tinham por finalidade o desenvolvimento de recursos humanos, serviços de diagnóstico, estruturação de *call center*, aplicação de perícias técnicas, adequação de infraestrutura, monitoração de rede operativa, redução de retrabalho, entre outras pesquisas de tecnologias nas "franjas" do sistema produtivo.

No quadro abaixo podemos identificar os projetos de pesquisa e extensão da UFF que contaram com recursos de projetos da FEC no período abrangido pelas planilhas de prestação de contas disponibilizadas pela fundação em seu portal na internet. Embora complexo, tal quadro pode nos demonstrar que os 79 projetos financiados entre 2001 e 2016, concentram basicamente em desenvolvimento de inovações ligadas às franjas do sistema de extração de petróleo e gás, quase sempre financiados pela própria Petrobras.

Quadro 1 – Detalhamento das Ações de Pesquisa e Extensão com Projetos Financiados pela FEC entre 2001-2016

Projeto	Unidade	Financiador	Valor Orçados Total em R$	Período de Execução	Objeto
Vale – Análise Ergonômica do Trabalho	Esc. de Engenharia	Vale	4.302.685,93	2008-2013	Realizar análise ergonômica do trabalho nas empresas do Grupo Vale.
Cursos para Atender Plano Nacional de Qualificação	Esc. de Engenharia	ABIMAQ	3.349.267,20	2011-2016	Capacitar recursos humanos para atender demanda da indústria naval e *offshore*, através de um esforço conjunto do governo federal, Petrobras, associações de classe e iniciativa privada.
MBA em Engenharia de	Esc. de Engenharia	Petrobras	886.500,00	2008-2014	Fornecer conhecimento técnico para recursos humanos.

Quadro 1 – Detalhamento das Ações de Pesquisa e Extensão com Projetos Financiados pela FEC entre 2001-2016

Projeto	Unidade	Financiador	Valor Orçados Total em R$	Período de Execução	Objeto
Custos					
Eletrobrás – Desenvolvimento de Sistemas Inteligentes	Esc. de Engenharia	Eletrobrás	712.953,90	2010-2015	Desenvolver o protótipo de um sistema óptico inteligente e inovador, utilizando fibra óptica para medir/monitorar em tempo real as descargas parciais de transformadores de potência antigos que ainda estejam em operação.
Tecnologia Ulstor	Esc. de Engenharia	Light	917.290,00	2010-2015	Desenvolver um sistema que seja minimamente invasivo, capaz de detectar e localizar espacialmente fissuras, por onde ocorrem vazamentos de óleo isolante, na capa externa das linhas de transmissão subterrâneas de 138Kv da Light.
Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da UFF	PROPPI	UFF	224.910,92	2001-2014	Promover o desenvolvimento das empresas de base tecnológica, apoiando os empreendedores em suas atividades nas fases de instalação, crescimento e consolidação das mesmas, de forma que seus resultados possam garantir autonomia e auto-sustentação ao empreendimento em prazo determinado.
Novos Campi da UFF	PROPPI	FINEP	1.916.425,00	2009-2014	Aquisição e instalação de equipamentos, entre outros.
Consolidação de Infraestrutura de Pesquisa	PROPPI	FINEP	7.271.546,00	2012-2017	Continuidade de ações anteriores para a formação de redes com caráter multidisciplinar entre outros.
Consolidação de Infraestrutura de Pesquisa 2	PROPPI	FINEP	862.143,00	2012-2016	Estudo da etiologia, prevenção, diagnóstico e tratamento de cárie dentária para atender cursos de graduação em Odontologia, biomedicina e Fonoaudiologia no polo de Nova Friburgo.
Consolidação Infraestrutura de redes de Pesquisa	PROPPI	FINEP	4.674.019,00	2012-2017	Criação de Redes para maior capacitação de grupos de pesquisa, transparência e difusão de conhecimento e tecnologia.
Planejamento e Administração de Projetos de Desenvolvimento	PROPPI	UFF	725.835,29	2013-2017	Complementar o sistema de pós-graduação da UFF com funcionalidades que atendam seus usuários e etc.
Infraestrutura de Pesquisa e Inovação UFF	PROPPI	FINEP	7.258.143,00	2014-2017	Infraestrutura de Pesquisa da UFF
Ampla – Mapa de Percepção de Riscos	PROPPI	Ampla	2.233.111,10	2016-2018	Desenvolver metodologia de pesquisa para identificar situações sociais de insegurança e violência que resultam em perdas não técnicas e identificar áreas de risco;
Gestão da Inovação na UFF	PROPPI	UFF	259.350,00	2013-2015	Definir mecanismos de gestão da inovação e consolidação da AGIR.
Implantação de Infraestrutura da UFF no interior	PROPPI	FINEP	928.982,00	2008-2013	Consolidar a interiorização da UFF.
Workshop Triple Helix in Brazil	PROPPI	UFF	45.000,00	2013	Utiliza recursos da FAPERJ para organizar mesa redonda da *Triple Helix Association*
Gestão da Inovação na UFF	PROPPI	UFF	184.050,00	2012-2014	Realizar mapeamento e classificação de projetos, transferência de tecnologia, parques tecnológicos e incubadoras de empresas. Programa de capacitação e difusão do empreendedorismo e divulgação das bolsas de iniciação à inovação (PIBInova)
FINEP REPI-UFF	PROPPI	FINEP	3.983.036,00	2008-2013	Dar continuidade às ações de ampliação da infraestrutura de pesquisa da UFF.
FINEP – Ciência, Tecnologia e Inovação	PROPPI	FINEP	2.548.140,00	2005-2012	Equipar Redes de laboratórios da UFFTec.
FINEP – Projetos Institucionais UFF	PROPPI	FINEP	3.045.573,00	2014-2017	Não descrito
Observatório Santander Universidades	Gabinete do Reitor	Santander Real	220.000,00	2012-2013	Estudo e pesquisa para a ampliação do uso do cartão universidades.

Quadro 1 – Detalhamento das Ações de Pesquisa e Extensão com Projetos Financiados pela FEC entre 2001-2016

Projeto	Unidade	Financiador	Valor Orçados Total em R$	Período de Execução	Objeto
Viabilização do segundo Projeto Observatório Santander Universidades	Gabinete do Reitor	Santander Real	170.000,00	2013-2014	Estudo e pesquisa para a ampliação do uso do cartão universidades.
Observatório Santander Universidades	Gabinete do Reitor	Santander Real	800.000,00	2014-2018	Estudo e pesquisa para a ampliação do uso do cartão universidades.
Análise de Luvas para Compósito para Reparo de Tubulações	Esc. de Engenharia	Petrobras	938.025,00	2012-2014	Testar e validar um sistema de reparo de tubulações metálicas com defeitos de corrosão usando resinas epóxi desenvolvido na UFF.
Furnas – Desenvolvimento de Unidade de Aproveitamento Energético	Esc. de Engenharia	Furnas	1.593.312,00	2012-2015	Ensaio em cenário experimental de protótipo de unidade de tratamento de resíduo por pirólise lenta á tambor rotativo.
Petrobras – Prestação de Serviço de Análise Ergonômica do Trabalho	Esc. de Engenharia	Petrobras	3.755.186,70	2013-2018	Serviços de análise ergonômica do trabalho nas unidades operacionais de gás e energia, visando atender requisitos legais e ao projeto excelência da Petrobras.
Petrobras – Projeto Otimizador da Malha	Esc. de Engenharia	Petrobras	501.157,94	2013-2016	Continuar o desenvolvimento de um módulo computacional de otimização utilizando a tecnologia programação inteira para realizar o planejamento tático da distribuição de derivados de petróleo pela Petrobras em todo território nacional.
Petrobras – Desenvolvimento de Metodologias e Ferramentas	Esc. de Engenharia	Petrobras	2.875.810,66	2013-2017	Desenvolver metodologias e ferramentas computacionais para a previsão de coeficientes rotodinâmicos de selos labirinto e com isso possibilitar análises que reduzam riscos operacionais.
Petrobras - Análise de Vibração em Tubulações em Plataformas	Esc. de Engenharia	Petrobras	96.000,00	2011-2012	Análise de Vibração em Tubulações em Plataformas
Petrobras – Mapeamento do Estado Arte	Esc. de Engenharia	Petrobras	3.154.237,64	2007-2010	Elaborar um estudo comparativo do estado da arte de tecnologia da construção e montagem da indústria brasileira de epc (equipamentos de proteção coletiva) com as melhores práticas internacionais.
Petrobras – MAS-SCM Protótipo de Ambiente Integrado para Soluções Logísticas com Uso de Multi-Agentes	Esc. de Engenharia	Petrobras	330.964,03	2008-2012	União de esforços para desenvolvimento de projeto de P&D intitulado: Protótipo de Ambiente Integrado para Soluções Logísticas com Uso de Multi-Agentes
Petrobras – Melhoria no Planejamento e Controle	Esc. de Engenharia	Petrobras	1.902.346,22	2007-2010	Realizar um amplo diagnóstico sobre os processos de Planejamento e Controle
Petrobras – Otimização da Movimentação	Esc. de Engenharia	Petrobras	338.670,00	2011-2013	Continuar o desenvolvimento de um módulo computacional de otimização utilizando a tecnologia programação inteira para realizar o planejamento tático da distribuição de derivados de petróleo e biocombustíveis pela Petrobras em todo território nacional.
Petrobras – Planejamento Estratégico	Esc. de Engenharia	Petrobras	2.797.925,00	2007-2010	Fomentar a gestão participativa da população no processo de gestão dos recursos hídricos e proteger mananciais e matas ciliares através de reflorestamento.
Petrobras – Definição de	Esc. de Engenharia	Petrobras	2.732.030,00	2015-2019	Não descrito

Quadro 1 – Detalhamento das Ações de Pesquisa e Extensão com Projetos Financiados pela FEC entre 2001-2016

Projeto	Unidade	Financiador	Valor Orçados Total em R$	Período de Execução	Objeto
Critérios					
Petrobras – Inovações em Sistemas	Esc. de Engenharia	Petrobras	1.457.111,21	2014-2016	Não descrito
Petrobras – Inovação para Melhorias	Esc. de Engenharia	Petrobras	1.454.035,04	2014-2016	Não descrito
Petrobras – Redução do Retrabalho em Tubulações	Esc. de Engenharia	Petrobras	1.620.089,77	2014-2016	Não descrito
Petrobras – Sistema para Estimar Tensões	Esc. de Engenharia	Petrobras	1.092.779,31	2015-2017	Não descrito
Petrobras – Métricas de Desempenho da Indústria	Esc. de Engenharia	Petrobras	4.186.396,10	2007-2010	Desenvolver uma metodologia de geração de indicadores de produtividade para a indústria EPC.
Petrobras – Estruturação do Centro de Inovação e Produtividade da Petrobras	Esc. de Engenharia	Petrobras	1.958.057,13	2008-2010	Estruturar Centro de Inovação e Produtividade da Petrobras.
Petrobras Projeto de Estruturação de um Centro de Referência	Esc. de Engenharia	Petrobras	551.666,67	2011	Estruturar célula de pesquisa apta a replicar no ambiente acadêmico a atividade de fomento das discussões de caráter estratégico no âmbito da exploração de derivados de petróleo e gás natural. Projeto de Estruturação de um Centro de Referência
Petrobras – Técnicas em Absorção em Contorno do Domínio Modelado	Esc. de Engenharia	Petrobras	306.138,00	2008-2011	Realizar estudo detalhado das principais técnicas numéricas utilizadas para simulação de ondas acústicas, com destaque para o tratamento dado as condições de Contorno do Domínio Modelado.
Light – Software para Gerenciamento	Esc. de Engenharia	Light	560.300,00	2009-2013	Diversas ações.
Light – Desenvolvimento de Dispositivos para Coibições de Ações de Fraude, Furto de Energia e Auto-Religação em Instalações Consumidoras	Esc. de Engenharia	Light	336.300,00	2008-2013	Executar projeto de Desenvolvimento de Dispositivos para Coibições de Ações de Fraude, Furto de Energia e Auto-Religação em Instalações Consumidoras
Furnas – Melhoria em Instalações	Esc. de Engenharia	Furnas	27.350,00	2010	Aquisição de equipamentos e reformas.
Furnas – Otimização do Conjunto Estrutural	Esc. de Engenharia	Furnas	1.320.212,00	2011-2014	Desenvolver metodologia para otimização de lts em 500 Kv com feixe expandido.
Furnas – Otimização da Coordenação de isolamentos Elétricos	Esc. de Engenharia	Furnas	1.156.360,00	2011-2014	Desenvolver metodologia e software para otimização de silhueta de estruturas de LT.
Furnas – Monitoração de Rede Operativa	Esc. de Engenharia	Furnas	2,141.822,22	2013-2015	Não descrito
Furnas – Uso da Rede Operativa para Proteção	Esc. de Engenharia	Furnas	3.270.733,33	2013-2015	Não descrito
Repsol – Análise Morfo-Tectônica	Instituto de Geociências	Repsol YPF	1.916.250,00	2008-2012	Investigar a evolução tectono-sedimentar dos altos estruturais da margem continental sudeste

Quadro 1 – Detalhamento das Ações de Pesquisa e Extensão com Projetos Financiados pela FEC entre 2001-2016

Projeto	Unidade	Financiador	Valor Orçados Total em R$	Período de Execução	Objeto
					brasileira, focalizando na sua influência sobre o registro e a arquitetura sedimentar das bacias marginais de Santos, Campos e Espírito Santo.
Repsol – Processos Sedimentares e Evolução	Instituto de Geociências	Repsol YPF	1.601.250,00	2008-2011	Caracterizar os processos sedimentares de mar profundo e os depósitos sedimentares resultantes ao longo da evolução geológica da bacia de Pelotas e sul da bacia de Santos
Petrobras – Geomorfologia e Sedimentologia	Instituto de Geociências	Petrobras	226.809,51	2009-2011	Caracterizar em termos geomorfológicos e sedimentológicos o fundo marinho da plataforma continental da bacia de Campos.
Petrobras – Desenvolvimento de Recursos Humanos	Instituto de Geociências	Petrobras	81.532,80	2010-2013	Promover o fortalecimento e consolidação dos programas de graduação e pós-graduação.
Petrobras – Serviço de Diagnóstico	Instituto de Geociências	Petrobras	916.753,18	2010-2016	Serviços relativos aos estudos de diagnóstico na Escala de Paisagem, diagnóstico de campo e diagnóstico fundiário.
Petrobras – Estudo de Vazão Ecológica da Bacia e Drenagem dos rios do entorno do Comperj	Instituto de Geociências	Petrobras	2.677.072,05	2010-2015	Serviços de desenvolvimento de um Estudo de Vazão Ecológica da Bacia e Drenagem dos rios do entorno do Comperj.
BGE&P – Aplicação de Técnicas Avançadas de Ressonância	Instituto de Química	BGE&P	5.655.880,52	2012-2016	Acordo de cooperação acadêmica entre a BGe&P e a UFF para aplicação de técnicas avançadas de ressonância magnética nuclear.
Petrobras – Adequação de Infraestrutura	Instituto de Química	Petrobras	1.797.780,00	2007-2010	Implantar uma temática em rede de geoquímica, aplicada a rede de indústria de petróleo e gás e de energias renováveis, através de estudos e projetos de P&D, criação de infraestrutura, formação e capacitação de RH.
Petrobras – Aplicação de Técnicas Eletroanalíticas	Instituto de Química	Petrobras	1.171.965,67	2009-2012	Caracterizar,monitorar e controlar a qualidade de amostras de interesse do sistema Petrobras, utilizando técnicas eletroanalíticas.
Petrobras – Espectometria de Absorção	Instituto de Química	Petrobras	378.096,44	2005-2009	Desenvolver novas estratégias de análise química para a determinação de metais em concentrações traço e ultra-traço em produtos derivados de petróleo.
Petrobras – Desenvolvimento de Metodologia	Instituto de Química	Petrobras	442.829,62	2008-2010	Desenvolver projeto de p&d intitulado Desenvolvimento de metodologia para determinação de grupos de hidrocarbonetos presentes em petróleo e seus resíduos de destilação pelas técnicas de análises térmicas.
Petrobras – Avaliação Ambiental da Bacia do Jacuecanga	Instituto de Química	Petrobras	1.068.366,08	2008-2013	Avaliar os impactos das atividades antrópicas na bacia de drenagem do rio Jacuecanga e na enseada receptora.
Petrobras – Determinação de Viscosidade	Instituto de Química	Petrobras	301.178,50	2008-2009	Desenvolver modelos de predição de viscosidade de óleos pesados através de medidas que possam ser aplicadas na interceptação de registros de ferramentas de perfilagem de RMN.
Petrobras – Implantação de Metodologia Otimizada	Instituto de Química	Petrobras	263.973,78	2006-2009	Desenvolver e disponibilizar ao CENPES metodologias otimizadas, utilizando técnicas de análise térmica que permitam caracterização de petróleo e suas frações.
Petrobras – Utilização de Estratégias industriais	Instituto de Química	Petrobras	483.621,43	2008-2013	Utilização de técnicas de pré-tratamento de amostras de águas de alta salinidade.
Realização de Descarbonatação de Amostra	Instituto de Química	Petrobras	106.085,13	2010-2013	Determinar os elementos químicos em amostras de sedimentos utilizando a espectrometria de emissão ótica com fonte de

Quadro 1 – Detalhamento das Ações de Pesquisa e Extensão com Projetos Financiados pela FEC entre 2001-2016

Projeto	Unidade	Financiador	Valor Orçados Total em R$	Período de Execução	Objeto
					plasma indutivamente acoplado.
Petrobras – Realização de Análises	Instituto de Química	Petrobras	460.865,16	2015-2017	Sem descrição
Elaboração de Planos operacionais de unidade de Sinterização	Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda	Siderúrgica Barra Mansa	191.250,00	2009-2014	Elaborar planos de desenvolvimento operacional, consolidar os planos junto aos executores e acompanhar a implementação dos planos desenvolvidos.
IBQN - Desenvolvimento de Validação e Aplicação de Metodologias de Perícias Técnicas Independentes	Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda	Instituto Brasileiro de Qualidade Nuclear - IBQN	96.590,91	2014-2016	Desenvolver e Validar Metodologias de Perícias Técnicas Independentes
IBQN - Apoio Des. Esp. E Qual. Mat. Para Instalações Nucleares	Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda	Instituto Brasileiro de Qualidade Nuclear - IBQN	265.833,33	2015-2017	Pesquisar e avaliar especificações e documentos normativos aplicáveis a materiais empregados em instalações nucleares e outros.
Desenvolvimento de Célula à Combustão Microbiana	Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda	Eletrosul	415.688,04	2012-2017	Obter dados físico-químicos de resíduos com potencial para gerar eletricidade em uma célula a combustão microbiana.
Votorantim - Avaliação do Dano de Fadiga	Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda	UFF	1.849.250,00	2016-2017	Determinar o dano em fadiga que os diferentes eventos dinâmicos de carga provocam nas juntas ou pontos de estrutura instrumentadas.
FINEP – Implantação de Infraestrutura para o Polo de Volta Redonda	Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda	FINEP	904.155,00	2006-2012	Criação de novos recursos de infraestrutura de pesquisa, suportando linhas de pesquisa em produção, pós-graduação e conservação e aproveitamento energético na área do agronegócio.
Ampla – Modelo Previtivo de Uso de Múltiplos Canais de Atendimento.	Fac. de Administração e Ciências Contábeis	Ampla	482.000,00	2010-2012	Criar modelo para caracterização e previsão de comportamento do consumidor contemporâneo de energia elétrica quanto ao uso de múltiplos canais de atendimento, utilizando combinação de métodos estatísticos.
Redação, Busca e Classificação de Patente	Fac. de Administração e Ciências Contábeis	UFF	300.000,00	2016-2018	Promover a formação de recursos humanos no campo da pesquisa científica e tecnológica através da capacitação de profissionais para a redação de pedidos de patentes, realização de buscas de anterioridades em bases de dados patentários e classificação de pedidos de patentes com base no sistema internacional de classificação IPC.
Projeto Oportunidad – Prática Educacional	Fac. de Administração e Ciências Contábeis	UFF	237.739,89	2013-2016	Apoiar o gerenciamento de projeto que visa contribuir para o reforço e sustentação de uma área comum de educação superior entre a América Latina e a Europa, por meio da utilização de práticas educacionais abertas (PEA) e Recursos Educacionais abertos (REA); promover e divulgar os conceitos de PEA e REA entre as instituições de ensino superior dos países participantes do projeto; definir uma agenda para o uso institucional da REA em nível superior; definir uma estratégia para implementação da REA em nível regional nas instituições participantes do projeto; ensinar professores universitários a utilizarem REA em contextos pedagógicos, bem como melhorar suas competências digitais; pilotar práticas de educação aberta e oferecer conteúdos flexíveis e atualizados para os alunos, que tenham uma ligação com a

Quadro 1 – Detalhamento das Ações de Pesquisa e Extensão com Projetos Financiados pela FEC entre 2001-2016

Projeto	Unidade	Financiador	Valor Orçados Total em R$	Período de Execução	Objeto
					comunidade internacional, bem como às necessidades do mercado de trabalho.
A Escola e a Cidade: educação integral	Fac. de Administração e Ciências Contábeis	UFF	396.000,00	2016-2018	Oferecer formação continuada na modalidade à distancia para professores e gestores atuantes de escolas de Educação Básica para o desenvolvimento e implantação de programas de Educação Integral em tempo integral.
Patrocínio Petrobras – Agenda Acadêmica	PROEX	Petrobras	100.000,00	2012-2014	Patrocinar a Agenda Acadêmica UFF 2012 na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.
Petrobras – Serviço de Monitoramento de Indicadores Socioeconômicos dos municípios do entorno do Comperj	PROEX	Petrobras	5.534.656,60	2011-2015	Executar serviço de monitoramento de indicadores socioeconômicos dos municípios do entorno do Comperj.
Santander – Premiação de Inovação	PROPLAN	Santander	100.000,00	2013-2014	Estudos e pesquisas para desenvolvimento de novas possibilidades na área de tecnologia de informação, em relação ao Cartão Universidades.

Fonte: Portal da FEC. Elaboração própria.

Chama a atenção o fato de que quando a relação entre patrocinador e financiado são da própria UFF. Nestes casos, a descrição das atividades desenvolvidas é vaga e se repete em outras descrições. Nas planilhas originais examinadas, os projetos vinculados à Administração Central, quase sempre, só apresentam valores orçados, não sendo informados os valores executados.

3.2 **Triple Helix Research Group - Brazil**

Considerando que a lógica empreendedora difundida nas universidades públicas brasileiras não possui só um aspecto econômico/financeiro, atentemos agora para o "cérebro" do empreendedorismo na UFF, ou seja, o aparato disseminador da ideologia empresarial nas diversas instâncias acadêmicas e administrativas, formulando e executando políticas internas voltadas ao vínculo universidade-empresa-governo.

O *Triple Helix Research Group* é o braço brasileiro da THA formalmente desde 2008, embora tenha se originado em 1999 com a organização do *Workshop Rio Triple Helix* e da Rio 2000 – *Third International Triple Helix Conference.* Funciona nas instalações do Laboratório de Multi-Aplicações em Gestão (LAMAG), que é o espaço onde estão sediados

os grupos de pesquisa do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) da Universidade Federal Fluminense do Campus Volta Redonda.

Entre seus membros aparecem os professores Marcelo Gonçalves do Amaral (Coordenador), José Manoel Carvalho de Mello, Francisco José Batista Sousa, Thiago Borges Renault e André Ferreira. Chama-nos a atenção, a ocupação de posições estratégicas importantes na estrutura organizacional da Universidade Federal Fluminense, por parte desse grupo de intelectuais orgânicos do empreendedorismo na instituição.

Marcelo Amaral é o Coordenador da THERG-Brazil. Além de economista, Mestre e Doutor em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ, é professor Associado da UFF em regime de dedicação exclusiva desde 2006, tendo sido Diretor do ICHS entre 2011 e 2014. É também professor visitante na *North Carolina State University* e pesquisador visitante do *Research Triangle Park* nos Estados Unidos da América. Especialista em Gestão de Projetos de Inovação Tecnológica, certificado pela *International Association of Innovation Professionals* (IAOIP), atuou entre 1999 e 2006 em instituições como Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL), Federação das Indústrias do Estado do RJ (FIRJAN) e Centro de Tecnologia Mineral (CETEM). É professor do Consórcio CEDERJ, de diversos cursos de especialização e MBAs, e credenciado do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública (PROFIAP) e do Doutorado em Direito Administrativo. Entre 2009 e 2010 atuou no *International Institute of Triple Helix*, em Madri, Espanha. Ainda é presidente do Fórum de Inovação da AGIR/UFF, membro do Conselho de Curadores da UFF e do Conselho de Administração da Fundação Euclides da Cunha (FEC)[121].

Entre 2013 e 2015, Amaral coordenou a pesquisa intitulada "Universidades e Cidades: a triple helix do desenvolvimento" que tinha como objetivo investigar a relação entre os mecanismos de desenvolvimento econômico e inovação tecnológica nos espaços das cidades e regiões, com foco na região do Vale do Paraíba Fluminense. Esta pesquisa seria desenvolvida em duas etapas, onde a primeira envolveria uma revisão bibliográfica de temas relacionados, como: Sistemas Nacionais e Locais de Inovação (SNI), Triple Helix, Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (ASPILs/APLs), Desenvolvimento Regional e Local (RIS), Inovação Aberta (*Open Innovation*), propriedade intelectual (IP), incubadoras & parques científicos e tecnológicos, cidades inteligentes (*smart cities*), entre outros. A segunda etapa envolve a realização de até cinco estudos de caso envolvendo cidades, projetos de desenvolvimento, incubadoras e parques tecnológicos e ações dinamizadoras da difusão do

[121] Informações extraídas da Plataforma Lattes.

conhecimento científico-tecnológico e inovação realizada por instituições de ciência e tecnologia como universidades.

Segundo a Plataforma Lattes, atualmente, Amaral coordena dois projetos de pesquisa. O primeiro, chamado "O Papel da Universidade e dos Parques de Ciência, Tecnologia e Inovação na Geração de Conhecimento, na Inovação e no Desenvolvimento Econômico", que tinha como objetivo declarado apenas concorrer à edital da CAPES para Pós-Doutorado, e o segundo, chamado "Inovação e Prosperidade", que visa discutir o tema inovação e prosperidade no Brasil, entendendo prosperidade como a conjugação de crescimento e desenvolvimento econômico, tecnológico, social, cultural e ambiental.

Desde 2015, Amaral integra também um projeto de extensão do *Triple Helix Research Group* (THERG-Brazil) em parceria com a Agência de Inovação da UFF (AGIR), que visa disseminar a gestão da inovação e o empreendedorismo na região do Médio Vale do Paraíba (Sul-Fluminense do Estado Rio de Janeiro). O projeto envolve professores e pesquisadores; alunos e ex-alunos universitários; empresários e empreendedores; e gestores públicos; e atende a toda sociedade do Vale do Paraíba interessada em fomentar a cultura da inovação e do empreendedorismo e "fazer florescer um ambiente de negócios próspero e cheio de oportunidades". A iniciativa está dividida em três eixos: disseminação da cultura de inovação; capacitação; e assessoria técnica. As ações previstas envolvem: 1) Palestras aproximando empreendedores atuais e futuros (com a apresentação de Plano de Negócios em desenvolvimento no ICHS e depoimentos de empresários e empreendedores); 2) Desenvolvimento de cursos presenciais de curta duração; 3) Desenvolvimento/adoção de uma plataforma online colaborativa para compartilhamento de conteúdo digital; 4) Assessoria em Plano de Negócios, Estudos de Mercado, Planejamento Estratégico, EVTE (estudo de viabilidade técnica e econômica), Modelo de Negócios; 5) Incubação de empresas (em parceria com a AGIR).

Em 2015, publica o artigo intitulado "*Management and assessment of innovation environments*" (gestão e avaliação de ambientes de inovação) na *Hélice*, publicação da THA, onde destaca a importância da promoção do empreendedorismo e da inovação no desenvolvimento econômico. Trata-se de um estudo de casos que descreve e avalia a gestão de ambientes de inovação, tais como incubadoras de empresas e parques tecnológicos, de ciência e de inovação, resultantes das associações entre universidade-empresa-governo em cinco municípios brasileiros. São eles: o Centro de Desenvolvimento de Tecnologia da Universidade de Brasília (CDT/UnB), a Incubadora de Empresas da COPPE/UFRJ, a Incubadora de Empresas da UFF em Niterói, o Instituto Gênesis da PUC-Rio e o Parque

Tecnológico de São José dos Campos, que integra o sistema Paulista de Parques Tecnológicos.

Segundo Amaral (2015), a inovação está associada ao conhecimento produzido pela pesquisa, desenvolvimento e inovação, conduzidos principalmente por universidades e redes de colaboração com as empresas, e apoiados pelo governo.

Define as incubadoras de empresas como espaços flexíveis e encorajadores para surgimento e crescimento de novos empreendimentos, onde o processo de desenvolvimento é acelerado e mantido por entidades governamentais, universidades e organizações da sociedade civil, através do compartilhamento de serviços, de suporte técnico e orientação prática e profissional. Amaral (2015) apresenta diversas categorizações para as incubadoras de empresas:

- Modalidades (pré-incubação, incubação e pós-incubação);
- Materialidade (físico ou virtual);
- Foco (de base tecnológica, setores tradicionais, mista, setorial, multi setorial, agroindustrial, cooperativas, sociais, cultural, artística, etc);
- Participação (incubadas, associadas, graduadas).

Amaral recupera a história das Incubadoras no Brasil, remetendo seu início a 1984, com a criação do Programa de Apoio a Parques de Tecnologia (PAPT) pelo CNPq e com a instalação da primeira incubadora em São Carlos-SP. Segundo o autor, em 2012, havia 384 incubadoras de empresas instaladas no Brasil com faturamento de cerca de 4 bilhões de reais, incubando 2640 empresas e envolvendo mais de 29.000 pessoas. Como exemplo de expansão da lógica empresarial nas universidades brasileiras, Amaral destaca que 40% das IFES possuem incubadoras.

O texto aponta ainda que o apoio técnico e financeiro parte do CNPq e do SEBRAE (este desde 1991) na implantação das incubadoras de empresas, com lançamentos de programas e ações específicas a fim de consolidá-las e articulá-las.

Em relação aos parques tecnológicos, Amaral (2015) afirma que, a fim de promover o desenvolvimento regional e aumentar a riqueza da comunidade local através da cultura da inovação e da competitividade industrial e institucional, este deve incentivar e gerenciar o fluxo de conhecimento/tecnologia entre universidades e os centros de pesquisa e desenvolvimento das instituições, da indústria e do mercado. Amaral afirma ainda que, em 2013, apesar de contar com 94 parques tecnológicos em operação, o Brasil apresenta números bastante inferiores a outros países economicamente importantes.

Baseado em estudos de Da Poian (2008), esclarece que o sucesso de uma incubadora de empresas e de um parque tecnológico depende de diversos aspectos gerais, dentre os quais: i) atrair unidades de pesquisa e desenvolvimento, projetos e "conhecimento útil"; ii) estimular o surgimento de novas organizações por meio de incubação ou *spin-off*; iii) contribuir para a divulgação e transferência de conhecimento; iv) desenvolver atividades de "propaganda tecnológica", promovendo cursos, seminários, congressos, além de eventos sociais como pequenos almoços e cerimônias de premiação com fins de divulgação. Cita ainda 11 fatores primordiais e específicos para o sucesso dessas ações, que passam pelo prazo de maturação, pelo apoio governamental, pela participação da comunidade local, pelo envolvimento das universidades, pelas fontes de financiamento, pela presença de empresas ou instituições âncora, pelo espaço físico, pela estrutura de gestão, pela liderança organizacional, pela publicidade e pelo engajamento dos trabalhadores para formação de um bom ambiente para executivos, funcionários e seus familiares.

Esse pensamento vinculado ao grupo THERG-Brasil, assim como seus integrantes vêm dominando o cenário e os cargos diretivos da Agência de inovação da UFF, conforme poderemos perceber adiante.

3.3 **Agência de Inovação da UFF (AGIR)**

A AGIR foi criada através da Norma de Serviço nº 604 de 02 de abril de 2009, vinculada a PROPPI (Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação), a fim de atender à demanda criada pela Lei de Inovação Tecnológica que, em seu artigo 16, reza: "A ICT deverá dispor de núcleo de inovação tecnológica, próprio ou em associação com outras ICTs, com a finalidade de gerir sua política de inovação", para ser o "cérebro" do empreendedorismo na UFF, tendo por finalidade coordenar, articular e propor a política e ações de estímulo à inovação.

Compõem a estrutura da AGIR: o ETCO (Escritório de Transferência de Conhecimento) e a Incubadora de Empresas, além da Divisão de Articulação Acadêmica e da divisão de Capacitação e Difusão que é o setor de fomento de inovação tecnológica da universidade por meio de concessão de bolsas científicas.

Tanto a Incubadora quanto o ETCO, até 2009, eram projetos vinculados a Pró-Reitoria de Extensão, e só foram incorporados à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação quando esta absorveu a inovação, transformando-se em PROPPI.

A AGIR foi a primeira agência de inovações do Rio de Janeiro a unir, no mesmo espaço físico, o órgão responsável pelo registro de propriedade intelectual (ETCO) e o que articula o empreendedorismo (incubadora). Segundo Thiago Renault, diretor da AGIR, essa integração visa articular e ganhar eficiência na transferência de tecnologia da universidade para o mercado, com a suposta garantia de pagamento de *royalties* para a UFF.

Criado em 2003, o ETCO é o órgão responsável pelo registro da propriedade intelectual gerada por professores, técnico-administrativos e alunos, desenvolvido dentro da universidade e pela execução da transferência dessas inovações para a sociedade. Neste sentido, a Lei de Inovação Tecnológica e por consequência, o ETCO, permitem que o "inventor" possa ganhar [dinheiro] sobre o conhecimento aplicado que produziu na universidade. (universidade como balcão de negócios). O ETCO também tem a função de auferir recursos para que a universidade registre tais patentes, pois o desenvolvimento destas requer altas quantias. Segundo o escritório, o lucro obtido com tal inovação seria dividido em três partes, onde a UFF fica com uma parcela, o ETCO com outra, e o "inventor" com a terceira, embora os direitos de comercialização da patente pertençam à instituição universitária.

Entre seus programas, está o Programa de Apoio ao Projeto de Empreendimento, que auxilia os professores/pesquisadores empreendedores no desenvolvimento de seus projetos, de modo que possam transformá-los em negócio, visando introduzir seus produtos/serviços no mercado. O programa tem como objetivos principais: capacitar os empreendedores; acompanhar a elaboração do plano de negócios; e auxiliar nos setores jurídico e contábil.

A AGIR vem, por meio de editais, conclamando alunos, professores e servidores a procurar a agência com a finalidade de "obter treinamento para aprender como funciona o modelo de negócios e organização". Possui ainda um programa de bolsas de "iniciação à inovação" que absorveu 489 projetos entre 2011 e 2015.

Abarca o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento (Pibiti) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Inovação (Pibinova), de modo que o primeiro visa desenvolver a transferência de novas tecnologias e inovação e o segundo visa estimular o desenvolvimento de pesquisas para aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social, gerando novos produtos, processos ou serviços. Por meio destes programas, a agência visa financiar inovações que criem oportunidades para a transferência de tecnologias com a

finalidade de criar novas empresas com apoio da incubadora. Tais bolsas são concedidas ao docente que, por sua vez, indica um aluno. O docente escolhido deve preencher algumas características como possuir projetos de inovação, que necessitem de uma comprovação de impacto mercadológico ou social. Segundo a direção, em 2015 foram apresentados 177 projetos e cerca de 100 professores foram contemplados com as bolsas e, consequentemente, 10 alunos também foram beneficiados.

A direção faz questão de esclarecer que, "embora pareça que as bolsas sejam direcionadas para cursos das áreas exatas, alunos de qualquer curso podem concorrer". Para tal desembaraço, a AGIR criou uma Divisão de Inovação e Tecnologias Sociais, atualmente dirigida pelo professor Frederico Policarpo. A direção da AGIR afirma que, com a criação da divisão, os projetos na área das ciências sociais aplicadas subiram de 12 para 25, representando um aumento de mais de 100%, mas ainda representando 25% do total.

O outro setor vital da agência é a Incubadora de Empresas da UFF, criada em 1999, que "tem como principal objetivo gerar e estabelecer um tecido empresarial, capaz de interagir com atividades de pesquisa e desenvolvimento da própria Universidade" (UFF, 2010, p. 1-2). Seus serviços são direcionados para: estudantes da UFF devidamente matriculados em cursos de graduação ou pós- graduação; ex-alunos da UFF e professores, pesquisadores e funcionários da instituição.

Além disso, tem o papel de articulação com o setor produtivo que visa: a) desenvolver mecanismos de identificação e acompanhamento de projetos com potencial de inovação e comercialização, mantendo uma base de dados atualizada; b) estabelecer, em conjunto com a procuradoria jurídica, uma estrutura jurídica capaz de atender à relação universidade-empresa; c) estabelecer um canal de comunicação com o mercado e com a sociedade para conhecer suas demandas, facilitando a sinergia entre universidade – empresa - sociedade; d) estabelecer acordos de cooperação da instituição com empresas nacionais; e) participar dos fóruns de pesquisa e inovação e do relacionamento institucional com o setor produtivo; f) identificar as demandas de inovação do setor produtivo em nível local e regional; g) estimular a execução de projetos que atendam às demandas de inovação do setor produtivo; h) apoiar a Incubadora de Empresas e as empresas juniores na realização de ações relacionadas à inovação (UFF, 2010, p. 7).

Surgiu de uma comissão composta por docentes e técnicos que iniciou os estudos de viabilidade para sua implantação. Ainda em 1997, em reunião ordinária do Departamento de Engenharia de Produção (TEP) foi aprovado o projeto de extensão "Incubadora de Empresas de Base Tecnológica", sob a coordenação do professor Emmanuel Paiva de Andrade,

atualmente coordenador do NEICT (Núcleo de Estudos em Inovação, Conhecimento e Trabalho). Temporariamente funcionou na Escola de Engenharia, quando finalmente teve suas instalações concluídas através de recursos disponibilizados por um convênio firmado entre a UFF e a Prefeitura Municipal de Niterói (PMN). Com o já citado apoio da PMN, além da FAPERJ, e do SEBRAE, foi inaugurada oficialmente a Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da UFF (IEBT/UFF), no dia 30/04/1999, como um projeto de extensão vinculado à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e ao extinto Centro Tecnológico (CTC). A FAPERJ concedeu bolsas de apoio técnico durante meses aos integrantes da Incubadora e o SEBRAE entrou com a capacitação da equipe da incubadora através de cursos como o Empretec[122], com o intuito de divulgar a ideologia do empreendedorismo. Em março de 2008 foi instituída pelo Conselho Universitário (CUV), sendo criada a primeira unidade da Rede de Tecnologia e Inovação do Rio de Janeiro (REDETEC), o Laboratório INITIA de Inovação e Empreendedorismo, instalado no Campus do Valonguinho em Niterói.

Todo o arcabouço que compõe o sistema de acompanhamento das empresas incubadas compreende uma vasta arquitetura de apoio técnico e gerencial a empreendedores facilitando-lhes o acesso ao conhecimento produzido no interior da universidade, tanto gerencial quanto contábil, institucional e jurídico, desde consultorias a treinamentos especializados. Segunda a Incubadora, o objetivo é fazer com que o empreendedor possa ter uma visão do seu modelo de negócio de forma concisa, mas com conteúdo, e que participe ativamente do seu processo de crescimento, obviamente, sem riscos. A Incubadora trabalha auxiliando as empresas encubadas na construção de seus respectivos planos de negócio, na elaboração de suas estratégias de mercado e na competitividade das mesmas.

Possui uma área de Captação de Recursos que coordena as possibilidades internas de obtenção de fomento e financiamento e a avaliação, a adequação, a elaboração e a submissão de projetos a agências de fomento como a FINEP, a FAPERJ e a CAPES, a fim de canalizar recursos para desenvolvimento de projetos em conjunto com as empresas.

Distribui suas ações por cinco áreas específicas como: i) inovação tecnológica; ii) petróleo, gás e energia; iii) indústrias criativas, mídia e entretenimento; iv) biotecnologia; e v) desenvolvimento local e negócios sociais.

[122] Segundo o próprio SEBRAE, o Empretec é uma metodologia da Organização das Nações Unidas (ONU) voltada para o desenvolvimento de características de comportamento empreendedor e para a identificação de novas oportunidades de negócios, promovido em 34 países. No Brasil, o Empretec é realizado exclusivamente pelo SEBRAE e já capacitou cerca de 230 mil pessoas, em 9,8 mil turmas distribuídas pelos 27 Estados da Federação. Todo ano, o Empretec capacita em torno de 10 mil participantes.

A Coordenação Acadêmica da Incubadora cabe ao professor Sergio Mecena, do Departamento de Engenharia de Produção (TEP/UFF), Doutor em Engenharia de Produção pela UFRJ, que também ocupou cargos como de Coordenador de Projetos de Transferência de Tecnologia, Coordenador das Atividades de Assistência Tecnológica, Pesquisa & Desenvolvimento e Formação Tecnológica e Gerente de Unidade Operacional, todos no Instituto SENAI de Educação Superior, além de ter lecionado em diversas instituições privadas como a Universidade Cândido Mendes (UCAM) e a Universidade Estácio de Sá (UNESA). Encontra-se envolvido também com o projeto de implantação do Laboratório de Desenvolvimento Farmacotécnico (LDF) para ensino, pesquisa e extensão na UFF, e suporte técnico ao Parque Tecnológico da Vida junto ao Instituto Vital Brazil (IVB)[123].

Sergio Mecena, em documentário124 divulgado pela própria incubadora de empresas da UFF, argumenta que existem três tipos de beneficiados neste processo de incubação, no qual o mais imediato é o aluno da UFF, que tem um ambiente onde ele pode "experimentar e ter uma atitude empreendedora e pensar um novo negócio a partir do seu conhecimento adquirido na universidade". Os segundos beneficiários, também internos à academia, seriam os funcionários e professores/pesquisadores, "pois podem levar o resultado de suas pesquisas até à sociedade e ao mercado, no formato de novas organizações e novos empreendimentos". O terceiro seria a própria sociedade, que "além de receber esses novos empreendimentos, podem vir até a universidade e interagir com a instituição (utilizando espaços físicos, equipamentos e recursos humanos públicos estatais) para gerar novos empreendimentos e novos negócios".

Neste mesmo documentário, é apresentado como grande parceiro da Incubadora da UFF, o Laboratório de Reatores, Cinética e Catálise (RECAT) ligado ao Departamento de Engenharia Química e Petróleo (TEQ/UFF) e liderado pelo professor Fabio Barboza Passos. O RECAT desenvolve pesquisas junto ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química em parcerias institucionais para financiamento externo com a Petrobras, a FINEP, A CAPES e a FAPERJ. Fabio Passos (Doutor pela Coppe/UFRJ) atualmente é Diretor da Escola de Engenharia (TCE/UFF) e ocupou o cargo de Pró-Reitor de Extensão da UFF entre 2008 e 2012, de onde saiu para ocupar a função de Diretor de Relações Institucionais da Fundação Euclides da Cunha (FEC), além de ter sido professor visitante na Universidade da Pensilvânia, nos EUA.

[123] Informações extraídas da Plataforma Lattes.

[124] Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=WsjIj_9grnE>. Acesso em 03/03/2017.

Nesse mesmo documentário já citado, Fábio Passos afirma que "uma das funções da Incubadora é aproveitar as pesquisas realizadas pela universidade (com resultados comercializáveis) e que venham a servir para a sociedade (mercado) na forma de novas empresas", invertendo a lógica observada, que aponta para pesquisas direcionadas e encomendadas pelo próprio mercado e pelas agências de financiamento à pesquisa.

Segundo o Diretor da AGIR, Thiago Renault, entre 2010 e 2014 passaram pela incubadora, quatro empresas, sendo que uma delas continua incubada. Informa ainda que, em 2015, foi aberta a seleção para novos projetos, tendo sido recebidas 46 novas propostas, das quais 10 selecionadas para pré-incubação[125].

Segundo a página virtual da Incubadora, esta, atualmente, possui seis empresas incubadas, dentre as quais: a *Keepsmartio*, que tem como objetivo ajudar os lojistas que estão ofertando seus produtos nos maiores *marketplaces* a entenderem melhor seus concorrentes, analisar seus produtos em relação a preço, frete, prazo de entrega e criar regras para que o sistema possa tomar suas decisões automaticamente; a *Displace* que é uma empresa que "pensa soluções para segurança pública e privada e tem como principal produto o *Situator VR*, uma plataforma que une diversas tecnologias e técnicas de visão computacional para representar de forma fiel uma cena em ambiente 3D imersivo"; a Vértice Inteligência que "oferece soluções de inteligência para campanhas eleitorais em mídias sociais através da coleta, tratamento e análise de dados obtidos por meio de técnicas inovadoras"; a Elgayer Engenharia que é uma empresa especializada no desenvolvimento e na aplicação de modelos numéricos para a resolução de problemas de engenharia, principalmente os relacionados ao escoamento, análise estrutural e interação fluído-estrutura; a AMBMET[126]; e a Call Center Virtual.

Além da estreita relação com o setor privado empresarial, a agência promove no contexto universitário uma "relação inovadora", abarcando parcerias com instituições financeiras internacionais. Recentemente, a UFF estabeleceu parceria com o Banco Santander, por meio do "Programa de Responsabilidade Social Corporativa", a fim de "fomentar ações e projetos que objetivem o aprimoramento do ensino e da pesquisa científica". O chamado Santander Universidades (divisão do banco para financiar projetos em universidades brasileiras) visa financiar pesquisas a fim de "propiciar condições para que estudantes,

[125] Matéria e entrevista publicada no site da UFF em 12/05/2016. Disponível em <http://www.uff.br/?q=noticias/12-05-2016/nova-estrutura-da-agir-aumenta-eficiencia-da-producao-intelectual-da>. Acesso em 03/03/2017.

[126] Não há dados disponíveis sobre esta empresa incubada.

professores e pesquisadores possam ter disponibilizados importantes instrumentos voltados para o desenvolvimento do ensino". As instituições criaram um prêmio de inovação, que visa contemplar aqueles "inventores" que conseguirem algum êxito em seus projetos inovadores, ou seja, que sejam aceitos pelo mercado a fim de auferirem algum lucro. Cabe destacar que entre os projetos da FEC analisados nesta pesquisa, quatro eram financiados pelo Banco Santander, totalizando um orçamento de R$ 1,290 milhão, dos quais R$ 680,5 mil foram efetivamente gastos. Desse montante, R$ 420 mil foram destinados ao pagamento de bolsas para professores e R$ 96 mil para alunos[127].

Atualmente a AGIR é dirigida pelo professor da UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) cedido à UFF, Thiago Renault (2015-atual), que acumula tal função com a de Coordenador do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas para a Inovação (NEPPI), que presta assessoria técnica para a presidência da FAPERJ na formulação e avaliação de políticas públicas voltadas para a inovação. É sócio proprietário da Hélice Consultoria, sediada no Rio de Janeiro, empresa privada de apoio à gestão empresarial e apresentada como parceira da THERG-Brazil. É também membro do Painel Consultivo de Políticas de Inovação estabelecido pelo Departamento de Desenvolvimento Econômico da província de Gauteng na África do Sul, membro da *Triple Helix International Association* (THA), consultor do SEBRAE/RJ para assuntos relacionados à inovação e empreendedorismo em pequenas e médias empresas, consultor *ad hoc* do CNPq para assuntos relacionados à inovação tecnológica (bolsista avaliador) e pesquisador associado ao Núcleo de Estudos em Inovação Conhecimento e Trabalho (NECTI) da Universidade Federal Fluminense desde 2004, onde desenvolve o projeto UniDev que envolve 12 países em um estudo comparativo sobre o papel das universidades no desenvolvimento socioeconômico[128].

O projeto UniDev, atualmente liderado no Brasil pelo professor da UFF José Manoel Carvalho de Mello (também membro da THA), concebe o conceito de "Universidades em Transição" e investiga a evolução da interação entre instituições de educação superiores e a sociedade (mercado). Enquanto a universidade foi uma vez descrita como uma "torre de marfim", uma nova metáfora está emergindo, na qual a instituição torna-se mais embutida no sociedade (mercado). Universidades, governos e empresas estão agora descritos como os "fios de DNA" de uma "hélice tripla", que formam os blocos dinâmicos na construção do conhecimento. Quando os fios são saudáveis e interligados, a hélice produz conhecimento,

[127] Dados disponíveis nas planilhas referentes aos projetos desenvolvidos pela FEC e publicados na seção da transparência da Fundação <http://siaf.fundec.org.br/siafweb/hdadosprojeto.aspx>. Acesso em 14/12/2016.

[128] Informações extraídas da Plataforma Lattes.

know-how e sociedades prósperas de tecnologia. Com este reconfiguração no papel das universidades, vem nova pressão para que esta forneça formação especializada para mais estudantes; desenvolva e transfira tecnologias para a indústria; e responda às numerosas necessidades da sociedade. Essa rede investiga as relações que as universidades mantêm com a sociedade civil[129], entes públicos e empresariado.

Em texto publicado no livro *Insight and Innovation in International Development – Universities in Transitions*, organizado por Goransson e Brundenius (2011) para o projeto UniDev, em coautoria com José Manoel Carvalho de Mello e Anne Marie Maculan, Renault enfatiza que, após a expansão do sistema de ensino de pós-graduação, a universidade está pronta para se mover na direção de uma aliança com a comunidade empresarial através da formação de recursos humanos altamente qualificados e geração de conhecimento. Destaca ainda a importância de se proteger a propriedade intelectual das instituições a fim de converter o seu trabalho em saídas transferíveis para a indústria. Reconhece que, por hora, as empresas têm demonstrado interesse limitado pelas iniciativas das universidades, mesmo que estas tenham se esforçado em abrir o caminho para uma interação mais sistemática com empresas. Levanta a hipótese de que seja provável que as empresas ainda não tenham capacidade interna suficiente para absorver e beneficiar do conhecimento gerado nas universidades. Sentencia que, apesar da forte produção científica das universidades, a falta de capacidade inovadora da indústria, e a pouca interação entre instituições de pesquisa e o setor produtivo dentro do sistema de inovação, são responsáveis pelo baixo número de patentes registradas no Brasil. As empresas brasileiras não parecem ter acumulado formação tecnológica suficiente para se transformar em um agente ativo do processo de absorção e de geração de inovações (RENAULT, 2011, p. 72).

O professor Renault ainda destaca que o Brasil, assim como o México, e ao contrário de Coreia do Sul ou Taiwan, tem um sistema de inovação que premia o passivo na absorção de tecnologia e subestima a importância da aprendizagem de processos e inovações adaptativas. Empresas agem de forma isolada e têm dificuldade no desenvolvimento de parcerias e de cooperação, entre si ou com instituições de pesquisa. Como resultado desta cultura, a produção e sistemas de inovação mostram pouca sinergia, e as interações entre os atores são insuficientes para gerar inovações. Muito poucos dos resultados obtidos pelos institutos de P&D fluem diretamente para o setor produtivo, que se mantém distante do desenvolvimento científico e tecnológico.

[129] Sociedade civil aqui, diferentemente da leitura gramsciana, é entendida como mercado, pura e simplesmente.

Os autores saúdam o advento da Lei de Inovações Tecnológicas, que permitiria de forma legalizada, segundo eles, a comercialização de resultados das investigações científicas, incluindo a prestação de serviços, a formação de parcerias com empresas em pesquisas, a criação de parques tecnológicos, o patenteamento e o licenciamento de tecnologias. Entretanto criticam suas limitações, pois acreditam que esta se restringe a regular o ambiente acadêmico. Na opinião destes, tal lei deveria focar-se no setor empresarial.

Em entrevista publicada na página eletrônica da UFF em 12/06/2016, Renault exalta o novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação como algo que torna menos burocrática a captação externa de recursos e as parcerias público privadas. Exalta, ainda, a possibilidade criada para que os professores em regime de dedicação exclusiva possam atuar em empresas privadas e estas utilizem os espaços públicos das universidades.

As principais ações da AGIR com apoio da FEC são os projetos "Península da Inovação" e o "Parque Tecnológico do Sul Fluminense", este em parceria com a UERJ, que foram contemplados em editais da FAPERJ em 2016. Cabe um parêntese para destacar que a FAPERJ lançou dois editais de fomento à pesquisa em 2016, e que até meados de 2017 ainda não haviam recebido qualquer tipo de desembolso por parte do governo do Estado do Rio de Janeiro.

O projeto "Península da Inovação" foi escolhido no âmbito do projeto FAPERJ "Auxílio ao Desenvolvimento e à Inovação Tecnológica" que engloba projetos cujos resultados possam representar avanço tecnológico e impacto científico e econômico para a vida da população fluminense. O projeto Península nasce de uma parceria entre a UFF e a Prefeitura Municipal de Niterói (PMN) no intuito de atrair investimentos privados e estabelecer um novo polo de desenvolvimento tecnológico na região que abrange os bairros do Ingá, Boa Viagem, Gragoatá e São Domingos, prevendo a recuperação de casarões degradados para a instalação de *startups*. Segundo Thiago Renault, o carro-chefe da Península seriam empresas do ramo de videogames e biotecnologia, que atrairiam empresas de médio porte a fim de atuarem no projeto.

A Península da Inovação ficaria a cargo de um conselho gestor, formado por membros da AGIR, da PMN e da sociedade civil e acadêmica. O investimento inicial de R$ 1,2 milhão para a criação do polo tecnológico conseguido via FAPERJ ainda não chegou, mas Thiago Renault estima que, depois de consolidada, a Península da Inovação movimente algo em torno de R$ 1 bilhão. Segundo Renault, o papel da UFF seria o de direcionar os estudos, indicando os pesquisadores mais adequados para cada projeto e cedendo o *know-how*. Para ele, caberia às empresas o papel de trazer para Niterói oportunidades de mercado que possam gerar

emprego e renda. Ele apresenta como meta gerar mil empregos qualificados, para mestres e doutores fazerem pesquisa, embora nada disso ainda tenha saído do papel.

O outro projeto em voga na AGIR e muito comemorado entre os docentes envolvidos, principalmente no Campus de Volta Redonda, é o "Parque Tecnológico Sul Fluminense – RIOSULTEC", também aprovado pela FAPERJ no edital do projeto "Apoio ao Sistema Fluminense de Parques Tecnológicos (Flutec)", que visa financiar a infraestrutura física e administrativa dos parques tecnológicos fluminenses em dois estágios distintos: em operação ou em fase de implantação. O projeto contemplado pela FAPERJ tem como objetivo congregar empresas com produção fundamentada na pesquisa tecnológica, promotoras da cultura da inovação, da competitividade industrial e da maior capacitação empresarial, com vistas à geração de riqueza e inclusão social. Conta com recursos da ordem de R$ 20 milhões que seriam destinados a implantar e manter esses espaços, ligados às instituições de ciência e tecnologia, oferecendo infraestrutura para incubação de empresas, treinamento tecnológico e prospecção de negócios.

Ainda em 2013, nas instalações do Campus de Volta Redonda, a UFF, através de docentes vinculados à *Triple Helix Association*, realizou um seminário denominado "A Tríplice Hélice na Prática: parques tecnológicos e incubadoras de empresas"[130], com o objetivo de fomentar a troca de ideias entre Governo, Universidade e Empresa (Hélice Tríplice) visando à implantação de um mecanismo de transferência de conhecimento e tecnologia na Região do Médio Vale do Paraíba-RJ (Sul Fluminense). Apresentaram, como motivação para a criação do parque, inúmeros benefícios para a Região do Médio Vale do Paraíba Fluminense (RMVP-RJ), desde a geração de novos empreendimentos, com a consequente geração de renda, empregos e impostos, até um canal para se repensar o desenvolvimento da cidade e da região transitando da cultura industrial para a sociedade do conhecimento.

A criação do parque começou a tomar forma a partir de uma carta de intenções assinada conjuntamente, ainda em 2015, por representantes regionais da FIRJAN e a Associação de Pesquisadores em Prol da Tecnologia e Inovação do Sul Fluminense, a fim de implantar um Parque Tecnológico em um terreno de 200 mil metros quadrados às margens da Rodovia Presidente Dutra, na altura do Km 261, em Barra Mansa, próximo à Zona Especial de Negócios (ZEN) do município, entre os maiores municípios brasileiros (Rio de janeiro e São Paulo). A escolha do município explica-se pela proximidade dos *clusters* automotivo, metalmecânico e siderúrgico. A criação do Parque Tecnológico do Sul Fluminense (PqTec

[130] Disponível em <http://www.puvr.uff.br/sitenovo/?p=342>. Acesso 03/03/2017.

Rio Sul) contaria com o apoio de vinte das maiores empresas da região. Entretanto dependeria da liberação de recursos por parte da FAPERJ para sua execução, o que não ocorreu até meados de 2017.

Segundo Alexandre José da Silva, presidente da Associação de Pesquisadores, a criação do PqTec Rio Sul teria como objetivo "construir uma ponte entre as torres de marfim dos pesquisadores acadêmicos e dos executivos e técnicos das grandes corporações". Segundo o portal, "as duas partes podem sair ganhando: as universidades terão recursos para os acadêmicos desenvolverem pesquisas e as empresas terão acesso a um *know-how* que, de outra forma, estaria anos distante"[131].

Ainda segundo Alexandre Silva, o PqTec Rio Sul criaria uma "ampla estrutura de desenvolvimento tecnológico, baseada em projetos a serem desenvolvidos em Centros de Tecnologia e Inovação, os CITEC's". "Estes centros seriam plataformas abertas para execução e gestão de projetos e estariam em consonância com a Política de Tecnologia do Ministério de Ciência e Tecnologia".

Além dos laboratórios, o parque tecnológico teria também espaço para que empresas se estabeleçam, misturando características de campus universitário e centro empresarial e seria gerido por uma associação formada por pesquisadores universitários, a Firjan, empresas e a Prefeitura Minicipal de Barra Mansa, formando o que a Firjan chama de "shopping tecnológico". Para Alexandre Silva, "mais que laboratórios, oficinas compartilhadas ou incubadora de empresas de tecnologia, os Citec's realizariam eventos para integração de *clusters* produtivos e prestariam apoio no desenvolvimento e gerenciamento de projetos de tecnologia e inovação". Promoveriam também um sistema de formação de recursos humanos em pesquisa nas universidades[132].

O projeto envolve três universidades: a UFF, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Centro Universitário de Volta Redonda (UniFOA), e tem também como objetivo, segundo a FIRJAN, oferecer às grandes empresas, como a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) e as montadoras automobilísticas sediadas no Sul Fluminense (a MAN Latin America, a PSA Peugeot Citröen, Michelin, Nissan), além das estatais INB (Indústrias Nucleares do Brasil) e Eletronuclear, opções de fornecedores regionais de componentes

[131] Disponível em < http://protec.org.br/senai/33707/firjan-faz-carta-de-intencoes-para-criar-parque-tecnologico-na-regiao>. Acesso em 14/02/2017.

[132] Disponível em < http://www.destaquepopular.com.br/8083/PqTec-RioSul-e-lancado-em-Barra-Mansa.html>. Acesso em 14/02/2017.

importantes para seus produtos e vai dar a oportunidade para que as micros, pequenas e médias sejam ainda mais competitivas.

O Metalsul (Sindicato das Indústrias Metalmecânicas do Sul Fluminense) vem sistematicamente se pronunciando a favor da instalação do parque, afirmando certeza de que "ele vai contribuir diretamente para aumentar a competitividade e a sustentabilidade da economia da região por meio do empreendedorismo inovador". Destaca ainda que "muitos empresários relatam dificuldades em ter acesso aos laboratórios de pesquisa das universidades"[133].

Participariam do projeto, além das empresas já citadas, a BMB Mode Center, a Meritor, a Pernod Ricard, a Micronix, a Remon Resende, a Rest Ambiental, a Continental Brasil, a Atar do Brasil, a AKC Carrocerias, a PAM - Saint Gobain, a Metalúrgica Barra Mansa, a Metalsul, a Hidralpress, a Eletrobrás, a Oval, a SWM Engenharia, a Quimvale, a Rockels, a Madrigal, a Metalsul, a Neoligas, a Grantek, entre outras. Embora, em sua maioria, sejam indústrias do ramo automobilístico ou metal-mecânico, o projeto não previa nenhum tipo de aporte financeiro por parte das empresas envolvidas.

Apesar de toda expectativa criada, até meados de 2017, nenhum centavo dos R$ 2 milhões oferecidos pelo edital da FAPERJ foi desembolsado pelo Estado para financiamento do projeto. Financiamentos via FINEP também são alvos de expectativas, mas, até o momento, só existem expectativas frustradas em relação à participação estatal. Ainda assim, a expectativa da UERJ (universidade que encabeça o projeto) e das Prefeituras dos municípios do Vale do Paraíba Fluminense é que, ao final desses dois próximos anos, a FAPERJ libere um aporte de recursos ainda maior para a conclusão da implantação do Parque Tecnológico[134].

Enfim, a visão da Agência de Inovações é gerar e disseminar inovações tecnológicas (leia-se inovações aplicadas), possibilitando a efetivação de parcerias, transformando ideia em produto ou processo novo para utilização na indústria, no comércio, e na ciência. Vemos que toda a lógica do empreendedorismo e do financiamento estatal foi engendrada pela UFF sob o discurso da "interlocução com o mercado e com a sociedade".

[133] Disponível em < http://metalsul.org.br/detalheNoticias.php?notCod=246>. Acesso em 14/02/2017.

[134] Disponível em < http://diariodovale.com.br/politica/resende-tera-parque-tecnologico/>. Acesso em 14/02/2017.

3.4 **Núcleo de Estudos em Inovação, Conhecimento e Trabalho (NEICT)**

Outro polo de irradiação da cultura empreendedora na UFF é o NEICT, que reúne um grupo de pesquisas criado em 1998 e vinculado a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da UFF (PROPPI) e ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Segundo seu diretório na plataforma do CNPq, O NEICT está ligado a Área de Tecnologia, Inovação e Trabalho do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da UFF. Reúne profissionais interessados na temática da inovação, do conhecimento e do trabalho, particularmente no campo da Engenharia de Produção. O interesse técnico-científico do grupo o levou a se envolver com os sistemas locais e regionais de inovação, tendo sido responsável pela criação, na UFF, da Incubadora de Empresas de Base Tecnológica, bem como da criação, junto com a Prefeitura Municipal de Niterói, do Programa de Atratividade de Empresas de Base Tecnológica - PABT, cujo objetivo é propor mecanismos e formular políticas públicas voltadas para a interação Universidade-Governo-Indústria. Estas atividades, articuladas com o movimento de reforma e melhoria do Curso de Graduação em Engenharia, possibilitaram a inclusão de um núcleo básico de disciplinas voltadas para o empreendedorismo e para tecnologias de gestão.

Atualmente, existem projetos relacionados à gestão da inovação tecnológica, ergonomia, desenvolvimento local sustentável, empreendedorismo, ergologia, condições de trabalho e desenvolvimento gerencial para pequenas e médias empresas. É liderado pelos professores Emmanuel Paiva de Andrade e Marcelo Gonçalves Figueiredo.

Emmanuel Paiva de Andrade fundou o núcleo, além de ter sido eleito Vice-Reitor da Universidade Federal Fluminense para o mandato entre 2007 e 2010. Foi diretor da Associação Brasileira de Engenharia de Produção (Abepro), membro do seu comitê científico, membro do comitê científico da Associação Latino-Americana de Gestão da Tecnologia (Altec). Foi coordenador do curso de graduação em Engenharia de Produção da UFF (1997-2000), chefe do Departamento de Engenharia de Produção (1999-2000 e 2002-2003) e diretor da Escola de Engenharia. Foi membro do Conselho Universitário, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e do Conselho de Curadores da UFF. Membro do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Niterói – COMCITEC (2005-atual). Representou a UFF no Conselho Consultivo da Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro, participou da construção em Niterói do Programa de Atratividade de Empresas de Base Tecnológica (PABT), sendo representante da UFF no seu conselho, e coordenador acadêmico da Incubadora de Empresas

da UFF (1999-atual). Participou da criação do Pólo Tecnológico de Niterói e Municípios Vizinhos. Trabalhou como engenheiro de produção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) durante 11 anos (1981-1992), foi dirigente do Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda e secretário de Planejamento daquela cidade (1992-1993)[135].

Seu projeto de pesquisa atual intitula-se "Formação de inovadores em ambientes multiculturais *vis-a-vis* expectativas empresariais na perspectiva da gestão do conhecimento" e tem como objetivo, segundo a Plataforma Lattes, "verificar de que maneira programas de formação de inovadores fazem avançar as chamadas competências de descoberta entre estudantes de diferentes nacionalidades em cursos ligados à gestão". Tal pesquisa se fundamenta em estudos elaborados por Jeff Dyer, Hal Gregersen e Clayton Christensen (2011), nos quais esses defendem a tese de que existe um conjunto de características que distinguem os profissionais inovadores. Para eles, a habilidade de gerar novas ideias não é mera função da capacidade cerebral, mas também fruto do desenvolvimento de comportamentos. Afirmam ainda que o DNA dos inovadores é complementado por competências de descoberta e execução. As 5 competências de descoberta cumprem um papel importante nas fase iniciais do processo de inovação, o que chamamos do *front end* do processo de inovação, e são elas: questionar, observar, associar-se, formar redes e experimentar.

Segundo esta teoria, após dominar essas competências, o potencial empreendedor estaria "apto" para gerar ideias, colaborar para implementá-las e construir competências de inovação em toda a organização que resulte em uma vantagem competitiva, o que só é possível com a criação de uma cultura organizacional de inovação.

3.5 **Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda (EEIMVR)**

Criada através do Parecer nº 90/69 em 08/02/1968 no berço da siderurgia pesada do Brasil, a Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda (EEIMVR) é uma das unidades avançadas da Universidade Federal Fluminense (UFF). Instalada no interior do Estado do Rio de Janeiro, está situada na cidade de Volta Redonda, no Vale do Paraíba, a 120 Km da cidade do Rio de Janeiro e a 300 Km da cidade de São Paulo. A EEIMVR foi criada dentro de um programa governamental "*A Universidade do Trabalho*" que se propunha a

[135] Informações extraídas da Plataforma Lattes.

estabelecer escolas de nível superior em áreas industriais relevantes. A EEIMVR foi a única realização deste programa. Desde sua fundação, a Escola tem uma experiência de interação com a indústria em geral e, em particular, com a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

Depois de mais de 30 anos atuando no ensino de graduação em Engenharia Metalúrgica, chegou-se a conclusão, em 1993, que era hora de se iniciar o ensino em nível de Pós-graduação. Isto viria ao encontro da demanda, por parte da indústria, de uma melhoria da qualificação de seus profissionais para fazer frente a constante busca de maior produtividade e competitividade. Entretanto, era necessário que se criasse um curso consoante com a "vocação" da EEIMVR. Além disto, seria desejável criar um curso com uma filosofia que o diferenciasse de outros cursos de pós-graduação já existentes no Brasil. Daí surgiu a idéia da criação de um curso com ênfase em simulação e modelamento de processos siderúrgicos. O Curso de Mestrado teve início em janeiro de 1994 com o processo seletivo da primeira turma seguido de um curso de nivelamento em fevereiro de 1994 e início do curso regular em março de 1994. Atualmente é dirigida pela professora Drª. Nadja de Ávila.

Entre os projetos executados com apoio da FEC analisados, apenas 6 são ligados a EEIMVR. Todos ligados a projetos de pesquisa, orçados em R$ 3,7 milhões, financiados pela FINEP, pela Eletrosul, pela Metalúrgica Barra Mansa e pela própria UFF. No entanto, foram executados apenas R$ 468 mil. Destes, R$ 356 mil foram destinados ao pagamento de bolsas a professores, R$ 39 mil para contratação de empresas terceirizadas e apenas R$ 7 mil para alunos.

3.6 **Escola de Engenharia/LATEC – Laboratório de Tecnologia, Gestão de Negócios e Meio Ambiente**

O LATEC foi criado em 1993 no âmbito da Escola de Engenharia para ser um núcleo multidisciplinar de pesquisas avançadas e supra-institucional, atuando como centro disseminador de estudos e pesquisas dos diversos aspectos ligados à qualidade, segurança, produtividade, meio ambiente, sustentabilidade e responsabilidade corporativa. Podemos dizer que na difusão da lógica empresarial na UFF, utilizando a metáfora organicista, o Latec seria o "estômago" do empreendedorismo acadêmico.

Seu foco principal, ao longo dos anos, vem sendo a oferta de inúmeros cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, desde especializações, MBA's e mestrados profissionais,

todos de caráter não gratuito, como determina o inciso IV do art. 206 da Constituição Federal de 1988.

Apresenta oficialmente como missão, "o desenvolvimento de pessoas com competências em gestão ética, humanista e com habilidades técnicas, contribuindo para a construção de uma sociedade sustentável". Na prática assume a função de estabelecer vínculo da UFF com o mercado privado da educação superior, prospectando demanda de empresas por formação específica de seus quadros técnicos e gerenciais.

O LATEC desenvolve sete tipos de projetos de pesquisa, a saber: 1) projeto de desenvolvimento gerencial das organizações brasileiras, através do desenvolvimento e oferecimento de: curso de pós-graduação stricto sensu; cursos de pós-graduação lato sensu; cursos de pós-graduação – atualização; cursos especiais oferecidos *in company* e *in city*[136], desenvolvidos de acordo com as necessidades das organizações; 2) projetos de pesquisa em gestão pela excelência em pequenas e microempresas; 3) projetos e assessorias em gestão da produção limpa e segura, visando a sustentabilidade dos negócios; 4) projetos de prevenção de acidentes com crianças e adolescentes: levantamento de tipos de acidentes e formas de mitigação; 5) projetos de gerenciamento de riscos em organizações públicas e privadas; 6) projetos de educação continuada em Gestão das organizações, baseados nos princípios do desenvolvimento sustentável; 7) projetos de pesquisa e de aplicação dos princípios da responsabilidade social.

Atualmente, além do Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão Sustentáveis, o LATEC oferece os cursos de Especialização em Engenharia de Produção e em Engenharia de Segurança do Trabalho; e os MBA's em Gestão da Energia e Eficiência Estratégica, em Gestão da Inovação e do Empreendedorismo, em Gestão de Pessoas, em Gestão de Serviços de Saúde, em Gerenciamento Avançado de Finanças, em Gestão pela Qualidade Total, em Gestão de Negócios Sustentáveis e em Gestão Estratégica da Produção e Manutenção.

Apresentam como parceiros institucionais e empresariais a ABEPRO (Associação Brasileira de Engenharia de Produção), a SOBRAPO (Sociedade Brasileira de Pesquisa Operacional), a ABRAMAN (Associação Brasileira de Manutenção e Gestão de Ativos), a Firjan, a CNI, o SESI, o SEBRAE, a Petrobras, a Sadia, a Ampla, a Meta Consultoria (empresa júnior ligada ao curso de Engenharia, que será analisada mais adiante), as Lojas Americanas, os Correios, o Banco do Brasil, dentre outros.

[136] Nestes cursos, o corpo docente se desloca para a empresa contratante dos cursos ou para outros municípios, a fim de se adequar as necessidades de quem paga pela capacitação.

Atualmente é coordenado pelo professor do Departamento de Engenharia de Produção da UFF, Osvaldo Quelhas, que não por acaso, acumulou tal função com a presidência da FEC por longos anos (até abril de 2017). Entre seus docentes figuram nomes já mencionados no escopo deste estudo, como o ex-Diretor executivo-financeiro da FEC, professor Julio Vieira Neto e o Coordenador do NECTI, professor Emmanuel Paiva de Andrade.

Quando examinamos os dados disponibilizados pela FEC, relacionados aos cursos chamados autofinanciáveis, ou pagos, como preferimos, detectamos a importância do Latec na composição dos recursos externos captados pela universidade e na distribuição desses recursos na remuneração das atividades empreendedoras no que diz respeito aos docentes da UFF. São exatamente 147 projetos vinculados à Escola de Engenharia, relativos à formação de turmas de cursos autofinanciáveis de Mestrado e Especialização ou MBA's, financiados pela própria UFF e por entidades como a ABIMAQ e a FUNENSEG, todos coordenados por docentes vinculados aos Departamentos de Engenharia de Produção e de Telecomunicações. Dos R$ 219 milhões orçados para serem alocados em projetos de cursos pagos, R$ 146 milhões seriam destinados aos cursos da Escola de Engenharia. Do total executado de R$ 33 milhões, R$ 20 milhões foram para unidade que abriga o LATEC. Chamam à atenção as cifras, pois esses R$ 33 milhões correspondem a um valor expressivamente maior que os R$ 20 milhões executados com os 79 projetos de pesquisa e extensão anteriormente analisados. Examinando os valores gastos com pagamento de bolsas para docentes percebemos que o LATEC é o grande responsável pela distribuição dos recursos nesta rubrica, especificamente. Para a complementação salarial dos professores/pesquisadores vinculados ao LATEC foram desembolsados efetivamente R$ 8,5 milhões dos R$ 14,2 milhões totais da UFF, ou seja, 59%. Quando comparamos aos valores totais de gastos com projetos da FEC, os valores recebidos a título de bolsas para os docentes representam 16% do total dos recursos. Em relação aos valores pagos aos alunos, também a título de bolsas, chegamos ao montante de R$ 674,6 mil, de um total de R$ 1,9 milhão. Dos R$ 13,4 milhões gastos com contratações de pessoas jurídicas, R$ 8,6 foram pela Escola de Engenharia. Nesta mesma linha, as rubricas destinadas ao pagamento de pessoas físicas e à aquisição de bens e equipamentos para UFF, apresentam o mesmo comportamento. As primeiras representam 62% do total executado e a segunda 35%, e alcançando valores absolutos da ordem de R$ 624 mil e R$ 123 mil, respectivamente.

Tabela 6 – Comparativo entre os valores recebidos pelo LATEC e pela UFF, relativos a cursos pagos

	UFF (em milhões de reais)	Latec (em milhões de reais)	% Latec em proporção ao total repassado pela FEC
Valores Totais Orçados para Cursos Pagos	219	146	66%
Valores Totais Executados para Cursos Pagos	33	20	59%
Valores Executados Bolsas p/ Docentes	14,2	8,5	67%
Valores Executados Bolsas p/ Discentes	1,9	0,67	35%
Valores Executados p/ Contratação de Pessoas Jurídicas	13,4	8,6	64%

Fonte: Portal Transparência da FEC

A importância das receitas dos cursos pagos para a movimentação da lógica empreendedora fica mais evidente, quando além das cifras apresentadas, observamos todo o imbróglio causado pela cobrança de mensalidades em cursos de pós-graduação a título de "investimento", como preferem denominar os entusiastas desta prática.

Ainda em 2010, no mandato do ex-Reitor Roberto Salles, após muita luta dos movimentos estudantis (DCE) e sindical (ADUFF e SINTUFF), que perduraram por mais de 12 anos, foi submetido à apreciação da comunidade universitária da UFF através de plebiscito, a gratuidade total nos cursos de pós-graduação da universidade. A maioria esmagadora (86,78%) dos votos num total de 13.326 votantes decidiu que não poderia haver cobrança de mensalidade e taxas nos cursos denominados autofinanciados. O escrutínio foi presidido por uma comissão designada pelo CUV (Conselho Universitário), e, apesar de todo tipo de pressão sofrida, conseguiu conduzir de maneira séria e responsável todo o processo.

Entretanto, apesar do retumbante "sim" ouvido das urnas[137], passados mais de sete anos da consulta, os cursos pagos continuam a atender interesses privados em detrimento das funções sociais da UFF.

Como podemos constatar nas páginas anteriores, mexer com os recursos financeiros advindos da cobrança de mensalidades e taxas nos cursos de pós-graduação na UFF significa afrontar interesses de importantes agentes que, não por acaso, ocupam posições importantes na administração central. Segundo a ADUFF, "verdadeiras barricadas" foram erguidas no *hall* da Escola de Engenharia, a fim de impedir a instalação da urna para realização do pleito, tendo esta que ser instalada do lado de fora do prédio. Cabe destacar que esta unidade foi a única da UFF a registrar vitória do "não".

[137] A pergunta feita pelo plebiscito à comunidade acadêmica foi: você concorda que deva prevalescer o texto da Estatuinte? Texto da Estatuinte: "A UFF será regida pelos seguintes princípios: (...) III – da natureza pública e gratuita do ensino, sob responsabilidade da União; (...)".

O que anima em todo este processo foi o resultado da consulta, mandando um recado pulsante à comunidade, que deseja uma universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. Representa a vitória de um modelo de universidade democrático sobre outro que responde a preceitos empresariais e privados. Infelizmente, o que vemos hoje, foi previsto pela ADUFF, ainda em 2010, ao final do pleito, e o resultado não foi acatado, reduzindo a democracia universitária a uma "grande piada" (ADUFF, 2010).

Desde 2014, tramita no Congresso Nacional a proposta de Emenda Constitucional nº 395-B, de autoria do Deputado Federal Alex Caziani (PTB-PR), que altera a redação do inciso IV do art. 206 da Constituição Federal, referente à gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, primeiramente em cursos de graduação e pós-graduação. Em 2015, a proposição foi aprovada pela Câmara dos Deputados em primeiro turno por 318 votos a 129, mas após intenso embate foi rejeitada em plenário no segundo turno, com 304 votos pelo "sim, 139 pelo "não" e 2 abstenções, quando precisava de 3/5, no mínimo, do número total de deputados, mas aprovada pelo STF.

3.7 **Faculdade de Administração e Ciências Contábeis**

No esteio do LATEC, a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (EST) surge como outro grande propulsor da lógica empresarial na UFF. Aqui impera a pura lógica do mercado do varejo de MBA's dos mais variados tipos, ligados aos Departamentos de Administração, Contabilidade, Turismo[138] e Empreendedorismo.

Atualmente são oferecidos 10 cursos MBA's pagos, além do Mestrado acadêmico em Administração (gratuito). São eles: 1) Administração e Sistemas de Informação; 2) Contabilidade e Auditoria; 3) Controladoria e Finanças; 4) Finanças Corporativas e Mercados de Capitais; 5) Gestão em Logística e Treinamento Corporativo; 6) Gestão Empresarial em Tributação e Contabilidade; 7) Gestão Estratégica de Negócios; 8) Gestão de Recursos Humanos; 9) Logística Empresarial; e 10) Marketing Empresarial.

Atualmente é dirigida pelo professor Dr. Martius Rodriguez, que acumula a função com a presidência do Conselho Fiscal da Fundação Euclides da Cunha. Martius tem pós-doutorado em Gestão do Conhecimento pela UFRJ/*Harvard Business School*; *Master*

[138] Aparece nos números compondo a EST, mas foi desmembrado recentemente da unidade para dar origem a Faculdade de Turismo e Hotelaria

Executive pelo MIT/SLOAN[139], além de Doutor em Gestão Tecnológica pela COPPE/UFRJ e Mestre em Ciências em Computação de Alto Desempenho pela COPPE/UFRJ. Atuou como docente na FGV-RJ entre 2001 e 2003 e atualmente leciona também em cursos de pós-graduação do LATEC/UFF. Entre 1978 e 2010 assumiu diversos cargos de gerência na Petrobras. Presidiu ainda a Comissão de Petróleo e Gás da CAERJ (Câmara de Comércio do Estado do RJ). Rodriguez fundou ainda, em 2008, o GIGCI (Grupo Interativo de Gestão do Conhecimento e Inovação) que contou inicialmente com a participação de diversas empresas, dentre as quais a própria Petrobras, a Vale, ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), Correios, Caixa, Odebrecht, BNDES, Shell, General Eletric, entre tantas outras, além da Firjan e da CNI. Tal grupo tinha como objetivo aglutinar essas empresas a fim de fortalecer e acelerar os processos de troca de conhecimento, partindo da Petrobras e chegando as demais parceiras[140].

Na prática, toda essa lógica, pretensamente lucrativa, de oferta pujante de cursos no mercado educacional privado resulta num considerável montante nos projetos analisados junto ao setor de transparência da FEC. Dos 258 projetos relacionados aos cursos pagos na FEC, 108 são executados na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, absorvendo R$ 72 milhões dos R$ 219 milhões orçados para projetos de MBA's e especializações. Quando analisamos os valores executados, a EST gasta R$ 13,4 milhões do total de R$ 33 milhões destinados aos cursos pagos. Dos R$ 91 milhões orçados para atender ao pagamento de bolsas aos docentes a título de aulas, nesses cursos autofinanciáveis, R$ 26,4 milhões iriam para a EST. Em números executados, a EST ficou com R$ 7 milhões dos R$ 20 milhões empenhados no total da rubrica, ou seja, 35% do total das bolsas docentes e 13% do total dos projetos da FEC. Com alunos foram efetivamente gastos apenas R$ 1,2 milhão de um total de R$ 3,1 milhões. Com contratação de empresas externas e pessoas físicas foram gastos efetivamente R$ 4,7 milhões e R$ 393 mil, respectivamente, o que corresponde a 29% e 39% do total empenhado nos cursos pagos. A rubrica de gastos com equipamentos e bens para a UFF apresenta números irrisórios quando comparados às outras despesas, não chegando a R$ 100 mil.

[139] A *SLOAN School of Management* é uma das cinco faculdades que compõem o MIT (*Massachusetts Institute of Technology*).

[140] Informações extraídas da Plataforma Lattes.

Tabela 7 – Comparativo entre os valores recebidos pela EST e pela UFF, relativos à cursos pagos

	UFF (em milhões de reais)	EST (em milhões de reais)	% EST em proporção ao total repassado pela FEC
Valores Totais Orçados para Cursos Pagos	219	72	32%
Valores Totais Executados para Cursos Pagos	33	13,4	40%
Valores Executados Bolsas p/ Docentes	14,2	7	50%
Valores Executados Bolsas p/ Discentes	1,9	1	52%
Valores Executados Contratação de Pessoas Jurídicas	13,4	4,7	35%

Fonte: Portal Transparência FEC. Elaboração própria.

No entanto, não é só a venda de serviços educacionais que impulsiona o "capitalismo acadêmico" no âmbito da EST, pois não evolui um sistema econômico sem um sistema de ideias que o possa sustentar.

Criado em 2013, o Departamento de Empreendedorismo e Gestão (STE) surgiu de uma dissidência do Departamento de Administração, que se deu de maneira bastante conturbada, por decisão monocrática do Reitor, sem que fosse referendada por qualquer instância colegiada da instituição. O STE apresenta-se como parceiro de instituições patronais como o SESI, a Firjan, a Fiesp, além das Universidades de Nottingham e Duquesne.

Desde então, até abril de 2017, foi chefiado pela professora Sandra Mariano, que se doutorou pela UFRJ em Engenharia de Sistemas e Computação, desenvolvendo pesquisas sanduíche na *Université de Montréal e PCLS* e na *Harvard Business School* em 2012. É docente do Programa de Pós-Graduação em Administração e Administração Pública, do Campus de Volta Redonda, coordenado por professores membros da *Triple Helix Association* e Coordenadora do Projeto OportUnidad no Brasil, financiado pela *European Comission* (EC).

Segundo informações da página digital do projeto, o OportUnidad "explora a adoção de estratégias e canais que abrangem os princípios de abertura e reutilização no contexto das instituições de ensino. O projeto pretende promover a adoção de práticas educacionais abertas (PEA), e Recursos Educacionais Abertos (REA)[141] na América Latina com uma abordagem de base para desenvolver um espaço comum de ensino superior. A iniciativa também abre a possibilidade de fornecer gratuitamente recursos educacionais para autoaprendizagem, em termos de aprendizagem informal e aprendizagem ao longo da vida.

[141] Os chamados REA são materiais de ensino, aprendizado e pesquisa, fixados em qualquer suporte ou mídia, que estejam sob domínio público ou licenciados de maneira aberta, permitindo que sejam utilizados ou adaptados por terceiros. Podem incluir cursos completos, partes de cursos, módulos, guias para estudantes, anotações, livros didáticos, artigos de pesquisa, vídeos, instrumentos de avaliação, recursos interativos como simulações e jogos de interpretação, bancos de dados, software, aplicativos (incluindo versões para dispositivos móveis) e qualquer outro recurso educacional de utilidade.

Apresenta como objetivos específicos: sensibilizar e ampliar a participação de IES em práticas educacionais abertas e recursos; definir a agenda REA para a reutilização dos REA no nível institucional do ensino superior. E definir um roteiro estratégico de médio prazo para a implementação da Agenda REA no nível local-institucional, de acordo com as necessidades locais, culturais, institucionais e estratégias; ensina professores como utilizar e reutilizar REA em um contexto pedagogicamente rico e melhorar as suas competências digitais; *startup* piloto de práticas educacionais abertas e oferecer aos estudantes conteúdos abertos, flexíveis e atualizados e caminhos de aprendizagem, com uma ligação com a comunidade internacional e as necessidades do mercado de trabalho. Entre seus parceiros, estão diversas universidades espalhadas pelo mundo como a Universidade de Oxford e a Universidade de Lisboa, além da própria UFF.

Tal projeto aparece como projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito da FEC, com financiamento da própria UFF, tem como valor total orçado disponível R$ 238 mil, dos quais R$ 111 mil foram efetivamente empenhados. Deste total, R$ 34 mil foram pagos a título de bolsa docente para professores/pesquisadores da instituição. O caráter ideológico do projeto na propagação do lógica empreendedora e empresarial do STE fica mais claro quando percebemos que é o único projeto da FEC no qual os valores pagos como bolsas aos alunos é maior do que são pagos aos docentes, somando R$ 64 mil, ou seja, mais que o dobro.

Chama a atenção os 07 projetos na FEC direcionados ao Curso de Pós-Graduação em Gestão Empreendedora, todos financiados pelo SESI, e apresentando como objetivo capacitar gestores educacionais do Estado de São Paulo na modalidade semipresencial. Somados foram orçados em mais de R$ 10 milhões. Foram efetivamente gastos R$ 4,4 milhões. Destes valores consideráveis, R$ 3,1 milhões foram gastos com o pagamento de bolsas a docentes, R$ 1,9 milhão com alunos e R% 1,1 milhão com contratação de empresas externas. Esses cursos, em parceria com o SESI, com o governo do Estado de São Paulo e também do RJ, são oferecidos a gestores da educação básica, a fim de que estes “pensem a educação escolar de forma inovadora”, ou seja, numa ótica empresarial, que perpassa por “engajar a comunidade na resolução dos problemas da escola”, com o fino intuito de “livrar” o Estado de suas obrigações constitucionais.

Além do caráter ideológico exercido pelo STE na formação de quadros para o ensino fundamental e médio, com a previsão legal de horizontalização do ensino do empreendedorismo em todos os níveis educacionais, o STE ganha muito em importância no contexto interno da UFF.

O grande destaque do STE é o Minor[142] em Empreendedorismo e Inovação, que foi criado pela Resolução CUV nº320/2006 no esteio da Resolução CES/CNE nº 1 de 27/01/1999 e da Portaria MEC nº 514/2001, que estabelecia a possibilidade de IES criarem cursos sequenciais de complementação de estudos. O Minor em Empreendedorismo e Inovação é direcionado para alunos de qualquer curso de graduação da UFF, com o objetivo declarado de incutir nos alunos ingressos a mentalidade empreendedora, preparando-os para, segundo o STE, "identificar oportunidades para empreender, conceber empreendimentos, desenvolver práticas inovadoras de planejamento, execução e avaliação de processos". Esse sedutor jogo de vocábulos esconde o real papel da ideologia empreendedora, que é o de preparar indivíduos para se lançarem à própria sorte num mercado de trabalho insuficiente para absorver a todos, implicando da informalidade, precarização e intensificação dos processos de trabalho, oferecendo aos alunos da UFF "a possibilidade de 'pensar' como possibilidade de carreira a criação de um empreendimento empresarial ou social".

A impulsão do curso se deu a partir da criação da UAB (Universidade Aberta do Brasil) que, em 2008, financiou o material didático do curso que passou a ser oferecido no âmbito do Consórcio CEDERJ[143], na modalidade semipresencial, obedecendo aos preceitos expostos pelo projeto Opportunidad, nos moldes da PEA e REA, em ambientes virtuais e mediados por tutores. A partir de 2014 a seleção vem sendo feita anualmente pela própria UFF.

O STE também investe em área como o empreendedorismo internacional, instituindo cursos de extensão que visam "capacitar gerentes brasileiros em suas iniciativas de internacionalização nas cidades de Miami e Orlando, alavancadas pela crescente internacionalização de negócios comandados por brasileiros no mundo, experimentada nos últimos anos".

Tais ações, ora analisadas, são fundamentais para a consolidação da mentalidade empresarial na universidade pública brasileira, representando um movimento de novidades e continuidades, pois a necessidade do capital de abrir novas frentes de exploração econômica e dominação ideológica é intrínseca ao próprio capitalismo, que ao longo da história só fez aprimorar suas formas de expropriação, adequando-se às novas realidades a fim de manter o seu motor propulsor, ou seja, o lucro. Não é possível compreendê-lo sem levarmos em conta os

[142] Curso de formação sequencial que pode ser cursado inclusive como disciplina durante um curso de graduação.

[143] Consórcio Cederj (Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro) é formado por sete instituições públicas de ensino superior: CEFET, UENF, UERJ, UFF, UFRJ, UFRRJ e UNIRIO, e conta atualmente com mais de 45 mil alunos matriculados em seus 15 cursos de graduação a distância.

objetivos ideoculturais, ou seja, a necessidade da divulgação da concepção burguesa de mundo, no caso o empreendedorismo, como sendo algo inevitável e inexorável. Cabe destacar que esses dois objetivos, em momento algum se separam, e que um não existe sem o outro.

3.8 **Empresas Juniores: o caso da META Consultoria**

A escola assume papel estratégico na formação dos intelectuais orgânicos, e esse papel, faz com que os professores assumam uma destacada tarefa entre os intelectuais profissionais na propagação das ideologias, desde a educação infantil até às universidades, sem esquecer do papel dos congressos científicos[144], dos programas de formação continuada e da edição de livros e periódicos. A partir do século XX, os educadores assumem posição chave na consolidação da hegemonia burguesa e na gestação de projetos contra-hegemônicos, tanto nos países centrais, quantos nos periféricos (MARTINS; NEVES, 2010; p. 33).

Surgido na França no final da década de 1960, o movimento das empresas juniores, adentrou ao Brasil no ano de 1988, introduzido pela Câmara de Comércio e Indústria Franco-Brasileira. As Empresas Juniores (EJ) são associações civis sem fins lucrativos, constituídas e administradas exclusivamente por alunos de graduação, apresentando como objetivo "complementar a formação acadêmica através da experiência empresarial e das práticas de mercado". A primeira empresa júnior brasileira foi a da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo.

O Brasil é, atualmente, o país com o maior número de empresas juniores no mundo, totalizando cerca de 1200 unidades, que envolvem mais de 27 mil universitários, e com um faturamento anual da ordem de R$ 9,6 milhões, revelando o caráter agressivo assumido pela cultura empresarial no interior das IFES brasileiras. São representadas pela Brasil Junior em nível nacional e pela Rio Júnior no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. A Rio Júnior representa os interesses de 25 organizações associadas, e apresenta como objetivo "auxiliar as empresas juniores a se regulamentarem e se desenvolverem, expandindo o movimento em todo o Rio de Janeiro, integrando e alinhando os empresários juniores e representando-os perante o estado".

[144] Martins; Neves (2010) ressaltam o importante papel exercido pelos congressos científicos no tange concentrar e multiplicar a influência dos intelectuais de alto nível sobre os universitários, numa relação que denomina de "espírito de casta", onde são ao mesmo tempo formação de intelectuais e difusão de concepção de mundo.

Na UFF, atualmente, existem doze empresas juniores estabelecidas: Agrha (consultoria ambiental e agrícola), Argos (consultoria internacional, cenarização e organização de eventos acadêmicos e informativos), Focus (multidisciplinar do Campus de Rio das Ostras), Meta (consultoria em Engenharia e Gestão de Negócios), Opção (apoio ao empreendedor inicial em negócios), P&Q (consultoria em Engenharia Química e de Petróleo), Pacto (apoio a microempreendedores na expansão, aprimoramento e início de seus negócios), 33 Produções (consultoria na área cultural), Pérgamo (consultoria em Farmácia), Horizonte (consultoria em Geofísica), Polo (consultoria em Administração, Contabilidade e Direito do Campus de Macaé) e Pulso (consultoria em Administração e Engenharia no Campus de Volta Redonda), que prestam serviços de consultoria relacionados diversos cursos de graduação como Engenharia, Administração, Ciências Contábeis, Economia, Farmácia, Produção Cultural e Direito.

Como exemplo a ser estudado, escolhi a Meta Consultoria, por seu pioneirismo e "proatividade" no interior da UFF. A Meta foi fundada em 1995 no interior da Escola de Engenharia e apresenta como função apresentar soluções inteligentes para engenharia e gestão de negócios.

A estrutura da empresa júnior em nada lembra uma entidade vinculada ao ambiente acadêmico. A Meta Consultoria é composta por 05 células, que são como os departamentos da empresa: Presidência, Gestão de Pessoas, Projetos, Marketing e Administrativo-Financeira. Atreladas a cada célula, também existem as subcélulas, que auxiliam em funções específicas e estratégicas. São elas Prospecção Ativa, Área Comercial, Associação de Ex-membros (AEX) e Tecnologia da Informação.

Chama a atenção a subcélula Meta Social, que apresenta, segundo a empresa, "o compromisso de difundir o valor da responsabilidade socioambiental para os membros da Meta Consultoria, incorporá-lo às suas atividades internas e externas e promover campanhas de conscientização no meio acadêmico e na sociedade". Esta se encarrega da difusão direta da ideologia empreendedora entre o corpo discente, moldando, desde cedo, os futuros profissionais à lógica do mercado.

A Meta apresenta em sua carta de serviços diversos ramos da atividade empresarial como: gestão empresarial, estrutura de negócios, gestão da produção, finanças, gestão da qualidade, marketing, telecomunicações, mecânica, instalação e eficiência energética, legalização, expansão e reformas, além de projetos de instalações.

Já realizou estudos encomendados por diversas empresas privadas nacionais e multinacionais como a Ampla, a Rede Globo, a Shell, a Ipiranga, que contam com supervisão

de professor da própria Escola de Engenharia, e que têm custos cerca de 10% menores que consultorias convencionais.

O professor Julio Vieira Neto, ex-Diretor Executivo-Financeiro da FEC e também orientador de projetos na Meta, entende que "a empresa júnior vem cumprindo os objetivos relacionados ao desenvolvimento dos discentes, proporcionando uma visão ampliada entre a vida acadêmica e a indústria" (META, 2014, p. 16). Ao salientarmos o caráter ideológico das empresas juniores, não temos como objetivo relegar a um plano inferior a importância da articulação entre a teoria da academia e a realidade prática do mundo do trabalho, mas pretendo enfatizar a importância da desconstrução de um discurso e de uma leitura exclusivamente positiva, lastreada no senso comum.

É imperioso considerar que a "quase imposição" dessa lógica empresarial no ambiente profissional-acadêmico das empresas juniores acaba por formatar um cidadão pouco ou nada crítico. O sujeito recém-ingresso no sistema universitário se vê empurrado por uma lógica de violência simbólica, muitas vezes de maneira sutil e imperceptível, a enquadrar-se em padrões que violam sua identidade e sua individualidade, ainda que de forma contraditória. O graduando imerso nesse aparato empresarial no interior de uma universidade pública tende a banalizar as diferenças e naturalizar o modo de pensar o cotidiano do trabalho, nessa lógica empresarial, competitiva e individualista (BICALHO; DE PAULA, 2012, p. 897-898).

Bicalho; De Paula (2012, p. 898), citando Adorno (2002, p. 54), afirmam que

> Na ordem capitalista presente, em que todos devem mostrar que se identificam sem a mínima resistência com os poderes aos quais estão submetidos, a violência simbólica impera sem ser estranhada. A cultura cria a ficção de uma sociedade humanamente digna que não existe; que oculta as condições materiais sobre as quais erige todo o humano; e que, com a consolação e o sossego serve para manter com vida a perniciosa determinidade econômica da existência.

As autoras denominam de "ideologia da administração" essa racionalidade onde

> A dominação tende a permanecer oculta ou dissimulada graças à crença em uma *ratio* administrativa ou administradora, tal que os dirigentes e dirigidos pareçam ser comandados apenas pelos imperativos racionais do movimento interno à Organização. Em uma palavra: tem-se a aparência de que ninguém exerce poder porque este emana da racionalidade imanente do mundo organizado ou, se preferirmos, da competência dos cargos e funções que, por acaso, estão ocupados por homens determinados (CHAUÍ apud BICALHO; DE PAULA, 2012, p. 899).

E exemplos não faltam, inclusive de docentes que fazem correlações quase que determinísticas entre seu sucesso profissional e a participação na Empresa Junior, como o

professor Fernando Araújo, que atua como orientador na Meta Consultoria e afirma no Relatório de Gestão 2013-2014 da empresa:

> Sou suspeito pra falar da Meta Consultoria. Foi nessa jovem empresa, que dei os primeiros passos na minha carreira profissional e, hoje, tenho o privilégio de, na condição de orientador, contribuir para o desenvolvimento de entusiasmados estudantes de engenharia que, por sua vez, contribuem para o fortalecimento de empresas, aumento de empregos e da qualidade das operações dos vários clientes da Meta. A cada ano, a Meta se consolida como uma das mais importantes empresas juniores do Brasil, oferecendo significativas contribuições tanto para novos empreendedores, quanto para organizações consolidadas. Vida longa à Meta (META, 2014, p. 17).

Bicalho e De Paula (2012, p. 899) entendem que o "produto" dessa lógica perversa é o rapto do sujeito e sua transformação num "indivíduo S.A." que "vive à sombra da necessidade de sobreviver, ele está condenado à pseudoindividualidade, pois todo seu esforço de individuação é substituído pelo esforço de imitação". Para elas, "o indivíduo é tomado por impulsos miméticos, fazendo de si mesmo um 'aparelho eficiente' que corresponde ao 'modelo' apresentado pela indústria do *management*". Neste sentido, "o sucesso profissional torna-se para o 'indivíduo S.A.' um referencial para conduzi-lo com segurança a um mundo que é alheio ao seu arbítrio". "A organização do mundo converte-se a si mesma imediatamente em sua própria ideologia" e exerce uma pressão tão imensa sobre as pessoas, transformando a educação num "aparato difusor e integrador, por meio da formatação das percepções atinentes ao real, justificando-a pela aparência enganadora da racionalidade administrativa".

O que aqui tentamos destacar é a importância assumida por essa instância da UFF na disseminação da cultura empreendedora, que, somada aos aspectos financeiros, compõem a lógica do capitalismo acadêmico no ambiente universitário, além de uma reprodução da rudeza do mundo do trabalho, no qual indivíduos, desde sua mais tenra formação profissional, são submetidos às bases de um discurso gerencial e mercadológico, onde impera a perenidade das premissas, a intimidação por parte das diretorias, o controle e a repressão, que provocam o sofrimento e o estranhamento no ambiente de trabalho, apaziguando problemas estruturais em simples capacitação profissional, na tentativa perene de igualar desiguais.

3.9 **As Ações Empreendedoras na UFF em Síntese**

Apresentados esses dados, cabe agora compilarmos tais informações a fim de estabelecer uma análise global do que acontece no interior da Universidade Federal Fluminense, no escopo do que convencionamos chamar de ações empreendedoras.

A primeira vista podemos destacar as cifras apresentadas nestas análises, que apesar de totalizar alguns milhões de reais, tanto quando observamos os valores captados pela FEC em 2015 (R$ 80,4 milhões de acordo com o Relatório de Atividades da FEC 2015), quanto analisamos as planilhas de valores desembolsados (via portal da transparência FEC) com projetos de pesquisa, extensão e cursos pagos no intervalo entre 2001-2016 (R$ 331 milhões orçados e R$ 54 milhões executados), apresentam-se insignificantes se considerarmos o orçamento do governo federal destinado à UFF em 2016, que atinge cifras próximas aos R$ 1,66 bilhões[145]. O discurso oficial, que propala o empreendedorismo acadêmico e a captação de recursos externos como salvação para o financiamento da educação superior pública e até mesmo para a educação em todos os níveis, cai por terra.

Quando confrontados à necessidade de custeio e investimento de uma universidade federal, esses valores minguados não resistem a uma primeira análise. Verificamos que a publicação de projetos executados pela fundação de apoio privada da UFF em sua página digital, apresenta 79 projetos de pesquisa e extensão e 256 projetos para realização de cursos pagos, empenhando respectivamente R$112 e R$219 milhões, divididos basicamente entre a Escola de Engenharia (através do LATEC) e a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis.

Em segunda análise, verificamos que tais recursos, predominantemente empenhados em pagamentos de bolsas para docentes, não representam a independência financeira dos profissionais de educação. Se considerarmos, numa observação mais detalhada das planilhas da FEC, tais rendimentos não ultrapassam uns R$ 2.000,00 mensais em média, o que representa pouco se considerarmos que o salário bruto inicial de um professor Adjunto A nível 1 com Doutorado e em regime 40h DE é pouco menos que R$10 mil.

Embora haja recursos empenhados em pesquisas, principalmente na Escola de Engenharia, Química, EEIMVR, Geociências, entre outras unidades, a parcela de recursos para esse fim é muito pequena frente aos destinados ao mercado de MBA's e especializações.

[145] Disponível em <http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2016/ploa/volumev.pdf>

Algumas outras unidades analisadas, embora não contem com valores significativos diretamente destinados pela FEC, assumem papel fundamental da disseminação e naturalização da lógica empresarial na UFF. Além das instâncias responsáveis pelo direcionamento das políticas de produção de ciência e tecnologia, como a PROPPI e AGIR (ligadas à Reitoria), outras unidades se dedicam à cultura do empreendedorismo, como os grupos de pesquisa THERG-Brazil e NEICT, o laboratório LATEC e as empresas juniores. Assume predominância na difusão dessa lógica o Departamento de Empreendedorismo, vinculado à Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, através da divulgação de convênios com entidades patronais e com setores dos governos estadual e municipais, visando capacitar mão de obra adequada à lógica empresarial.

Chamou-nos a atenção a rede formada pelos líderes dessas instâncias no interior da universidade, ocupando sempre cargos importantes na administração central e espraiando seus vínculos por mais de uma unidade "empreendedora". A participação de grandes empresas e de diversos atores públicos nesse processo de disseminação do empreendedorismo acadêmico, de forma direta ou indireta, também ficou bastante clara, com protagonismo da Petrobras, das agências de fomento (FINEP, CAPES, CNPq, FFAPERJ) e das entidades patronais (SEBRAE, CNI, SESI, FIRJAN, FIESP).

Essas diversas ações de financiamento, mercantilização, apassivamento, cooptação e difusão de projeto de sociabilidade na UFF podem ser visualizadas de maneira sintética no quadro abaixo:

Quadro 2 – Compilação de Ações Empreendedoras no âmbito da UFF por Unidades

	Principais ações voltadas ao empreendedorismo acadêmico	**Principais parceiros públicos e privados (direta ou indiretamente)**
Administração Central/Pró-Reitorias	- Elaboração de políticas internas de estímulo ao empreendedorismo acadêmico a partir da AGIR; nomeação dos quadros diretivos de unidades como a FEC e a AGIR;	FINEP, FAPERJ, CAPES, CNPq, Santander, Petrobras
Fundação Euclides da Cunha	- Estabelecer contratos e convênios c/ empresas privadas; captar recursos públicos e privados para a UFF; direcionar esses recursos externos para as diversas unidades da UFF através de projetos; viabilizar o pagamento de bolsas de pesquisa e extensão para docentes e alunos da UFF.	Proppi/UFF, FINEP, Petrobras, ANDIFES, Ampla, Light, ANS, Eletrobras, Eletronuclear, Queiroz Galvão, Ford, Furnas, Lanxess, Philips, SESI/RJ, etc.
Agência de Inovação - ETCO	- Transferir tecnologia da universidade para o mercado; - Estimular docentes, servidores e alunos á aderirem à lógica empresarial e à produção de patentes com finalidade do lucro.	THA, FAPERJ, CAPES, PROPPI, THA, SEBRAE, CNPq.
Agência de Inovação - Incubadora	-Desenvolver novas empresas inovadoras sem riscos para o capitalista; articular com o setor empresarial projetos que atendam às demandas de inovação do setor;	PMN, SEBRAE, SENAI, FAPERJ, Laboratório Initia, REDETEC, FINEP, CAPES, THA, Therg-Brazil,
THERG-Brasil	- induzir e apoiar ações voltadas à relação universidade-governo-empresa no interior da UFF;	AGIR, NEICT, FAPERJ, IITH (Vale do Silício), FEC, *Stanford University*, Usaid, Fundação Rockfeller, OCDE, Anprotec, SEBRAE, CNI, ABIPTI, ANPEI, ABVCAP, BM&FBOVESPA, ANITEC , EMBRAPII, etc.

Quadro 2 – Compilação de Ações Empreendedoras no âmbito da UFF por Unidades

	Principais ações voltadas ao empreendedorismo acadêmico	**Principais parceiros públicos e privados (direta ou indiretamente)**
LATEC/Esc. de Engenharia	- Fomentar pesquisa aplicada; - Oferecer cursos pagos no mercado educacional privado no setor de gestão de negócios e Engenharias;	Petrobras, CNPq, FAPERJ, CAPES, SESI, SENAI, FIRJAN, CNI, SEBRAE, FEC, ABEPRO, SOBRAPO, ABRAMAN, Sadia, Ampla, META (empresa junior),
NEICT	- Promover estudos e pesquisas visando envolver-se com os sistemas locais e regionais de inovação;	THA, CNPq, CAPES, FAPERJ; ABEPRO, LATEC.
EEIMVR	- Formar recursos humanos para alimentar o mercado de trabalho demandado pelo setor metal mecânico do Sul Fluminense. - Estabelecer parcerias com empresas do ramo siderúrgico no polo industrial de Volta Redonda, capitaneadas pela CSN	CSN, Eletrosul, FINEP, Metalúrgica Barra Mansa
Faculdade de Administração e Departamento de Empreendedorismo	- Fornecer cursos de pós-graduação Lato sensu mediante cobrança de mensalidades; - Inserir da universidade pública no mercado privado cursos de formação continuada. - Divulgar e implantar a lógica empresarial junto aos alunos de graduação e pós-graduação; - Disseminar a cultura empreendedora aos docentes desde o ensino fundamental, mediante convênio com prefeituras.	SESI, SEBRAE, FIRJAN, FIESP, Universidade de Nottingham, Universidade de Duquerne, Ampla, Petrobras, Vale, COPPE/UFRJ.
Empresas Juniores/ Rio Junior/Brasil Junior/META Consultoria	- Divulgar e implantar a lógica empresarial junto aos alunos de graduação;	SEBRAE, Ampla, a Rede Globo, a Shell, a Ipiranga, Ambev, Bradesco, Caixa, Votorantim, CNI, Itaú,

Ao identificarmos tais ações no interior da UFF e o papel central desses docentes na difusão do projeto empreendedor, as palavras de Gramsci nos martelam o pensamento. É necessário pontuar que, para constituir-se classe hegemônica, determinado estrato social precisa "construir e organizar" seus interesses comuns e "tornar-se protagonista das reinvindicações" dos demais grupos aliados, articulando interesses e alargando os horizontes de seus interesses internos. É nesse momento que, segundo Gramsci, a construção da hegemonia necessita canalizar liderança política, social, moral e intelectual para impor sua visão de mundo, apresentando-a como sendo a mais abrangente e universal. Esse aspecto intelectual e moral dará uma importância à "dimensão educativa", a fim de formar uma coincidência crítica para alicerçar as ações políticas hegemônicas. O papel dos intelectuais orgânicos, destacado por Gramsci, vem da necessidade da classe hegemônica convencer e ganhar adesão pelo envolvimento ativo, e não pela simples manipulação e passividade (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010; p. 48).

Exercer a hegemonia é uma relação pedagógica com a finalidade de subordinar moral e intelectualmente, grupos sociais inteiros por intermédio da persuasão e, fundamentalmente, pela educação. Gramsci ressalta que "uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral" (GRAMSCI, 2000b, p. 19).

Para Martins e Neves (2010, p. 25):

> A nova pedagogia da hegemonia é sinônima do exercício da dominação, nos anos finais do século XX e anos iniciais do novo século, estabelecida nas formações sociais centrais e dependentes, sendo que sua efetividade decorre da legitimidade das teorias que a sustentam e da permanente atuação de novos intelectuais orgânicos do capital responsáveis pela sua difusão.

Gramsci, em sua primeira constatação a respeito dos intelectuais, nos diz que estes não constituem um "grupo autônomo e independente", mas é criação das classes sociais fundamentais, que tem como objetivo homogeneizar e conscientizar a sociedade, "naturalizando" sua concepção de mundo nas diversas esferas, econômica, social e política.

No mesmo sentido do conceito de Estado ampliado, Gramsci também amplia o conceito de intelectual nas sociedades de caráter "ocidental". Gramsci ressalta a importância da capilaridade das ações desses "intelectuais profissionais", que disseminam verdades já conhecidas e são fundamentais na criação e na consolidação da hegemonia (MARTINS; NEVES, 2010; p. 28). Gramsci compreendeu que a relação entre os intelectuais e o mundo da produção capitalista não se dá de maneira imediata, mas sim de "forma mediatizada por todo tecido social", onde os intelectuais são funcionários subalternos da classe dominante nos dois planos superestruturais, tanto na aparelhagem estatal, quanto na sociedade civil.

Marx já afirmara que consciência de classe não era algo dado. O papel do intelectual orgânico é justamente este, ou seja, dar organicidade à classe fundamental à qual pertence. Em "A Miséria da Filosofia", Marx distingue os conceitos de "classe em si" e "classe para si", afirmando que as condições econômicas transformaram a massa em trabalhadores e o domínio do capital criou uma situação comum, interesses comuns a esta massa. Esta massa constituiu-se uma classe frente ao capital, ou seja, uma "classe em si", mas não "por si mesma". Uma classe só se torna uma "classe para si", quando toma consciência do papel que exerce nas relações sociais de produção e do que a distingue das outras classes, compreendendo que há uma materialidade na classe antagônica. Essa mediação é papel dos intelectuais orgânicos.

Nas sociedades capitalistas, os intelectuais assumem majoritariamente o papel de intelectuais da burguesia, entretanto, também existem, embora em menor número, os intelectuais da classe proletária. Gramsci aponta ainda a existência de grande fração de "intelectuais tradicionais", que são as frações de intelectuais que remanesceram de estruturas anteriores ao capitalismo, como os filósofos, os clérigos, os cientistas e os professores que, embora não tenham sido gestados no interior do modo de produção burguês, são intelectuais que tendem a reproduzir, em sua grande maioria, as concepções da sociedade capitalista, nas

formações ocidentais. Essa cooptação vai variar de acordo com o grau de correlação de forças nessas sociedades, podendo ser atraídos também pelas forças sociais contra-hegemônicas, constituindo-se intelectuais orgânicos da classe trabalhadora.

> O intelectual da burguesia é o intelectual técnico, aquele que faz, o que seria hoje o engenheiro da produção ou algo deste tipo. Os grandes juristas, os grandes filósofos, os grandes políticos são em geral tradicionais. Este não tem o controle do processo produtivo, mas têm as condições de existência disso. Bom, estes intelectuais são formados longamente. Com uma vantagem extra, para usar uma expressão gramsciana o seu conhecimento é taylorizado. Ele está trabalhando sobre o existente, portanto é a pessoa que vai dar racionalidade ao processo existente. O advogado é o advogado da propriedade; o médico não é o médico social, mas o especialista; o arquiteto que vão construir as casas populares, a não ser que isso interesse ao capital ou ao estado, como no início do século passado, onde tínhamos as vilas operárias... (DIAS, 2009, p. 39-40).

Neste sentido, a educação escolar constitui-se importante instrumento de luta pela hegemonia na sociedade civil na concepção gramsciana do Estado. O espaço da escola assume papel estratégico na formação dos intelectuais profissionais da cultura urbano-industrial, quer seja pra manter o *status quo*, quer seja para propor transformações sociais mais profundas.

O Estado como "educador", embora assuma formas e métodos diversos necessita criar um novo tipo de cidadão, ou em outra hipótese, conservar o *status quo.* Ainda que se mantenha aparentemente afastado da luta de classes, o Estado educa até mesmo por sua ausência (DIAS, 2007, p. 53).

Os efeitos sobre a produção do conhecimento são nefastos, pois:

> A inserção do *habitus* da produção privada, com suas sensibilidades comerciais e sua 'moralidade utilitária', nas práticas educativas, destrói relações solidárias e valores caros à educação, como o compartilhamento e universalização do conhecimento. A ética profissional esvai-se e torna-se obsoleta num processo de cumprimento de metas, produtivismo acadêmico, melhoria do desempenho, competição e maximização do orçamento (MANCEBO, 2014, p. 98).

Mais que financeiro, o papel que os defensores do empreendedorismo na UFF assumem é ideológico. Tanto no aspecto de uma necessidade de se adequar ao modelo predominante e assim garantir o seu quinhão nos recursos externos, quanto na obtenção de um "*status* superior" perante seus pares.

CONCLUSÃO

Este trabalho, que dentre outros objetivos, analisou o trabalho de um tipo específico de professor na Universidade Federal Fluminense, o professor empreendedor. Constatou por análises teóricas e pela empiria, que apesar do farto arcabouço legal e institucional construído, visando vincular a lógica empresarial com a gestão acadêmica livre das amarras do orçamento estritamente público, pouco valeu para a independência financeira da instituição.

Ciência e capital apresentam uma relação contraditória, pois, a princípio, a ciência representa a emancipação da humanidade. O conhecimento é a ponta mais nobre da ontologia do trabalho, pois é o que nos poderia favorecer a ir muito além de nossas necessidades imediatas, levando a classe trabalhadora à emancipação e à liberdade, com a possibilidade de que as novas tecnologias possam contribuir com a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário. A contradição surge quando o capital se utiliza da própria ciência para colocar em nosso cotidiano suas hierarquias a fim de garantir sua reprodução ampliada através do barateamento da força de trabalho.

No Brasil, o papel da universidade pública, como produtora dessas liberdades, é travado desde o início, quando consideramos que se estabelece numa sociedade extremamente desigual, machista, racista, patrimonialista e violenta. O ensino superior no Brasil não aparece como meio de socialização de conhecimento, mas como acesso a postos superiores, beneficiando majoritariamente brancos e de classe média. A resistência precisou ser construída dia a dia por dentro das próprias instituições. Aos trancos e barrancos, através de mobilizações, lutas e greves, conseguimos a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a gratuidade nas públicas, tudo isso ficou selado na Constituição Federal de 1988, a contraponto de uma massa de instituições privadas que aparecem se apropriando do sistema de educação superior, pelas bordas.

Quando a reforma do Estado brasileiro, com todas suas causas e condicionalidades, começa a ser implementada ainda no governo FHC, estrangula a universidade pública em seu orçamento e em sua capacidade de reposição de quadros, além de arrochar salários dos docentes e técnicos, bem como impede o professor/pesquisador de exercer suas atividades em plenitude. E quando um profissional tem suas atividades públicas impedidas de serem realizadas de certa maneira, sua reação é procurar maneira diversa para que a realize. A saída oferecida aos professores/pesquisadores das IFES passava pela privatização por dentro das instituições.

É neste momento que as fundações de apoio privado se expandem no interior das instituições, desequilibrando a isonomia dos salários dos docentes, alimentando uma lógica individualista e competitiva entre os pares. Esse processo de privatização interna, via fundações, veio acompanhado de uma expansão dos cursos de pós-graduação de maneira diferenciada, produzindo alguns poucos centros de excelência acadêmica, via Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX) no final de 2003. Esse programa foi responsável por estabelecer a hierarquia entre os programas de pós-graduação, que implicariam no maior ou menor acesso ao financiamento de pesquisas.

O processo de expansão que a universidade pública experimenta nos governos do PT, em nada altera essa lógica privatista. Apesar de modificar e reverter a política de contratação de novos docentes, o faz de maneira desigual no que diz respeito a direitos, provocando uma "desolidarização geracional" onde cada nova leva de profissionais contratados, assume suas funções com menos direitos que a leva anterior.

Outra vertente da privatização interna das universidades públicas parte das empresas, ou seja, das entidades sindicais ou setoriais patronais, além das ONG's mantidas por estas, que se articulam no interior do Estado restrito com a finalidade de formular políticas públicas para diversas áreas de seu interesse, dentre as quais as políticas da produção de ciência e tecnologia e da educação superior. Cabe destacar que essas associações não promovem a privatização da educação pública no sentido de pagamento de mensalidades (apesar de induzirem a isso), mas no sentido de difusão de práticas empreendedoras e mercantilizadoras, em parcerias público-privadas em setores como saúde e educação.

A relação da Universidade com o setor produtivo apesar de remeter ao século XIX, observa um incremento nunca antes visto em meados do século XX. No Brasil, a produção de ciência e tecnologia ganha importância durante o período ditatorial entre as décadas de 1960 e 70, com a ampliação dos programas de pós-graduação. Apesar de historicamente datado nos EUA e considerado ultrapassado por muitos, o argumento da hélice tripla é bastante invocado e se reinventa no início do século XXI, assumindo novos elementos, além da relação universidade-empresa-governo, como o setor financeiro e o mercado. São essas mudanças que vão introduzir na academia novas maneiras de se produzir ciência e tecnologia que vão rapidamente se expandir quase pela totalidade dos países. Termos derivados do inglês e utilizados na indústria e na gestão de negócios, como *startups*, incubadoras, parques tecnológicos e *clusters*, vão invadir as IFES, produzindo efeitos que serão sentido em algumas grandes universidades públicas brasileiras. Nas demais, instituições pequenas e médias, apesar desse novo tipo de "universidade empreendedora" e de produção do

conhecimento também dominar o discurso, na prática não se materializa em resultados, muito em face das próprias políticas públicas balizadas na hierarquização dos centros de pesquisa e na criação de poucos centros de excelência, conforme ditames do Banco Mundial, que já assistíamos nos anos 1990.

Precisamos considerar também especificidades do empresariado brasileiro, com dependência cultural e que conta com um baixo custo da força de trabalho. Adicionalmente, o alto grau de oligopolização, achata a demanda das empresas residentes a investir em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias. O que observamos é a aquisição de tecnologias desenvolvidas nos países centrais do capital, cabendo às empresas locais, no máximo, a adaptação dessas à realidade brasileira (MANCEBO, 2014, p. 98).

Prova disso aparece quando partimos para a empiria. Em estudo publicado em 2016 por Cativelli e Lucas[146], pesquisadores da UDESC na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, constataram que, nas universidades públicas brasileiras, 60,6% das patentes solicitadas e 88,1% das patentes concedidas, se concentram na Região Sudeste, sendo que 34,9% das solicitadas e 65,24% das concedidas, no Estado de São Paulo (2016, p. 71).

Tal estudo demonstra ainda que, das 538 patentes cadastradas entre 1979 e janeiro de 2016, 170 foram registradas pela UNICAMP (31,6%), 138 pela USP (25,6%), 52 pela UFMG (9,7%), 39 pela UFRJ (7,2%), 27 pela UFSCar (5%), 21 pela UFV (3,9%), 13 pela UNESP (2,4%), 12 pela UFRGS (2,2%) e 11 pela UnB (2%). Todas as outras 19 instituições públicas com patentes registradas possuíam menos de 10 patentes cada. A UFF, apesar de todo o esforço feito nesse sentido, aparece com 01 patente registrada, totalizando apenas 0,2% da amostra.

A pesquisa ainda nos mostra a grande concentração dessas patentes em poucos pesquisadores, onde o mais produtivo foi o professor Kil Jin Park, da UNICAMP[147] com 12 patentes concedidas. A pesquisa revela que 09 entre os 15 pesquisadores mais produtivos são professores da UNICAMP.

O brilhante prefácio de Francisco de Oliveira na obra de João dos Reis Silva Junior e Waldemar Sguissardi “Trabalho Intensificado nas federais” de 2009, nos norteia em relação

[146] De acordo com as pesquisadoras, a captura dos nomes das universidades públicas brasileiras foi realizada na Plataforma E-mec. Quanto à coleta dos dados de titularidade, inventor e área do conhecimento das patentes, conforme a Classificação Internacional de Patentes (CIP), elegeu-se a base de dados do INPI. O período analisado abrange desde a primeira patente concedida, catalogada na base de dados do INPI - que data de 1979 - até janeiro de 2016, data da coleta de dados. Os dados coletados foram dispostos e organizados em planilhas do *software Microsoft Office Excel*, para em seguida gerar gráficos no software *Tableau Public*, utilizado a fim de representar e desenhar de forma adequada o volume de dados coletados.

[147] Kil Jin Park também é pesquisador da Embrapa e realiza pesquisa na área de Engenharia de Alimentos.

ao lugar da universidade brasileira, e do próprio país, na produção de ciência e tecnologia em escala mundial. O mestre sintetiza o papel da academia brasileira num cenário mundial quando menciona que a relação de nosso coeficiente de pesquisa e desenvolvimento (P&D) sobre nosso PIB é "ridículo", e como país periférico somos "bambas em adaptar". Oliveira retorna ao exemplo do LNLS para nortear seu pensamento sobre o que há de produção de inovações tecnológicas no sentido puramente schumpeteriano, utilizando-o como caso raro e não como regra no Brasil. Destaca, ainda, que as relações de transferência de tecnologia, neste raro e específico caso, são feitas entre a instituição de pesquisa brasileira (única neste ramo na América Latina) e as matrizes das empresas nos países centrais.

Oliveira conclui que "não há mercado nos campos da técnica e da ciência e que este é uma ilusão", e quando se aplica tal ilusão às universidades, o resultado que se tem é a conclusão da própria pesquisa de Silva Junior e Sguissardi (2009), ao qual me somo ao longo desta pesquisa que ora concluo.

Neste sentido, o que constatamos na UFF é que uma universidade média passa ao largo dessa produção de tecnologia de alto impacto. As pesquisas, além de assumir papel secundário no direcionamento de recursos advindos da fundação de apoio privado, se concentram majoritariamente em atender interesses mercadológicos locais de empresas como a Petrobras.

"Somos todos 'normóticos' em um sistema acadêmico de formação de pesquisadores e de produção de conhecimentos que está doente, e nossa 'normose acadêmica' tem feito naufragar o pensamento criativo e a iniciativa para o novo em nossas universidades" (SOUZA, 2014). A frase dita pelo professor Renato Santos de Souza em artigo publicado em 2014 sob o título "A Doença da Normalidade na Universidade" define bem as alterações que assolam o trabalho dos professores/pesquisadores na universidade pública brasileira. A cultura da universidade empreendedora que solapa as instituições de pesquisa mundo afora não poupa ninguém, irradiando-se através de um conjunto de normas, conceitos, valores, estereótipos, hábitos de pensar ou de agir, que são admitidos e aprovados por consenso ou por maioria em uma determinada sociedade e que provocam sofrimento, doença e até mesmo a morte, a chamada normose acadêmica.

Santos (2014) sentencia que a atual "normose acadêmica" se deve à "meritocracia produtivista implantada nas universidades, cujos instrumentos, no Brasil, para garantir a disciplina e esta doentia normalidade são os sistemas de avaliação de pesquisadores e programas de pós-graduação, capitaneados principalmente pela CAPES e CNPq", e acrescento, pela introjeção a fórceps de uma cultura empresarial e empreendedora que afasta

docentes e alunos do objetivo milenar da instituição universidade. Estes sistemas têm transformado, nas últimas décadas, docentes e alunos em “burocráticos produtores de artigos”, e “empresários da academia” afastando-os do nobre objetivo da ciência com a sociedade, obstruindo a criatividade, a iniciativa, o senso crítico e a inovação em sentido puro.

Apontamos para a necessidade de novas pesquisas nesta área, sobretudo investigações que desnudem as entranhas de outras instituições públicas de ensino superior, dando luz aos dados das fundações de apoio privadas e revelando a verdadeira face da pesquisa e da produção de ciência e tecnologia nas pequenas e médias universidades. É importante frisar que tal pesquisa, foi focada no encaminhamento das verbas via FEC, e que inúmeras outras pesquisas se desenvolvem no interior da UFF mediante esforços individuais e coletivos de docentes, via participação em editais de fomento, proclamados pelas agências de fomento.

Apesar desse cenário devastador para as práticas públicas nas universidades brasileiras, sobretudo numa instituição de porte médio como a UFF, não devemos esmorecer e permanecemos otimistas. Apesar da perseguição aos grupos marxistas e a quaisquer outros que se atrevam a se levantar contra essa lógica hegemônica ditada pelo capital, nós estamos aqui, dentro da universidade pública, travando lutas diárias nas instâncias que ainda nos restam pela socialização de um conhecimento comprometido com a melhoria das condições de vida da sociedade.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. *A Indústria Cultural e Sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ADUFF. É o Fim dos Cursos Pagos na UFF: plebiscito oficial consagra a vitória da gratuidade em todos os níveis de ensino. Boletim Eletrônico da ADUFF, ano 9. Publicado em 10/09/2010. Disponível em http://www.aduff.org.br/boletim/2010a_09m_10d.htm. Acesso em 17/01/2017.

AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS. Afif defende melhora de ambiente legal para pequenos negócios. Publicado em 16/11/2015. Disponível em http://www.agenciaSEBRAE.com.br/sites/v/index.jsp?vgnextoid=beb3a8ce76801510VgnVCM1000004c00210aRCRD&vgnextfmt=default. Acesso em 19/11/2015.

AGÊNCIA SENADO. Empreendedorismo poderá ser incluído no currículo da educação básica. Publicada em 10/06/2016. Disponível em http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/06/10/empreendedorismo-podera-ser-incluido-no-curriculo-da-educacao-basica. Acesso em 18/07/2016.

ALENTEJANO, Paulo. *A centralidade da questão fundiária no cenário agrário brasileiro do século XXI*. Manuscrito. Disciplina Brasil Recente: Economia, sociedade, política e cultura – novos desafios. Virgínia Fontes. PPGH, UFF. Niterói, 2015.

ALVAREZ, D.; VIDAL, Mario Cesar Rodriguez. *O cotidiano da produção acadêmica: traços do trabalho de professores/pesquisadores*. Caminhos (UFMG), Belo Horizonte, v. 1, p. 83-00, 2003.

ALVES, Giovanni. *Trabalho e subjetividade:* o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. Cap. 5 – A "captura" da subjetividade: nexo psicofísico e novo panoptismo. p. 111-126.

_____. *Dimensões da precarização do trabalho.* Bauru: Canal 6, 2013. Cap. 4, p.85-113.

_____. *A Derrelição de Ícaro*. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/category/colunas/giovanni-alves/>. Acesso em: 27 jun. 2014.

_____. *Terceirização e neodesenvolvimentismo no Brasil*. Disponível em http://blogdaboitempo.com.br/2014/08/11/terceirizacao-e-neodesenvolvimentismo-no-brasil/. Acesso em 09/04/2015.

ALVES, Fernando Rangel Segalote; NETO, Julio Vieira. *Estabelecimento de Indicadores de Desempenho na Gestão Pública: estudo de caso em uma universidade pública federal*. XXXVI Encontro Nacional de Engenharia de Produção: contribuições da Engenharia de Produção para mehores práticas de gestão e modernização do Brasil. João Pessoa, 03 a 08 de outubro de 2016.

AMARAL, Marcelo Gonçalves do. *Management and assessment of innovation environments*. Triple Helix, v. 2, p. 1-20, 2015.

ANDERSON, Perry. *Balanço do Neoliberalismo*. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.*)* Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANDES-SN. *Proposta do ANDES-SN para a universidade pública brasileira***.** Cadernos ANDES. 3. ed. atualizada e revisada. Brasília: 2003.

_____. *A Contra-Reforma da Educação Superior: uma análise do ANDES-SN das principais iniciativas do governo de Lula da Silva*. Brasília, ago., 2004.

_____. *As novas faces da reforma universitária do governo Lula e os impactos do PDE sobre a educação superior*. Cadernos ANDES nº 25. Brasília, DF. Agosto 2007.

_____. *Fundações Privadas Ditas de Apoio ás Universidades Públicas*. Cadernos ANDES nº 23. Brasília, DF. Fevereiro 2006. Disponível em <http://www.adufrj.org.br/wp-content/uploads/2017/03/caderno_fundacoes.pdf>. Acesso em 20/06/2015.

ANDIFES. *Relatório de acompanhamento do Programa de Apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI): o Brasil e sua gente estão nas Universidades Federais*. Brasília, Janeiro de 2010.

_____. Embrapii aponta dificuldade para fazer acordos com universidades federais. Publicado em 08/07/2016. Disponível em http://www.andifes.org.br/embrapii-aponta-dificuldade-para-fazer-acordos-com-universidades-federais/. Acesso em 23/10/2016.

ANTUNES, R. e ALVES, G. . *As mutações do mundo do trabalho na era da mundialização do capital*. Educação e Sociedade, São Paulo, v. 25, p. 335-351, 2004.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho.* 6.ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. *O caracol e sua concha*. Latin America Studies Association of Korea, v. 18, p. 137-156, 2005.

_____. *Afinal, quem é a classe trabalhadora hoje?* Margem Esquerda, São Paulo, p. 55-61, 2006.

_____. *Adeus ao Trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Editora Cortez, São Paulo, 2008.

_____. O Governo Dilma e a Crise. Publicada em 06/10/2015. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/paywall/login-colunista.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/10/1690522-o-governo-dilma-e-a-crise.shtml. Acesso em 26/10/2015.

AUDITORIA CIDADÃ. Boletim da auditoria Cidadã da Dívida nº 14 de 14 de fevereiro de 2006**.** Disponível em <http://www.divida-auditoriacidada.org.br/boletins/>. Acesso em 06/11/2015.

AUDY, Jorge Luis Nicolas; PIRES, Sandra de Oliveira. *ANPROTEC: Promoting Innovative Enterprises***.** *Special Issue on Brazil***.** Turim, V. 2 n.1, 2013, p. 12-14.

ÁVILA, Rodrigo Vieira de. *Programa de Aceleração dos Credores***.** Disponível em http://www.divida-auditoriacidada.org.br/artigos/artigo.2007-01-25.0110962553. Brasília, 2007. Acesso em 16/08/2010.

BANCO MUNDIAL. 1994. *La Enseñanza Superior – Lãs Lecciones derivadas de La Experiência.* Washington, 1994. Disponível em www.bancomundial.org.br acessado em maio/2009.

_____. *Prioridades y estratégias para la educación*. Washington, D.C: Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento / Banco Mundial, 1996.

_____. *El Estado em um mundo em transformación*. Washington, D.C: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento / Banco Mundial, 1997 (Informe sobre el desarollo mundial).

_____. *Estratégia para o Setor Educacional***.** Washington D.C. Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento / Banco Mundial, 1999.

_____. *Higher Education in Brazil: challengers and options*. Washington, D.C.: World Bank Association, mar. 2002.

_____. *Construir Sociedades de Conocimiento: Nuevos Desafios para La Educación Terciaria***.** Washington D.C. Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento / Banco Mundial, 2003.

BANCO MUNDIAL E CNI. *Conhecimento e Inovação para a Competitividade*, Brasília, 2008.

BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história***.** São Paulo: Cortez, 5ª Edição, 2008.

BENSAID, Daniel. *Trabalho e Emancipação*. Publicado em junho 1999. Disponível em https://www.marxists.org/portugues/bensaid/1999/06/trabalho.htm. Acesso em 19/12/2015.

BIANCHI, Álvaro. Ornitorrincos com PhD. Publicada em 21/10/2015. Disponível em http://blogjunho.com.br/ornitorrincos-com-phd/. Acesso em 04/11/2015.

BICALHO, Renata de Almeida; DE PAULA, Ana Pala Paes. *Empresa Junior e a Reprodução da Ideologia na Administração*. In: Caderno EBAP.BR, v. 10, n. 4, artigo 7, Rio de Janeiro, dez. 2012, p. 894-910.

BLOG DA BOITEMPO. Carta Aberta à CAPES em defesa da liberdade acadêmica e das Ciências Humanas e Sociais. Disponível em <http://blogdaboitempo.com.br/2014/06/05/carta-aberta-a-capes-em-defesa-da-liberdade-academica-e-das-ciencias-humanas-e-sociais/> . Acesso em 30/07/2014.

BOITO JR, Armando. *Política Neoliberal e sindicalismo no Brasil***.** São Paulo: Xamã, 1ª edição, 1999.

BOSI, Antonio de Pádua. *A Precarização do Trabalho docente nas Instituições de Ensino superior do Brasil nesses Últimos 25 anos*. In Educação & Sociedade, Campinas, vol. 28, nº 101, p.1503-1533, set/dez 2007.

BRAGA, Ruy. *A Política do Precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *Precariado e Sindicalismo no Sul Global*. In: Revista Outubro n. 22, 2014. Disponível em <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edicao-22-Artigo-02.pdf>. Acesso em 10/09/2015.

_____. *Uma Sociologia à Altura de Junho*. Publicado em 26/05/2014. Disponível em <http://blogdaboitempo.com.br/2014/05/26/cenedic-uma-sociologia-a-altura-de-junho/>. Acesso em 05/03/2015.

_____. A terceirização é a grande expressão da tragédia do trabalho no Brasil. Publicada em 06/04/2015. Disponível em <http://www.pstu.org.br/node/21375>. Acesso em 26/06/2015.

_____. *Contornos do pós-lulismo***.** Publicado em 25/10/2015. Disponível em <http://blogjunho.com.br/contornos-do-pos-lulismo/>. Acesso em 04/11/2015.

BRASIL. Lei nº 8112, de 11/12/1990, publicada no D. O. U. de 12/12/1990. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8112cons.htm>. Acesso em 01/08/2010.

_____. Lei nº 8.029 de 12/04/1990. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8029cons.htm>. Acesso em 22/12/2015.

_____. Decreto nº 99.570 de 09/10/1990. Desvincula da Administração Pública Federal o Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Cebrae), transformando-o em serviço social autônomo. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D99570.htm>. Acesso em 22/12/2015.

_____. Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995. Extingue o Conselho Federal de Educação, cria o Conselho Nacional de Educação e estabelece o Exame Nacional de Cursos. Disponível em http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/l9131_95.htm. Acesso em 06/08/2010.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, ano CXXXIV, n. 1.248, 23 dez. 1996. p. 27833-27841.

_____. Lei nº 8.666/1993 de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm. Acesso em 15/02/2016.

_____. Lei nº 9.678 , de 03/ de julho de 1998. Institui a Gratificação de Estímulo à Docência. Disponível em http://www.leidireto.com.br/lei-9678.html. Acesso em 01/08/2010.

BRASIL. Lei nº 9.841 de 05/10/1999. Institui o Estatuto da Micro-empresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9841.htm. Acesso em 22/12/2015.

_____. Lei nº 10.260 de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior. Disponível em http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2001/10260.htm. Acesso em 09/08/2010.

_____. Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm. Acesso em 18/08/2010.

_____. Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm. Acesso em 15/02/2016.

_____. Lei Complementar nº123 de 14/12/2006. Dispõe sobre o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm. Acesso em 22/12/2015.

_____. Lei nº 12.792 de 28/03/2013. Dispõe sobre a criação da Secretaria da Micro e Pequenas Empresas. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12792.htm. Acesso em 22/12/2015.

_____. Lei nº 12.792 de 28/03/2013. Cria a Secretaria da Micro e Pequena Empresa e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12792.htm. Acesso em 19/11/2015.

_____. Lei nº 13.243 de 11/01/2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm. Acesso em 02/02/2016.

_____. Lei nº 13.267 de 06/04/2016. Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13267.htm. Acesso em 08/04/2016.

_____. Decreto nº 8.269 de 25/06/2014. Institui o Programa Nacional de Plataformas do Conhecimento e seu Comitê Gestor. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8269.htm. Acesso em 13-10/2016.

_____. Decreto nº 8.364 de 17/11/2014. Regulamenta o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8364.htm. Acesso em 22/12/2015.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 85. Altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc85.htm. Acesso em 15/02/2016.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL. *Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades brasileiras e roteiro para a reforma da universidade brasileira.* Brasília, 2003.

_____. MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO E REFORMA DO ESTADO. *Plano Diretor da Reforma do Estado*. Brasília, 1995. Disponível em http://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/plandi.htm.

_____. MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO E REFORMA DO ESTADO. *A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle*. Cadernos MARE para a Reforma do Estado, vol. 1; Brasília, 1997.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria nº2.051 de 9 de Julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei nº10.861, de 14 de abril de 2004. Publicado no Diário Oficial da União nº132 , de 12.07. 2004, Seção I, página 12

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Reforma da Educação Superior: Reafirmando Princípios e Consolidando Diretrizes da Reforma da Educação Superior*. Brasília, 2004a.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Anteprojeto de Lei da Reforma da Educação Superior*. Brasília, 2004b.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Anteprojeto de Lei da Reforma da Educação Superior*. (2ª versão), Brasília, mai., 2005.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Plano de Desenvolvimento da Educação. Brasília, abril, 2007. Disponível em http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/index.htm.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação. Brasília, abril, 2007. Disponível em http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Brazil/BrazilGuiadosProgramasdoMEC.pdf.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Gerais do REUNI – Agosto de 2007. Disponível em http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf – consultado em 17.08.2008

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Acordo de Metas do REUNI nº 044 – Universidade Federal Fluminense*, Brasília, mar., 2008, disponível em www.uff.br.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Catálogo do Sistema Universidade Aberta do Brasil.* Disponível em http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10:estatisticas-&catid=6:sobre&Itemid=23

BRASIL. Presidência da República - Decreto nº 6.096, Brasília, 2007. Disponível em http://www.dee.ufcg.edu.br/dee/arquivos/Decreto.6096.de.24.04.2007.pdf – consultado em 17.08.2008.

_____. Ministério da Educação e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portarias Interministeriais n. 22 e 224. *Constitui em cada universidade federal um banco de professor-equivalente.* Disponível em http://www.adunb.org/portaria_interministerial22.pdf. Acesso em setembro de 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC). *Elementos Estruturantes de uma Política Nacional de Empreendedorismo e Negócios*. Brasília, MDIC, 2012. 68 p.

_____. Senado Federal. Projeto de Lei do Senado nº 772/2016. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir o tema do empreendedorismo no currículo da educação básica. Disponível em http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/124353. Acesso em 18/07/2016.

_____. CAPES. Ministério da Educação. *Seminário Discute parceria entre empreendedorismo e universidade*. Publicado em 16/06/2010. Disponível em http://www.capes.gov.br/36-noticias/3890-seminario-discute-parceria-entre-empreendedorismo-e-universidade. Acesso em 15/09/2016.

BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha. (Orgs.). *Até o último homem.* São Paulo: Boitempo, 2013.

BUCI-GLUKSMANN, C. *Gramsci e o Estado*. SP: Paz e Terra, 1980.

BUSS, Paulo M.. *A Ciência Brasileira vai Bem. E a tecnologia?* In: Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 21 (1), p. 4-5, jan-fev 2005.

CANAL DO EMPREENDEDOR. Saiba Como Funciona o Microcrédito e para que Serve. Disponível em: http://canaldoempreendedor.com.br/empreendedorismo-franquias/saiba-como-funciona-o-microcredito-e-para-quem-serve/. Acesso em: 12/11/2015.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. *Inserção Externa e Vulnerabilidade da Economia Brasileira no Governo Lula*. In: Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2010, p. 109-131.

CASTRO, Carla Apollinario. *Crítica da Razão Empreendedora: a função ideológica do empreendedorismo no capitalismo contemporâneo***.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2013.

CATIVELLI, Adriana Stefani; LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira. *Patentes universitárias brasileiras: perfil dos inventores e produção por área do conhecimento***.** In: Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 21, n. 47, p. 67-81, set./dez., 2016.

CHESBROUGH, H. *Open Innovation: The New Imperative for Creating and Profiting from Technology*. Harvard Business School Press, Boston, MA, 2003.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHIAVENATO, Idalberto. *Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor: empreendedorismo e viabilização de novas empresas: um guia eficiente para iniciar e tocar seu próprio negócio*. São Paulo: Saraiva, 2008 .

CHOSSUDVSKY, Michel. *A globalização da pobreza: impactos da reforma do FMI e do Banco Munidal*. 1ª Edição. Editora Moderna. São Paulo, 1999.

CHRISTENSEN, Clayton M.; RAYNOR, Michael F.; Mc DONALD, Rory. *What Is Disruptive Innovation?* In: Harvard Business Review, Boston. Dezembro/2015, p. 44-53.

CNPq. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Programa apoiado pelo CNPq incentiva pesquisadores brasileiros a virarem empreendedores. Publicado em 15/06/2016. Disponível em http://cnpq.br/noticiasviews/-/journal_content/56_INSTANCE_a6MO/10157/5119155. Acesso em 15/09/2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. *Competitividade Industrial: uma visão estratégica para o Brasil*. Rio de Janeiro. CNI, 1988.

_____. *Contribuição da Indústria para a Reforma da Educação Superior*. Brasília. CNI/Sesi/IEL, 2004.

_____. *Inovação: a construção do Futuro*. Brasília. CNI, 2009. Disponível em http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2009/08/19/490/20130429150032132210i.pdf. Acesso em 26/10/2016.

COSTA, Marcelo Lima. *O Sistema SEBRAE: dados históricos*. Universidade Corporativa SEBRAE, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. *O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas*. In: LIMA, Julio Cesar F. & NEVES, Lucia M. W. Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo (org.). Editora Fiocruz. Rio de Janeiro, 2006, p. 173-200.

_____. *Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. 3ª Edição. Editora Cortez. São Paulo, 2012.

CUMMINGS, Brian. *The changing landscape of intellectual property management as a revenue-generating asset for U.S research universities*. George Mason Law Review, 2014. 21(4), pp. 1027-1047. Disponível em <http://connection.ebscohost.com/c/articles/97014125/changing-landscapeintellectual-property-management-as-revenue-generating-asset-u-s-esearchuniversities>. Acesso em 27/09/2016.

DAGNINO, Renato; DIAS, Rafael. *A Política de C&T Brasileira: três explicações de explicação e orientação*. In: Revista Brasileira de Inovação. Rio de Janeiro, n. 6, v. 2, p. 373-403; jul/dez 2007.

DAGNINO, Renato. *A Relação Universidade-Empresa no Brasil e o "Argumento da Hélice Tripla"*. Revista Brasileira de Inovação, Campinas: UNICAMP, 2004, v. 2, n. 2, p. 253-291,jul/dez 2003.

DAL ROSSO, Sadi. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. 1. ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2008. Cap. 1, p. 19-43.

_____. *Crise socioeconômica e intensificação do trabalho*. In: ANTUNES, Ricardo. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 43-53.

DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social.* 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999. Cap. 1 e 2, p. 13-36.

DIAS, Edmundo Fernandes. *Textos didáticos: a liberdade (im)possível na ordem do capital - reestruturação produtiva e passivização***.** Campinas: IFCH/Unicamp, 1997.

_____. *Modo de Produção e Educação*. In: Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Londrina, v. 1, n. 1, p. 34-42, jun. 2009.

DOLABELA, Fernando. *Empreendedorismo uma forma de ser: saiba o que são empreendedores individuais e coletivos*. Brasília: AED, 2003.

_____. *Oficina do empreendedor*. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DOSI, G., SOETE, L., *Technical change and international trade.* In: Dosi, G. *et al.* (orgs.), *Technical Change and Economic Theory*, Londres: Pinter Publishers, 1988.

DOSI, G., *The nature of the innovative process*. In: Dosi, G.; Soete, L. (orgs.), *Technical Change and Conomic Theory*. Londres: Pinter Publishers, 1988.

DYER, Jeff; GREGERSEN, Hal; CHRISTENSEN, Clayton M. *The Innovator's DNA: mastering the five skills of disruptive innovator's*. Boston, MA: Harvard Business Press, 2011.

ENGELS, Frederich. *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado***.** Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

ENGUITA, Mariano F. *A Ambuguidade da Docência: entre o profissionalismo e a proletarização*. Teoria e Educação. Porto Alegre: Pannonica, n. 4, p. 41-61, 1991.

ETZKOWITZ, H., LEYDESDORFF, L. *Universities and the Global Knowledge Economy: A Triple Helix of University-Industry-Government Relations*. Amsterdam: Faculty of Science, University of Amsterdam, 1995.

_____. *Universities in the global economy: a triple helix of University- Industry-Government relations***.** London: Cassel Academic, 1997.

_____. *The dynamics of innovation: from national systems "mode 2" to a tripe helix of university-industry-government relations*. Research Policy, Amsterdam, v. 29, n. 2, p. 109-123, 2000.

ETZKOWITZ, H., *Entrepeneurial Science in the Academy: a case of transformation of norms*. In: Social Problems, v. 36, n.1, p. 14-29, fev. 1989.

_____. *Hélice tríplice: universidade-indústria-governo: inovação em movimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

FALCÃO, José de Moraes. **—** *O espírito empreendedor e a alma do negócio*. 2008. Disponível em: <http://www.sitedoempreendedor.com.br/artigos.php/downloads/baile.pps?acao=exibir&id=1007>. Acesso em 11/11/2015.

FAPERJ. Nova agência privada de fomento à pesquisa é lançada no Rio. Publicado em 23/03/2017. Disponível em http://www.faperj.br/?id=3364.2.6. Acesso em 06/07/2017.

FÁVERO, Osmar (org.) *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Campinas, SP: Autores Associados; Niterói, RJ: EDUFF, 2005.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento***.** Biblioteca de Ciências Sociais. RJ: Zahar, 1968. p. 21-103. 1972

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2ª. Ed. RJ: Zahar, 1975. p. 11-120. 1981

_____. *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 201-365.

_____. *A Universidade Brasileira: reforma ou revolução?* Coleção Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais. 2ª Ed. Editora Alfa-Omega. SP, 1975.

_____. *Brasil em compasso de espera. Pequenos escritos políticos***.** Coleção Pensamento Socialista. SP: HUCITEC, 1980.

_____. *"O PT em movimento: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores"*. SP: Autores Associados, 1991. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; v.43).

FIGUEIREDO, Paulo Cesar Negreiros de. *O "Triângulo de Sábato" e as alternativas brasileiras de Inovação Tecnológica*. In: Revista de Administração Pública. V. 27, n. 3, Rio de Janeiro, 1993, p. 84-97.

FONSECA, Marília. *O Financiamento do Banco Mundial à Educação Brasileira: vinte anos de cooperação internacional***.** In: DE TOMASSI, L., WARDE, M. J. e Haddad, J. (orgs.) O Banco Mundial e as Políticas Educacionais. São Paulo: Cortez, 2000. p. 229-251.

FONTES, Virgínia. *História e verdade*. In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (orgs.). *Teoria e educação no labirinto do capital*. Petrópolis: Vozes, p 130-155, 2002.

_____. *Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história***.** Rio de Janeiro. 2ª edição. Editora da UFRJ, 2010.

FUNDAÇÃO EUCLIDES DA CUNHA DE APOIO INSTITUCIONAL À UFF. Relatório de Atividades 2015. Disponível em

<http://www.fundec.org.br/uploads/paginas/file/RELAT%C3%93RIO%20DE%20ATIVIDADES_%202015%20_%20FINAL.docx.pdf>. Acesso em 16/11/2016.

FUJINO, A.; STAL, E. *Gestão da propriedade intelectual na universidade pública brasileira: diretrizes para licenciamento e comercialização*. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 23, 2004, Curitiba. Anais... São Paulo: FEA/USP, 2004. 1 CD-ROM.

_____. *As relações universidade empresa no Brasil sob a ótica da Lei de Inovação*. In: Revista de Administração e Inovação. São Paulo, v.2, n. 1, p. 5-19, 2005.

GARRISON, John W. *Do Confronto à Colaboração. Relações entre a Sociedade Civil, o Governo e o Banco Mundial no Brasil***.** Washington, D.C e Brasília, DF: O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento/ Banco Mundial, 2000.

GORZ, André. *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. V.2. Os Intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo***.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2000a.

_____. *Cadernos do Cárcere. V.3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2000b.

GREGÓRIO, José Renato Bez de. *Política de Pessoal Docente do Governo Lula da Silva: uma análise do REUNI na UFF e seus desdobramentos*. Dissertação de Mestrado; Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2011. Disponível em .redelivre.org.br/files/2012/07/75.pdf. Acesso em 04/11/2015.

_____. *Reforma da educação superior no governo Lula da Silva*. Ver a Educação, Belém: UFPA, 2011, v. 12, n. 1, p. 29-64,jan/jun 2011.

_____. *O Papel do Banco Mundial na contra Reforma da Educação Superior: uma análise dos documentos que precederam o Reuni*. Revista Eletrônica Trabalho Necessário, Niterói: UFF, ano 10, nº 14, 2012.

GREGÓRIO, José Renato B., RODRIGUES, Viviane S., MANCEBO, Deise. *Quando o Reuni Aderiu à Universidade*. Perspectiva, Florianópolis: UFSC, v. 30, n. 3, p. 987-1009, set/dez 2012.

GREGÓRIO, José Renato B., RODRIGUES, Viviane S. *Padrão Dependente de Escola Superior e a Expansão das Universidades Brasileiras*. Germinal: educação e marxismo em debate, Salvador: UFBA, v. 6, n.1, p. 109-121. Jun. 2014.

GUIOT, André Pereira. *Dominação Burguesa no Brasil – Estado e sociedade civil no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (DCES) entre 2003 e 2010***.** Tese de Doutorado; Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Historia. Niterói: UFF, 2015. Disponível em: www.historia.uff.br/stricto/**teses**/Dissert-2006_**GUIOT_Andre**_Pereira-S.pdf. Acesso em 04/11/2015.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. *O neoliberalismo: história e implicações.* São Paulo: Edições Loyola, 2008. Cap. 2 e 3.

_____. *Neoliberalismo e restauração do poder de classe***.** 12 de agosto de 2004. Disponível em http://resistir.info/varios/neoliberalismo_ago04_port.html. Acesso em 12 de Junho de 2009.

_____. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2012. Cap. 5 e 6, p.101-150.

_____. *17 Contradições e o Fim do Capitalismo*. São Paulo. Boitempo, 2016.

IASI, Mauro Luís. *O PT e a Revolução Burguesa no Brasil*. Publicado em 18/09/2013. Disponível em <http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=596:o-pt-e-a-revolucao-burguesa-no-brasil&catid=3:temas-em-debate>. Acesso em 14/12/2015.

INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS. Entrevista do Diretor de Cooperação Institucional do CNPq ao Site Inovações Tecnológicas em 25/07/2014. Disponível em http://www.inovacaotecnologica.com.br/noticias/noticia.php?artigo=patentear-mais-urgente-publicar&id=010175140725&ebol=sim#.U-J6I6P5c8N. Acesso em 30/07/2014.

INSTITUTO DE PSIQUIATRIA/UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (IPUB/UFRJ). *Embrapii-Andifes: Reitores para o cotidiano*. Disponível em http://www.ipub.ufrj.br/portal/ensino-e-pesquisa/ensino/residencia-medica/blog/item/420-embrapii-andifes-reitores-para-o-cotidiano. Acesso em 23/10/2016.

Keller, G. *Academic Strategy: The Management Revolution in American Higher Education*. Baltimore, Md.: The Johns Hopkins University Press, 1983.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KRISIS, *Manifesto contra o trabalho*. 1999. Disponível em <http://www.consciencia.org/krisis.shtml>, Acesso em 14/12/2015.

KUSIAK, A.; TANG, C.-Y. *Innovation in a requirement life-cycle framework. Proceedings of the 5th International Symposium on Intelligent Manufacturing Systems*, IMS'2006, Sakarya University, Sakarya, Turquia, 2006, 61-67

LA REPPUBLICCA. Fondazione Rosselli, il deficit è milionário. Publicado em 03/07/2015. Disponível em http://ricerca.repubblica.it/repubblica/archivio/repubblica/2015/07/03/fondazione-rosselli-il-deficit-e-milionarioTorino09.html. Acesso em 20/10/2016.

LANCMAN, Selma; SZNELWAR, Laerte (Orgs.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. Prefácio e Apresentação. p. 17-36.

LEHER, Roberto e BARRETO, Raquel Goulart. *Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior "emerge" terciária*. In Revista Brasileira de Educação, v. 33, nº 39, set/dez 2008; p. 423-436.

LEHER, Roberto. *Reforma Universitária do governo Lula: retorno do protagonismo do Banco Mundial e das lutas anti-neoliberais.* 6 fev., 2004. Disponível em: http://www.adur-rj.org.br/5com/pop- up/Reforma_universit_governo_LULA.htm.

_____. *ProUni é "bóia de salvação" do ensino privado*. Recife: Reforma Universitária. Caderno 3, ADUFEPE – SSIND, 2004/2005.

_____. *Florestan Fernandes e a Universidade no Capitalismo Dependente*. In: FÁVERO, Osmar (org.). Democracia e Educação em Florestan Fernandes. Niterói. Eduff, autores Associados, 2005.

_____. *Crise universitária, crise do capital*. Margem Esquerda: ensaios marxistas, São Paulo, n. 25, p. 27-35, out. 2015.

LÊNIN, V. I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo***.** (3ª ed.). São Paulo: Centauro, 2005.

LEYDESDORFF, Loet. *The Triple Helix Model and the Study of Knowledge-Based Innovation Systems*. *International Journal of Contemporary Sociology*, v. 42, n.1, 2005.

LIMA, Kátia R. S. *Capitalismo Dependente e "Reforma Universitária Consentida": a contribuição de Florestan Fernandes para a superação dos dilemas educacionais brasileiros***.** In: NEVES, Lucia M. W. (org.) Reforma Universitária do Governo Lula: reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004.

_____. *Contra-Reforma na Educação Superior: de FHC a Lula*. São Paulo: Xamã, 2007.

_____. *Contra-reforma da educação nas universidades federais: o REUNI na UFF*. In Universidade e Sociedade, ANDES-SN, nº 44, Brasília: julho de 2009. p. 147-157

_____. *Análise do Relatório de Acompanhamento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) – ANDIFES – 2010*. Documento, 2010.

_____. *As novas faces da intensificação do trabalho docente no Brasil***.** In: V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo/EBEM, 2011, Florianópolis. Anais do V EBEM (CD ROM). Florianópolis/UFSC/PPGE: 2011. v.01. p.s/p 4.

LIMA, Licínio. **"***A melhor ciência": o acadêmico-empreendedor e a produção de conhecimento economicamente relevante*. In: CATANI, Afrânio M.; OLIVEIRA, João Ferreira de. (orgs.). Educação superior e produção do conhecimento: utilitarismo, internacionalização e novo contrato social. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2015.

LOWY, Michel. *Método dialético e teoria política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchausen – marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo, Cortez, 2013, 10ª ed.

MANCEBO, Deise; LÉDA, Denise Bessa . *REUNI: Heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente***.** Educação e Realidade, v. 34, p. 49-64, 2009.

MANCEBO, D.; EWALD, Ariane P. ; PRESTRELO, E. T. e UZIEL, A. P. *Em Debate: o trabalho docente***.** In Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, RJ, Ano 6, nº 1, 1º semestre de 2006.

MANCEBO, Deise; SILVA JUNIOR, João dos Reis; SCHUGURENSKY, Daniel. *A Educação Superior no Brasil diante da Mundialização do Capital*. Mimeo, 2016.

MANCEBO, Deise. Relatório da Pesquisa História dos cursos de Psicologia do Rio de janeiro. *Capítulo 1 - A história da Universidade Federal Fluminense*. UERJ. Rio de janeiro, 1999.

_____. *Reforma universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento***.** Educação & Sociedade, vol.25 nº 88 Especial Campinas Outubro de 2004.

_____. *Crise e Reforma do Estado e da Universidade Brasileira: implicações para o trabalho docente*. In: Educar, nº 28, p. 37-53, Curitiba, Editora UFPR, 2006.

_____. *Trabalho Docente: Subjetividade, Sobreimplicação e Prazer***.** In: Psicologia: Reflexão e Crítica, nº 20 (1), p. 74- 80, Rio de Janeiro, UERJ, 2007.

_____. *Agenda de pesquisa e opções teórico-metodológicas nas investigações sobre o trabalho docente*. Educação e Sociedade, v. 28, p. 466-482, 2007.

_____. *Contemporaneidade e efeitos de subjetivação*. In: BOCK, Ana Mercês Bahia. (Org.). Psicologia e o compromisso social. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 75-92.

MANCEBO, Deise. *Considerações sobre a produção do Conhecimento*. In: CUNHA, Célio da; Sousa, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da. Faculdades de Educação e Políticas de Formação Docente. Campinas: Autores Associados, 2014; p. 87-102.

MANDEL, E. *O capitalismo Tardio***.** São Paulo; Nova Cultural, 1982.

MARTINS, André Silva. & NEVES, Lucia M. W. *A Nova Pedagogia da Hegemonia e a Formação/Atuação de seus Intelectuais Orgânicos*. In: NEVES, Lucia M. W. (org.) Direita para o Social e Esquerda para o Capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo. Ed. Xamã, 2010, p. 23-38.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

_____. *Manifesto do Partido Comunista***.** São Paulo, Editora Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Método da Economia Política*. In: Contribuição para a crítica a Economia Política. Lisboa: Estampa, 1977, p. 228-237.

MARX, Karl. *Capítulo 6º inédito d'O Capital: Resultados do processo de produção imediato***.** Porto (Portugal): Publicações Escorpião, 1975.

_____. *Salário, Preço e Lucro***.** São Paulo, Ed. Abril Cultural, 1982, p. 133-185.

_____. *O capital: crítica da economia política, Livro I,: o processo de produção do capital*. São Paulo, Boitempo, 2013.

_____. *O capital.* Livro III. Trad. Port. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 1974.

MATTOS, Marcelo Badaró . *Classes sociais e luta de classes*. In: Marcelo Badaró Mattos. (Org.). História: Pensar e Fazer. Niterói: LDH - UFF, 1998, v. , p. 53-72.

_____. *Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual***.** Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009.

_____. *A classe trabalhadora através do materialismo histórico: passado e presente de um debate aberto*. In: Relações laborais em Portugal e no mundo lusófono: história e demografia. Lisboa: Edições Colibri, 2014; p. 197-221.

_____. *Formas de dominação e exploração do trabalho: um aspecto (central) da crise brasileira*. Publicado em 20/04/2015. Disponível em <://blogconvergencia.org/?p=4367> . Acesso em 30/06/2015.

MELLO, Celso Antonio Bandeira. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo, Malheiros, 13ª edição.

MELO, Adriana Almeida S. de. *Avaliação Institucional do Ensino Superior: controle e condução de política educacional, científica e tecnológica*. In: NEVES, Lucia M. W. Educação Superior: uma reforma em processo. Ed. Xamã. São Paulo, 2006, p. 125-145.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro*. SP: Hucitec, 1997.

_____. *Estado e Sociedade*. In: Mattos, Marcelo Badaró (org.). História: pensar e fazer. Rio de Janeiro: Laboratório de Dimensões da História, 1998.

_____. *O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica*. In: Marx e o Marxismo. V. 02, n. 02, jan/jul 2014. Niterói, 2014, p. 27-43.

MÉSZÁROS, István. *Marx: a teoria da alienação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

META CONSULTORIA. Relatório de atividades 2013-2014. Disponível em http://media.wix.com/ugd/fb7628_255b460952bf4f0ebbeb79fe965bb44f.pdf. Acesso em 20/02/2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Resolução nº 68

De 13 de novembro de 1979**.** Estrutura o sistema de Provedoria de Fundações, estabelece normas para a atuação do órgãos do Ministério Público e da Procuradoria-Geral da Justiça em matéria fundacional e dá outras providências. Disponível em https://www.rcpjrj.com.br/pdf/diversos/mp-curadoria-fundacoes.pdf. Acesso em 16/11/2016.

MONTAÑO, Carlos & Maria Lúcia, DURIGUETTO. *Estado, Classe e Movimento Social*. Biblioteca Básica de Serviço Social. Volume 5. 1ª edição. Editora Cortez. São Paulo, 2010.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 5ª Edição, 2009.

NEVES, Lucia Maria Wanderley (org.). *Reforma Universitária do Governo Lula: reflexões para o debate***.** São Paulo: Xamã, 2004.

_____. (org.). *A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso***.** São Paulo: Xamã, 2005.

NÓVOA, Antonio. *Profissão Professor*. Porto. Porto Editor, 1995.

OFFE, Claus. *Capitalismo Desorganizado*, São Paulo, Brasiliense, 1989.

OLIVEIRA, Francisco de. *Hegemonia às Avessas*. In: OLIVEIRA, C.. BRAGA, R. & RIZEK, C. Hegemonia às Avessas (orgs.) Ed. Boitempo. 1ª edição. São Paulo, 2010.

_____. *Avesso do Avesso*. In: OLIVEIRA, C.. BRAGA, R. & RIZEK, C. Hegemonia às Avessas (orgs.) Ed. Boitempo. 1ª edição. São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. *A política governamental de ciência e tecnologia: da C&T à CT&I*. In NEVES, L. M. W. O empresariamento da educação. São Paulo. Ed. Xamã, 2002.

OLIVEIRA, João Ferreira de; FERREIRA, Adriano de Melo; MORAES, Karine Nunes. **"***A Política e a Cultura de Inovação na Educação Superior no Brasil*. In: CATANI, Afrânio M.; OLIVEIRA, João Ferreira de. (orgs.). Educação superior e produção do conhecimento: utilitarismo, internacionalização e novo contrato social. Campinas, SP : Mercado de Letras, 2015, p. 127-163.

PAULANI, Leda. *Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas***.** In: OLIVEIRA, C.. BRAGA, R. & RIZEK, C. Hegemonia às Avessas (orgs.) Ed. Boitempo. 1ª edição. São Paulo, 2010.

PAULANI, Leda Maria; PATO, Christy Ganzert. *Investimentos e Servidão Financeira: o Brasil do último quarto de século***.** In: PAULA, João Antonio de (org.). Adeus ao Desenvolvimento. Ed. Autêntica. Belo Horizonte, 2005. Disponível em https://christypato.files.wordpress.com/2008/09/investimentos-e-servidao-financeira.pdf. Acesso em 04/05/2017.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Reforma do estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. São Paulo: Ed. 34; Brasília: ENAP, 1998.

PEREIRA, Carlos Eduardo. *EMBRAPII: novo modelos de apoio à inovação*. Brasília, 2016. Disponível em http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2016/09/apresenta%C3%A7%C3%A3o-Embrapii_ANDIFES-Carlos-Eduardo.pdf. Acesso em 26/10/2016.

PINTO E SILVA, Eduardo. *Sofrimento Psíquico no Trabalho do Professor na Universidade Pública*. In: FREITAS, Lêda Gonçalves. Prazer e Sofrimento no Trabalho Docente: pesquisas brasileiras. Curitiba: Ed. Juruá, 2013; p. 71-92.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

RAHMAN, H., RAMOS, I. Open Innovation in SMEs: From Closed Boundaries to Networked Paradigm. *Issues in Informing Science and Information Technology*. v. 7, 2010.

RAMOS, Marise N. *A Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação?* São Paulo: Cortez, 2001.

REMIRO, Mariluz da Silva Leal; OLIVEIRA, Rozana Therezinha de; MELLO, José Manoel Carvalho de; ARAÙJO, Louise Rosa de. *O Papel da Incubadora de Empresas no Processo de Transferência de Conhecimento/Tecnologia: o caso da Universidade Federal Fluminense*. IV Congresso Nacional de Excelência em Gestão: responsabilidade socioambiental das organizações brasileiras. Niteroi, RJ, Brasil, 31 de julho, 01 e 02 de agosto de 2008. Disponível em http://www.sebraerj.com.br/docs/estudo_de_incubadora_de_empresas.pdf. Acesso em 08/11/2016.

RHOADES, Gary; SLAUGHTER, Sheila. *Academic capitalism in the new economy: Challenges and choices*. American Academic 1.1 (2004): 37-59.

ROCHA, Roberto Oliveira. *A Tripla hélice "desmembrada": a dificuldade da inovação no Brasil*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão-SE, 2014.

RODRIGUES, José. *O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria***.** Campinas: Autores Associados, 1998.

_____. *Os Empresários e a Educação Superior*. Campinas: Autores Associados, 2007.

ROSA, Rui Namorado. *Ensino superior: a reforma ditada pela União Europeia*. Disponível em http://resistir.info/rui/educacao_ameacada_5.html Acesso em 28 de Julho de 2010. Sem data.

SÁBATO, J. A., BOTANA, N. *La ciência y la tecnología en el desarrollo futuro de America Latina*. In: Sábato, J. A. (comp.). *EI pensamiento latinoamericano en la problemática ciencia - tecnología - desarrollo.* Buenos Aires, Editorial Paidos, 1975

SACRAMENTO, Leonardo Freitas. *O Impacto da Política de Inovação sobre o Trabalho do professor-Pesquisador da Universidade de São Paulo Campus Ribeirão Preto*. Tese de Doutorado; Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCar, 2015.

SALAMA, Pierre. *Por que essa Incapacidade de Atingir um Crescimento Elevado e Sustentado na América latina? Atualidade do pensamento de Celso Furtado*. Foro Internacional, México, v. 46, n. 4, p. 630-662. Out/Dez 2006. Disponível em www.usp.br/prolam/downloads/Prof_Salama.doc. Acesso em 13/09/2016.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. *A Natureza da Burguesia Brasileira em Florestan Fernandes***.** Disponível em http://www.portalpopular.org.br/debates/socialismo/ . Acesso em Outubro de 2009. Sem data.

_____. *Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa*. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 112, out/dez 2012, p. 672-688.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Reinvenção Solidária e Participativa do Estado*. Seminário Internacional "A Sociedade e a Reforma do Estado". Brasil, São Paulo, 26 a 28/03/1998.

SANTOS, Theotônio dos. *Mudança Tecnológica e Economia Mundial*. Manuscritos - nº 3, 2002. 62 páginas.

SANTOS, Theotônio dos. *A Revolução Científico Técnica, A nova Divisão Internacional do Trabalho e o Sistema Econômico Mundial*. Manuscritos - nº 4, 2002. 63 páginas. Disponível em http://www.reggen.org.br/midia/documentos/arevocienttecno.pdf. Acesso em 30/03/2014.

SANTOS, Theotônio dos. *Crises Econômicas e Ondas Longas na Economia Mundial*. Texto para discussão. Série 1 - nº 5, 2002. 60 páginas. Disponível em http://www.reggen.org.br/midia/documentos/criseseconomicaeondaslongas.pdf. Acesso em 30/03/2014.

SAVIANI, Demerval. *A Nova Lei da Educação: LDB trajetória, limites e perspectivas***.** São Paulo: Editora Autores Associados; 1997.

_____. *O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC*. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007.

SCHUMPETER, J. A. *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SEBRAE. *Disciplina de empreendedorismo***.** São Paulo: Manual do aluno, 2007, 67 p.

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS (SAE/PR). *Vozes da nova classe média*. Caderno nº 3. Empreendedorismo & nova classe média, p. 91. Abril/2013. Disponível em: http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/3%C2%BA-Caderno-VCM-Vers%C3%A3o-Final-20130506.pdf. Acesso em: 05/06/2013.

SEVCENKO, N. . *A corrida para o século 21.* São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Fundamentos ético-políticos da educação no Brasil de hoje*. In: LIMA, Júlio C. F.; NEVES, Lúcia M. W. (orgs.). *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro:* EPSJV-FIOCRUZ, 2006. p. 289-320.

SGUISSARDI, Valdemar. *Universidade Brasileira no Século XXI: desafios do presente*. São Paulo: Ed. Cortez, 2009.

SILVA JR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. *Novas faces da educação superior no Brasil: Reforma do Estado e mudanças na produção*. São Paulo, Ed. Cortez; 2001.

_____. *Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico*. São Paulo: Xamã, 2009.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SPEARS, Eric. *Globalização e a mudança do papel da universidade federal brasileira: uma perspectiva da economia política.* Campinas, Revista HITEDBR *On-line*, 2012, p.3-23.

SILVA JUNIOR, João dos Reis; CATANI, Afrânio Mendes. *A Educação Superior Pública Brasilieira nas Últimas Décadas: expansão e mercantilização internacionalizada*. In: DE SOUSA, José Vieira de (org.). Educação Superior: cenários, impasses e propostas. Brasília, Autores Associados; 2013, p. 157-181.

SILVA JUNIOR, João dos Reis; SCHUGURENSKY, Daniel. *Refletindo sobre as Razões da Diversificação Institucional das universidades Brasileiras*. In: Integración y Conocimiento, Córdoba, n. 2, p. 33-48, 2014.

SILVA JUNIOR, João dos Reis. *A nova lei da educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público*. In: *Revista Brasileira de Educação.* São Paulo, Campinas: Editora Autores Associados, n. 29, mai/ago., 2005.

_____. Capital Financeiro, Financiamento da Universidade Estatal e Trabalho do Professor Pesquisador. Disponível em http://www.joaodosreis.pro.br/?p=1097. Acesso em 13/08/2014.

_____. *The New Brazilian University: em busca de resultados comercializáveis para quem?.* São Paulo: Praxis, 2017.

SILVEIRA, Zuleide Simas da; BIANCHETTI, Lucídio. *Universidade moderna: dos interesses do Estado-nação às conveniências do mercado*. In: *Revista Brasileira de Educação* v. 21 n. 64 jan.-mar. 2016

SINGER, André. *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Cia. das Letras, 2012.

SIQUEIRA, Ângela C. de **"***The new economic global order and its effects on higher education policies***"**. Tese de Doutorado desenvolvida no International/Intercultural Development Education Program, Florida State University, 2000.

SIQUEIRA, Ângela C. de. *Organismos Internacionais, Gastos Sociais e Reforma Universitária do Governo Lula*. In: NEVES, Lucia M. W. (org.) Reforma Universitária do Governo Lula: reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004.

SIQUEIRA, Angela C. de e NEVES, Lúcia Maria Wanderley (orgs.). *Educação Superior: uma reforma em processo***.** São Paulo: Xamã, 2006.

SOUZA, Renato Dantos de. *A Doença da "normalidade" na Universidade*. In: NASCIMENTO, L.F.M. (Org.) Lia, mas não escrevia (livro eletrônico): contos, crônicas e poesias. Porto Alegre: LFM do Nascimento, 2014.

SLAUGHTER, Sheila; RHOADES, Gary. Markets in Higher Education. In: ALTBACH, Philip G.; GUMPORT, Patricia J.; BERDAHL, Robert O. (Eds.). *American Higher Education in the twenty-first century – social, political and economic challenges.* 3.ed. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2010. p. 433-464.

SLAUGHTER, Sheila; LESLIE, Larry L**.** *Academic capitalism: politics, policies and the entrepeneurial university*. Baltimore, USA/London, England: The Johns Hopkins University Press. 1999.

STAL, E.; FUJINO, A. *As relações universidade-empresa no Brasil sob a ótica da Lei de Inovação*. Revista de Administração e Inovação, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 5-19, 2005.

TONELLI, D. F.; ZAMBALDE, A. L. *Idealizações do Modelo da Tripla-hélice em Contraste com a Realidade Prática da Inovação Surgida no Contexto Universitário Brasileiro*. XXXI Encontro da ANPAD. *Anais*... Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

TOUSSAINT, Eric. *Banco Mundial El Golpe de Estado Permanente: La Legenda Oculta del Consenso de Washington***.** Quito: Abya Yala, 2007.

TRIGUEIRO, Michelangelo G. *Universidades públicas: desafios e possibilidades no Brasil contemporâneo*. Brasília, UNB, 1999.

TRIPLE HELIX ASSOCIATION. Triple Helix Models of Innovation Academic Entrepreneurship and the Triple Helix: The Role of University, Industry and Government in Innovation Ecosystems**.** Open Debate Paper of XIV International Triple Helix Conference, Heidelberg, Alemanha, Setembro/2016. Disponível em https://docs.google.com/document/d/1Vm32UqLO64kxaAYewMqaLSNo4pZIINXZusHZxqsH6cw/edit?pref=2&pli=1#. Acesso em 16/09/2016.

TROTSKI, Leon. *História da Revolução Russa. Primeiro Volume: A Queda do Tzarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

UGÁ, Vivian D. *A Categoria "Pobreza" nas Formulações de Política Social do Banco Mundial***.** In: Revista Sociologia Política. Curitiba, n.23, Nov/2004. p. 55-62.

_____. *A questão social como "pobreza": crítica à conceituação neoliberal***.** Tese de Doutorado desenvolvida no IUPERJ, Rio de janeiro, 2008.

UNITED NATIONS. *World Economic Situation and Prospects 2014*. United Nations. Nova York, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE/UFF. *Programas Institucionais de Estímulo à Inovação 2010/2011*. Agência de Inovação. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação. Niterói, 2010.

_____. Nova estrutura da Agir aumenta eficiência da produção intelectual da universidade. Publicada em 12/05/2016. Disponível em http://www.uff.br/?q=noticias/12-05-2016/nova-estrutura-da-agir-aumenta-eficiencia-da-producao-intelectual-da.

_____. Incubadoras de Empresas da UFF. Curta metragem em forma de entrevistas para promoção institucional da Incubadora de Empresas da UFF. Publicado em 12/02/2009. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=WsjIj_9grnE. Acesso em 08/11/2016.

_____. NORMA DE SERVIÇO nº. 637 de 02 de setembro de 2014. Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados na relação entre a Universidade Federal Fluminense (UFF) e sua Fundação de Apoio, na execução de programas e projetos, nas áreas de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico bem como de estímulo à inovação. Disponível em http://www.fundec.org.br/uploads/paginas/file/Norma_de_Servi%C3%A7o_637-2014_-_Altera%C3%A7%C3%B5es_Lei_8.958-94.pdf. Acesso em 16/11/2016.

WOLFFENBÜTTEL, A.P. *Avaliação do Processo de Interação Universidade-Empresa em Incubadoras Universitárias de Empresas: um Estudo de Caso na Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da UNISINOS*. 2001. Dissertação de Mestrado em Administração UFRS, Rio Grande do Sul.